JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

REMETIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1959



BRASIL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

PARTE PRIMEIRA SITUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

CAPITULO I
POLITICA INTERNA

CAPITULO II
POLITICA ADMINISTRATIVA

CAPITULO III
POLITICA EXTERIOR

PARTE SEGUNDA SEGURANÇA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

> CAPITULO I SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA MILITAR

CAPITULO II ATIVIDADES DAS FÖRÇAS ARMADAS

CAPITULO III
ORDEM POBLICA

PARTE TERCEIRA DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

CAPITULO I

POLITICA ECONOMICA: ASPECTOS GERAIS

CAPITULO II

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL EM 1958

CAPITULO III

MOEDA E CRÉDITO

CAPITULO IV

FINANÇAS PUBLICAS

CAPITULO V

RELAÇÕES ECONÔMICAS COM O EXTERIOR

CAPITULO VI

ENERGIA

CAPITULO VII

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

CAPITULO VIII

AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ALIMENTAÇÃO

CAPITULO IX

INDUSTRIA

CAPITULO X

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PARTE QUARTA TRABALHO, BEM-ESTAR E PREVIDENCIA SOCIAL

CAPITULO I TRABALHO

CAPITULO II
PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

PARTE QUINTA DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

CAPITULO I EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

CAPITULO II
SAUDE PUBLICA

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Ao enviar-vos esta Mensagem, quando se abrem os trabalhos da sessão legislativa, não me cinjo meramente à observância de um preceito constitucional. Falar aos representantes do Povo, dar-lhes conta do estado dos negócios públicos, sondar-lhes o pensamento é tarefa sobremodo grata para quem entende que o oficio de governar implica um diálogo permanente com a Nação, e nesse diálogo tem procurado inspirar toda a sua atuação política e administrativa.

Relevante circunstância contribui para conferir a esta prestação de contas um significado especial: iniciase nova legislatura e, a par de ilustres e experientes homens públicos que permaneceram no Parlamento ou voltam a seu recinto, com o mandato renovado, nêle tomam assento outros valores, representativos de fôrças políticas, econômicas e sociais em ascensão. Assim, o Congresso, que se instala hoje, apresenta, em grau apurado, a síntese das principais tendências do pensamento político brasileiro, desde as que derivam das estruturas tradicionais da nossa sociedade, até às que se configuram em novos grupos que o rápido processo de mudança econômica faz surgir na vida nacional.

Estou certo de que êsse Congresso, revigorado em sua autoridade e em suas forças por um pleito recente, que constituiu memorável espetáculo civico, há de coope-

rar patriòticamente com o Executivo, na solução a questões de capital importância que lhe serão submetidas no curso de seus trabalhos.

Ao meu Govêrno, até agora, nunca faltou a colaboração do Legislativo, que o proveu, sempre a tempo e com eficácia, dos meios indispensáveis à execução do programa de desenvolvimento nacional. Atuando com firmeza e mantendo comunhão de vistas, no tocante a pontos essenciais, a maioria parlamentar não só apoiou a Administração, em passos decisivos, na luta pela emancipação econômica do País, como lhe abriu caminhos, na ação desenvolvida cada dia, para que fôssem mantidas a ordem e a paz social.

Por seu turno, a Oposição, através do debate e da controvérsia, prestou ao Govêrno o beneficio do seu concurso, no esclarecimento de relevantes assuntos. Sempre recebi, com isenção, o reparo bem intencionado, que, refreando excessos ou apontando erros, contribui para que se alcance a solução acertada e conveniente. Estimarei, pois, que êsse debate, tão necessário à saúde das instituições democráticas, continue a travar-se em plano alto, sem perder de vista que os governos constituem expressão efêmera da vontade nacional e que o bem público deve sobrepor-se aos interésses momentâneos e ao entrechoque dos partidos.

Devo, igualmente, assinalar que o bom entendimento entre o Legislativo e o Executivo encontrou plena correspondência na esfera do Judiciário, e que da conjugação dêsses esforços, secundados pela disciplinada ação das Fôrças Armadas, resultou poder a Nação, em ambiente de ordem e de confiança, entregar-se plenamente ao desenvolvimento de suas atividades.

Assim, eleições como as de 3 de outubro passado, que antes abalavam profundamente o País, ameaçando não raro subverter o regime, puderam transcorrer em perfeita segurança. A exemplaridade dêsse pleito, a aceitação pacifica de seu veredicto e os índices diminutos de abstenção, comprovando a maturidade política do Povo brasileiro, constituem o melhor penhor de que nem medrarão, entre nós, tendências antidemocráticas, nem prevalecerão fôrças capazes de comprometer a estabilidade das instituições.

Se, no setor da política interna, mercê do seu procedimento sereno e firme, o Govêrno alcançou aquêles resultados, no plano das relações exteriores, graças a uma ação oportuna e vigorosa, pôde abrir à Nação dilatadas perspectivas, no que concerne ao encaminhamento de seus problemas, em conjunto com os das demais nações americanas.

Chegara a hora de um brado de alerta contra a estagnação econômica que aflige a América Latina, e impunha-se uma ação conjugada, multilateral, para dar ao problema do subdesenvolvimento a primazia que nunca pudera ter, na pauta política do Continente. Assumimos, sem vacilar, uma posição nova, baseada no princípio de que não deverá o Brasil, em caso algum, deixar de solidarizar-se com os interêsses vitais das Nações americanas, a que o ligam poderosos vínculos geográficos, históricos, políticos, econômicos e culturais. Desde o início, proclamamos que a Operação Pan-Americana tomaria a forma que lhe quisessem dar os países participantes. Não pretendíamos ditar normas e dispusemonos, como sempre, a nos inclinar perante a vontade soberana do Hemisfério. Contudo, insistimos e insisti-

remos na idéia fundamental de que a luta contra o subdesenvolvimento, na forma em que foi proposta, não comporta adiamentos, nem admite paliativos. Teve a iniciativa grande repercussão, como é fato público. E, nos entendimentos que, desde então, se têm processado, novos esquemas de cooperação econômica se formularam, em tôrno de problemas comuns, suscetíveis de ser imediatamente considerados em bases multilaterais. Pode dizer-se, pois, que a Operação Pan-Americana triunfa em tôda a linha.

Exposta a atuação do Govêrno nos dominios da política interna e externa, passo a tratar da situação econômico-financeira do País.

A análise da economia brasileira revela que, em 1958, se manteve elevado o nível das atividades econômicas. O Produto Interno Bruto Real cresceu 4,7%, contra 4,5%, em 1957. A quantidade de bens e serviços produzidos continua, por conseguinte, a aumentar, havendo-se verificado, no ano, uma taxa de crescimento per capita de cêrca de 2,2 %.

A formação bruta de capital fixo, que, segundo estimativas recentes, atingiu, em 1957, cêrca de 12,8% do Produto Interno Bruto, manteve-se no mesmo nível em 1958, a despeito da persistência de fatôres adversos. Dentre êstes mencionaremos a deterioração nas relações de troca com o exterior, o decréscimo no valor global das exportações em têrmos de divisas, com a resultante diminuição da capacidade para importar, e, ainda, as repercussões do processo inflacionário sôbre os investimentos de natureza não especulativa.

Por força de várias circunstâncias, recrudesceram as pressões inflacionárias, cujos reflexos, sôbre os preços

das utilidades em geral, se fizeram sentir notadamente no segundo semestre. Em conseqüência, para o aumento de 4,7% na quantidade total de bens e serviços, verificou-se o de 21% no seu valor global.

Diversas causas, mediatas e imediatas, respondem. em maior ou menor grau, pela ascensão de preços e de custos que aquela diferença de percentagem deixa transparecer. Avultam, desde logo, as deficiências da nossa estrutura econômica, que vem o Govêrno diligenciando superar, através de seu Programa de Metas. Destacamse, ainda, condições climáticas adversas, que afetaram determinadas lavouras, e, além disso, exigiram a mobilização de vultosos recursos extra-orçamentários; a irredutibilidade de ponderáveis parcelas, de um orçamento em continuo crescimento, a impor, de um lado, inelutáveis apelos à tributação - meio por excelência de financiamento não inflacionário das despesas públicas - e, de outro lado, a reforçar a procura global de certos bens e serviços, constituindo-se, dêsse modo, em elemento capaz de gerar pressões inflacionárias; e, ainda, as dificuldades do balanço de pagamentos, com o decorrente encarecimento das importações. Considere-se, por fim, que a conjuntura econômica, dominada pelas perspectivas não só da queda na receita cambial, com inevitáveis aumentos de ágios, como da fixação de novos niveis salariais e da elevação de impostos, ensejou antecipações que provocaram, sem dúvida, novos incrementos de preços e custos.

Cônscio dos efeitos desfavoráveis de tal conjuntura inflacionária — seja sob a forma de diminuição rápida e continuada do poder aquisitivo de salários e ordenados, seja pelos embaraços, desestímulos e retardamentos, que acarretam aos investimentos de infra-estrutura —,

o Govêrno adotou, como adiante se verá, rigorosas medidas de politica monetária, bancária e orçamentária, tendentes a restabelecer as condições de estabilidade econômica indispensáveis à paz social e ao progresso do País.

No que respeita às questões monetárias e bancárias, importa destacar, em primeiro plano, a enérgica atuação do Govêrno para assegurar o tranqüilo desenvolvimento das atividades econômicas. Ressaltem-se, neste particular, as medidas tomadas para eliminar focos de perturbação que, no segundo semestre, se manifestaram em determinados pontos do País. Graças a prontas providências, puderam as autoridades monetárias restabelecer, em poucos dias, a normalidade das operações bancárias.

Mencione-se, por outro lado, a considerável expansão dos empréstimos aos ramos básicos da nossa economia, como o rural que, em 1958, se beneficiou de um aumento de 30,3%, nos financiamentos concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

O aumento dos empréstimos ao setor privado foi bem maior do que o verificado no setor público. Neste, a taxa de expansão declinou de 45% para 21,5%, ao passo que naquele se observou um crescimento de 24,2%, o maior ocorrido no quadriênio.

Relativamente às finanças públicas, o Governo prosseguiu no firme propósito de diminuir o impacto inflacionário do deficit do Tesouro Nacional e de conseguir recursos para os investimentos exigidos pelo desenvolvimento econômico do País. No inicio de 1958, prenunciava-se um deficit potencial de caixa, no Tesouro, bem menor que o do ano anterior, mas que, não obstante, se estimava ainda em 45 bilhões de cruzeiros. A fim de reduzi-lo, procedeu-se a rigorosa contenção de despesas e desenvolveram-se esforços para aprimorar o aparelho arrecadador. Os gastos com o pessoal foram contidos por decretos executivos que proibiram novas admissões, a não ser em casos expressamente previstos. Acentue-se, também, a disciplina imposta ao emprêgo de outras verbas do orçamento federal, inclusive as destinadas a investimentos.

Em conseqüência dessas medidas, foi possível reduzir a 26 bilhões de cruzeiros o deficit do exercício, evitando-se gastos no montante de 19 bilhões, isto é, 13%, aproximadamente, de uma despesa, orçada, de 140,5 bilhões.

Para o presente exercício, anuncia-se um deficit potencial de 48 bilhões, maior, portanto, que o inicialmente previsto para 1958. Esta situação se deve, em boa parte, ao acréscimo das despesas com o funcionalismo, decorrente do abono concedido pela Lei n.º 4 759, pois o aumento de tributos, destinado a cobri-lo, corresponderá apenas a cêrca de 70% do seu montante.

Mais do que nunca se impõe, assim, uma ação constante e desvelada, para que as despesas públicas se contenham no limite determinado pela conjuntura. Orientado para êsse objetivo, o Govêrno adotou um programa de contenção de despesas, no total de 35 bilhões de cruzeiros. Esse programa desdobra-se em um fundo de reserva e um plano de economia, nos montantes, respectivamente, de 8 e de 27 bilhões de cruzeiros, traduzindo os esforços da Administração para subordinar as despesas orçamentárias e extra-orçamentárias ao comportamento efetivo das receitas. Com isto se reduzirá, de

modo considerável, o impacto inflacionário do deficit residual. Está o Govêrno disposto a seguir inflexivelmente estas diretrizes, sem embargo dos sacrificios que impõem, e para isto espera o decidido apoio de tôda a Nação.

Quanto ao comércio exterior, diligenciou o Govêrno, em 1958, estimular as exportações e atrair os recursos estrangeiros indispensáveis à aceleração do nosso desenvolvimento econômico, ao passo que persistiu em seu propósito de promover o aproveitamento mais eficiente das divisas disponíveis, segundo as conveniências dêsse desenvolvimento.

Com o fim de incrementar as exportações, permitiuse negociar, no mercado livre de câmbio, divisas resultantes da exportação de mercadorias que ainda não haviam contribuído expressivamente para a receita cambial do País. Além disto, foram aumentadas as bonificações às exportações de vários outros produtos e eliminadas as diferenças estabelecidas em função de áreas monetárias. Umas e outras providências se destinam a aumentar a capacidade competitiva dos produtos brasileiros nos mercados externos.

Para atenuar as perturbações decorrentes da conjuntura cafeeira, promoveram-se entendimentos com outros países produtores, de modo a evitar oferta excessiva nos mercados mundiais. E, a fim de facilitar o escoamento do café e de outros produtos, várias disposições foram adotadas, entre elas a que simplificou os documentos exigidos para o processamento das exportações.

No que concerne às importações, saliente-se que os empréstimos compensatórios, obtidos pelo Govêrno, permitiram mantê-las em volume compatível com as exigên-

cias das atividades econômicas do País. Por outro lado, a concessão de divisas isentas de licitação se restringiu aos bens da mais alta essencialidade. Para que o balanço de pagamentos não seja excessivamente onerado nos próximos anos, foi decidido só permitir registros, na SUMOC, de novos financiamentos a curto e a médio prazo, à medida que se façam liquidações, e quando seja de três anos o período de carência mínimo, para início das amortizações.

Relativamente a capitais estrangeiros, puderam-se registrar, em 1958, ingressos no montante de 373 milhões de dólares. Esta cifra, se bem que superior às amortizações de empréstimos, cujo vulto se explica pela concentração de operações a curto prazo, não corresponde, totalmente, ao que seria de desejar, tendo em vista as conveniências do desenvolvimento econômico do País.

Eis, em linhas mestras, o comportamento da economia nacional, em 1958, e as diretrizes adotadas pelo Governo, em face da conjuntura. Passo, agora, a expor os resultados obtidos, na execução do Programa de Metas.

No setor da energia, registre-se o auspicioso acontecimento que foi o início de operação, em diferentes pontos do território nacional, de várias usinas elétricas, como a de Cachoeira Dourada, em Goiás, primeira fase; as de Salto Grande do Paranapanema, Limoeiro, França e Itapura, em São Paulo; e as de Salto Grande de Santo Antônio, segunda etapa; Mauricio, segunda unidade; Pandeiros, Brecha, São Pedro, em Minas Gerais. No triênio 1956-1958, a capacidade geradora das nossas usinas foi acrescida de 800 000 kW, prevendo-se, para o biênio 1959-1960, a conclusão de obras que representam 1 230 000 kW. Assegurou-se, dêsse modo, o cum-

primento da meta de dois milhões de quilowatts, fixada para o qüinqüênio, ao mesmo tempo que se deu impulso considerável a projetos por concluir posteriormente, como o de Três Marias, o de Furnas, o de ampliação da capacidade geradora da Usina de Paulo Afonso, e o de prolongamento da rêde de transmissão desta.

Também se verificaram expressivos resultados no setor do petróleo. A produção dos campos do Recôncavo Baiano atingiu 62 mil barris/dia, em dezembro de 1958, e até o mês de novembro já satisfazia 24% das necessidades do País, alcançando-se, assim, 62% da meta programada para 1961. Ainda em 1958, a capacidade de refinação foi ampliada em 28 500 barris/dia. As atividades de produção, refino e transporte marítimo, a cargo da PETROBRÁS, resultaram numa economia de divisas estimada em 104 milhões de dólares, que sobe a 122 milhões, no conjunto da indústria petrolifera nacional.

Quanto ao aproveitamento do nosso carvão, executam-se projetos de usinas termoelétricas, no Paraná e em Santa Catarina, e de uma usina siderúrgica neste último Estado, além de obras enquadradas no plano de eletrificação do Rio Grande do Sul. E, no campo da energia nuclear, continuam a desenvolver-se os esforços do Govêrno, para que o País se beneficie dos progressos técnico-científicos de nossos dias. Ultimou-se, em 1958, a instalação de três centrífugas, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, e completou-se o projeto de construção e instalação das usinas de beneficiamento do minério de zircônio uranífero de Poços de Caldas.

No que respeita à indústria nacional, assinale-se o processo de diversificação que nela se opera, em conseqüência de numerosas iniciativas que, em setores básicos,

estão acelerando a mudança estrutural da economía do País. A indústria automobilistica é um exemplo dêsse rápido e firme progresso. Iniciada neste Govêrno, em três anos de atividade já está produzindo, em escala industrial, todos os tipos de veículos que o nosso desenvolvimento reclama. Em 1958, a produção atingiu 61 109 unidades, prevendo-se, para êste ano, 110 000, entre caminhões, jipes, utilitários, ônibus e carros de passageiros. Os índices de nacionalização ultrapassaram, mesmo, os planos estabelecidos. Com o êxito alcançado nesse setor, criaram-se condições propicias à implantação, êste ano, da indústria de tratores, essencial ao fortalecimento de nossa economía agricola.

Aspecto relevante a destacar, em nosso desenvolvimento econômico, foi o inicio, em 1958, da instalação de grandes estaleiros destinados à construção naval. Retomou o Brasil, dêsse modo, uma tradição que vinha do Império, e armou-se de mais um poderoso instrumento de emancipação econômica. Caminhamos para a auto-suficiência, em matéria de transporte por água, principalmente na cabotagem. Dois estaleiros se erguem na Baía de Guanabara, com a capacidade de 60 mil e de 25 mil tdw anuais, respectivamente, e projetos de empreendimentos análogos, em outros pontos do território nacional, estão sendo estudados.

Em conseqüência da recessão econômica nos Estados Unidos, caíram, em 1958, as nossas exportações de minério de ferro e de manganês. Desaparecidos, porém, os efeitos depressivos dela decorrentes, essas exportações retomaram ritmo ascendente e, quanto ao ferro, puderam-se, mesmo, iniciar novos investimentos, em conformidade com os programas estabelecidos. O progresso do País, sobretudo no campo das indústrias mecânicas e metalúrgicas, intensificou a demanda de ferro e aço. As nossas emprêsas siderúrgicas esforçam-se para atender às crescentes exigências do parque industrial, promovendo a ampliação de suas instalações, com o estímulo e o apoio do Govêrno. Acham-se assegurados os recursos financeiros necessários à construção de novas usinas de grande porte, bem como à ampliação industrial das existentes. A produção de lingotes de aço que, em 1955, era de 1 150 mil toneladas, subiu, em 1958, a mais de um milhão e meio de toneladas. De acôrdo com os projetos em execução, devemos atingir 2 300 mil toneladas, em 1960, e 3 500 mil, em 1965. A meta siderúrgica será, assim, plenamente alcançada.

No capitulo dos não-ferrosos, nossa posição há três anos era manifestamente desfavorável. Decisivo apoio oficial à iniciativa privada, sob a forma de créditos, financiamentos e favores fiscais e cambiais, determinou sensivel progresso nesse campo. Destaque-se a expansão da indústria de aluminio, que passou de 2 200 t/ano, em 1955, para 16 800 t/ano, em fins de 1958. Prevê-se que, em 1959, a capacidade total do Brasil alcance 18 800 t/ ano. Quanto ao cobre, empreendimentos em curso permitem esperar a produção de 4 mil toneladas, em 1960. À de chumbo alcançou, no ano passado, 7 mil toneladas e, com as iniciativas em andamento, na Bahia e no Paraná, deverá subir a 20 mil. A implantação da indústria de zinco ultrapassou a etapa experimental e a produção de estanho já supre as necessidades do consumo interno. Quanto à de ferro-niquel, assinalem-se os progressos alcançados, no processo de industrialização, com o aumento do teor de niquel puro.

A capacidade de produção da indústria de cimento, que foi acrescida, entre 1956 e 1958, de 610 000 toneladas, terá êste ano um incremento de mais de 400 mil, de acôrdo com as estimativas. E, com os projetos em execução e em estudos, deverá ser ultrapassada a meta de 5 milhões de toneladas, em 1961.

Na indústria química de base, dedicou-se o Govêrno aos setores dos álcalis, fertilizantes e borracha. Em 1958, assinalou-se considerável progresso na construção dos grupos industriais da Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio. Continua o Govêrno no propósito de instalar uma fábrica de borracha sintética, agregada à Refinaria de Duque de Caxias e com a capacidade de 40 000 t/ano. Por fim, observem-se o auspicioso crescimento da produção de fertilizantes, expresso pela taxa de 170%, relativamente a 1957, e as animadoras perspectivas que se abrem, com os aumentos programados pela PETROBRÁS, pela FERTISA e pela SERRANA.

Satisfatório foi, também, o desenvolvimento da indústria de papel e celulose que, segundo as estimativas disponíveis, atingiu, em 1958, os seguintes quantitativos: celulose, 137 000 toneladas; papel para jornal, 65 000 toneladas; papel para outros fins, 410 000 toneladas, contra, respectivamente, 67, 40 e 340 mil, em fins de 1955.

Há três anos, a indústria de material elétrico pesado não figurava, pràticamente, no quadro de nossas atividades. Hoje, já estamos capacitados para produzir boa parte do equipamento exigido pelo nosso programa de eletrificação. Cresce, também, a indústria de equipamentos mecânicos. A tôdas essas iniciativas não tem faltado o estímulo e a assistência dos Podêres Públicos.

No setor dos transportes, cuidou o Govêrno, ao mesmo tempo, de reaparelhar as ferrovias, expandir a rêde rodoviária, recuperar e ampliar a frota mercante. Assim, esforçou-se ativamente para modernizar o parque de tração e de material rodante, bem como para reformar a via permanente e melhorar os traçados das nossas estradas de ferro.

Quanto à meta rodoviária, extraordinário incremento verificou-se em 1958, logrando-se, na execução das obras, ritmo jamais alcançado. Assim, enquanto nos dois primeiros anos de govêrno a média anual de construção foi de 1 600 quilômetros, registrou-se, em 1958, quilometragem quase duas vêzes superior, isto é, 3 174 quilômetros. No que respeita à pavimentação, observou-se, também, sensível desenvolvimento, pois, em confronto com os 1 040 quilômetros concluidos nos dois primeiros anos, foram pavimentados, a mais, em 1958, cêrca de 916 quilômetros. As obras de construção e reconstrução realizadas em 1958 atingiram o total de 2 476 quilômetros de implantação e 698 de melhoramentos.

Destacam-se, entre as rodovias concluidas, a São Paulo-Belo Horizonte e, entre as em construção, a Belém-Brasília e a São Paulo-Curitiba, ambas componentes do eixo rodoviário Norte-Sul. A primeira dessas rodovias, a Belém-Brasília, obra do mais autêntico pioneirismo, vem quebrar o isolamento da Bacia Amazônica e irá exercer influência decisiva no povoamento e exploração das extensas regiões que formam os vales do Araguaia e do Tocantins. A construção da São Paulo-Curitiba, estrada de subida importância econômica, vem merecendo especiais cuidados do Govêrno, que, para apressá-la, concentrou, ao longo do traçado, cêrca de 500 máquinas de

alto rendimento. Quanto à São Paulo-Belo Horizonte, não é preciso encarecer o seu extraordinário significado, no escoamento da produção do grande triângulo industrial do Centro-Sul.

Muito se avançou na recuperação do nosso sistema de transporte sóbre águas, graças ao Fundo de Marinha Mercante, que assegurou os recursos imprescindíveis à reposição e ampliação da frota mercante, conforme assinalei, ao referir-me à indústria de construção naval. Também se incrementa o reaparelhamento dos serviços portuârios com os meios proporcionados pelo respectivo Fundo.

O desenvolvimento dos serviços aéreos comerciais continuou a merecer o estímulo do Govêrno, que, além de subvencionar as emprêsas em operação, realizou, em 1958, obras de infra-estrutura e aeroportuárias em vários pontos do País.

As atividades agropecuárias tiveram, no decurso de 1958, incremento satisfatório, que se expressa na taxa de 6,2%. A diferença, para menos, entre êsse resultado e o do ano anterior decorreu de fatôres climáticos adversos, cuja incidência, particularmente nefasta no Nordeste, determinou declínio na produção de alguns gêneros de primeira necessidade.

Considerados os grandes componentes da produção agropecuária, verifica-se que houve, em 1958, incremento de 5,1% no conjunto das colheitas agricolas; aumento invulgar de 9,7%, na produção de origem animal, e de 9%, na produção extrativa vegetal. Registrou-se, igualmente, melhora na produtividade. Segundo dados ainda sujeitos a revisão, a área cultivada, correspondente aos 49 principais produtos agrícolas, diminuiu, em 1958, 1,7%, ao

passo que aumentava o volume da produção, como indicam as percentagens mencionadas acima. Para atender ao desenvolvimento das lavouras, notadamente a do trigo, foram construídos, em 1958, silos, armazéns ou unidades conjugadas, em 60 municipios, dos quais 45 no Rio Grande do Sul, 11 em Santa Catarina, 3 no Paraná e 1 em Minas Gerais. Considerável foi o volume dos créditos concedidos às atividades rurais, como tive ocasião de dizer.

É grato assinalar que condições climáticas mais favoráveis em todo o País, no ano corrente, prenunciam safras abundantes, podendo-se prever maior desafôgo no abastecimento dos nossos grandes centros urbanos.

Cumpre, todavia, não esquecer que muitos dos problemas atuais da nossa agricultura são de caráter estrutural. Para solução de alguns deles, confia o Governo em que o Congresso de à Nação uma lei agrária apta a propiciar a melhora do nível de vida das populações rurais - com a consequente ampliação do mercado interno — e a incrementar a produção de alimentos. desenvolvimento do País está a pedir, simultâneamente com o progresso industrial, e como contraparte dele, uma legislação que facilite, a maior número de brasileiros, o acesso à terra, confira ao uso desta sentido verdadeiramente social e estimule a renovação tecnológica dos procedimentos da produção agropecuária. Acham-se, no Congresso, diversas proposições tendentes a êsse objetivo. Por sua vez, o Govêrno examina, no momento, os diferentes aspectos da questão, habilitando-se a oferecer oportunamente ao Legislativo os frutos de seu estudo.

Referi-me às múltiplas iniciativas da Administração, para manter em alto nível as atividades produtoras do

País. Devo acrescentar que, ao empreendê-las, o Govêrno estêve igualmente atento à necessidade de corrigir desequilíbrios econômicos entre as nossas diferentes regiões.

Obedeceram a êsse propósito os programas que se executam na Amazônia, no Nordeste e no Vale do São Francisco. Reformulam-se, no momento, os problemas da valorização regional, através de um plano de conjunto e da concentração de recursos em obras básicas. E' no Nordeste que esta nova política entra em fase decisiva. com vistas a lhe reorganizar a economia, tornando-a resistente ao impacto das sêcas e melhorando o padrão de vida das suas populações. Está sendo revista a política federal de inversões nas obras contra as sêcas, busca-se modificar o sistema de produção rural da zona semiárida, e bem assim abrir frentes de colonização. faixa litorânea, a industrialização, à base do aproveitamento das matérias-primas locais, apresenta-se como a forma indicada para o desenvolvimento econômico. Ao critério assistencial, que predominava nas obras do Poligono das Sêcas, substituiu-se rigoroso trabalho de planejamento, no qual se indicam soluções racionais para os problemas.

Tôda a ação que vem desenvolvendo o Govêrno, no plano econômico, para proporcionar ao Povo brasileiro melhores condições de vida, poderia, entretanto, frustrar-se, caso não estivesse vinculada a um esfôrço paralelo, no campo da educação. Em capítulo próprio desta Mensagem, análise minuciosa da situação do ensino ressalta o que se tem feito e ainda será preciso fazer, nesta e noutras

administrações. Cumpre articular o nosso sistema educacional com o desenvolvimento, a partir da escola elementar, onde o cidadão de aptidões comuns deve ser preparado para que atinja a produtividade requerida pela moderna sociedade industrial, e o elemento mais apto deve ser descoberto e cultivado, para que, encaminhado a outros níveis de ensino, possa servir aos superiores interêsses da nossa cultura. Na educação se joga, sem dúvida, o destino do nosso desenvolvimento. A expansão do parque industrial brasileiro veio revelar-nos, cruamente, o preço que estamos pagando, em razão da carência, entre nós, de operários especializados e de técnicos de grau médio, bem como de cientistas e tecnólogos capazes de encontrar soluções especificas para os nossos problemas. O Govêrno está realizando grande esfôrço para prover a essa crescente demanda de pessoal especializado em vários níveis, através da ampliação, do aparelhamento e da diversificação do sistema do ensino superior, bem como do incremento ao ensino profissional. A ação dos órgãos técnicos se vê, porém, tolhida, por falta de legislação adequada, principalmente no tocante ao ensino elementar e ao médio, cuja estrutura uniforme, rigida e estreita colide com a crescente variedade de interêsses a que devem servir. Encareço, a êste propósito, a urgência da aprovação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na qual se consubstanciem medidas indispensáveis a que o nosso sistema de ensino se ajuste às condições do País.

No que concerne à Saúde, ver-se-á que o Govêrno cuidou de fortalecer e ampliar a nossa estrutura sanitária

básica, não só desenvolvendo os órgãos federais, como assistindo técnica e financeiramente serviços a cargo dos Estados, dos Municípios e de entidades particulares. Por outro lado, incrementou o combate, em todo o território nacional, às doenças de massa. Constituem estas o nosso pesado fardo, como expressão típica do subdesenvolvimento, estreitamente ligada, portanto, ao estádio sócio-económico em que nos encontramos. Graças às descobertas nos domínios da química, da terapêutica e da profilaxia, o sanitarista acha-se, hoje, armado de processos mais simples, amplos e eficazes, para erradicar essas doenças ou reduzir-lhes a área de incidência. Nossos programas de saúde se têm beneficiado amplamente dêsses recursos, e apreciáveis resultados vão sendo conseguidos, no que toca à diminuição, entre nós, dos indices de morbidade e mortalidade.

Procurei dar a síntese do que vai circunstanciadamente tratado em diferentes capítulos desta Mensagem.
Em grandes linhas, expus a ação empreendida pelo Govêrno, tanto na esfera política, como no plano da economia ou da cultura, para assegurar a esta geração —
incumbida de resolver ao mesmo tempo tantos e tão árduos
problemas — os meios e armas de que necessita, na luta
em que se empenhou.

Devo repetir, ao finalizar êste preâmbulo, o que muitas vêzes tenho dito: a interiorização da Capital da República é etapa indispensável, senão a própria chave do desenvolvimento apto a transformar êste arquipélago econômico, que um progresso desordenado criou no Brasil, em continente unido, interligado, sem os desníveis de

riqueza, injustos e remediáveis, que um dia poderão ameaçar a própria unidade nacional.

Brasilia impôs-se, dêste modo, como um fulcro econômico e cultural, em tôrno do qual devesse girar, disciplinadamente, o processo do desenvolvimento. Era, pois, uma necessidade inadiável e inevitável, como complemento das metas. A clara consciência de nossa realidade econômica e geopolítica discerniu, em sua edificação, não apenas o cumprimento de um preceito da Lei Magna, mas um imperativo de sobrevivência, uma condição para que o Brasil cumpra a sua vocação unitária e não venha a faltar ao seu destino de grande Nação. Do pantanal mato-grossense ao planalto central e à Amazônia, milhões de quilômetros quadrados serão incorporados vàlidamente à economia e à cultura nacional pela ação vigorosa que irá exercer Brasilia, como entroncamento de nossas vias de progresso e de expansão interna.

Com o apoio do Congresso e os estímulos que a Nação calorosamente lhe trouxe, pôde o meu Govêrno dar o grande passo. Vendo erguer-se, com decisão e energia, a nova Capital, as populações do interior sentem renascer as suas esperanças e de novo acalentam o sonho de um Brasil que prospere e cresça não só para os habitantes do litoral, mas também para aquêles que desbravam os sertões e nêles se plantam, fiêis ao espírito das bandeiras.

No que possui de melhor e de mais generoso, a Nação vem sendo convocada a participar dêste empreendimento demasiado grande para que o Govêrno, sòzinho, o realize: prover Brasilia de meios que a tornem, além de capital política, além de monumento urbanistico e arquitetônico implantado no centro do nosso território, um eixo de integração econômica, de onde se irradie intensa força criadora para o subcontinente solitário e desconhecido que tinhamos dentro de nossas fronteiras.

Com a ajuda de Deus, hei-de cumprir a decisão tomada, em hora histórica, pelo Parlamento Brasileiro: a 21 de abril de 1960, de seu soberbo altiplano, no próprio coração do Brasil, a nova Capital passará a comandar a vida dêste País. E poderão os vindouros dizer que esta geração cumpriu a tarefa que a História confiou à sua capacidade, à sua intrepidez e ao seu patriotismo.

Rio de Janeiro, D. F., em 15 de março de 1959

Juscelino Kubitschek de Oliveira

PARTE PRIMEIRA SITUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

CAPITULO I

POLITICA INTERNA

Politicamente, assinalou-se o ano de 1958 pelo pleito de 3 de outubro, destinado à renovação da Câmara dos Deputados e de um têrço do Senado. Realizaram-se, ao mesmo tempo, eleições para deputados às Assembléias Legislativas Estaduais e, em 11 Estados, para governador, prefeito e vereadores.

No âmbito de suas atribuições, tudo fizeram a Justiça Eleitoral, o Poder Legislativo e o Poder Executivo para que o preparo e a realização daqueles pleitos decorressem normalmente.

Cuidou-se, como medida preliminar e indispensável, da renovação do corpo eleitoral do País, que legislação recente mandara organizar em novas bases. De início, a reinscrição dos cidadãos alistáveis processou-se morosamente. Graças, porém, à conjugação de esforços de diversos órgãos da Administração, o alistamento foi incrementado, desfazendo-se, por completo, os receios, manifestados em alguns setores, de que, em razão do reduzido número de votantes, o pleito deixasse de traduzir efetivamente a opinião política do povo brasileiro.

O Tribunal Superior Eleitoral baixou înstruções especiais a respeito, e o Congresso, através de lei especifica, simplificou o processo do alistamento e autorizou a abertura de créditos para as despesas correspondentes. Complementando essas providências, o Poder Executivo colocou à disposição da Justiça Eleitoral a importância de 100 milhões de cruzeiros para aquêle fim.

Como resultado dessa convergência de esforços, o corpo eleitoral do País, — que, a 31 de dezembro de 1957, alcançava apenas a cifra de 5 500 000, — em julho de 1958, ao encerrar-se o alistamento, contava 12 780 244 eleitores. Assim, cresceu 144%

em seis meses, apresentando indice altamente significativo do grau de consciência política do nosso Povo.

Simultâneamente, tinham curso as demais providências administrativas relacionadas com o pleito. Foram fornecidos à Justiça Eleitoral perto de 74 milhões de impressos vários que, graças à colaboração da Marinha de Guerra, da Fôrça Aérea Brasileira e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, se distribuíram a tempo por todos os recantos do País. Também se remeteram oportunamente as Instruções baixadas sôbre propaganda política, registro de candidatos, processamento das eleições e sua apuração. Além do citado crédito de 100 milhões de cruzeiros para o alistamento, o Govêrno colocou à disposição da Justiça Eleitoral mais 130 milhões, destinados às despesas com o preparo e a realização do pleito.

Para que não se perturbasse a legitima expressão da vontade popular com a eventual interferência de agentes da administração pública no pleito, o Executivo procedeu com extremo rigor, não hesitando mesmo em deixar de exercer, temporariamente, prerrogativas que a Constituição lhe confere. Assim, ampliou o conceito de incompatibilidade, determinando que, noventa dias antes das eleições, todos os candidatos a postos eletivos deixassem os cargos em comissão e as funções de confiança, tanto na administração centralizada como na descentralizada. Com o mesmo fim, outras medidas foram tomadas, como a suspensão de financiamentos, no período pré-eleitoral, por parte dos Institutos de Previdência e Caixas Econômicas Federais, a proibição do uso de veículos oficiais na campanha política, e, ainda, a determinação de não criar nem instalar novos serviços, por onde se pudessem dissimular tentativas de empreguismo.

Nos Estados onde a luta política e a campanha eleitoral assumiram aspectos extremados, com perspectiva de ameaças às garantías constitucionais ou à ordem pública, a presença das Fôrças Armadas, requisitadas pela Justiça Eleitoral, propiciou o ambiente de tranquilidade e de ordem indispensável à livre manifestação das urnas.

A absoluta normalidade do pleito em todo o País e a diminuta percentagem de abstenção, que foi da ordem de 7%, demonstram a

eficácia das medidas adotadas pelos órgãos próprios da Administração e o alto índice de compreensão política do eleitorado brasileiro.

O confronto entre as eleições de 3 de outubro de 1958 e as que as precederam, em outras oportunidades, permite a conclusão de que o regime democrático está definitivamente consolidado entre nós. Nenhum dos óbices e tropeços criados aos partidos ou aos candidatos se repetiram no último pleito; cidadão algum foi tolhido no seu direito de candidatar-se; nenhuma agremiação partidária sofreu qualquer pressão.

E' lícito, pois, concluir-se que a consulta às urnas deixou de ser motivo de inquietação nacional e pretexto para ameaças e pronunciamentos indevidos, havendo-se transformado agora, definitivamente, em ato de rotina democrática.

Reforma Constitucional

Elaborada no após-guerra, em época de profundas transformações políticas, ao organizar-se de novo a vida democrática do País, numa conjuntura bem diversa da atual, é compreensível que a Constituição de 1946 se ressinta, hoje, de imperfeições que não lhe permitam, em tôda a plenitude, servir adequadamente à mecânica do regime. A experiência de quase treze anos demonstra a necessidade de se lhe modificar, aqui e ali, o texto, em bases prudentes e realistas, atendendo à sensibilidade política e à vocação democrática de nosso Povo.

O problema vem sendo objeto de estudos e preocupações do Govêrno, bem como dos Partidos Políticos e dos meios jurídicos brasileiros, que o debatem amplamente.

E' desnecessário encarecer a importância dêsse debate, que, acumulando valioso acervo de subsidios, permite o amadurecimento de sugestões e fórmulas, a melhor adequação entre o pensamento das nossas forças político-partidárias e a realidade econômica e social do Pais.

Da presente Legislatura participam eminentes cidadãos, que vêm prestando ao País, desde os dias da Assembléia Constituinte, o concurso de sua experiência e de sua sabedoria política. Integram-na, também, jovens representantes, que ingressam no Parlamento Nacional pela primeira vez e que se podem justamente considerar porta-vozes de uma geração nova, cujo pensamento deve igualmente pesar nas relevantes decisões de nossa comunidade.

Por muitos títulos, a renovação que lhe trouxeram as últimas eleições capacita, pois, o Legislativo para melhor aquilatar a oportunidade e a extensão dessa iniciativa, à qual o Executivo se julga credenciado a prestar a contribuição colhida no trato diário dos negócios administrativos e na intimidade com os problemas nacionais.

Legislação eleitoral

Em 3 de outubro, foi posta à prova e confirmada a excelência de duas importantes inovações tendentes ao aprimoramento do nosso sistema eleitoral: a folha individual de votação e a cédula única nas eleições majoritárias, aquela resguardando a autenticidade do eleitorado e do voto, esta nivelando os gastos dos candidatos e dos partidos.

A reforma de nossa organização partidária e da legislação eleitoral são temas que se oferecem ao exame da Legislatura que se inicia.

O Governo, de sua parte, não tem estado alheio ao problema. Através do Ministério da Justiça, solicitou ao Ministro Edgar Costa a elaboração de um anteprojeto de reforma da legislação política vigente, a fim de oportunamente encaminhá-lo ao Congresso Nacional.

Funcionamento do sistema constitucional

Funcionaram normalmente os Podêres da República, não se assinalando quaisquer manifestações ou incidentes capazes de quebrar, ainda que momentâneamente, os principios de independência e harmonia prescritos no Estatuto Básico. O Executivo timbrou em acatar e respeitar os outros Podêres — o Legislativo e o Judiciário —, aos quais procurou facultar os meios necessários e oferecer as condições favoráveis ao eficaz desempenho de suas atribuições e ao pleno exercício de sua missão.

O Legislativo aprovou importantes projetos de lei, oriundos de Mensagens do Executivo ou de sua própria iniciativa, de modo a facultar ao Govêrno os instrumentos legais indispensáveis à execução do seu programa administrativo e a promover o bem-estar do Povo.

Destacam-se, pela sua relevância, as leis referentes à criação do Fundo de Marinha Mercante e da Taxa de Renovação da Marinha Mercante; à instituição do Fundo Portuário Nacional e à Taxa de Melhoria dos Portos: à subscrição de ações da Companhia Síderúrgica Paulista (COSIPA): à prorrogação da Lei do Inquilinato; à alteração da Legislação do Impôsto de Renda, da Consolidação das Leis do Impôsto do Sélo, da Legislação do Impôsto de Consumo; à consignação no Orçamento, durante cinco anos, da dotação de trezentos milhões de cruzeiros para a construção da nova rodovia São Paulo-Curitiba e à instituição do crédito de emergência aos agricultores e criadores do Polígono das Sêcas.

Em 1958, o Executivo enviou ao Congresso Nacional 162 Mensagens, acompanhadas dos respectivos anteprojetos de lei, das quais 15 percorreram todos os trâmites na última sessão legislativa e lograram aprovação e sanção.

Assinale-se que ainda se encontram nas duas Casas do Legislativo numerosas proposições de real alcance nacional e cuja transformação em lei se toma indispensável à execução dos planos de desenvolvimento econômico e social.

Cumpre mencionar, entre outros, os projetos relativos à constituição das Emprêsas Centrais Elétricas Brasileiras, S. A. ELETROBRÁS, ao Plano Nacional de Eletrificação: ao regime econômico e financeiro das emprêsas de energia elétrica; à administração das águas públicas interiores, aproveitamento de energia hidráulica e serviços de energia elétrica; às Diretrizes e Bases da Educação; à regulamentação do art. 169 da Constituição; à Lei Orgânica da Previdência Social; ao Código de Menores e ao Código do Trabalho. A importância dêsses projetos justifica o empenho do Govêrno em vê-los aprovados.

O Executivo sancionou 131 projetos aprovados pelo Legislativo. Os vetos alcançaram 30 projetos, dos quais sete totais e 23 parciais. Dêsse conjunto, foram mantidos 6 vetos totais, contrnuando I pendente de julgamento. Dos vetos parciais, 8 foram mantidos. I mantido em parte e 14 continuam pendentes de decisão.

A prerrogativa do veto, como se vê, foi exercida com moderação e como recurso extremo, visando, invâriavelmente, ao aperfeiçoamento da obra legislativa ou a preservar as diretrizes adotadas pelo Govêrno, em relação a determinados problemas.

Deve-se ainda emprestar especial realce à critica e à análise dos atos governamentais, exercitadas, com lucidez e vivacidade, pelos representantes do Povo e através das quais colheu a Administração valiosos subsidios para a solução de importantes questões.

Cumpre assinalar que o Govêrno atendeu, com presteza e solicitude, aos pedidos de informações encaminhados pelas Mesas das duas Casas do Congresso.

Em suma, tanto o Judiciário, como o Legislativo e o Executivo procuraram imprimir unidade e congruência aos seus atos, insuflando vida ao dogma constitucional da harmonia e separação dos Podêres, respeitadas as prerrogativas e as esferas de competência de cada um.

Relações da União com os Estados e Municípios

Como nos exercícios anteriores, em 1958 não ocorreram entre os Estados-Membros e a União, divergências, atritos ou choques de interêsses capazes de perturbar a boa harmonia que deve presidir às suas relações. A autonomia estadual, que constitui o fundamento e a essência do sistema federativo, foi rigorosamente respeitada e, livres de qualquer interferência, puderam os Estados-Membros conduzir seus negócios segundo a sua peculiar conveniência.

A fim de atender a necessidades ou solucionar problemas regionais que, pelo vulto ou complexidade, ultrapassam os recursos dos governos locais ou lhes transcendem o âmbito da jurisdição estrita e da competência específica — a União tem procurado articular-se intimamente com os Estados e prestar-lhes constante assistência. Essa estreita colaboração entre as duas esferas administrativas é, em nosso País, de especial relevância, em vista do número e da diversidade de problemas, cujo equacionamento impõe a permanente orientação e ajuda federal.

Dentro desse propósito, a União vem celebrando numerosos convenios com as Unidades Federadas, em diversos setores de atividades, com o fim de capacitá-las a desenvolver serviços que lhes incumbem ou de iniciá-las em técnicas mais avançadas, no trato das diferentes questões que interessam ao aperfeiçoamento das práticas administrativas.

THE REPORT OF THE PROPERTY OF

Os últimos orçamentos federais assinalam essa crescente tendência da participação da União em realizações e empreendimentos de âmbito estadual, quer por intermédio de verbas para obras determinadas, quer por meio de dotações globais atribuídas aos órgãos administrativos, como se verá de maneira mais circunstanciada nos capítulos próprios da presente Mensagem.

Deve-se destacar, ainda, que o programa de metas estabelecidas para o atual quinquenio - especialmente nos setores da eletrificação, da construção de rodovias, do aparelhamento ferroviário, da modernização do sistema portuário, da racionalização dos métodos agrícolas — tem como objetivo a valorização de áreas e, em consequência, a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações do interior. Através do Departamento de Obras Contra as Sêcas, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, da Comissão do Vale do São Francisco. a União canaliza vultosos recursos orçamentários para as «áreas problemas», desempenhando, assim, por mandamento expresso na nossa Carta Magna, relevante papel na redistribuição da renda nacional, através de beneficios de ordem direta e indireta às regiões menos desenvolvidas, como consta, de maneira mais pormenorizada, em diversos capítulos desta Mensagem. Identica diretriz orienta, por determinação expressa do Govêrno, os órgãos executores da politica oficial de crédito, que têm encaminhado recursos ponderáveis para as regiões mais carentes de financiamento, visando a mobilizar riquezas potenciais e a aumentar sua capacidade de produção.

Nos setores da educação, da saúde pública, da agricultura e dos transportes e comunicações, vem a União assumindo encar-

gos dia a dia mais vultosos, que se traduzem em grandes vantagens para os Estados-Membros, nos domínios econômico e cultural. Essa política de convênios, que cada vez mais se amplia e aperfeiçoa, vem estabelecendo perfeito entrosamento entre a União e os Estados e apresentando resultados altamente fecundos, como se nota em outra parte desta Mensagem.

No que concerne ao intercâmbio da União com os Municipios, poder-se-ia dizer que êste se vivifica pela consciência, cada vez mais nítida, da importância das comunas como núcleos de atividade onde se estrutura o progresso e onde se forja a grandeza nacional.

A Constituição de 1946, de cunho marcadamente localista, assegurou aos Municípios não só o princípio da autonomia, pela administração própria, no que respeita ao seu peculiar interêsse, como procurou fortalecer-lhes as bases financeiras, sobretudo através de transferência de parte das receitas arrecadadas pela União e pelos Estados. Particípam os Municípios, excluídos os das Capitais, de 10% do produto do impôsto de renda, repartido em partes iguais; do impôsto único sôbre lubrificantes e combustiveis liquidos; do impôsto único sôbre minerais e energia elétrica. Dêsses recursos transferidos, a cota-parte do impôsto de renda revelou-se como a parcela mais substancial de acréscimo às rendas municipais, constituindo-se na principal fonte de receita das comunas mais necessitadas.

のでは、100mmの

É mais um aspecto do papel redistributivo da receita pública atribuida à União, com a finalidade de suprir as carências locais.

O preceito constitucional estabeleceu que pelo menos metade da quantia correspondente à cota-parte do impôsto de renda se aplique em beneficios de ordem rural. Impõe-se que, sem quebra da autonomia e do prestígio dos Municipios, a Lei regule a aplicação de tais recursos em obras e serviços determinados, e estabeleça normas de fiscalização efetiva. Urge que as administrações comunais de todo o País elaborem planos de obras e empreendimentos para execução em prazos prefixados, de modo a obter o máximo rendimento dos recursos postos à sua disposição em proveito do bem-estar coletivo.

Exige, ainda, pronto exame legislativo o problema da excessiva fragmentação administrativa, que vem representando sério fator negativo, a comprometer os sadios propósitos do movimento municipalista. Já nos referimos ao assunto em Mensagem anterior, lembrando que as cotas do impôsto de renda, por mais que se eleve a arrecadação, têm o montante proporcionalmente diminuído, à medida que se criam novos Municípios.

Estes problemas certamente merecerão o atento exame da atual Legislatura, que saberá dar-lhes solução adequada, de modo a evitar a criação de Municípios destituídos de capacidade econômico-financeira e destinados a vegetar à sombra das receitas transferidas.

Os Municípios têm recebido, ainda, decidida assistência da Administração Central através do financiamento, assegurado em Lei, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e pelas Caixas Econômicas Federais, para a instalação de serviços de abastecimento d'água e de rêdes de esgôto.

Numerosos órgãos do Govêrno Federal, nos limites de sua especialização administrativa, mantêm estreitas e constantes relações com os Municipios, orientando-os e assistindo-os têcnicamente, quer para a organização e funcionamento dos seus serviços, quer para a melhoria do nível de educação, da saúde e do bem-estar dos munícipes.

Transferência da Capital Federal

Executadas em ritmo célere, vêm-se concluindo, nas datas previstas, tôdas as etapas das obras de construção da Nova Capital, de modo que, a 21 de abril de 1960, alí se instalem os Podêres da República.

Os serviços e obras a cargo da NOVACAP consistem na urbanização, pròpriamente dita, da cidade de Brasília e dizem respeito à disposição geral das quadras, à abertura de ruas, à instalação de parques e play-grounds e aos serviços básicos de utilidade pública — água, esgotos, fôrça e luz — assim como à construção do núcleo da Administração Federal: os Palácios Presidenciais — Residencial e de Despacho — os edifícios dos Ministérios e os Palácios dos Podêres, Legislativo e Judiciário.

Os demais serviços e obras competem aos órgãos federais responsáveis pelas Obras Delegadas. As instituições autárquicas incumbe especialmente a construção das respectivas sedes e dos conjuntos residenciais destinados aos membros do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e aos seus próprios associados. As demais edificações caberão à iniciativa privada.

PLANO DE OBRAS DE BRASILIA

Urbanização — Ao encerrar-se o exercício de 1958, os edificios projetados e construidos pela NOVACAP, e destinados à Administração Federal, encontravam-se na seguinte situação: Obras já concluídas a cargo da NOVACAP — Palácio Residencial do Presidente da República, com 13 000 m² de área, pelo custo de 344 milhões de cruzeiros e Brasilia Palace-Hotel, com 14 000 m² de área, pelo custo de 262 milhões de cruzeiros, em números redondos. Obras em construção: Palácio do Congresso Nacional, com 55 000 m² de área, orçado em 790 milhões de cruzeiros; Palácio de Despacho do Presidente da República, com 17 000 m² de área, orçado em 300 milhões de cruzeiros; Supremo Tribunal Federal, com 9 000 m² de área, orçado em 160 milhões de cruzeiros; os onze Ministérios, com 190 000 m² de área total, orçados em 1 700 milhões de cruzeiros.

Com referência às obras de urbanização, já foram executadas as seguintes parcelas: 3 916 000 m³ de terraplenagem, ao custo aproximado de 50 cruzeiros p/m³, inclusive o transporte médio de 800 metros: 442 000 m³ de base de pavimentação, ao custo de 230 cruzeiros p/m³: 220 500 m³ de revestimento em concreto asfáltico c/5cm de espessura, ao custo de 137 cruzeiros p/m². 27 000 metros de tubulações destinadas a água, esgôto e águas pluviais.

Foram projetadas e iniciadas as seguintes obras, com base nas previsões orçamentárias: Águas Pluviais da Zona Sul, custo estimado em 150 milhões de cruzeiros: Esgotos Sanitários do Sistema Sul, 88 milhões de cruzeiros: Captação, Recalque, Acumulação e Tratamento de Água, em 183 milhões de cruzeiros: Distribuição de Água, em 180 milhões de cruzeiros e Ramais Domici-

liares, em 17 milhões de cruzeiros: Terraplenagem dos Eixos Monumental, Rodoviário. Paralelos e Transversais. 160 milhões de cruzeiros: Pavimentação das Pistas desses Eixos, 485 milhões de cruzeiros: e Passagens Inferiores para veículos, pedestres e tubulações, 100 milhões de cruzeiros.

Diversos órgãos da administração federal participam da construção de Brasília, atuando cada um dêles no setor específico respectivo. O conjunto das atividades dêsses órgãos constitui as chamadas Obras Delegadas, que são as seguintes: Rodovias, a cargo do D.N.E.R. orçadas em 573 milhões de cruzeiros; Ferrovias, a cargo do D.N.E.F., avaliadas em 229 milhões de cruzeiros; Aeroportos, a cargo do Ministério da Aeronáutica, estimados em 30 milhões de cruzeiros; Hospital de Pronto Socorro, a cargo do Ministério da Saúde, cujo montante será de 203 milhões de cruzeiros e escolas de diferentes níveis de ensino, a cargo do Ministério da Educação e Cultura, totalizando 50 milhões de cruzeiros.

As construções destinadas a residência, sob a responsabilidade das instituições de previdência social, obedecem ao seguinte programa: 11 blocos a cargo do I.A.P.B., com 456 unidades residenciais: 11 a cargo do I.A.P.C., com 432 unidades: 10 a cargo do I.A.P.I., com 336 unidades: 22 a cargo do I.P.A.S.E., com 768 unidades: 11 a cargo do I.A.P.E.T.C., com 420 unidades: e 11 a cargo da C.A.P.F.E.S.P., com 456 unidades.

As obras já foram iniciadas e totalizam 76 blocos, com 2 868 unidades residenciais, orçadas em 4 739 milhões de cruzeiros, prevendo-se o prazo de doze a quinze meses para sua conclusão, a contar de agôsto de 1958. O programa a cargo do I.A.P.M. encontra-se, ainda, em fase de estudos e projetos.

Merecem citação especial as 500 casas concluídas pela Fundação da Casa Popular, que já deu inicio, aliás, à construção de mais 33 blocos de apartamentos, com cêrca de I 000 unidades residenciais.

Do mesmo modo, a Caixa Econômica Federal já terminou a construção de 74 casas residenciais e deu comêço a outras 74. além de 28 lojas para instalações comerciais. No setor comercial-

local, está construindo mais 34 lojas e, em 1959, pretende construir outras 74 casas e mais 34 lojas, semelhantes às primeiras.

Ferrovias — O primitivo projeto de prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, no sentido Pirapora-Rio Tocantins, com as correções introduzidas pelo convênio assinado entre a NOVACAP e o D.N.E.F., constitui o tronco principal da ligação ferroviária de Brasília com o litoral, cuja articulação com o sistema paulista será feita através do Vale do Saia-Velha e com o sistema goiano, pela margem direita dos rios São Bartolomeu e Corumbá, permitindo o acesso a Roncador-Pires do Rio, Corumbá e ao Triângulo Mineiro.

Em 1958, realizou a NOVACAP os seguintes estudos: reconhecimento Brasília — Entre-Ribeiros, na linha de Pirapora, com 271 km: reconhecimento Surubi-Pires do Rio, com
161 km; reconhecimento Entre-Ribeiros — Paredão, com 130 km;
exploração e projeto do trecho Brasília-Surubi com 86 km e
exploração e projeto do trecho Surubi-Pires do Rio, com 161 km.
Em andamento, encontra-se a exploração do trecho Entre-Ribeiros
— Paredão, assim como o respectivo projeto.

Até o momento, já foram concluídos 556 km de reconhecimentos definitivos e 247 km de locação de linhas, estando prontos os projetos de tôda a extensão locada. Já se acham no grade, em condições de receber o assentamento dos trilhos, 108 420 km de leito.

Para evitar retardamentos eventuais nos serviços de terraplenagem, acelerou-se o ritmo da construção das obras darte.

Em 1959, com a conclusão dos trabalhos de exploração e projeto dos trechos Entre-Ribeiros — Paredão e Surubi — Entre-Ribeiros, completar-se-á a exploração do tronco Pirapora-Brasília. Ao mesmo tempo, cuida-se da ultimação dos projetos da linha, em tôda sua extensão.

De conformidade com o Convênio em vigor, prosseguiram os trabalhos de construção da linha Pirapora-Brasilia, no trecho Pirapora-Rio do Sono, com base nos recursos fornecidos pelo D.N.E.F. Ainda em 1959, espera-se atingir o ponto final do trecho, com o leito no grade e tôdas as obras darte concluídas.

Já se eleva a 626 868,541 m³ o total dos trabalhos de terraplenagem executados pela NOVACAP, a contar de julho de
1957, data em que recebeu os serviços do D.N.E.F. É da ordem de 900 000 m³ o volume restante para o preparo do leito da
linha Pirapora-Rio do Sono, computados os trabalhos em execução e as grandes reparações exigidas pelos trechos concluídos
sob a administração do D.N.E.F.

コープの主要が出ているというないのでは、これのできないのできないのできない。 これのできない これの

Os trabalhos do trecho Brasilia-Surubi, iniciados em outubro de 1957, desenvolveram-se com grande intensidade, cumprindo observar que foram significativamente ultrapassados os volumes de terraplenagem previstos. Isto ocorreu não só por imposição do Plano de Urbanização da Cidade, como pelo aumento imprevisto do atêrro das cabeceiras do córrego Saia-Velha, em decorrência do recalque no terreno natural. O volume escavado monta a 6 782 825.022 m³. O movimento de terra para a conclusão dos trabalhos de terraplenagem, nesse trecho, é da ordem de 1 900 000 m³.

No trecho Surubi-Pires do Rio, da linha Surubi-Colômbia. iniciou-se o desmatamento do leito, cujos serviços de terraplenagem, calculados em 8 000 000 m, foram atacados em janeiro.

Rodovias — A ligação rodoviária de Brasilia com outros pontos do território nacional, cujas obras já se encontram bem adiantadas, compreende cinco segmentos, a saber: Triângulo Mineiro, São Paulo e Estados do Sul: Belo Horizonte e Rio de Janeiro; Nordeste: Norte, via Anápolis; e Oeste.

Com o objetivo de estabelecer ligação imediata com o Estado de São Paulo, através do entroncamento da BR-14 com a BR-33, que o D.N.E.R. está realizando, deu-se prioridade absoluta à construção da rodovia Brasília-Anápolis, já concluída pela própria NOVACAP.

A cargo também da NOVACAP, ficou a construção do trecho Brasilia-Luziânia, integrante do tronco Brasilia-Belo Horizonte, que tem como pontos de possagem obrigatória Luziânia. Cristalina, Paracatu, João Pinheiro. Três Marias, Felixlândia e Sete Lagoas. A terraplenagem dessa importante rodovia, com o volume aproximado de 15 000 000 m³, dos quais 7 500 000 m² já foram escavados, deverá estar concluida no primeiro semestre

de 1959, podendo ser intensificados, a partir dessa data, os trabalhos de pavimentação, que já atingiram o trecho Brasília-Luziânia. Das 34 pontes compreendidas em seu trajeto, com aproximadamente 3 000 m, oito já se encontram prontas.

A ligação Brasilia-Belém encontra-se sob a responsabilidade de uma Comissão Especial subordinada à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que apresenta, no capítulo a isso destinado, o levantamento dos trabalhos entregues à sua responsabilidade.

Energia — O abastecimento de energia elétrica a Brasilia será feito por duas hidrelétricas: a do Paranoá, com capacidade para dois geradores de 8 700 kVA, totalizando 17 400 kVA, e a de Cachoeira Dourada, cuja linha de transmissão terá 385 km de extensão, estando prontos os 210 km que ligam Cachoeira Dourada a Goiânia. Os 175 km restæntes, compreendidos entre Goiânia e Brasilia, serão atacados sem demora, já estando contratado o fornecimento de todo o material necessário, inclusive da estação abaixadora de Brasilia, que será comum às duas hidrelétricas.

Esses encargos foram atendidos com recursos provenientes da dotação orçamentária de 195 milhões de cruzeiros, prevista na Lei nº 2 874, de 1956; da emissão de 700 000 Obrigações-Brasília, do valor nominal de 1 000 cruzeiros cada uma, juros de 8% aa. e bonificação de 10%, se transformada em Obrigação-lmobiliária, e, também, de dois empréstimos: um de 10 milhões de dólares, do Eximbank, garantido pelo Govêrno brasileiro, com juros de 5.5% aa., calculados sôbre o saldo devedor do principal em

vigor à época, pelo prazo de 15 anos: outro de um bilhão de cruzeiros, do Banco do Brasil, juros de 9% aa., com garantia-hipotecária, a título de antecipação da receita proveniente da venda de 80 000 lotes de terreno na área da cidade.

Calcula-se em 8 bilhões de cruzeiros o custo global das obras que deverão ficar concluídas até a data da mudança da Capital. Essa despesa, assim como as previstas para a execução do plano geral dos trabalhos, será coberta com a receita proveniente da venda de lotes em Brasilia. Atendendo, porém, a que essa venda vem sendo feita pelo sistema de prestações mensais, com a entrada de 20%, como de uso no mercado imobiliário, recorreu a NOVACAP ao Banco do Brasil e obteve desde logo, mediante garantía hipotecária, o numerário indispensável ao custeio das obras em andamento.

Tendo-se em conta os preços médios dos lotes residenciais. e comerciais, conta a NOVACAP com uma renda estimada em 24 bilhões de cruzeiros para atender aos seus compromissos.

É interessante assinalar que o investimento de 8 bilhões de cruzeiros será distribuído ao longo dos cinco anos do período do atual Govêrno, de modo que a imobilização média anual será de pouco mais de um bilhão e meio de cruzeiros. A pequena significação relativa dêsse investimento, no panorama geral da despesa pública, revela-se pelo confronto com os totais da despesa orçamentária da União e das Autarquias Federais.

Quanto aos investimentos privados, que se deslocam para o Planalto Central, deixando as áreas saturadas das grandes cidades do Centro-Sul, são evidentes os seus efeitos benéficos sobre a economia geral do País.

As demais dotações orçamentárias vinculadas a Brasília não se destinam às obras a cargo da NOVACAP, mas à execução dos planos de trabalho dos diferêntes órgãos federais, conforme dispõe a Lei nº 2 874, de 1956. Sua vinculação a Brasília tempor objetivo coordenar as atividades dos vários setores da administração, com a finalidade de evitar desperdicios e eventual. falta de entrosamento dos diferentes programas de realizações.

PLANO DE TRABALHO PARA 1959

Os projetos da NOVACAP, para o exercício de 1959, compreendem a conclusão das obras em andamento e o início de mais as seguintes: serviços de telefones urbanos, prevendo-se a instalação de 15 000 aparelhos automáticos, na etapa inicial: serviços telefônicos interurbanos, compreendendo a instalação de 11 canais telefônicos. 8 de teletipos e o início do rádio-relé em micro-ondas de grande capacidade, ligando Brasilia ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Belo Horizonte: rêde de distribuição de eletricidade, com as respectivas estações e subestações, Barragem e Usina Hidrelétrica do Paranoá, com dois geradores de 8 700 kVA: e estações de tratamento de águas e esgotos.

TRANSFERÊNCIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA BRASILIA

A fim de planejar e executar a transferência dos órgãos federais para a Nova Capital, criou-se o Grupo de Trabalho de Brasilia, constituido de representantes dos Ministérios Civis e Militares, do Estado-Maior das Forças Armadas e da NOVACAP, e presidido pelo Diretor-Geral do D.A.S.P.

De acordo com o plano aprovado, a transferência se processará em três etapas, devendo a primeira delas estar concluída antes do dia 21 de abril de 1960. Até essa data, órgãos da Administração Pública Federal, civis e militares, já se encontrarão localizados em Brasilia.

O Grupo de Trabalho a que aludimos procedeu ao levantamento não só dos órgãos que serão transferidos para a Nova Capital, como dos que permanecerão no Rio de Janeiro além de outros, cuja criação, tanto nesta cidade quanto em Brasília, se tornou necessária em virtude da transferência da Capital Federal. Esse levantamento abrange vários aspectos, dentre os quais a estruturação ou reestruturação, e a lotação de serviços, já discriminada por categorias funcionais.

Assim, foram tomadas as medidas que se impunham, para o bom funcionamento da administração em Brasilia. Poder-se-à.

agora, cuidar da seleção do pessoal indispensável aos diferentes serviços.

A partir de julho do corrente ano, já começarão a seguir servidores que constituem o Primeiro Escalão da denominada Primeira Etapa da transferência dos órgãos do Serviço Público para Brasilia. Esse escalão compõe-se de 3 868 servidores. A primeira Etapa prevê a localização, na Nova Capital, de 11 033 servidores do Poder Executivo e 409 do Judiciário. Com referência ao Poder Legislativo, ainda não se fixou o número de servidores do Senado, sabendo-se que da Câmara dos Deputados seguirão 572.

O Grupo de Trabalho relacionou, ainda, os equipamentos dos órgãos que funcionarão em Brasilia e estudou os meios de transportá-los, bem como aos servidores, seus dependentes e pertences, realizando, para êsse fim, três viagens experimentais do Rio a Anápolis. Confirmaram-se as previsões relativas às vantagens que o transporte ferroviário oferece à ligação entre as duas cidades, nessa fase de transferência.

Realizou-se, igualmente, o levantamento das residências destinadas aos servidores civis e militares, em relação ao efetivo transferível na primeira etapa, indicando as medidas imediatas para solução do problema.

CAPITULO II

POLITICA ADMINISTRATIVA

Medidas Gerais

Prosseguindo na política de austeridade adotada desde o início de sua gestão, o atual Govêrno baixou, em 1958, medidas de vária natureza, tendentes a reduzir os gastos públicos e a obter o maior rendimento dos serviços administrativos.

Assim é que, pelos Decretos n.º 43 716, de 19 de maio, e 44 606, de 4 de outubro de 1958, foram vedadas as admissões e nomeações de servidores para os quadros e tabelas da Administração Pública, centralizada e autárquica, até abril de 1959, salvo em casos especiais, taxativamente enumerados.

Como primeiro e imediato resultado dessa medida, verificou-se que o número de servidores nomeados e admitidos em 195% foi inferior ao dos que deixaram o serviço público no mesmo-período. Enquanto se fizeram 4 169 nomeações, 4 971 vagas deixaram de ser preenchidas.

Procurou ainda o Governo revigorar o sistema do mérito. como se pode ver pelo número de candidatos chamados a realizar provas públicas e pelo dos que lograram aprovação: de 59 343. apenas 2 549 foram habilitados. Acrescente-se que todos os cargos efetivos e funções de caráter permanente foram providos por concurso. Por outro lado, a admissão de pessoal pago à conta de dotações globais limitou-se ao mínimo necessário à realização de obras ou serviços inadiáveis.

Reforçando as medidas de economia de caráter geral, relatadas em outra parte desta Mensagem, determinou o Govêrno, em conformidade com o Decreto nº 44 857, de 20 de novembro de 1953. fôssem suspensas as aquisições de material permanente e de consumo para o serviço público, ressalvados os casos considerados como absolutamente essenciais à normalidade dos serviços.

No tocante às autarquias, apurou-se, quando do exame dos quadros e tabelas desses órgãos, para efeito de aplicação do art. 16., da Lei n.º 2 745, de 1956, que muitas delas não possuiam tabelas de mensalistas regularmente aprovadas pela autoridade competente, no caso, o Presidente da República. Tratou, então, o Govêrno deregularizar a situação, aplicando à concessão de vantagens aos. servidores autárquicos os critérios adotados em relação ao pessoal da administração direta. Como consequência, foi baixado o Decreton.º 41 955, de 1957, que instituiu o registro numérico e nominal do pessoal das autarquias, efetivo, extranumerário e o pago à contade verbas globais. Em complemento, expediu-se o Decreto n.º 43 925, de 26 de junho de 1958, que instituiu o Boletim do Pessoal dos órgãos da administração indireta, a fim de possibilitar o contrôle dos atos de provimento e vacância. Com essa medida, não. só as autoridades, como o público em geral podem acompanhar os atos das administrações autárquicas, no que se refere a admissões. nomeações e concessões de vantagens.

Abono provisório

Por força das naturais divergências que a matéria suscitou no Congresso, não puderam ser ainda ultimados os trabalhos legislativos concernentes ao Plano de Classificação. A fim de acudir às necessidades do funcionalismo, no tocante à remuneração, até que a nova lei trouxesse o ajustamento salarial nos diferentes níveis estabelecidos pelo referido Plano, impunha-se ao Govêrno a adoção de medidas de emergência.

Em vista disso, foi enviado ao Congresso o anteprojeto de abono provisório de 30%, julgado compatível com as possibilidades do Tesouro, desde que postas em prática as medidas propostas no Plano de Estabilização Monetária a que nos referimos no capítulo das Finanças Públicas.

Em relação aos servidores públicos, outras medidas foram adotadas, figurando entre elas as instruções que regulam a concessão ao pessoal admitido por conta de dotações globais do status jurídico definido na Lei nº 3 483, de 8 de dezembro de 1958.

Do mesmo modo, prosseguiram os trabalhos de regulamentação do Estatuto dos Funcionários. no que diz respeito às gratificações de risco de vida e saúde, havendo-se concluido a parte referente aos médicos e aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, quando em ação contra criminosos ou no exercício de atribuições de periculosidade evidente. Foi revista, quanto aos civis, a regulamentação da Lei nº 1 234, de 1950, que concede vantagens especiais aos servidores que operam com Raios-X e substâncias radioativas.

Orçamento

A proposta orçamentária apresentada pelo Governo ao Congresso Nacional, para o exercício de 1959, mantinha equilibrio entre receitas e despesas. Em face, porém, das emendas nela introduzidas pelas duas Casas Legislativas e do abono a conceder-se aos servidores civis e militares, viu-se o Governo na necessidade de reformular sua política orçamentária, com o objetivo de atenuar as conseqüências dos novos compromissos financeiros. No capítulo concernente às Finanças Públicas, a matéria é detidamente analisada.

No que toca ao contrôle dos planos de aplicação de dotações globais, foi atenta e eficaz a atuação do D.A.S.P. Esses planos representam, pelo seu aspecto programático, o primeiro passo para a introdução do Performance Budget, no Brasil. Além de alcançarem seus objetivos específicos, permitiram, no ano findo, melhor contrôle da admissão de pessoal, revelando a existência de dotações em que as despesas de pessoal excediam 70% do total, em contrário às instruções vigentes. A êles se deve a criação de um mecanismo de contrôle, capaz de estabelecer padrões de execução e de evitar tratamento desigual entre as várias unidades administrativas. Cêrca de 183 planos, desdobrados em 397 programas, foram examinados no ano de 1958, em total acima de 14 bilhões de cruzeiros.

Outro ponto que mereceu a atenção do Govêrno foi o de um programa sistemático de viagens ao interior do País, que permitisse aos órgãos da administração central conhecer as necessidades e os problemas específicos das unidades administrativas federais localizadas por todo o território nacional.

Essas viagens, que não constituem inspeções orçamentárias diretas, têm em vista observar a regularidade da execução administrativa e, de modo particular, a execução do orçamento da União. Qualquer sistema orçamentário só pode funcionar satisfatóriamente se as unidades que o compõem estiverem capacitadas a desempenhar as funções a elas atribuídas, com um índice de rendimento que assegure a necessária coordenação do trabalho de conjunto. Deve-se lembrar que existem, atualmente, cêrca de 1 000 unidades orçamentárias maiores. Algumas delas se desdobram, por sua vez, em numerosas unidades menores, disseminadas pelas várias regiões do País.

Os resultados já alcançados nesse setor levam a admitir maior atividade em 1959, quando serão lançadas as bases para a inspeção direta. Pretende-se, com esta medida, transformar o contrôle aritmético e moral, hoje exercido para comprovação pura e simples das despesas realizadas, em contrôle efetivo de trabalho, em que se ponderem a conveniência, a oportunidade e o mérito dos empreendimentos administrativos em realização, ou já realizados.

A padronização dos orçamentos e balanços das Autarquias também foi objeto de novos estudos, em 1958. Vários países a têm intentado, sem, contudo, conseguir resultados plenamente satisfatórios. Pode-se afirmar que, neste particular, vimos registrando progressos animadores, a partir do Decreto-lei nº 2416, de 1940. O excepcional desenvolvimento das Autarquias em nosso País estava, porém, a exigir novas normas de apresentação de orçamentos e balanços, em moldes semelhantes aos adotados no orçamento federal. O anteprojeto, que para êsse fim se elaborou, transcende os limites da administração paraestatal, pois visa a atingir, também, a entidades colaboradoras da administração federal, de direito prívado, como SESC, SENAC, SESI, SENAI e outros. Tendo sido prêviamente testado em algumas organizações descentralizadas, deverá ser pôsto em vigor ainda êste ano.

Observe-se, neste particular, que tentativas isoladas de padronização já foram levadas a efeito, com êxito, em relação a alguns Estados e Municípios. Com a colaboração do Govêrno Federal, foram alteradas as normas de apresentação dos orçamentos da Prefeitura de Belo Horizonte e do Estado de Santa Catarina, sem quebra das normas adotadas pelo citado Decreto-lei n.º 2 416, de 1940.

Recenseamento de 1960

Está o Govêrno empenhado no planejamento do VIII Recenseamento Geral do País, a realizar-se em 1960, em que serão investigados seís setores fundamentais da vida nacional: população, habitação, agropecuária, indústria, comércio e serviços, inclusive transportes.

A programação do importante inquérito censitário tem-se valido da experiência adquirida pelos técnicos brasileiros, com a execução dos Recenscamentos Gerais de 1940 e 1950, e também da colaboração de várias entidades internacionais de estatística. O próximo Recenseamento enquadra-se no programa do Censo Mundial de 1960, que deve reunir a maioria dos países dos vários continentes. Pelo Decreto nº 44 229, de 31 de julho de 1958, o Govêrno instituiu a Comissão Censitária Nacional, integrada no

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a fim de assegurar o completo desempenho dessas tarefas.

Com a Mensagem nº 206, de 1958, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional anteprojeto de lei dispondo sôbre a realização dos recenseamentos no Brasil. Este anteprojeto, se convertido em lei, introduzirá modificações de substancial importância no sistema censitário do País, entre as quais se destaca a realização, nos anos terminados em zero, do recenseamento geral da população, da habitação e da agricultura, e, nos anos terminados em três e oito, do recenseamento geral da indústria, do comércio e dos serviços. Determina, ainda, o aludido anteprojeto, a criação, em caráter permanente, do Serviço Nacional de Recenseamento.

A lei pleiteada é medida indispensável ao êxito da futura operação censitária. Além das providências básicas concernentes aos recenseamentos gerais do País, regula aspectos ligados ao Recenseamento Geral de 1960, entre os quais se inclui a abertura do crédito especial de 300 milhões de cruzeiros, necessário à instalação dos serviços censitários e aos trabalhos preparatórios previstos para o exercício de 1959.

Não será demais encarecer o alto significado do Recenseamento de 1960 e dos que se lhe seguirem, como balanço dos recursos humanos e materiais do Brasil, sobretudo em relação à disponibilidade de elementos aptos a melhor orientar a política de planejamento econômico.

CAPITULO III

POLITICA EXTERIOR

O desenvolvimento econômico do Brasil e a projeção, cada vez maior, que vamos conquistando no cenário internacional deram à nossa política exterior um conteúdo novo, impondo-lhe encargos mais amplos, em setores antes pouco explorados. Nossa diplomacia já não se dedica apenas a procurar soluções jurídicas para as controvérsias internacionais, ou a simplesmente defender o ideário que sempre inspirou a nossa ação externa: o pan-ameri-

canismo, a igualdade jurídica dos Estados e a autodeterminação dos povos.

A uma política subordinada a contingências externas substituiu-se outra, mais atuante e norteada por objetivos próprios. Nessa mudança de comportamento, não abandonamos. é claro, os princípios por que sempre nos batemos. Ampliou-se, apenas, o campo de ação e atualizaram-se os métodos. A defesa dos princípios tradicionais, juntaram-se, agora, objetivos específicos, decorrentes dos problemas de desenvolvimento econômico e dos imperativos da competição internacional.

A fim de que se torne instrumento mais eficaz, no desempenho das tarefas que essa nova política lhe criou, o Ministério das Relações Exteriores está a exigir uma reforma de base, não só em sua estrutura como na composição de seus quadros.

Dentro de sua alçada, tem o Executivo tomado medidas administrativas, visando a esse objetivo. Simples providências burocráticas, embora remedeiem as deficiências da velha máquina, já não satisfazem, porém, aos reclamos desta hora de ação intensa. Em breve, pedirá o Governo ao Legislativo a aprovação de plano, ora em estudo, que dará à Chancelaria e às representações no exterior uma estruturação flexível mais adequada ao tratamento dos novos problemas internacionais e melhor habilitada a promover a articulação do aparelho diplomático com os demais órgãos da administração pública. Confiamos em que o Poder Legislativo nos proporcionará, com presteza, os instrumentos necessários a essa ampla reforma.

Atuação nas Nações Unidas

O comportamento de nossa Delegação à XIII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas inspirou-se, principalmente, no propósito de fortalecer o direito de participação das Repúblicas latino-americanas no encaminhamento de soluções para os problemas internacionais.

Outras constantes de nossa atuação foram o apoio às potências ocidentais em tôdas as questões políticas de caráter LesteOeste, e a nossa fidelidade aos princípios latino-americanos da igualdade jurídica dos Estados e da não-intervenção.

Procuramos, aínda, maior aproximação com o bloco afroasiático, valendo-nos dos interêsses comuns, que nos identificam na luta contra o subdesenvolvimento, e da nossa posição internacional favorável à autodeterminação dos povos.

Como sempre, trabalhou a nossa Delegação pelo fortalecimento dos ideais de paz e concórdia entre os povos, e nessa diretriz apresentou, com 16 outros Estados-Membros, um projeto de resolução em que se pedia não só o apoio dos Estados interessados, para um acôrdo de suspensão das armas nucleares, sob contrôle internacional efetivo, como a não-realização de testes de armas atômicas, enquanto se processassem as negociações. Evidenciando os perigos e o desgaste causados pela corrida armameutista, e de acôrdo com o ponto-de-vista do Govêrno brasileiro na XII Assembléia-Geral, a Delegação Brasileira analisou as vantagens do projeto dos 17 com relação aos demais, que versavam o mesmo assunto. Co-patrocinado pelo Brasil, êsse projeto foi aprovado com a emenda de 7 países, na qual se determinava que os fundos resultantes do desarmamento revertessem em auxilio dos países menos desenvolvidos. Igualmente mereceu aprovação uma proposta da India e da lugoslávia, segundo a qual a Comissão de Desarmamento será integrada, em 1959, por todos os membros das Nações Unidas.

COMISSÃO DE BONS OFICIOS PARA O SUDOESTE AFRICANO

Convidado pelo Presidente da XII Assembléia-Geral, o Brasil integrou, com o Reino Unido e os Estados Unidos da América, o Comitê de Bons Oficios. Após entendimentos com o Govêrno da União Sul-Africana, o Comitê sugeríu, em relatório, fôsse o Território dividido em duas partes, uma das quais anexada àquela União, enquanto a outra sería posta sob tutela, de acôrdo com as Nações Unidas. Entretanto, a IV Comissão da Assembléia-Geral, desaconselhando as sugestões do Comitê de Bons Oficios, convidou-o a reiniciar os entendimentos com o Govêrno da União Sul-Africana, a fim de encontrar bases para

um acôrdo em que continuasse vigente um estatuto internacional para o Território, considerado como um todo.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL

No debate sobre o assunto, coerente com a doutrina brasileira, o nosso Delegado apoiou uma resolução condenatória da política de discriminação racial, ressaltando que ela põe em perigo a própria O.N.U., que é constituída de povos de todas as raças, além de atentar contra os mais altos ídeais humanos e as melhores conquistas da civilização, expressos na Carta de São Francisco.

ASSISTENCIA TECNICA

No Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o Brasil foi eleito, por unanimidade, para a vaga da Venezuela no Comitê de Assistência Técnica, a partir de 1º de janeiro de 1959.

TERRITORIOS NAO-AUTONOMOS

A Delegação Brasileira apoiou tôdas as medidas de que pudesse resultar a aceleração do progresso econômico, social o político dos referidos territórios.

Estimulamos a criação da Comissão Econômica para a Africa, pelo Conselho Econômico e Social, e pugnamos pela aprovação do projeto de resolução que exprimia a conveniência de serem incluídos na referida Comissão os territórios não-autônomos.

A simples criação dessa Comissão e a presença em seu seio, de representantes dos territórios não-autônomos, não nos pareceram suficientes para promover o desenvolvimento econômico e o progresso social dos mesmos. Assim, procuramos chamar a atenção para as responsabilidades que, de acôrdo com o espírito e a letra da Carta das Nações Unidas, recaem sôbre as potências administradoras daqueles territórios. Dêsse fato se originou um projeto de resolução que, com base nesses deveres e em resoluções anteriores das Nações Unidas, convidava as ditas potências a

examinar a conveniência de uma politica de investimento, tendente a elevar a renda per capita das populações dos territórios sob sua tutela. O projeto foi aprovado, por 58 votos contra 5 e 15 abstenções, pelo plenário da Assembléia-Geral.

PARTICIPAÇÃO NA U.N.E.F.

No curso de 1958, mantivemos a nossa participação na Fôrça de Emergência das Nações Unidas, que atua na zona do Canal de Suez, conforme determinação tomada, em 1956, pela I Assembléia Especial daquela organização internacional. A colaboração do Batalhão Suez tem sido geralmente apreciada e sua oficialidade se tem recomendado à estima e ao respeito das autoridades internacionais. Em setembro se processou o revezamento normal dos contingentes, no Egito.

RELAÇÕES COM OS PAISES AFRO-ASIATICOS

A crescente importância que vêm assumindo no campo internacional os países da África e da Ásia, em luta pela independência e pela melhoria do nível de vida, é fato dos mais significativos dêste século. Cônscio desta evolução, cujos efeitos tendem a acentuar-se, o Governo tem procurado estreitar relações com aquêles países, seja pela criação de novas Missões Diplomáticas, seja pelo contato com as Delegações que êles enviam aos organismos internacionais, ou ainda pelo apoio que procuramos dar às teses que defendem, sobretudo no terreno econômico.

Assim, criamos, na cidade de Bagdad, em março de 1958, uma legação junto à Federação das Monarquias Arabes, cumulativa com a nossa Legação de Teerã. Havendo-se, pouco depois, cindido a Federação, com a proclamação da República do Iraque, a referida legação não foi instalada, mas já estamos em negociações para o estabelecimento de relações diplomáticas com o Reino da Jordânia e a República do Iraque.

Por outro lado, acompanhando o movimento unificador que abrange grande parte do mundo árabe, fomos dos primeiros a reconhecer, em nota de 24 de fevereiro, a República Árabe Unida, que englobou em um só Estado as Repúblicas da Síria e do Egito.

Para não enfraquecer, todavia, os contatos com a Siria, atualmente provincia do novo Estado, transformamos em Consulado-Geral a nossa antiga Legação em Damasco.

Visitou-nos, em setembro, uma Delegação dos Estados Africanos Independentes, que manteve conversações com o Govêrno, sobre os problemas da África e os das nossas relações com os países daquele continente. Em novembro reconhecemos formalmente a República da Guiné, que se navia declarado independente da França no referendum constitucional de 21 de setembro.

Proteção dos interesses portuguêses na India

Em cumprimento de obrigação assumida com o Governo português, quando de sua parcial ruptura de relações com a India, o Brasil manteve serviços de proteção aos interesses portuguêses naquele subcontinente asiático. Entre os territórios da India e da India Portuguêsa não se registraram, em 1958, incidentes de maior gravidade. A ação da Embaixada do Brasil, em Nova Delhi, junto ao Governo indiano, tem sido útil a cidadãos goenses, em particular aos residentes em Bombaim, atendidos, de forma direta, mediante visitas trimestrais de funcionários da nossa Missão Diplomática à referida cidade.

Relações com os países da Europa

Em agôsto, veio ao Brasil, em missão oficial, o Ministro de Estado do Gabinete do General Charles de Gaulle, Senhor Louis Jacquinot, que manteve entendimentos com o Govêrno sobre problemas de interêsse para os dois países.

Estreitaram-se, também, as nossas relações com a Itália. A visita do Presidente Gronchi, os vários acôrdos firmados com aquele país e bem assim os entendimentos havidos para que outras convenções sejam celebradas, vieram reforçar o espírito de colaboração que nos une à Itália.

Evidência dos sentimentos de cordialidade e do desejo de cooperação predominante nas relações ítalo-brasileiras foi a Declaração de São Paulo, que assinamos com o Presidente Gronchi.

Nesse documento, reafirmamos a nossa fidelidade ao direito dos povos à independência e soberania, bem como ao direito dos cidadãos à melhoría das condições de vída, através de equitativa distribuição das riquezas. Tais princípios constituem as premissas de uma democracia efetiva e de uma convivência internacional pacífica, merecedoras de apoio, para que a atuação política do Ocidente a elas se ajuste e identifique. Concluimos rendendo tributo aos beneficios da colaboração italo-brasileira e fazendo um apêlo à união e cooperação entre as nações latinas, pela paz. liberdade e segurança dos povos.

Política Continental

OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

São de amplo conhecimento público as circunstâncias que determinaram a atitude assumida pelo Brasil, ao tomar a iniciativa da Operação Pan-Americana. O pronto e caloroso apoio que a ideia encontrou em todo o Hemisfério patenteou, com eloquência, o quanto foi oportuno o nosso gesto e quanta fidelidade guardou aos sentimentos e aspirações dos povos da América.

Na verdade, o apoio das nações dêste Continente havia começado a configurar-se, por ocasião da visita que fêz, ao Brasil, o Doutor Arturo Frondizi, pouco antes de assumir a Presidência da República Argentína. Os conceitos emitidos, nos discursos que então se trocaram, eram o penhor da confiança que depositam, os nossos países, no destino comum das Américas, e a garantia antecipada de que a indispensável contribuição da Argentína, à causa continental, se traduziria em valiosa cooperação com a iniciativa brasileira. E, ainda mais, recebemos o estímulo das palavras de fé na revitalização do pan-americanismo, que nos trouxe outro visitante ilustre, o Doutor Ramon Villeda Morales. Presidente de Honduras.

Pela repercussão interna e externa que a iniciativa alcançou e pelos felizes entendimentos que suscitou entre as Nações do Continente, julgamos dever consignar nesta Mensagem o texto-da carta que, a respeito, dirigimos ao Presidente dos Estados-

Unidos da América e da qual foi portador o Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1958.

Excelentissimo Senhor

Dwight D. Eisenhower,

Presidente dos Estados Unidos da América.

Senhor Presidente.

Venho levar a Vossa Excelência, em nome do povo brasileiro e no meu próprio, a expressão de solidariedade e estima, que se impõe em face das agressões e dissabores sofridos pelo Vice-Presidente Nixon, na sua recente viagem aos países latino-americanos.

À reação — que se seguiu aos atos reprováveis contra a pessoa do bravo e sereno Senhor Nixon, por parte dos governos e da opinião pública das próprias nações que foram teatro de tão lamentáveis ocorrências — prova que partíram, as referidas manifestações, de simples minoria.

Mas assim mesmo, Senhor Presidente, não é possível esconder que, diante da opinião mundial, a idéia da unidade pan-americana sofreu sério prejuízo. Não pode deixar de resultar — das desagradáveis ocorrências, que tanto deploramos — a impressão de que nos desentendemos no nosso continente. A propaganda dos interessados no antiamericanismo, naturalmente, procura agora converter êsses supostos desentendimentos numa incompatibilidade, mesmo numa inimizade entre os países livres da comunidade americana, o que, felizmente, está bem longe de se verificar.

Parece-me, Senhor Presidente, que não é conveniente e, principalmente, que não é justo que perdure essa impressão que enfraquece moralmente a causa da democracia, em cuja defesa estamos empenhados. Neste momento em que escrevo a Vossa Excelência, não tenho outro intento que o de levar-lhe a minha convicção de que algo necessita ser feito para recompor a face da unidade continental. Não tenho plano detalhado para êsse objetivo, mas idéias que, posteriormente, poderei expor a Vossa Excelência, se a ocasião se apresentar.

Permita-me Vossa Excelência que lhe adiante, porém, que a hora soou de revermos fundamentalmente a politica de entendimento dêste hemisfério e procedermos a um exame do que se está fazendo em favor dos ideais pan-americanos em tôdas as suas implicações. Estaremos todos nós — é a hora de perguntar — agindo no sentido de se estabelecer a ligação indestrutivel de sentimentos e interêsses que a conjuntura grave aconselha e recomenda?

Soldado que conduziu a democracia à vitória, homem de Estado experimentado e, mais do que isso,
homem sensível à verdade, Vossa Excelência estará em
condições, como nenhum outro, de apreciar a gravidade
da pergunta que lhe formulo, na intenção exclusiva de
delimitar, para logo depois extinguir, uma série de incompreensões que, neste momento, são fàcilmente sanáveis — mas que podem crescer, se não lhes dermos
a devida atenção.

As contrariedades suportadas pelo Vice-Presidente Nixon devem ser utilizadas em favor de uma nobre tarefa, no sentido de criarmos algo de mais profundo e duradouro em prol de nosso destino comum.

Como já disse a Vossa Excelência, é aconselhável corrigirmos a falsa impressão de que não estamos vivendo traternalmente, nas Américas; mas além dessa operação corretiva e, para que ela seja duradoura e perfeita, devemos proceder a um verdadeiro exame de consciência, em face do pan-americanismo, e saber se estamos no bom caminho.

contro no Congresso Pan-Americano do Panamá.

Deus guarde a pessoa de Vossa Excelência e o porcenorte-americano.

(a) Juscelino Kubitschek

A essa carta o Presidente Eisenhower deu resposta imediata, enviando-nos, pelo Secretário de Estado Assistente para Assuntos Americanos, a seguinte mensagem:

Washington, 5 de junho de 1958.

Excelentissimo Senhor

Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Caro Senhor Presidente,

Hoje de manhã, seu Embaixador entregou-me a carta escrita por Vossa Excelência na data de 28 de maio. Achei-a de extremo interêsse.

Na minha opinião, Vossa Excelência caracterizou de maneira exata tanto a situação atual como a conveniência de medidas corretivas. Estou, por isso mesmo, encantado de que Vossa Excelência haja tomado a iniciativa neste assunto.

Como Vossa Excelência não adiantou um programa específico para fortalecer a compreensão pan-americana, parece-me que nossos dois Governos devam entrar ementendimentos, no mais breve prazo possível, no tocante às consultas a serem dirigidas aos demais membros da comunidade pan-americana e à adoção imediata de medidas que determinem, através de todo o continente, uma reafirmação de devotamento ao Pan-Americanismo e ume

melhor planejamento na promoção dos interesses comuns e do bem-estar de nossos diferentes países. Existe uma vasta gama de assuntos a serem discutidos e analisados, inclusive, por exemplo, o problema de uma execução mais completa da Declaração de Solidariedade da Décima Conferência Interamericana realizada em Caracas em 1954.

Considero este assunto tão importante que estou dando instruções ao Senhor Roy Richard Rubottom Jr., Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Americanos, para entregar-lhe pessoalmente minha carta no Rio de Janeiro e, em conversa com Vossa Excelência, melhor colhêr o seu pensamento sobre esses problemas. Suas ideias e pensamentos, assim registrados em primeira mão, poderão ser objeto de novos entendimentos, através das vias diplomáticas ordinárias, antes da futura visita do Secretário de Estado ao Brasil. Caso Vossa Excelência esteja de acôrdo, o Senhor Rubottom acertará com o seu Governo a época mais propicia para a viagem do Secretário Dulles.

Com a segurança de minha mais alta consideração e com os melhores votos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e pelo bem-estar do povo brasileiro, sou, de Vossa Excelência,

Sinceramente,

(a) DWIGHT EISENHOWER

Pareceu-nos então, como agora, que ao Brasil, como a tôdas as nações irmãs, assistia o direito de opinar sôbre o esfôrço comum em que estamos empenhados. O grau de maturidade política e de importância econômica, cultural e demográfica, que atingimos, permite-nos assumir a atitude afirmativa que nos compete. Determinantes geográficas, formação histórica, imperativos econômicos e tradições políticas, religiosas e culturais, a par dos interêsses da Segurança Nacional, traçam o nosso campo de ação na esfera internacional e apontam o rumo a seguir. Pertencemos à comuni-

dade americana, estamos ligados aos demais países do Hemisfério e, na luta pela defesa do Ocidente, temos não pequena cota de responsabilidade. Queremos levar a cabo um trabalho de conjunto, e não permanecer em passiva adesão.

Enquanto cuidava de concertar um plano de ação conjunta com as demais repúblicas do Continente, o Govêrno tratou de apresentar à opinião pública brasileira e, de maneira especial, aos setores dirigentes da Nação, as razões e propósitos que o havíam levado a formular a Operação Pan-Americana. Assím, em várias oportunidades, o Govêrno se externou, a respeito, perante os lideres de partidos nacionais, a oficialidade superior das Fôrças Armadas, os meios universitários e as classes produtoras.

Do País e do estrangeiro, ainda na fase preliminar, não tardaram expressões de incentivo e aprovação à iniciativa brasileira. No Brasil, constituiu ela objeto de amplos debates, havendo associações de classe e personalidades ilustres expressado, de público, a sua concordância com a posição do Govêrno. De igual modo se manifestaram entidades estrangeiras e até governos extracontinentais, aplaudindo-a, como Portugal. Espanha e Itália, num testemunho que bem representa a unidade dos povos latinos.

Outra demonstração da oportunidade da Operação Pan-Americana foi a visita que, de 4 a 6 de agôsto, fêz ao Brasil o Secretário de Estado norte-americano. O Sr. Foster Dulles e altos funcionários que o acompanharam mantiveram, com as autoridades brasileiras, importantes conversações. Os entendimentos alcançaram o êxito esperado e, por ocasião de sua visita a Brasília, o Secretário de Estado norte-americano assinou, com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, a Declaração que traz o nome da futura Capital e que foi datada de 6 de agôsto.

Nesse documento, reconheceu-se a contribuição decisiva da correspondência, por nós trocada com o Presidente Eisenhower, para a reformulação dos ideais pan-americanos, e proclamaram-se pontos de vista comuns a nossos países, especialmente quanto à preservação dos valores espirituais e culturais da civilização ocidental e quanto à conveniência de participar a América Latina, de modo ativo, na fixação das linhas fundamentais da política das Democracias: por fim, e com destaque, acentuou-se a necessidade

de conjugarem as nações americanas os seus esforços para vencer o subdesenvolvimento no Continente, condição indispensável à segurança do Hemisfério.

Três dias após a Declaração de Brasília. o Governo transmitiu as vinte Repúblicas americanas, através de suas embaixadas no Rio de Janeiro, um aide-mémoire, em que se continham a definição, as características e objetivos da Operação, ao lado de sugestões para o seu processamento. Nesse mesmo documento, tornado público poucos dias após, era proposto o seguinte temário para as reuniões preparatórias da Operação:

- 1 Estudo e adoção de medidas que favoreçam a aplicação de capital privado dos países industrializados em áreas subdesenvolvidas ou semídesenvolvidas; e mobilização e utilização mais efetiva do capital privado disponível para as economias subdesenvolvidas;
- 2 Aumento de volume e facilitação das condições dos empréstimos das entidades internacionais de crédito público, ou criação, no plano interamericano. de órgãos de financiamento, visando ao mesmo objetivo:
- 3 Estudo e execução de outras medidas tendentes a fortalecer as economias internas, principalmente pelo combate à inflação, e estimulo à poupança e aos investimentos:
- 4 Estudo e execução de medidas que permitam disciplinar equitativamente o mercado dos produtos de base:
- 5 Estudo das medidas conjuntas a serem adotadas para enfrentar os problemas suscitados pela formação de grandes blocos econômicos, tais como o do chamado "mercado comum europeu"; estudos e medidas conducentes ao estabelecimento de mercados regionais no Continente:
- 6 Ampliação e diversificação dos programas de assistência técnica, com a utilização de todos os recursos disponíveis nesse campo.

Antes que nos chegasse a totalidade das respostas ao aidemémotre, o Govêrno norte-americano, associando a tese brasileira a uma sugestão da Colômbia e do México, convidou os Chanceleres das vinte repúblicas latino-americanas para um encontro informal, em Washington, ao ensejo da realização, em Nova Iorque, da XIII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Várias foram as recomendações formuladas nesse encontro, e uma delas se dirígia ao Conselho da O.E.A. para que estudasse a conveniência de se promoverem, com maior freqüência, reuniões informais de Ministros das Relações Exteriores e de outros altos representantes dos Governos, conforme se aventou na Declaração de Brasilia, e bem assim considerasse a oportunidade de criar-se uma Comissão Especial do Conselho da O.E.A., que hoje constituí o Comitê dos 21.

Recomendaram ainda os Chanceleres, de modo específico, estudos tendentes a criar uma instituição interamericana dedicada ao fomento econômico, ao estabelecimento de mercados regionais na América Latina e à solução dos problemas do mercado de produtos básicos.

A fim de preparar os subsídios necessários à atuação do nosso representante no Comitê dos 21, foi criado, no Ministério das Relações Exteriores, um Grupo de Estudos Econômicos destinado exclusivamente à O.P.A. e organizou-se a Comissão Brasileira da Operação Pan-Americana, constituída de Ministros de Estado e de personalidades de reconhecida cultura e experiência no trato dos assuntos interamericanos.

Empenhou-se o Brasil, no Comitê dos 21, pelo revigoramento dos propósitos que venham a proporcionar, no campo da prática, uma renovação do espírito pan-americanista, e deixou patente a sua determinação de não aceitar quaisquer fórmulas imediatistas, capazes de comprometer, a longo prazo, o processamento da Operação Pan-Americana.

Ainda, segundo proposta do representante do Brasil, apoiado pelo do Chile, resolveu o Comitê organizar uma comissão de técnicos, incumbida de planos concretos relativos aos sete pontos do temário do Comitê. Quando terminarem os trabalhos dessa Comissão, a 15 de abril dêste ano, voltará a reunir-se o Comitê dos

21, para apreciar os planos elaborados e encaminhá-los ao Conselho da O.E.A.

Pelo que expusemos, pode-se considerar a Operação Pan-Americana um movimento vencedor. Seria impossível, em tão curto prazo, que ela conseguisse plena realização; impôs-se, porém, plenamente à consciência americana, e os progressos que já obteve constituem vitória e esperança de que, dentro em pouco, venha a produzir os resultados que dela se esperam ansiosamente. em tôda a América.

RELAÇÕES COM A BOLIVIA

O encontro entre os Chanceleres do Brasil e da Bolivia. em janeiro de 1958, nas cidades de Corumba e Roboré, inicia uma fase dinâmica das relações entre os dois países. Assim, no dia 29 de março, em La Paz. o Chanceler brasileiro assinou, com seu colega boliviano. 31 acordos bilaterais, nos quais foram tratados pràticamente todos os problemas que interessam às relações brasileiro-bolivianas.

De tão longa série de acôrdos, ressaltam os relativos à exploração do petróleo boliviano, à ligação ferroviária entre Corumbá e Santa-Cruz de La Sierra e à concessão de facilidades para o tráfico internacional de mercadorias através da Bolívia.

Quanto ao petróleo, atualizou-se o Tratado de 1938, sôbre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano, determinando-se a área destinada à lavra e pesquisa exclusivamente por emprêsas privadas, de capitais brasileiros. Estudos e providências se vão processando, no sentido de dar cumprimento ao Tratado.

Em relação à Estrada de Ferro Corumbá — Santa-Cruz de La Sierra, acordaram os Governos em tomar providências para sua conclusão, bem como para a apuração do montante do crédito a que faz jus o Brasil, pela construção da ferrovia.

Finalmente, no que diz com o tráfico internacional de mercadorias, assinaram-se convênios sobre o estabelecimento de entrepostos de depósito franco em Santos, Corumbá, Belém e Porto Velho, para mercadorias que provenham da Bolivia ou a ela se destinem, e firmou-se um protocolo preliminar sobre a navegação permanente dos rios amazônicos, em território de ambos os países.

RELAÇÕES COM O PARAGUAI

Também se incrementaram, no ano de 1958, as relações entre o Brasil e o Paraguai. O Chanceler brasileiro visitou a capital paraguaia, por ocasião da posse do General Alfredo Stroessner, e ali pronunciou uma conferência relativa à Operação Pan-Americana, assunto em que é flagrante a comunhão de interêsses paraguaio-brasileiros.

Por sua vez, o Presidente Stroessner honrou-nos com uma segunda visita, ao ensejo da inauguração do hotel edificado pelo Govêrno brasileiro em Foz do Iguaçu. Encontro breve, assinalado, entretanto, por uma viva cordialidade que bem traduz a compreensão e o entendimento entre Brasil e Paraguai.

Foi proficuo o trabalho levado a efeito, no que concerne às obras públicas do interesse dos dois países. Basta referir o progresso na construção das rodovias Coronel Oviedo-Presidente Stroessner e Concepción-Ponta Porã. A primeira, com 195 quilômetros, quase totalmente executados, é dotada de importantes obras darte, notadamente duas pontes, de 34 e 20 metros de extensão; quanto à segunda, coube ao Brasil o levantamento aerofotogramétrico, feito em cooperação com a Fôrça Aérea Brasileira, e bem assim a análise estereoscópica e a assistência têcnica para o projeto do traçado, a cargo de uma Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia.

Visitantes ilustres

Em 1958, o Brasil foi distinguido com a visita de grande número de autoridades e personalidades estrangeiras.

Assinalaremos as do Sr. Arturo Frondizi, ainda quando Presidente-eleito da Nação Argentina: do Sr. Ramón Villeda Morales, Presidente da República de Honduras: do Sr. John Foster Dulles, Secretário de Estado Norte-Americano: do Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana: do General Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, e de Suas Altezas Imperiais os Príncipes Mikasa, da casa real do Japão.

Entre os hóspedes ilustres de 1958, podem ainda ser citados: General-de-Divisão Mario Coscia Tavarozzi. Ministro das Obras e Comunicações do Paraguai: o Senhor Oscar Garcia Velutini, Ministro das Relações Exteriores da Venezuela: Sir David Eccles, Presidente da Junta de Comércio da Grã-Bretanha: o Senhor Alejandro Montiel Arguello, Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua: o Senhor Juan Pablo Pardo, Conselheiro Jurídico do Ministério das Relações Exteriores e Cultura da Argentina; o Senhor Raul Sapena Pastor. Ministro das Relações Exteriores do Paraguai: o Senhor José A. Mora, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos: o Senhor Kjeld Philip. Ministro do Comércio da Dinamarca: o Senhor Wenceslau Gonzalez, Assessor-Geral do Ministério das Relações Exteriores da Bolivia: o Senhor Nelson Rockefeller, Governador-eleito do Estado de Nova Iorque, e o Senhor Sidney Earle Smith. Secretário de Estado das Relações Exteriores do Canadá.

Intercâmbio cultural com o Exterior

De acôrdo com disposições constantes de convênios culturais celebrados entre o Brasil e nações latino-americanas, estudantes em número superior a 500 e procedentes dêsses países, freqüentaram cursos superiores no Brasil em 1958.

Por outro lado, mantivemos, sob diversas formas, cinco institutos brasileiros de cultura, na América Latina, com sede nas cidades de Assunção, Buenos Aíres, La Paz, Montevidéu e Rosário.

Outro valioso meio de atuação cultural, no exterior, foram as cátedras de estudos brasileiros, a cargo de professôres patricios. Em 1958, tais cátedras funcionaram nas universidades de São Marcos, em Lima; do Chile, em Santiago; de Paris (Sorbonne), de Lisboa, e aínda em Roma, Madrid, Bruxelas e Nova Iorque.

Além dessas atividades — a que devemos acrescentar administração de bôlsas de estudos, subvenções a entidades culturais e distribuição de livros, revistas, filmes e discos — a expansão cultural do Brasil no campo internacional também se processou pela apresentação, em Londres, Zurique, Milão, Munique, Stut-

tgart, Paris. Madrid, Washington, Nova Iorque e Buenos Aires, de exposições de artes plásticas, ora organizadas pelo Itamarati, com ou sem a colaboração de entidades particulares, ora apenas auxiliadas pelas autoridades competentes.

Neste scior, sobreleva o êxito obtido pela Exposição de Arquitetura em Buenos Aires. Organizada pelo Itamarati, com a cooperação de entidades oficiais e privadas, procurou apresentar um panorame da arquitetura brasileira, com destaque especial de realizações mais recentes. Ainda em Buenos Aires, realizou-se uma exposição de artes plásticas, sob o patrocínio do Museu de Arte Moderna e com o concurso do Itamarati e da nossa Embaixada naquela cidade.

Mas as mostras de arte brasileira não se limitaram à América Latina. Também a Exposição de Brasília, em Paris, despertou vivo interêsse, sobretudo no que dizia respeito ao plano geral de nossa futura Capital e aos projetos do Palácio da Alvorada e dos demais edificios em construção.

Não seria justo omitir, nesta Mensagem, o bom êxito alcançado pelo Pavilhão Brasileiro na Exposição Internacional de Bruxelas. Os vários prêmios obtidos, tanto pelo autor do projeto como pelos mostruários de várias firmas brasileiras, constituem tributo ao nosso progresso e à nossa capacidade de realização, num certanse de que participaram as principais nações do mundo.

A par da difusão cultural propriamente dita, o Governo cuídou do apoio material aos estudantes brasileiros no exterior. A construção da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris, com capacidade para abrigar 200 estudantes, testemunha a afirmativa. Obedecendo a projeto que é digna amostra da arquitetura brasileira contemporânea, a construção deverá concluir-se em principios dêste ano.

PARTE SEGUNDA SEGURANÇA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

CAPITULO I

SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA MILITAR

Segurança Nacional

Sob a direção do Presidente da República, o Conselho de Segurança Nacional vem examinando, com a participação efetiva dos Ministros de Estado e Chefes de Estados-Maiores das Forças Armadas, todos os problemas que, no âmbito interno ou externo, digam respeito à preservação da integridade nacional, à proteção do território pátrio, à estabilidade de nossas instituições e ao resguardo da sociedade brasileira, nos seus elementos básicos.

Muitas destas questões transcendem a órbita nacional para interessar a própria defesa da civilização ocidental nesta parte do Continente. Assim compreendidos, os problemas de segurança se vinculam orgânicamente aos planos de desenvolvimento econômico, destinados a elevar o padrão de vida de nosso povo, condição indispensável para integrá-lo mais eficazmente na luta comum pela manutenção da liberdade e dignidade humana.

Nesse sentido, o Brasil, através da iniciativa hoje conhecida como Operação Pan-Americana, teve ensejo de interpretar os justos anseios dos países latino-americanos e tudo faz crer que marchamos para um entendimento, em que a estratégia geral americana levará mais em conta a de cada nação componente, para a consecução dos objetivos mais relevantes de cada uma.

A uma prosperidade momentânea, cujos beneficios a pequena parcela do povo não compensam os riscos de comprometer o nosso futuro, pelo desbarato ou alienação de riquezas básicas, o Govêrno preferiu o caminho do desenvolvimento racional, sem dúvida mais difícil de começo, mas que há de proporcionar condições de bem-estar e progresso a tôda a Nação brasileira.

colocando-a na posição de evidência que a geografia lhe confere e corresponde à legitima aspiração do seu Povo.

Tal decisão vem sendo compreendida pela maioria do povo brasileiro, que não hesita em aceitar as dificuldades presentes, em proveito e garantia de um futuro mais desafogado e tranquilo.

Resultados promissores já se verificam, como se verá em outras partes desta Mensagem, ao analisar-se o indice de progresso atingido pela eficiente e progressiva execução das metas governamentais. Por outro lado, a próxima interiorização de nossa Capital — ato essencial, de alta significação estratégica — possibilitará um desenvolvimento homogêneo que, pela integração de extensas áreas segregadas e esquecidas, irá consolidar em definitivo a unidade nacional.

Entretanto, há que moderar e conciliar impulsos que se checam nos limites do campo econômico com o da Segurança Nacional. Esta deve merecer precedência, e basta a justificá-la o atentarmos para o exemplo das grandes nações que se tornaram fortes, não apenas pelo poderio econômico que ostentam, mas por uma adequada política de segurança que lhes preservou, em todos os momentos, o soberano direito de reger os seus próprios destinos.

A linha de desenvolvimento econômico do Brasil deve ser traçada sem prejuízo dos fatôres fundamentais à segurança do País e à do regime democrático que o seu Povo escolheu.

A Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional tem realizado a permanente tarefa de coletar e registrar informações, proceder a levantamentos e avaliações estratégicas, analisar a situação nacional e internacional, coordenar estudos, estabelecer planejamentos, colhêr pareceres e opiniões dos membros do C.S.N. ou de outros elementos, formular relatórios, distribuir documentos básicos e assessorar o Chefe do Executivo em suas decisões.

Foram elaborados vários pareceres a respeito de assuntos ligados ao programa de desenvolvimento econômico, cujo processamento se relaciona com a segurança nacional. Assim ocorreu com a energia nuclear, o petróleo e demais realizações que aparecem mais pormenorizadamente em outros itens desta Mensagem.

Para o ano de 1959, deverá a Secretaria-Geral, com a colaboração dos diferentes Ministérios, do Estado-Maior das Forças Armadas e de outros altos órgãos da Administração, prosseguir no estabelecimento da Política de Segurança Nacional e dos planejamentos dela decorrentes.

Estado-Maior das Fôrças Armadas

No decurso de 1958, pronunciou-se êsse órgão sôbre assuntos relevantes, não só no que respeita à Segurança Nacional, mas, aínda, no que tange a problemas relativos ao nosso desenvolvimento técnico e econômico.

Dos numerosos estudos e pareceres elaborados, cumpre ressaltar os que dizem respeito ao estabelecimento da Doutrina Militar Brasileira e Estratégia Nacional, bem assim à cooperação com países amigos no campo da energia nuclear.

As diversas comissões integrantes do E.M.F.A., quer as de caráter permanente, quer as especiais, prosseguiram nas pesquisas que vêm efetuando normalmente e ainda nas do setor especializado das comunicações.

Intensa atividade desenvolveu-se, também, no quadro dos estudos cartográficos e de aerolevantamento.

A Escola Superior de Guerra continuou nos seus proveitosos trabalhos de pesquisa e educação, que beneficiam não apenas as Forças Armadas, mas também, por sua ampla repercussão e profundidade, os altos setores culturais do País.

A crescente importância e prestígio dessa instituição podem ser aquilatados pelo afluxo cada vez maior de matriculandos, oriundos dos mais diversificados ramos da atividade nacional. Correspondendo a essa confiança e estímulo, a E.S.G. acaba de ampliar seu campo de estudo, com o funcionamento, em caráter definitivo, do Curso de Mobilização Nacional e do Curso de Informações, a titulo de experiência.

CAPITULO II

ATTVIDADES DAS FORÇAS ARMADAS

Além de se devotarem aos problemas do aprimoramento dos seus quadros, da instrução da tropa, da formação de suas reservas, da ampliação e atualização do material e da vigilância e povoamento das nossas fronteiras, as Fôrças Armadas desempenharam, em 1958, com presteza e eficiência, missões extraordinárias que lhes foram conferidas, entre as quais a de velar pela normalidade do pleito eleitoral em várias regiões do País — tarefa que coube ao Exército.

Destaque-se, também, o encargo reservado ao Exército de. com a cooperação das demais Armas, manter, em Suez, o contingente que para ali foi enviado, para atender a compromissos assumidos pelo Brasil na esfera internacional.

Dentro de suas dotações orçamentárias, apreciável foi o progresso das Fôrças Armadas, no que diz respeito às próprias instalações e ao desenvolvimento do seu parque industrial especializado.

Ivlerecem menção especial os resultados obtidos pelos estabelecimentos de ensino militar e o excelente índice de aproveitamento verificado na instrução da tropa.

Em colaboração com a administração civil, na execução de planos de obras em várias regiões do País, as Fôrças Armadas desenvolveram um vasto programa de realizações, que atende, simultâneamente, à finalidade de aperfeiçoar, pela continuada experiência, a sua tropa especializada e à de ampliar a rêde de transportes e comunicações e obras públicas, ou atender a outros setores da administração pública.

Dêsse modo, as Fôrças Armadas viram encerrar-se o ano de 1958 com um balanço de atividades que correspondeu plenamente às expectativas da Nação e aos esforços dos seus devotados oficiais e praças.

Exército

Dentro de suas características tradicionais, de instituição dedicada, em particular, à sua missão específica e, em geral, à cooperação com os demais departamentos do Governo, o Exército prosseguiu na realização dos planos feitos para o ano de 1958.

REAPARELHAMENTO

Os esforços conjugados dos diferentes órgãos do Ministério da Guerra continuaram a orientar-se no sentido do crescente e

ordenado reaparelhamento do Exército, impôsto pelo constante evoluir da técnica.

Ampliando e melhorando as próprias instalações e realizando programas de trabalho a longo prazo, aquêle Ministério prossegue com segurança, dentro do ritmo permitido pelas condições financeiras, na tarefa de atualizar e aumentar os recursos materiais necessários ao cumprimento de sua missão.

Melhoramentos e ampliações foram feitos em vários dos estabelecimentos subordinados à Diretoria-Geral de Intendência, tais como: Entreposto de Forragem do Cai, Fazenda Barueri, Estabelecimento de Subsistência das 2.*, 4.*, 6.* e 8.* Regiões Militarese Estabelecimentos e Depósitos de Material de Intendência das 2*, 8° e 9º Regiões Militares.

DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL BELICO

Em conformidade com o Planejamento para solução dos principais problemas da Produção Bélica do Ministério da Guerra — elaborado por oficiais técnicos, com base na experiência e observação levadas a efeito nos mais avançados centros da indústria bélica da Europa e dos Estados Unidos — continuaram os trabelhos de aparelhamento das nossas fábricas para a produção do material bélico de que carecemos. Procura-se, dêsse modo, não apenas a presteza no fornecimento dêsse material, mas também a economia de divisas em importações, nem sempre realizadas com oportunidade.

Tendo em conta, de um lado, a rápida evolução da indústria. a variedade e alto padrão técnico do material bélico em uso nos exércitos modernos, e, de outro lado, os limitados recursos financeiros disponíveis, ve-se quanta dedicação e persistência é reclamada, a fim de que possamos alcançar o necessário nivel de auto-suficiência para os reclamos do tempo de paz.

Seguindo diretriz anterior, ateve-se o Exército, com especial empenho, à aquisição de máquinas, e de instalações complementares e ferramentas modernas para substituir as unidades obsoletas ou de baixo rendimento. Dentro dêsse programa, realizaram-se os trabalhos de reforma e ampliação das fábricas e arsenais do Exército — cujo nivel de produção foi, em consequência, melhorado —

bem como se efetivou a construção do Arsenal de São Paulo, em Barueri. Concomitantemente, a indústria civil nacional foi estimulada a concorrer na fabricação de material especializado e engenhos de emprêgo comum nas Forças Armadas.

Não cessaram os esforços desenvolvidos para a obtenção de mão-de-obra militar especializada. Dêsse modo, prosseguiram as medicas tendentes a solucionar o problema nas organizações industriais do Exército, com a criação das Companhias de Serviço Industrial, destinadas a apoiar os arsenais e fábricas. Espera-se que, em 1959, se complete o número previsto de unidades dêsse tipo.

Com o Arsenal de Guerra de São Paulo, que não dispõe de Quadros de Pessoal Civil. a não ser tarefeiros para serviços braçais, será iniciada a obra de militarização integral do pessoal operário e burocrata.

THE PARTY OF THE P

As explosões ocorridas a 2 de agôsto e 2 de outubro, nos depósitos de munição de Deodoro, impuseram a transferência imediata e total da munição explosiva, que ali se encontrava, para depósitos de emergência, em área pertencente ao Ministério da Guerra, no Estado do Rio. Cumpre salientar que, preocupado com a vizinhança de numerosa população, que se foi aglomerando na área de Deodoro, vinha o Ministério da Guerra adotando medidas acauteladoras contra possíveis explosões dêsse material, inseguro por sua própria natureza e sujeito a acidentes. Neste sentido, além de providências materiais postas em prática pela atual administração, tendo em vista aumentar a vigilância e segurança daqueles depósitos, foi iniciada a construção de uma rêde de paióis e depósitos em vários pontos do território nacional, para os quais se transferia grande parte da munição, enquanto, em Deodoro, nenhum novo armazenamento era feito.

OBRAS MILITARES

Dentre as obras executadas no decorrer do ano de 1958, merecem especial destaque: Arsenal de Guerra de São Paulo, Fábrica de Material de Comunicações. São Paulo; Batalhão de Engenharia de Saicã, Rio Grande do Sul; ampliação do Colégio Militar de Belo Horizonte, Minas Gerais; ampliação da Escola Preparatória de Fortaleza. Ceará: ampliação do Hospital Geral de Curitiba, Paraná: Unidades de Fronteira: reformas na-Escola de Comando e Estado-Maior: Fábrica de Munição .30, Distrito Federal: reformas e melhoramentos na Academía Militar das Agulhas Negras, Estado do Rio.

Foi iniciada, com a verba de 1958, a construção de 225 casas para oficiais e 278 para sargentos, em 33 guarnições distribuidas por dez Unidades da Federação.

Tiveram prosseguimento, e foram praticamente concluidos, os trabalhos de recuperação e modernização que vinham sendo executados nos fortes de São João, Copacabana, Laje, Coimbra, Itaipu, Santa Cruz e Duque de Caxias.

OBRAS E SERVIÇOS CIVIS

O Exército, através da sua Diretoria de Vias de Transporte e em cooperação com o Ministério da Viação e Obras Públicas. desenvolveu, em 1958, várias atividades que vão especificadas na parte reservada nesta Mensagem aos transportes.

ZONAS DE FRONTEIRA

Os elementos de fronteira prosseguiram na sua missão de sentinelas das fronteiras pátrias, como catalisadores de núcleos de população, em pontos afastados dos centros de maior densidade demográfica, onde com frequência são solicitados a agir para evitar incidentes ou invasão do território nacional por grupos de maifeitores.

Não sofreram interrupção os trabalhos para melhorar as instalações dos diferentes elementos destacados nessa árdua mas imperativa missão de guarnecer as fronteiras. De acôrdo com o plano estabelecido, foram executadas ou estão em andamento obras para instalação de sete Companhias de Fronteiras, em Rondônia e Amazonas, além de prédios residenciais em Tabatinga, Boa Vista, Guajará-Mirim e Pôrto Velho.

Em cooperação com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, continuam os trabalhos de instalação de Colônias Militares (Rurais).

INSTRUÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNICO DA TROPA

Foi satisfatório o resultado obtido no ano de instrução e funcionaram a pleno rendimento todos os estabelecimentos de ensino do Exército.

A instrução da tropa desenvolveu-se convenientemente, apesar das limitações decorrentes da generalizada falta de áreas privativas, adequadas aos exercícios de grandes efetivos.

Marinha

O devotamento, que a Marinha põe no desempenho de suas atividades, patenteou-se mais uma vez na eficiência com que realizou os trabalhos previstos em seu planejamento básico.

REAPARELHAMENTO

Com a finalidade precipua de reaparelhar a Esquadra, o principal esfôrço foi aplicado na modernização do navio-acródromo Minas Gerais.

Ultimam-se entendimentos, com a Marinha dos Estados Unidos da América do Norte, para a cessão, por empréstimo, de quatro contratorpedeiros, que serão entregues à Marinha do Brasil em perfeitas condições operativas, processando-se tôda a reativação sem ônus para o erário nacional.

Foi incorporado ao serviço o navio hidrográfico Canopus, recentemente construído no Japão e dotado de helicóptero e dos mais modernos equipamentos eletrônicos, para realizar os trabalhos de levantamento hidrográfico do nosso litoral.

No Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, está sendo ultimada a construção dos pequenos navios hidrográficos Argus, Taurus e Orion.

Para modernizar os nossos contratorpedeiros classe "M", "A" e "Be" e torná-los mais próximos dos padrões atuais, estão sendo feitos estudos, a cargo dos principais órgãos técnicos da Marinha.

Também o reaparelhamento dos órgãos de apoio técnico, logistico e administrativo mereceu cuidados da administração naval, com a aquisição de máquinas operatrizes e diversos equipamentos técnicos necessários às múltiplas tarefas daqueles órgãos. O sistema de fornecimento de sobressalentes e equipamentos à Marinha do Brasil, pelos Estados Unidos da América do Norte, em decorrência de acordos diplomáticos, tem permitido manter-se a esquadra em razoáveis condições operativas e com grande economia de divisas.

DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL BELICO

A Diretoria de Armamento, órgão da administração naval a que incumbe a logística de produção de material bélico, teve suas atividades orientadas para a máxima utilização dos recursos nacionais, buscando, ao mesmo tempo, reduzir as necessidades de importação e incrementar a capacidade produtiva das fábricas civis e da Marinha. Quanto ao Centro de Munição da Marinha, foi plenamente executada a tarefa, que lhe cabe, de revisão e contrôle da munição, de acôrdo com os preceitos da moderna técnica americana.

OBRAS MILITARES

As obras em execução obedeceram ao Plano de Obras de 1958, delineado em estrita obediência à disciplina orçamentária e à diretriz básica de não serem iniciadas obras novas, antes do término das que se encontram em andamento.

Dentre as construções em execução destacam-se as das Bases Navais, pela sua importância e vulto das obras programadas.

O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e as diversas Diretorias Técnicas efetuaram, de acôrdo com as suas possibilidades, as reparações dos navios, dentro do Plano Geral de Reparos, determinado pelo Estado-Maior da Armada.

As obras das novas Escolas de Aprendizes-Marinheiros tiveram seu andamento subordinado às disponibilidades de verbas. A Escola de Aprendizes-Marinheiros de Vitória deverá ser inaugurada no próximo ano e, nas instalações das antigas Escolas, foram introduzidos alguns melhoramentos; ampliaram-se, por sua vez, as instalações do Colégio Naval.

No ano que findou, inaugurou-se também a nova sede do Quartel de Marinheiros situada nos terrenos da Avenida Brasil.

HIDROGRAFIA

O Serviço de Hidrografia atingiu, no decorrer de 1958, um marco histórico, substituindo por nacionais as últimas cartas estrangeiras que ainda se utilizavam em nosso litoral.

Os navios hidrográficos Siríus e Canopus, dotados de helicópteros e dos mais modernos equipamentos necessários ao Serviço de Hidrografia, vieram proporcionar à Diretoria de Hidrografia e Navegação os recursos modernos indispensáveis à execução de sua tarefa.

Continuaram a cooperar, com a Comissão do Ano Geofísico Internacional; as Direterias de Hidrografia e Eletrônica, operando uma sonda ionosférica em Natal, realizando levantamentos oceanográficos e mantendo estações meteorológicas e de radiosondagem na Ilha da Trindade.

TRANSPORTES

Os navios do Serviço de Transporte da Marinha cooperaram com os demais órgãos do Governo no transporte de pessoal e de gêneros alimentícios. Conduziram 17 000 toneladas de carga dos órgãos governamentais e 40 000 de carga comercial, auxiliando, assim, os serviços da Marinha Mercante, nesse setor.

Transportou, outrossim, a Marinha de Guerra, cargas da L.B.A., enviadas para a região das sécas do Nordeste e, de Fortaleza, conduziu flagelados para Belém, Rio e Paranaguá.

Nos meses de fevereiro, março, abril, julho e outubro realizaram-se viagens a Suez, conduzindo tropas do Exército para o contingente da O.N.U.

VIGILANCIA DO LITORAL

A vigilância do litoral se manteve pela constante movimentação dos navios da Esquadra. Os Serviços de Patrulha Costeira— que têm como tarefa fiscalizar a pesca, prestar assistência às populações litorâneas e colaborar com os serviços de repressão ao contrabando, além do Socorro Marítimo— foram efetuados pelas corvetas classe Imperial Marinheiro e pelos rebocadores de alto mar Trianfo, Tritão e Tridente.

· INSTRUÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNICO DO PESSOAL

De acôrdo com as diretrizes do Estado-Maior da Armada e com o propósito de intensificar a formação de especialistas, foi elaborado pela Diretoria de Pessoal o Plano Geral de Instrução para 1958, em que se utilizou ao máximo a capacidade dos Centros de Instrução e Escolas de Especialização.

Aeronáutica

Buscando cumprir, com eficiência, a missão que lhe cabe no conjunto das Fôrças Armadas e na supervisão da aeronáutica civil, a Fôrça Aérea Brasileira continuou na progressiva execução dos seus planos e programas.

O Plano de Desenvolvimento da F.A.B., calcado na realidade brasileira e evitando gravar o orçamento com despesas supérfluas, cuida fundamentalmente dos problemas relativos à Organização. ao Pessoal, ao Material, ao Adestramento e à Infra-estrutura.

Com referência ao primeiro desses problemas, prosseguem os esforços para que a Fôrça Aérea Brasileira evolua, de organização territorial, para organização funcional.

Em 1958, havendo-lhes dado o Govêrno todo o apoio necessário, foi possível ativarem-se os trabalhos do Comando Aerotático Terrestre e do Comando Aerotático Naval, incumbidos da instrução e do adestramento das Unidades Aéreas que se destinam ao emprêgo em conjunto, respectivamente, com o Exército e a Marinha.

Também se desenvolveram, promissoramente, os trabalhos do 1.º Grupo de Aviação Embarcada — cuja finalidade, de acôrdo com a Doutrina vigente, é guarnecer Navios-Aerôdromos da Marinha Brasileira — o mesmo sucedendo aos da Base Aérea dos Afonsos, onde se aloja uma Unidade de Transporte de Tropas, com a missão principal de assegurar o transporte aéreo das Unidades Aeroterrestres do Exército. Do mesmo modo, desenvolveu-se, com êxito, a ação do Destacamento da Base Aérea de Brasilia, incumbido de missões de Transporte Especial.

Organizou-se, igualmente, no ano findo, o Escritório Coordenador do Programa de Assistência e Defesa Mútua em Washington, encarregado de planejar, coordenar e controlar tôdas as atividades da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos (C.M.D.B.E.U.), que sejam do interêsse da Aeronáutica, consoante o P.A.D.M.

Ainda em 1958, foi organizada a 3.º Esquadrilha de Ligação e Observação, para cooperar com o Exército e sua ativação se efetuará, possívelmente, no início de 1959.

No setor de Pessoal, criaram-se os Quadros de Oficiais de Administração e de Suprimento. Examina-se, agora, a possibilidade de criar o Quadro de Oficiais-Engenheiros e de se desdobrarem os cursos da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

REAPARELHAMENTO

No que diz respeito a Material, não cessou o esfôrço de reaparelhamento iniciado em 1956. Receberam-se, no ano que findou, vinte-e-nove aviões F-80, para formação de pilotos de caça: um avião turbo-hélice Vickers Viscount, para transporte de altas autoridades: oito aviões SA-16 e quatro helicópteros H-19, para busca e salvamento; cinqüenta aviões de adestramento T-6, para distribuição às Escolas e Unidades da F.A.B.

No decorrer do ano de 1958, foram, ainda, recebidos seis aviões SA-16, para completar a dotação do Esquadrão de Busca e Salvamento.

O reaparelhamento da F.A.B. não se limitou ao recebimento de material aeronáutico prôpriamente dito. Fêz-se notar, de igual modo, em outros setores de atividade, destacando-se o reequipamento geral de tôdas as Organizações do Serviço de Saúde da Aeronáutica, particularmente no que se refere às instalações radiológicas dos Hospitais da Aeronáutica de Canoas, Galeão. Receife e Belém.

Vultoso material foi, ao mesmo tempo, fornecido às diversas Organizações do Serviço de Saúde da Aeronáutica, possibilitando o reequilibrio de seu nível técnico e consequente aperfeiçoamento de capacidade assistencial.

No plano referente à rêde de proteção ao vôo, merecem menção, entre outros empreendimentos, os Projeto-Telex e ProjetoContraf que datam, inicialmente, de 1954 e 1957. O Projeto-Telex se destina a dotar a rêde de comunicações do Ministério da Aeronáutica de equipamento e tele-impressores; até a presente data, foram instaladas as estações centrais do Rio de Janeiro e São Paulo, conectando várias rêdes locais. O Projeto-Contraf diz respeito à instalação de estações de VOR, ILS, SAR e HIALS nas zonas de aproximação do Rio, São Paulo e Pôrto Alegre, aparelhando, assim, os Aeroportos dessas cidades para a operação da aviação a jato. Esse projeto se desenvolve com o apoio do Ponto IV (Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil).

No que respeita ao Adestramento, foram tomadas medidas para o aprimoramento dos programas estabelecidos, tendo em vista o material adquirido.

Apesar das dificuldades momentâneas que se lhe antolharam, no cumprimento da Doutrina estabelecida pelo E.M.F.A., quanto a exercícios de cooperação com o Exército e com a Marinha—a Aeronáutica pôde atender, com eficiência, a todos os pedidos formulados pelas duas outras Fôrças Armadas, graças à pronta aquisição de aviões promovida pelo Govêrno. Os resultados obtidos permitem prever que, no próximo ano, êsse importante setor de trabalho conjunto das Fôrças Armadas se desenvolva normalmente.

Paralelamente às atividades descritas neste item, tiveram prosseguimento normal todos os cursos de formação e aperfeiçoamento programados para Oliciais e Praças.

Quanto à infra-estrutura, cabe ressaltar que o desenvolvimento da aviação comercial a jato está a exigir, ao lado de outras medidas de importância, a construção de pistas de especiais características técnicas, em condições de atender às necessidades dêsses modernos tipos de aviões. Justificam-se, assim, providências que proporcionem à Aeronáutica os elementos de que carece, nas novas circunstâncias.

Apesar das dificuldades a superar, já em 1960 deverão estar aparelhados, pelo menos, os Aeroportos de Pôrto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro. Recife e Belém, para receber os modernos Boeing 707, DC-8, Comet IV e outros.

OBRAS MILITARES

Quanto às construções e instalações em geral, as atividades do Ministério aplicaram-se ao prosseguimento das obras em andamento; à manutenção e reparação das instalações existentes; à ampliação das que se destinam às escolas de formação de pessoal militar; à ampliação e adaptação das Bases previstas para receber os aviões recém-adquiridos; à melhoria e ampliação de hospitais; ao prosseguimento da política de construção de vilas residenciais, para militares e funcionários civis do Ministério nas diversas Zonas Aéreas.

OBRAS E SERVICOS CIVIS

Neste setor, o objetivo que se teve em mira foi a conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e a execução das mais necessárias. Assim, as atividades ativeram-se ao prosseguimento das obras em andamento: à manutenção e reparação das instalações de infra-estrutura da Aeronáutica: ao melhoramento das condições dos Aeroportos, principalmente pela ampliação e pavimentação de pistas, construção de estações de passageiros e construção e instalação de facilidades destinadas à proteção ao võo.

Tôdas as operações — tanto internacionais como domésticas — tiveram o custo majorado, como conseqüência da elevação da taxa cambial destinada à amortização de pagamentos relativos a aquisições de aeronaves e compras de combustível e sobressalentes. A fim de solucionar as dificuldades disso resultantes, constituiu o Governo um Grupo de Trabalho, sob a presidência do Diretor de Aeronautica Civil e integrado pelos representantes do Conselho do Desenvolvimento, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, da Superintendência da Moeda e do Crédito e das Carteiras de Câmbio e de Comércio Exterior do Banco do Brasil.

OPERAÇÕES COM AERONAVES A JATO

Para estudar e propor as medidas relativas a operação dos aviões a jato, a iniciar-se em 1960, a Diretoria de Aeronáutica Civil designou um Grupo de Trabalho integrado de técnicos.

oriundos de seus quadros e das emprêsas empenhadas na introdução dêsses equipamentos em seus serviços.

TARIFAS

......

Com vistas a corrigir anomalias tarifárias, resultantes da introdução de novos equipamentos nos serviços domésticos, procedeu a D.A.C. a estudos econômicos, em resultado dos quais foi possível adotar critérios que permitirão o ajuste das tarifas aéreas às suas reais necessidades remunerativas.

FORMAÇÃO DE PESSOAL

A formação de pessoal destinado à aviação comercial processou-se conforme as normas de rotina. No tocante à aviação desportiva, verificou-se grande incremento, havendo-se brevetado 590 novos pilotos e 30 instrutores.

AEROCLUBES

O auxílio aos aeroclubes efetivou-se por meio de subvenções para formação de pilotos e instrutores e, bem assim, pela assistência técnica áquelas entidades. Para aumento das respectivas frotas, celebrou-se contrato de compra de 50 aeronaves Paulistinha-56. A manutenção da frota atual recuperou e redistribuiu 100 aeronaves.

As atividades do Ministério da Aeronáutica, ligadas à Indústria Aeronáutica e Ciência para o Desenvolvimento, vão relatadas nos capitulos concernentes ao desenvolvimento econômico e cultural.

CAPITULO III

ORDEM PUBLICA

Foram cumpridos os encargos de preservação da ordem, confiados ao Departamento Federal de Segurança Pública, conquanto não se tenha podido concretizar, ainda em 1958, uma reforma completa dos serviços policiais, que amplie as atividades dêsse órgão e melhor o habilite à prevenção e à repressão dos crimes e contravenções.

Embora se mantenha inalterada a ordem social, a evolução do crime apresenta sinais evidentes de agravamento, fenômeno que tem exigido ingentes esforços dos orgãos de segurança pública.

Em tal contingência, a Administração mantém a sua atenção voltada para três fatôres que, entre outros, contribuem para o crescimento da criminalidade: o problema dos menores abandonados, a que ainda não se pôde dar solução satisfatória: a inexistência de presidios em número suficiente e com instalações adequadas, falha que a atual Administração vem procurando sanar; deficiência de aparelhamento da Justiça, que, nas atuais circunstâncias, não se acha em condições de atender ao processo e julgamento de milhares de inquéritos, distribuídos aos juizados criminais.

Durante o ano de 1958, procurou-se, através de medidas há muito reclamadas, conferir maior eficácia ao policiamento ostensivo na Capital Federal, assim como à fiscalização do trânsito, havendo-se, com isto, obtido redução nos coeficientes de criminalidade e nos indices dos acidentes. No que se refere à policia judiciária, aperfeiçoaram-se as normas processuais, de modo a manter maior unidade e cooperação com os ôrgãos da justiça pública.

Registre-se, por igual, que a instalação do Presidio do Departamento Federal de Segurança Pública trouxe grande proveito aos serviços policiais, solucionando nesta Capital o problema das prisões, que se vinha agravando desde vários anos.

No Sanatório Penal para Tuberculosos, em Bangu, no Distrito Federal, tiveram início e prosseguem em ritmo animador as obras de remodelação e ampliação, que, uma vez concluidas, colocarão a Penitenciária Professor Lemos Brito em condições de receber maior número de internos portadores de tuberculose.

Além das projetadas construções de novas sedes para as repartições policiais, serão incrementadas, no presente exercício, as obras do prédio destinado aos serviços de identificação civil e criminal. Deve ser também concluído e inaugurado o edificio que abrigará boa parte das corporações de policiamento ostensivo, cujas acomodações atuais são deficientes e impróprias.

O Governo está atento à necessidade de ampliar e aprimorar os serviços policiais, rever os quadros de pessoal, sobretudo nos

setores dedicados ao policiamento ostensivo e à policia judiciária, e bem assim de elevar os efetivos das corporações uniformizadas.

Segunda Conferência Nacional de Polícia

Ao ensejo das comemorações do sesquicentenário da criação da Intendência de Polícia, ocorrido em 1958, convocou o Govêrno a Segunda Conferência Nacional de Polícia, da qual participaram as autoridades responsáveis pela segurança pública em todo o País, sendo debatidos importantes problemas ligados à preservação da ordem pública.

A federalização da policia mereceu estudos especiais por parte dos técnicos, prevalecendo a resolução de estabelecer, entre os Estados, intercâmbio e cooperação obrigatórios na repressão dos delitos contra a segurança do Estado e daqueles em que a União seja interessada. Decidiram, ainda, as delegações regionais a criação de um serviço de polícia interestadual com o objetivo de mútua cooperação nas atividades de combate ao crime.

A repressão ao contrabando mereceu amplo exame, concluirdo-se pela adoção de várias providências que há muito se recomendavam, inclusive quanto à policia de fronteiras. Foram igualmente assentadas as bases para incentívar, em todo o País, sobretudo na região setentrional, a fiscalização do comércio e uso de entorpecentes.

Consideraram-se, ainda, proposições relativas à criação dos serviços de segurança pública na Nova Capital. No campo da policia judiciária, foi objeto de debates o sistema que preconiza a constituição de juizados singulares para julgamento dos pequenos delitos e contravenções penais.

Sistema Penitenciário

O sistema penitenciário brasileiro carece de estrutura orgânica e uniforme. Para corrigir essa falha, foi constituída uma comissão que, analisando o regime vigente, em face da experiência dos demais povos civilizados, concluiu por sugerir a organização da Superintendência Geral Penítenciária, em substituição à atual Inspetoria-Geral, já prevista no anteprojeto do Código Penitenciário.

Esse anteprojeto defere à competência da Superintendência a expedição de normas para o funcionamento dos estabelecimentos presidiais e sua fiscalização, bem como o contrôle da execução das penas e sua suspensão. Prevê ainda a criação de um Patronato Modêlo, no qual os liberados e egressos receberão amparo e estimulo, possibilitando assim condições para sua reintegração social.

Assistência a Menores

O problema da assistência ao menor desvalido e principalmente, ao desajustado tem sido objeto de permanente debate. Muitas são as causas apontadas como responsáveis pelos graves problemas que oferece a juventude atual, merecendo destaque o afrouxamento da instituição familiar, a promiscuidade malsã que é corolário do excessivo adensamento demográfico dos centros metropolitanos, os contingentes de marginais oriundos do êxodo rural, as deficiências do aparelhamento escolar, principalmente no nível primário e profissional, a crescente tendência de muitos pais irresponsáveis a transferir ao Estado o ônus da manutenção e educação da prole e os aspectos negativos de determinados tipos de diversões públicas.

Solicitado a ampliar e diversificar sua rêde de estabelecimentos assistenciais, para suprir as falhas e deficiências da rêde de iniciativa privada, vem o Governo realizando árduo esforço no desempenho dessa complexa missão. Cresce ràpidamente o número de menores necessitados de amparo do Poder Público e sua recuperação e reintegração social encontram inúmeras dificuldades, tanto de caráter pedagógico como material. As dotações orçamentárias, votadas para tal fim, vêm sendo aumentadas dentro do possível, embora permaneçam aquém do necessário.

A solução desse problema será dada pela política global de desenvolvimento empreendida pelo Governo. Elevando o padrão médio de vida, essa política atingirá o mal em suas raízes. Todavia, com relação às medidas imediatas que vêm sendo exigidas, solicitou o Governo ao Congresso Nacional a aprovação do Projeto do Código de Menores, em elaboração na Câmara desde 1950. Providências outras deverão ser solicitadas com a regulamentação do item III, do art. 168 da Constituição Federal que estatui: "as

emprêsas industriais, comerciais e agricolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos dêstes".

Não podendo o Estado arcar sôzinho com a responsabilidade da assistência ao menor, é justo que se faça auxiliar pela iniciativa privada, principalmente quando já prevista pela Carta Magna.

Continua no Congresso Nacional, em fase de elaboração, o projeto que reforma e amplia o Serviço de Assistência a Menores, para que possa, realmente, atender à sua relevante tarefa em todo o território nacional.

PARTE TERCEIRA DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

CAPITULO I

POLITICA ECONOMICA: ASPECTOS GERAIS

Desenvolvimento Econômico

Nossa política de desenvolvimento compreende dois aspectos essenciais: a abolição dos pontos de estrangulamento da economia, através de investimentos de infra-estrutura, e a consequente expansão de determinados setores de produção, prioritáriamente selecionados segundo critérios econômicos e sociais.

O primeiro aspecto refere-se aos investimentos em campos que não atraem o capital privado e nos que competem preferentemente ao Estado. O segundo diz respeito a empreendimentos a cargo da iniciativa privada, relacionados com a produção de determinados bens e serviços previamente escolhidos, por interessarem à política do desenvolvimento econômico. A ação governamental, no caso, consistiu em estabelecer, em têrmos claros, um programa geral capaz de atrair a livre iniciativa.

Nestas condições, as medidas adotadas pelo Govêrno convergiram para dois objetivos que se completam: realizar inversões em obras de infra-estrutura e facilitar e estimular atividades e investimentos privados.

A politica de desenvolvimento da economia brasileira firma-se, portanto, em algumas idéias básicas, partindo das quais já conseguimos colhêr os resultados que apresentamos nos diversos capítulos desta Mensagem. De início, a tarefa principal consistia em infundir, nos próprios órgãos governamentais, nos homens de negócio e chefes de emprêsa e no público em geral, uma consciência vigorosa da viabilidade dêsse desenvolvimento e de suas vantagens, pois só com o apoio dessas forças nacionais seria possível criar condições gerais favoráveis a êsse desiderato. Já

a politica de estabilização monetária, reformulada no Programa apresentado ao Legislativo no ano findo com esse objetivo, visa a eliminar distorções nos investimentos e estimular a poupança no setor privado.

Note-se que apenas 40% dos investimentos programados no periodo de 1958-61 dependem do orçamento da União; e mais da metade do dispêndio se prende ou a Fundos Especiais com destinações especificas ou a recursos oriundos de vinculações constitucionais, tratando-se, portanto, de despesa com previsão correspondente, na receita.

Desse modo, dentro das condições atuais da sociedade brasileira, conseguiu-se formular o programa do desenvolvimento, dando coerência e concatenação a seus elementos componentes.

Impõe-se ressaltar, entretanto, a dependência, em que se encontrará qualquer plano de desenvolvimento de uma cooperação econômica internacional mais ampla, tanto no que respeita a capitais e à assistência técnica, como no que se refere a acôrdos intergovernamentais sôbre mercados e produtos.

A despeito da superveniência de fatôres desfavoráveis, de origem externa, o ano de 1958 caracterizou-se por maior objetividade na execução de projetos específicos que integram os planos setoriais elaborados pelo Govêrno, conforme se explana a seguir.

LEVANTAMENTO DE RECURSOS EM MOEDA NACIONAL

No que tange aos recursos financeiros, ampliaram-se algumas das fontes disponíveis, criaram-se novas fontes ou se propôs a sua criação, em projetos ainda dependentes de aprovação do Congresso Nacional. Com a reforma da legislação do impôsto único sôbre combustíveis, garantiram-se aos setores petrolifero, ferroviário e rodoviário os meios de que careciam. A prorrogação da vigência do Fundo de Reaparelhamento Econômico, bem como a aprovação de vários Fundos de aplicação vinculada, permitiram investimentos em obras portuárias e de construção naval e produção de eletricidade. A reforma tributária recomendada no Programa de Estabilização Monetária possibilitará novos recursos para o programa do desenvolvimento. Cumpre notar, ainda, que a negociação do segundo acôrdo de compras de excedentes agri-

colas com os Estados Unidos da América veio propiciar fundos ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, no montante aproximado de 7 bilhões de cruzeiros, financiados por 40 anos, o que representa respeitável soma de receitas não inflacionárias para as metas do desenvolvimento.

Dos montantes consignados no Orçamento Federal, de 1957 a 1961 — no valor global de 113 bilhões de cruzeiros — cêrca de 55%, ou aproximadamente 62 bilhões, constituem fundos especiais vinculados a determinadas metas. Outras parcelas consideráveis acham-se adstritas a programas regionais, como o do Vale do São Francisco, o da Amazônia e o do Poligono das Sêcas.

Os Estados, por sua vez, através de fundos especiais previstos em lei, vem cooperando na execução das metas, sobretudo nas de energia elétrica e siderurgia.

Estima-se a contribuição do setor privado em 100,8 bilhões de cruzeiros, incluindo-se na cifra os saldos de operação da PETROBRÁS e o produto das taxas de renovação e melhoramento das ferrovias.

Além dos recursos adicionais acima referidos, que se acrescentaram recentemente ao orçamento ordinário da União e dos Estados, cabe mencionar os financiamentos de entidades públicas, principalmente os do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. As receitas dêste, como se sabe, também são obtidas de forma não inflacionária, seja através da tributação, seja por intermédio de operações internacionais, como a já citada compra de excedentes agrícolas. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico estimou em cêrca de 44,3 bilhões de cruzeiros suas disponibilidades em financiamento para o Programa de Metas, o que corresponde a um excesso de 3 bilhões sôbre a contribuição dos estabelecimentos oficiais de crédito, prevista de início.

O único setor que carece de meios, para a plena execução de sua meta, é o de energia elétrica. A atribuição de maiores fundos de financiamento a essa indústria significaria elevar a relação entre financiamentos e recursos próprios a níveis desaconselháveis, para grande número de projetos importantes, dada a posição peculiar de várias entidades interessadas. O que se

aconselha, neste particular, é a aprovação da legislação relativa à estrutura financeira das emprêsas de eletricidade, ora em estudo no Congresso Nacional, de modo que passe a atrair novos capitais privados para aplicações nesse setor.

LEVANTAMENTO DE RECLIRSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

O levantamento de recursos internos para as inversões compreendidas no Programa de Metas está condicionado ao não agravamento da pressão inflacionária e do superemprêgo dos fatores disponíveis, em particular de capital. Do mesmo modo. a obtenção de meios em moeda estrangeira — exigidos por um têrço, aproximadamente, dos investimentos globais - é restringida pela nossa limitada capacidade de pagamentos internacionais. Como se sabe, essa limitação resulta do comportamento desfavocável das receitas de exportações; do variável e relativamente pequeno influxo liquido de capitais estrangeiros e da considerável concentração de obrigações a curto e a médio prazo. Quer para suprir as divisas necessárias ao financiamento dos projetos governamentais, quer para prestar apoio à emprêsa privada nacional na obtenção de empréstimos externos, promoveram as autoridades responsáveis várias modalidades de ação, atentas, contudo, para as perspectivas do nosso Balanço de Pagamentos, a médio e longo prazo, de modo a evitar um endividamento externo a elas desproporcionado.

Uma daquelas modalidades de ação consistiu em atrair investimentos estrangeiros diretos, através da concessão de incentivos ao estabelecimento de certas indústrias — a automobilística, por exemplo. Em outros casos, recorremos a entidades oficiais de crédito, internacionais ou nacionais — Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Export-Import Bank of Washington, o Instituto Mobiliare Italiano, o Assurance Crédit de France e várias outras — mediante a abertura de créditos bancários a favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, ou por êle garantidos. No levantamento de recursos estrangeiros, não raro se apelou para o seller's credit, ou seja, a concessão, pelos fornecedores de maquinaria, de créditos a curto e médio prazo, garantidos ou não pelo governo do país exportador.

Neste particular, os resultados têm sido satisfatórios, em relação aos projetos em curso. Para 80 milhões de dólares registrados em 1955 na Superintendência da Moeda e do Crédito, como capital de empréstimo, registraram-se 302 e 261 milhões, em 1956 e 1957, respectívamente. Em 1958, tais registros se elevaram ao nível de 397 milhões. Quanto às inversões diretas, as cifras elevaram-se em 31 milhões de dólares em 1955, a 56 em 1956, 109 em 1957 e 104 em 1958.

Os quadros, que seguem, indicam os recursos internos e externos destinados à execução do programa de desenvolvimento econômico, nos últimos três anos.

ESTIMATIVA EM MILHOES DE CRUZEIROS

Setores	1956	1957	1958	Total
Energia Transportes Alimentação Indústria de Base	321 10 828 3 188 2 700	13 777 15 710 3 909 3 765	19 247 18 719 4 463 5 821	33 345 45 257 11 560 J2 286
Educação	_	_	1 206	1 206
Totals	17 037	37 161	49 456	1C3 654

Os recursos de origem externa — financiamentos e inversões diretas — atingiram os totais constantes do quadro seguinte :

RECURSOS DO EXTERIOR PARA O DESENVOLVINIENTO ECONÓMICO

ekakyotta aspoyadko

Em milhaes de dafarre

		1956		1957		1918			Total 56-53			
\$etores	Figurein, weath	invest.	Total	Pinencia- mento	jovani. dėjeto	Total	Plasacia- meplo	lavest.	Facul	Pineacis-	favest, :	Total
<u>.</u>				,								
TOTAL CALLACTACATACT	303.1	59.7	357.6	260.5	109.3	369,7	197,0	(03,7	500,7	959.6	268.6	1 225.
- Metze	269,8	26,0	311.0	150.7	71.7	362,4	317.3	73.7	431.0	407.4	181.5	t 069,
Egergia	72.7	-	77.7	57,2		67.2	134.5	-	134.5	274.4		274.
Transporte	37.7	-	82.7	131.3	~	131,2	187.5		187,5	101.4	-	405,
Alfanginglio	8. 1	_	8,1	7.2	3.6	9.3	4.8		€,\$	50'7	2.0	72,
ludustefe da Dane	126.3	26.0	152,3	25.1	69.1	94,1	50.5	£\$.2	134.3	201,8	169,4	371.
Eduração	~	~		~	-	-			-	-		-
- Outros erteres	;2,3	29,7	\$2.0	29,6	37.5	67,3	19.7	30.0	49,7	61,5	\$7,2	159,

Note - Operation registraler ne BuitiOC. Cifras de 1956-51 delinitivas. Cifras de 1958 enimedae.

Combate à Inflação

No decurso de 1958, em razão de causas estudadas noutra parte desta Mensagem, voltaram os preços a revelar aguda sensibilidade às variações na quantidade dos meios de pagamento.

Esse novo impulso nos preços levou o Govêrno a reformular seu plano de combate à inflação, apresentando ao Congresso Nacional, conforme assinalamos, um Programa de Estabilização Monetária. Tal programa visa precipuamente ao estabelecimento de um sistema monetário fortalecido, interna e externamente, como condição essencial para o desenvolvimento equilibrado e contínuo.

Empenhado em uma política de desenvolvimento econômico. vem o Govêrno, desde então, utilizando os meios de que dispõe para conter as renovadas pressões inflacionárias que de outro modo acabariam por determinar a diminuição do ritmo de crescimento do Pais. É bem sabido que a ascensão rápida dos preços gera tensões sociais e cria dificuldades à compra, no exterior, de máquinas, equipamentos e matérias-primas, indispensáveis não só à manutenção como à expansão da atividade econômica nacional. Dá origem, por outro lado, a lucros nominalmente elevados, que se transformam em novos elementos de desestímulo à adoção de aperfeiçoamentos tecnológicos. Tudo isso acarreta perdas de produtividade. E torna mais dificeis os investimentos de infraestrutura, seja pela retração da poupança privada que os poderia financiar — afugentada pela baixa rentabilidade dessas inversões - seja pelos seus prazos de realização, sempre longos, que os faz sobremodo sensíveis aos sucessivos reajustamentos de custo.

O contrôle do ritmo de elevação dos preços obriga, necessariamente, a que se contenha a expansão da quantidade de moeda. É óbvio que os preços apenas se elevam quando os gastos globais na economia excedem a oferta global de bens e serviços. A finalidade do contrôle da quantidade de moeda é, pois, condicionar a expansão dos gastos totais a um ritmo compatível com os recursos reais da economía.

O crescimento da quantidade de moeda depende da política fiscal e da política de crédito para com o setor privado, influenciada esta última, fortemente, pela política de salários. Eis porque as

medidas destinadas a promover a estabilização monetária terão de abranger sempre, de maneira integrada, esses múltiplos aspectos da política econômica.

Foram estabelecidos tetos para a expansão monetária, mediante contrôle oficial das operações do Banco do Brasil, conforme se indica no Capítulo próprio.

Quanto às finanças públicas, empenhou-se o Govêrno em evitar a ocorrência de um deficit exagerado nas operações financeiras do Tesouro Nacional, e o excessivo crescimento das atividades públicas, em detrimento das atividades privadas. Em fase de expansão continua do papel-moeda em circulação, é quase impossível conter, dentro de limites razoáveis, o aumento dos empréstimos e dos depósitos dos bancos comerciais.

No que diz respeito à política de salários, é mister observar que a melhoria do padrão de vida dos empregados não pode ser alcançada por meio de reajustamentos periódicos e maciços dos salários nominais, pois êstes, quando não apoiados numa política estabilizadora, tendem a ser anulados pela inflação de custos e preços. Na primeira fase do Programa de Estabilização ainda se tornou necessário fazer reajustamentos apreciáveis, nos salários nominais. Ao mesmo tempo, através de menor desequilibrio orçamentário e da diminuição do ritmo da expansão monetária, procurou-se conter a tendência da alta de preços.

Longe de ser antagônico aos projetos de desenvolvimento, o Programa de Estabilização Monetária pode auxiliá-los de várias maneiras. Primeiro, porque os orçamentos de custos se tornarão menos instáveis e a estimativa de recursos será capaz de assegurar continuidade às obras. Em segundo lugar, porque, diminuída a excessiva pressão sôbre o mercado de fatôres, mais rápida será a execução das obras e mais raras as interrupções causadas pela escassez de matérias-primas e materiais de construção. Em terceiro lugar, porque, eliminada a pressão inflacionária, tenderá a melhorar o Balanço de Pagamentos, o que facilitará a obtenção de financiamentos externos e ensejará maior regularidade no abastecimento das peças e matérias-primas necessárias ao desenvolvimento industrial.

CAPITULO II

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL EM 1958

Evolução do Produto Real

Segundo as estimativas preliminares disponíveis, pode-se prever que a taxa de crescimento da economia brasileira, se bem que pouco superior à de 1957, foi maior, em 1958, que as dos três anos precedentes.

Assim, o Produto Interno Bruto Real cresceu em 4.7 %. contra 4.5 %. em 1957; 3.1 %, em 1956, e 4.1 %, em 1955. A quantidade de bens e serviços, per capita, continuou em aumento, havendo-se estimado uma taxa de 2.2 %, para 1958, em contraposição a 2.1 % em 1957; 0.7 % em 1956, e 1.7 % em 1955.

O crescimento da economia nacional, em 1958, foi, portanto, pràticamente igual ao do ano anterior, não obstante a persistência e até mesmo o agravamento de determinadas circunstâncias desfavoráveis. Dentre elas sobressaem a piora, que continuou a verificar-se, nas relações de troca com o exterior: a redução do valor global das exportações, em têrmos de divisas: a consequente diminuíção da capacidade de importar e, bem assim, a iterativa repercussão do processo inflacionário sôbre os investimentos de natureza não especulativa. A taxa de crescimento registrada pode ser, entretanto, considerada satisfatória.

Confirmam-se, desse modo, os prognósticos de Mensagem anterior, quando se afirmou que dificilmente alcançariamos, na atual fase, a taxa média anual de expansão da economia nacional observada de 1948 a 1955. Já então, era admitido que a conjuntura internacional não ofereceria as mesmas circunstâncias que haviam contribuído para o acentuado ritmo de crescimento registrado naquele período.

Investimentos

Os dados de que dispomos, conquanto incompletos, fazem supor que a percentagem dos investimentos sôbre o Produto Interno Bruto, em 1958, foi pràticamente a mesma do ano anterior.

A estimativa preliminar situa-se em tôrno de 12.5 % contra 12.9 % em 1957. Essa ligeira redução da taxa dos investimentos se explica em face das condições severamente adversas, já referidas.

Distribuição da Renda Nacional por Tipos de Pagamento

A estimativa preliminar da Renda Nacional ao Custo dos Fatôres, com base nas informações estatisticas disponíveis, revela um crescimento de 14.6 %, em relação a 1957. Nas rendas dos setores urbanos, verificou-se maior expansão que nas do setor agropecuário. Esse resultado era esperado em consequência do nosso desenvolvimento industrial, que determina maior desdobramento das atividades urbanas.

Em conjunto, aumentaram em 16,2 % as rendas produzidas e distribuídas a fatôres de produção ocupados no setor das atividades urbanas, ao passo que as rendas dos fatôres utilizados em atividades agropecuárias cresceram 11,3 %. No primeiro dêsses setores, distinguem-se o total dos salários e ordenados, com aumento de 15,7 %, e o total das rendas da propriedade, — lucro, juros e aluguéis — com incremento de 17,4 %. Essas percentagens de aumento da renda monetária ou nominal deixam supor um decréscimo da posição relativa ocupada pela renda do setor agropecuário. De acôrdo ainda com os dados referidos, êsse decréscimo corresponde, no conjunto da renda de 1958, a pequena redução de pouco menos de um ponto na percentagem representativa do setor.

Custo de Vida

Em 1958, a variação do comportamento dos preços ao consumidor, em diferentes épocas do ano, verificou-se de maneira bastante acentuada. Tivemos altas relativamente pronunciadas, nos primeiros meses do ano; a seguir, entre abril e agôsto, ou maio e agôsto, conforme a região, se registraram, em geral, pequenas elevações; finalmente, no período setembro-dezembro, ocorreram aumentos mais fortes, por forma tal, que os incrementos mensais, no Distrito Federal, totalizaram 10 % no segundo semestre.

Não obstante a tendência altamente desfavorável, no citado quadrimestre, a taxa de crescimento da média mensal dos índices

de preço, tanto no caso do custo de vida, como no caso dos preços por atacado, ainda foi menor, em 1958, do que nos três anos anteriores. De fato, nesse ano tivemos um aumento médio de 14 %, no Distrito Federal, contra 17 % em 1957, 21 % em 1956 e 23 % em 1955. As informações referentes a São Paulo e Pôrto Alegre, abrangendo o período janeiro-outubro, também indicam elevação média menor do que nos três anos anteriores. Nessas cidades, as médias mensais foram de 14 e 9 %, respectivamente, para o período citado.

Conforme assinalamos em outros capítulos desta Mensagem. várias causas, algumas das quais se verificam de longa data, concorreram para o considerável fortalecimento das pressões inflacionárias que deram origem ao aumento de preços. Ressaltem-se, em 1958, o deficit orçamentário, que, apesar dos esforços realizados, não pôde ser totalmente eliminado, e as emissões de papel-moeda, para outros fins que não o financiamento daquele deficit a que se viram compelidas as autoridades monetárias, pelo imperativo das circunstâncias econômicas. Por sua vez, o encarecimento das importações em geral - decorrente, em parte, das pressões inflacionárias dominantes no sistema econômico nacional. e, em parte, ou redução do montante das divisas postas em licitação - determinou elevações dos ágios dos leilões, do custo de câmbio para importações favorecidas e, bem assim, da taxa de conversão do valor externo das mercadorias importadas, para efeito de cobrança do impôsto de importação. Também contribuíram para aquêle efeito condições climáticas adversas, que afetaram algumas lavouras e, ainda, a deficiência estrutural do sistema de abastecimento — transportes, armazenagem, silagem, frigorificação — cuja remoção só poderá ser conseguida em prazo mais ou menos longo. com o grande esfôrço de investimento no Programa de Metas.

Acrescente-se, a esse conjunto de circunstâncias, um complexo psicológico extraordinàriamente favorável ao incremento dos preços, sobretudo no segundo semestre do ano, como decorrência da perspectiva de queda da receita cambial e, consequentemente, de possíveis aumentos, em futuro próximo, dos ágios dos leilões, bem como da discussão e aprovação de reajustamentos salariais e de aumentos de impostos federais. Esse ambiente, dominado pela expectativa de aumentos de ágios e por um longo debate em tôrno de novos niveis de salários, vencimentos e impostos, tem criado para a oferta e a procura dos bens, em geral, uma predisposição ao aumento de preços.

CAPITULO III

MOEDA E CREDITO

Política Monetária e Bancária

O contrôle da expansão do volume global do crédito e dos meios de pagamento constitui ponto fundamental do Programa de Estabilização Monetária.

A formulação da política monetária e bancária expressa nesse Programa refletiu o progresso que se verificou, entre nós, no terreno metodológico, graças à experiência acumulada nesse setor e à análise objetiva das deficiências dos processos de contrôle anteriormente adotados.

De acôrdo com esse Programa, a partir do terceiro trimestre de 1958, a expansão do crédito passou a ser controlada dentro de limites mensais previamente fixados. É admissível, porém, que haja, no volume do crédito e da moeda, um aumento paralelo ao do ritmo de crescimento da economia nacional. Admite-se, mesmo, que a expansão monetária possa, durante períodos curtos, ultra-passar a taxa de aumento do volume físico da produção, quando seja necessário atender a elevações de custos de caráter amplo e irreversível, como as decorrentes de reajustamentos salariais que não possam ser absorvidos na margem de lucro das empresas.

Já a expansão monetária continua, em taxa muito mais elevada que a exigida pelo crescimento da economia, como tem ocorrido no Brasil, não contribui para a solução dos problemas de aumento da produção, e antes concorre para agravá-los seriamente. Assim, às autoridades monetárias cumpre, além de proceder à seleção do crédito, sobretudo controlar sua quantidade total.

Por êsse motivo, no Programa de Estabilização Monetária, previram-se, para o último trimestre de 1958 e o ano de 1959, os limites quantitativos máximos que seriam admissíveis na expansão

monetária, quer através das operações das autoridades monetárias, quer dos bancos comerciais.

Para o Banco do Brasil foi estabelecida programação especial, que regula suas transações de crédito com o setor público e o privado. A fixação de tetos para expansão das aplicações do Banco do Brasil constitui peça-chave do Programa de Estabilização, pois essa entidade atende a mais de 30% das necessidades globais do setor privado, concorrendo com mais de 60% do crédito rural.

Além dos recursos representados pela expansão de 10% nos meios de pagamento, o Banco do Brasil e os bancos comerciais disporão, para suas operações no ano corrente, de recursos adicionais — ágios cambiais e ordens de pagamento, entre outros — devidamente estimados no Programa de Estabilização.

Prevista a provável expansão dos principais grupos de operações bancárias, distribuíram-se os incrementos anuais pelos doze meses do ano, levando-se em conta as variações de ordem estacional. Os tetos mensais assim determinados servirão de guia à política de crédito. A fim de que a expansão monetária global não ultrapasse a programada, qualquer desvio importante será corrigido, em curto prazo, diretamente ou mediante compensação em outro grupo de operações.

Por outro lado, se a expansão monetária se mostrar muito inferior à taxa considerada desejável, serão atenuados os contrôles, diretos ou indiretos, sôbre as operações de crédito bancário, a fim de evitar efeitos deflacionistas inconvenientes.

Porque não se reveste de caráter rigido, o Programa de Estabilização Monetária foi revisto logo após o primeiro trimestre de sua execução; efetuaram-se ajustamentos necessários, ditados por alterações nos níveis de custos de produção no País, provocadas por causas não monetárias.

No que tange ao contrôle do crédito bancário, tomaram-se várias medidas específicas, entre as quais se destaca a revisão das normas de operação da Carteira de Redescontos com os bancos. Por não ter sido aínda aprovado pelo Congresso o Projeto nº 3 893, de 1958, não pôde o Govêrno, na determinação dos tetos para a expansão do crédito, ter em conta a possibilidade

de se elevarem as taxas de recolhimento dos depósitos bancários. É necessário, pois, que o Congresso Nacional outorque ao Executivo podêres para lançar mão dêsse importante instrumento de contrôle, indispensável quando se torne necessário anular pressões imprevistas que ameacem comprometer o exito do Programa de Estabilização.

Evolução da Situação Monetária e Bancária

Continuaram a desenvolver-se normalmente as operações bancárias. A ação pronta e segura das autoridades monetárias debelou o único foco de intranquilidade registrado no ano findo: a crise bancária ocorrida em São Paulo, no segundo semestre.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE AS AUTORIDADES MONF-TARIAS E OS BANCOS

Cresceu em 9,1 bilhões de cruzeiros o volume da assistência financeira que as autoridades monetárias prestaram aos bancos, entre 31-12-1957 e 31-12-1958. Para a obtenção desses recursos, valeram-se os bancos especialmente do redesconto, com o que seu débito — evolusive o do Banco do Brasil — na Carteira de Redescontos aumentou em 5,5 bilhões de cruzeiros. Na Caixa de Mobilização Bancária obtiveram 3,5 bilhões. O Banco do Brasil emprestou, por conta propria, o restante, isto é, 0,1 bilhão de cruzeiros.

Aumentando a necessidade de caixa dos bancos, em face das retiradas maciças de depósitos, a corrida bancária a que nos referimos levou as autoridades monetárias a socorrerem não só os bancos diretamente afetados, mas também os que, por medida de prudência, procuraram aumentar sua liquidez.

Os depósitos totais de bancos junto às autoridades monetárias acusaram o pequeno acréscimo de 0.5 bilhão de cruzeiros, não obstante o aumento nos depósitos à ordem da SUMOC de 1,9 bilhões de cruzeiros.

Em face da diminuta elevação dos depósitos dos bancos, e do acentuado crescimento da assistência financeira que as autoridades monetárias lhes prestaram, verifica-se terem êsses estabelecimentos recebido recursos líquidos no montante de 8,6 bilhões de cruzeiros.

EXPANSÃO DE CREDITO

A expansão total dos empréstimos bancários, em 1958, foi da ordem de 89,4 bilhões de cruzeiros (23,3%), contra os aumentos de 89,3 bilhões (30,3%), em 1957 e de 59,2 bilhões (22,5%), em 1956. Nota-se que o ritmo de expansão do financiamento do setor público, nos três níveis de govêrno, decresceu acentuadamente: 21,5% em 1958, contra 45,0% em 1957. Foi da ordem de 24,2%—a mais forte nos últimos quatro anos — a expansão total de crédito ao setor privado.

O saldo total dos empréstimos do Banco do Brasil, excluidas as operações com bancos, apresentou, em 1958, o aumento liquido de 44.2 bilhões de cruzeiros, correspondente a 20.5% — a menor taxa de expansão no último triênio.

No financiamento do setor público, o Banco do Brasil aplicou recursos no valor de 19,9 bilhões de cruzeiros. O Tesouro Nacional foi responsável por essa expansão, subindo o seu débito líquido de 20,9 bilhões. Os empréstimos a autarquias decresceram 0,3 bilhão. Observe-se que a autarquia cujas transações com o Banco do Brasil apresenta maior vulto — o Instituto do Açúcar e do Álcool — foi beneficiada com o recebimento de recursos do fundo de ágios e bonificações. Os empréstimos a Governos estaduais e municipais sofreram redução de 0,7 bilhão (4,7%).

Registrando a maior expansão no último quadriênio, tanto em têrmos absolutos como relativos, os empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado cresceram em 24,3 bilhões de cruzeiros.

O saldo dos empréstimos da Carteira de Crédito Agricola e Industrial do Banco do Brasil elevou-se em 23.0% (7.9 bilhões de cruzeiros), contra 28.5% em 1957 e 19.4% em 1956. Na concessão desses empréstimos, foi atendido sobretudo o setor rural, em cumprimento à política governamental de estimulo às atividades agropecuárias (6.7 bilhões, correspondentes a 30,3%). Os empréstimos industriais cresceram em 1,2 bilhões, ou seja, 9,7%.

Os empréstimos da Carteira de Crédito Geral elevaram-se em 28.5% (16.4 bilhões de cruzeiros), contra 18.8% em 1957 e, 13.6% em 1956. Os empréstimos desse órgão à indústria cresceram em 9,6 bilhões de cruzeiros, cifra que corresponde a 58.8% de sua expansão total, no período. Os empréstimos ao comércio ex-

pandiram-se em 3,9 bilhões, enquanto os empréstimos à lavoura e à pecuária ampliaram-se em 2,0 bilhões. Cumpre notar que o setor rural é indiretamente beneficiado por grande parte dos empréstimos concedidos à indústria e ao comércio, sobretudo através das operações de comercialização das safras.

O Banco do Nordeste do Brasil e o Banco de Crédito da Amazônia, cujas operações de crédito totalizavam 6,3 bilhões de cruzeiros, em fim de dezembro de 1958, realizaram uma expansão liquida de 1,4 bilhões, correspondente a 29,2%. Essa elevada taxa de expansão resultou da utilização de recursos provindos de dotações orçamentárias e de depósitos de entidades públicas. Os empréstimos dêsses dois bancos ao setor rural expandiram-se em 32,4% no período em exame.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo elevou em cêrca de 4,3% o nível de suas operações de financiamento às cooperativas.

Os bancos de economia mista, controlados por Governos estaduais, acusaram aumento líquido, em suas operações de empréstimos, da ordem de 8,4 bilhões de cruzeiros, ou seia, 23,2%.

Os demais bancos, em conjunto, registraram o aumento de 36,8 bilhões (27,8%) no saldo de seus empréstimos. Nesse total, como no dos empréstimos dos bancos de economia mista, estão computadas, como empréstimos ao Tesouro Nacional, as Letras do Tesouro subscritas por bancos, cujo saldo cresceu em 9,4 bilhões de cruzeiros, no ano. Esta cifra mostra a magnitude das operações dêsses bancos, no financiamento do setor público.

MEIOS DE PAGAMENTO

O saldo do papel-moeda em circulação cresceu em 22.1 bilhões de cruzeiros, equivalentes a 23.7%. As taxas de crescimento foram: de 20.0% em 1957; 18.9% em 1956; 16.5% em 1955 e 27.4% em 1954.

Deduzido o saldo de caixa em moeda corrente, em poder dos bancos, verifica-se que a quantidade de papel-moeda efetivamente em poder do público aumentou em 22,2% (18,0 bilhões de cruzeiros), contra 20,5% em 1957; 18.1% em 1956; 16.6% em 1955 e 29,3% em 1954.

No que diz respeito à moeda escritural — depósitos à vista sacáveis por cheques —, verificou-se a expansão de 47.3 bilhões de cruzeiros, ou seja. 22.6% contra 40.9% em 1957; 24.0% em 1956; 17.9% em 1955; e 18.9% em 1954. No ano findo, acentuou-se, ainda mais, a tendência, registrada em fins de 1956 e durante todo o ano de 1957, para o aumento da proporção moeda escritural/papel-moeda em poder do público. Essa proporção foi, em média, de 2.12 em 1955; 2.23 em 1956; 2.37 em 1957; 2.68 em 1958. O total dos meios de pagamento elevou-se em 65,3 bilhões, ou seja, 22.5%. Registrou-se elevação, em relação a 1957, da taxa média de utilização da moeda, que é estimada através da relação entre o valor dos cheques compensados e o montante da moeda escritural.

CAPITULO IV

FINANÇAS POBLICAS

Reduzir o deficit do Tesouro Nacional e obter recursos para financiar investimentos essenciais à expansão econômica do País constituem pontos básicos das diretrizes governamentais, no terreno das finanças públicas.

Desequilibrio previsto para 1958

A Proposta Orçamentária para 1958, apresentada pelo Executivo a 15 de maio de 1957, consignava os seguintes totais:

	Cr\$ bilhões
Receita	1,111
Despesa	120,7
Deficit	9,6

Contava-se, para anular êsse deficit, com a incorporação, à receita, dos recursos propiciados pela nova Tarila Alfandegária,

cujo projeto de lei se encontrava em exame no Congresso Nacional, quando da elaboração da Proposta Orçamentária. Nesta se previu que a nova renda atingiria cêrca de 10 bilhões de cruzeiros, elevando a receita global orçamentária a 121,1 bilhões, aproximadamente.

Em consequência, porém, de substanciais alterações introduzidas pelo Congresso na Proposta, a Lei Orçamentária de 1958 consignou os seguintes quantitativos:

	Cr\$ bilhões
Receita	· · · · · ·
Despesa	. 140.5
	 -
Deficit	. 10,3

Conquanto o deficit sancionado se expressasse em 10,3 bilhões de cruzeiros, bem mais grave era a ameaça de deficit de caixa total que pairava sôbre o exercício. As autorizações, consignadas na lei orçamentária, havía que adicionar os créditos especiais transferidos de 1957 para 1958, no montante de 4,3 bilhões de cruzeiros: os créditos que seriam abertos no transcurso do exercício: as despesas sem crédito, de caráter indispensável; as parcelas de gastos referentes às líquidações inadiáveis de Restos a Pagar e Fundos.

Considerando, aínda, o otimismo com que o Legislativo estimara a receita orçamentária, as perspectivas para 1958 — embora menos graves que as do exercício anterior — impunham severas medidas de contenção, pois havia um desequilibrio potencial da ordem de 45 bilhões de cruzeiros. Conforme assinalamos em Mensagem anterior, o principal fator de desequilibrio tem sido as despesas de custeio — notadamente as de pessoal, em parte insuscetíveis de redução, e as vinculações legais de receitas ao desenvolvimento econômico e à assistência social — que vêm progressivamente reduzindo a margem de ação do Executivo, na procura do equilibrio financeiro.

Medidas de correção adotadas

A exemplo do que sez no exercicio anterior, o Governo se essorçou, empenhadamente, em atenuar os eseitos inflacionários da execução orçamentária, não só imprimindo maior esiciência ao aparelho arrecadador da União, como restringindo os gastos às despesas de custeio e a investimentos inevitáveis e inadiáveis, e. finalmente, utilizando o máximo possível de recursos não inflacionários, para financiamento do desicit residual.

No que respeita às medidas destinadas a impedir ou, pelo menos, reduzir a evasão tributária, cumpre ressaltar que as deficiências estruturais do sistema arrecadador não permitiram resultados plenamente satisfatórios. Os órgãos da administração fazendária dedicaram, entretanto, apreciável parcela de seus esforços ao estudo de uma reforma tributária de base, já do conhecimento dos Senhores Congressistas.

Relativamente aos gastos públicos, a severa política de contenção, adotada pelo Govêrno, exerceu-se através de um plano geral de economia e bem assim de outras medidas, como as restrições à admissão de pessoal, o disciplinamento de determinadas verbas orçamentárias e a programação dos gastos mensais.

Na execução orçamentária, observou-se, com rigor, a Cîrcular n.º 29, de 1956, da Secretaria da Presidência da República, que não só disciplina o emprêgo de verbas de Auxílios. Subvenções e outras contribuições, a cargo do Govêrno Federal, como subordina à prévia aprovação do Presidente da República os projetos e orçamentos de obras, bem como o início destas, e ainda fixa critérios para contrôle de outras verbas, inclusive a de pessoal. A respeito de pessoal, é justo se destaque, também, o grande esfôrço desenvolvido pelo Govêrno, com o fim de evitar novas admissões. Nesse sentido, além das normas restritivas da Circular, baixaram-se outras, mais rigorosas, consubstanciadas nos Decretos n.º 43 716 e 44 606, ambos de 1958.

Essas providências não foram, entretanto, suficientes para assegurar o equilibrio financeiro. Várias causas não o permitiram, notadamente o vulto considerável das despesas de custeio, em particular as de pessoal, cuja compressão a limites desejáveis

encontra óbices de natureza legal. Não seria possível, por outro lado, uma redução indiscriminada e a fundo, nas despesas de investimentos: algumas delas obedecem a vinculações legais de receitas, outras não poderiam ser cortadas sem grave prejuizo para o programa de desenvolvimento nacional.

Finalmente, no que concerne à obtenção de recursos não inflacionários, para o financiamento do deficit de caixa, promoveuse estreito entrosamento entre as operações financeiras do Tesouro Nacional e das entidades autárquicas, de um lado, e as do Banco do Brasil, do outro, com o fim de elevar o nível dos recursos canalizados para êsse Banco e evitar depósitos irregulares de fundos públicos em outros estabelecimentos bancários. Assim, tôdas as operações do Banco do Brasil puderam integrar-se perfeitamente no plano geral de contrôle financeiro.

A Instrução n.º 135, da SUMOC. baixada em 1956, produziu efeitos mais sensíveis em 1958. Incentivou a aquisição de Letras do Tesouro pelos bancos, que passaram, assim, a participar do financiamento do deficit federal, reduzindo a pressão no sentido das emissões de papel-moeda.

As Letras do Tesouro vendidas aos bancos, em 1957, foram emitidas por antecipação de receita, devendo, portanto, ser resgatadas dentro do exercício. A Lei n.º 3 337, de 1957, permitiu, entretanto, aqueles estabelecimentos adquirir valor equivalente em novos títulos, cuja circulação não se acha sujeita aquele dispositivo.

Resultados Financeiros de 1958

DEFICIT DO TESOURO NACIONAL

Com as providências tomadas, foi possível reduzir, em mais de um terço, o deficit que fora previsto para o exercício, bem como financiar o desequilibrio verificado, sem que para tal se fizessem excessivas emissões de papel-moeda. O deficit de caixa-geral do Tesouro, potencialmente da ordem de 45 bilhões, baixou para 26 bilhões de cruzeiros.

A execução orçamentária apresentou o seguinte resultado:

Deficit Orçamentário de Caixa	Ces	bilhões
Receita efetivamente arrecadada		117.8
Despesa efetivamente paga		127,2
	_	9,4
Deficit Orçamentário Escriturado		
Deficit orçamentário de caixa		9.4
Despesa inscrita no exercício como Restos a Pagar Fundos Especiais e Depósitos — constituidos n		14.0
exercicio, mas não entregues		7,1
Despesas contabilizadas no exercício, mas refe- rentes a gastos efetuados em exercício an-		
terior		0,2
		30,7

No que respeita às operações extra-orçamentárias, o deficit de Caixa correspondeu à soma das despesas — 16.2 bilhões de cruzeiros — especificadas a seguir, de vez que não houve receita liquida.

Deficit Extra-Orçamentário de Caixa	Cr\$ bilhões
Liquidação de Restos a Pagar e entrega de Fu dos Especiais provindos de exercícios ante	
riores	
Despesas pagas sem crédito	. 7,7
Débitos a indenizar	. 1,5
Empréstimos a Estados e Municípios	0.8
	16.2

DESPESA

A despesa efetiva da União, em 1958, totalizou 143,4 bilhões de cruzeiros, dos quais 16.2 bilhões se referem a despesas extraorçamentárias, expressando-se o esfôrço de contenção de gastos, no período, em cêrca de 25 bilhões de cruzeiros, assim distribuidos:

	Cr\$ bilhões	
Créditos orçamentários e adicionais não aproveitados	3,7	
Restos a Pagar e Fundos transferidos	21.1	
	24.8	

RECEITA

Foi de 117,8 bilhões de cruzeíros, em 1958, a receita efetiva da União, cifra inferior em 12,0 bilhões à consignada no Orçamento. Conquanto haja ultrapassado em 38% o valor da arrecadação de 1957, a diferença para menos, verificada, veio demonstrar que, na revisão da estimativa da receita, foi o Congresso excessivamente otimista. Observe-se, aínda, que tal queda ocorreu, sem embargo da acentuada elevação geral dos preços.

A nova Tarifa das Alfândegas concorreu para o aumento registrado na arrecadação do impôsto de importação, que foi da ordem de 13 bilhões de cruzeiros, embora tenha ficado 39 % abaixo da estimativa orçamentária.

Em 1958, a arrecadação do impôsto de consumo atingiu 39,5 bilhões, ou seja, 7,6 bilhões a mais que a do impôsto de renda, ampliando-se, pois, a diferença absoluta, que no exercício anterior fora de 3,5 bilhões, entre os montantes da arrecadação dessas rubricas.

Computada a cobrança de débitos relativos a exercícios anteriores, que foi intensificada, a arrecadação global do impôsto sobre a renda atingiu 34,0 bilhões de cruzeiros, registrando aumento de 20% sobre o ano de 1957. No que tange à rubrica impôsto de renda, a arrecadação, em 1958, alcançou 31,9 bilhões de cruzeiros, contra 27,0 bilhões no ano anterior. Ocorreu, portanto, um acréscimo de 4.9 bilhões, ou seja, de 18 %, sem que se aumentassem taxas ou se alterasse a legislação.

Não foi possível alcançar-se a estimativa orçamentária, em razão do seu excessivo otimismo, conforme foi dito. O fenômeno repetiu-se, em todos os tributos básicos da União. Mesmo assim, o ano de 1958 evidenciou considerável esforço dos órgãos incumbidos de lançar e fiscalizar êsse impôsto. Para uma previsão de 37,8 bilhões de cruzeiros, arrecadaram-se 84 %, isto é, 31,9 bilhões, enquanto, em 1957, se conseguiram coletar apenas 77 % da estimativa de 35,2 bilhões.

Além do montante acima mencionado, de 31,9 bilhões de cruzeiros, registrou-se, em 1958, o recolhimento de 911 milhões, referentes ao impôsto adicional das pessoas jurídicas — Lei n.º 2 862, de 1956 — e ainda 4,6 bilhões de cruzeiros, relativos ao adicional

para o reaparelhamento econômico que, nos têrmos da Lei n.º 2 973, de 1956, se destina ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, e mais cêrca de 1,5 bilhões referentes a débitos em atraso.

DEFICIT DAS AUTARQUIAS

Continuou a refletir, sensivelmente, sobre a caixa do Tesouro Nacional o desequilibrio financeiro das autarquias industriais da União. Em 1958, o Tesouro entregou àquelas entidades recursos no montante de cêrca de 15 bilhões de cruzeiros, dos quais 2 bilhões através de adiantamentos sem crédito correspondente. Outros financiamentos, também significativos e atinentes a investimentos públicos, nesse setor, correram à conta dos cofres da União.

Dívida Pública

DIVIDA INTERNA FLUTUANTE

Em consequência do elevado deficit de caixa do Tesouro Nacional, em 1958, registrou-se forte acréscimo na divida interna flutuante. No final do exercício, o saldo dessa divida, cujo principal componente é o débito do Tesouro no Banco do Brasil, alcançava 124,8 bilhões de cruzeiros, contra 116,0 bilhões a 31 de dezembro de 1957.

DÍVIDA FLUTUANTE DA UNIÃO

SALDOS EM PINS DE ANO

(Cr\$ bilhões)

ITENS	1954	1955	1956	1957	1958
Total	30,5	34.9	69,6	116,0	124.8
Restos a Pagar. Depósitos e Fundos	10,2	14.6	23,2	28.3	50,6
tes (*)	15,6 4,7	15.1 5.2	40.5 5.9	79.3 8.4	64,6 9,6

^(*) O saldo desse Item sofreu redução de 11 bilhões em 1955, em decorrência de lei de encampação de papel-moeda, e de 30,2 bilhões, em virtude de acêrto de contas entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil, ocorrido em 1958.

DIVIDA CONSOLIDADA INTERNA

Em 1958, pequena alteração acusou o saldo dessa dívida, permanecendo o seu montante pràticamente estacionário no último decênio: 10,4 bilhões de cruzeiros, em fim de 1948: 10,7 bilhões de cruzeiros, em fim de 1957, e 10,9 bilhões, em fim de 1958. As variações ocorridas no ano passado se desdobraram nas seguintes operações:

Emissão

	Cr\$
Apólices da Dívida Pública Obrigações de Guerra	263 260 500,00 560 000,00
Comprovantes de Recolhimento de Cotas de Obriga- ções de Guerra	24 617,00
Total	263 845 117,00
Resgate	
Comprovantes do Recolhimento de Cotas de Obriga- ções de Guerra	560 182,70
Variação liquida	263 284 934,30

Quanto às apólices da dívida pública, esclareça-se que as emissões se destinaram à liquidação de débitos de pecuaristas, em cumprimento de sentenças proferidas na vigência da Lei número 2 804, de 1956.

A aplicação das normas estabelecidas na Lei n.º 2 977, de 1956, que reestruturou o serviço da divida pública federal, refletiu-se de modo positivo nas cotações dos títulos em aprêço. A média ponderada de suas cotações atingiu, em 1958, na Bôlsa de Valores do Río de Janeiro, 697 cruzeiros, contra 694 em 1957 e 683 em 1956, para títulos de mil. Espera-se que as cotações dos títulos federais evidenciem melhor posição em 1959.

Ao passo que no débito federal o saldo se tem mantido em tôrno de 10,9 bilhões de cruzeiros, o da dívida dos Estados, Distrito Federal e Municípios das Capitais acusa continua expansão. Deve-se isto às novas emissões lançadas pelos respectivos governos e, principalmente, à consolidação de dividas flu-

tuantes, para cuja pronta liquidação não há recursos disponíveis. O saldo dêsse débito, nos últimos dez anos, elevou-se de 9,1 bilhões de cruzeiros, em fins de 1948, para cêrca de 39 bilhões, no final de 1958. Nesse ano, cêrca de 53 % da divida dos Estados cabiam ao Govêrno de São Paulo, 22 % ao de Minas Gerais e 7 % ao do Rio Grande do Sul. Do débito dos Municípios das Capitais, aproximadamente 80 % se referem à Capital de São Paulo.

DIVIDA CONSOLIDADA EXTERNA

No exercício de 1958, continuou o Govêrno Federal a providenciar, com a mesma pontualidade observada desde o início da execução do Decreto-lei n.º 6 019, de 1943, o atendimento dos compromissos referentes à Divida Externa Fundada da União, Estados e Municipios.

Para juros e amortizações, em 1958, processaram-se suprimentos nos totais de £ 4 419 125 e US\$ 11 817 744, assim discriminados:

Empréstimos	Juros	Amortizações
Federais £	139 313	1 426 837
US\$	1 430 553	5 869 630
Estaduais £	250 182	2 039 899
US\$	650 201	3 222 334
Municipais £	50 513	512 381
US\$	105 632	539 394

As aplicações possibilitadas pelos respectivos Fundos de Amortizações, bem como as apresentações, para resgate, de titulos classificados no antigo Grau VIII, permitiram que, em 1958, fôssem as baixas de circulação representadas por £ 4 163 075 e US\$... 10 520 140, assim distribuídas:

Empréstimos	£	uss
União	1 436 900	6 293 840
Estados	1 322 537	3 678 550
Municípios	527 680	547 750
Especiais	835 250	
Grau VIII	49 708	

Com êsse decréscimo, os saldos circulantes dos empréstimos em libras e dólares, em 31 de dezembro de 1958, ficaram reduzidos aos seguintes valores:

Empréstimos	£	us;
União	6 263 620	38 791 845
Estados	4 246 531	24 571 550
Municipios	1 440 405	3 859 250
Especiais	3 641 200	
Grau VIII	1 148 850	160 000
Saldo	16 740 606	67 382 645

Considerados os têrmos do Acôrdo de Resgate Franco-Brasileiro de 1956, por decreto de julho de 1958 foi constituída uma Comissão Especial com o objetivo de efetuar a Tomada de Contas final do Fundo de Líquidação do débito em francos franceses: de assinar um Protocolo Adicional ao firmado em janeiro de 1953, encerrando as contas existentes no Banque de France e na Association Nationale des Porteurs de Valeurs Mobilières; e de executar outras medidas relacionadas com a referida divida. Com isso, no que se refere à dívida externa em francos, apenas caberá ao Govêrno Federal, até maio de 1961 e por intermédio do Banco do Brasil, liquidar os títulos que aínda não foram apresentados pelos respectivos portadores e que representam 8% do saldo circulante em 1943.

Conquanto objeto do Acordo de Resgate Franco-Brasileiro de 1956, as questões dos arbitramentos para indenização das encampações das Estradas de Ferro São Paulo — Rio Grande e Vitória a Minas e da Port of Pará estão pendentes de providências que o govêrno deverá solicitar ao Congresso Nacional, nesta legislatura.

O pagamento da divida das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio Nacional depende da aprovação do crêdito solicitado ao Congresso para indenização a The Chase National Bank, à Cie. du Port of Rio de Janeiro e à Brazil Railway. Em relação à divida em florins, ou seja, o empréstimo de 1921 ao Estado de São Paulo, está sendo objeto do mais cuidadoso exame, tendo em vista a proposta de liquidação final, agora encaminhada pelos respectivos portadores, por intermédio dos agentes pagadores.

No corrente ano, serão resgatados todos os títulos do Plano «B» em libras e ainda antecipada a liquidação da emissão «B» de 1926, do Estado de São Paulo. Em conseqüência, os serviços da dívida externa fundada do País serão, em 1960, representados por US\$... 11 817 744 e £ 1 801 735, liberada que ficará a anuidade correspondente ao Plano «B» em libras, permitindo ao Orçamento Cambial destinar £ 2 617 390 a outras finalidades.

Programa Financeiro para 1959

Ao elaborar o seu Programa Financeiro para o corrente exercício, o Govêrno Federal teve presente alguns pressupostos básicos de política econômica, já delineados no Programa de Estabilização Monetária apresentado ao Congresso em fins do ano passado. Ressaltaremos primeiramente a inviabilidade de se conter a expansão monetária sem o contrôle específico e severo das finanças públicas e a necessidade de subordinar a execução de despesas, que excedem a receita efetiva, à obtenção de recurso não inflacionário para seu financiamento. Tal orientação é tanto mais imperiosa quanto se tem por certo que a receita dos ágios cambiais será destinada a remunerar adequadamente as exportações, a adquirir os excedentes da produção de café e a cobrir outras aplicações legais especificas. Por outro lado, as atividades públicas devem desenvolver-se de modo a não impor limitações ao nível das atividades privadas, e as despesas de custeio devem ser tacionalizadas a fim de reservar recursos mais substanciais aos investimentos reprodutivos. Esta última medida impunha-se, em consequência do enorme incremento verificado, êstes últimos anos, nas despesas de custeio, cuja percentagem sobre a receita total da União passou de 55 %, em 1948, para 88 %, em 1956. Finalmente. era imperativo reforçar a receita, sobretudo em face da elevação dos gastos com pessoal, decorrente do último abono concedido ao funcionalismo civil e militar.

O Programa de Estabilização Monetária previu o seguinte esquema de execução financeira para o exercício corrente:

•	Cr\$	bilhōcs
Desposa total		158
Proposta orçamentária revista		135
militares (um semestre)		8
Restos a Pagar e Fundos Especiais		8
Créditos adicionais e adiantamentos a Estados	¢	
a Municipios		4
Art. 48 do Código de Contabilidade		3
Receita total		148
Proposta orgamentúria revista		135
butária proposta	•	13
Deficit de Caixa	•	10
Financiamento através de Letras do Tesouro		6
Financiamento pelo Banco do Brasil		4

No que respeita a reformas tributárias, obteve o Executivo substancial cooperação do Congresso. Todavia, em virtude, principalmente, do forte aumento das despesas, aprovado pelo Legislativo, agravou-se seriamente o problema do restabelecimento do equilibrio financeiro, como se verifica a seguir:

Cr5	bilhões
Despesa	195
Orçamentària	156
Extra-orgamentària	15
Abono de Pessoal	18
Sècas do Nordeste	6
Receita	147
Previsão orçamentária retificada	135
Aumento decorrente da reforma tributária e de outros reajustamentos	12
Deficit Potential	48

Com o fim de reduzir a proporções mínimas as repercussões inflacionárias do deficit do Tesouro, o Governo dispos-se a rigorosa contenção de gastos. Procurando subordinar as despesas orçamentárias e extra-orçamentárias ao comportamento efetivo das receitas, baixou-se o Decreto nº 45 363, de 29 de janeiro deste ano, que institui o Fundo de Reserva e o Plano de Economia, nos montantes de 8 e 27 bilhões de cruzeiros, respectivamente, e bem assim o Sistema de Planejamento e Contrôle da Execução Orçamentária.

CAPITULO V

RELAÇÕES ECONOMICAS COM O EXTERIOR

Política de Comércio Exterior e Câmbio

O desequilibrio em nosso Balanço de Pagamentos tem resultado, nos últimos anos, principalmente da gradativa deterioração de nossas relações de troca: da diminuição no quantum das exportações, e da necessidade de importar bens e serviços em volume suficiente para assegurar, à atividade interna, não só o atual nível de renda e emprêgo, como um ritmo satisfatório de expansão econômica.

É fora de dúvida, porém, que esse desequilibrio decorre, em boa parte, de um esforço de captação de poupanças externas que se tem processado sobretudo sob forma de financiamentos, à falta de um afluxo mais expressivo de investimentos estrangeiros diretos. Entretanto, esses financiamentos, de caráter oficial em sua maior parcela, têm sido concedidos em volume insuficiente e para liquidação em prazos que não guardam relação direta com o lapso de tempo requerido para que o seu impacto sobre o desenvolvimento econômico do País se traduza em aumento efetivo da capacidade de exportar.

O fato é que o Brasil, nesta fase de desenvolvimento, depende fundamentalmente de recursos externos, pois sua economia ainda não alcançou o estádio de renda per capita que propicie um crescimento autônomo e persistente.

Bàsicamente, a política do Govêrno no campo das transações com o exterior visa a neutralizar os fatôres, internos e externos.

que se opõem à ampliação da receita cambial. Assim, são estimuladas as exportações, ao mesmo tempo que se promove a canalização, para o País, de poupanças externas — quer as representadas por capitaís de empréstimo, quer as constituídas por inversões diretas.

Concomitantemente, diligencia-se o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis em divisas, mediante um processo seletivo das importações que procura atender às conveniências do desenvolvimento econômico nacional.

ESTIMULOS AS EXPORTAÇÕES

A partir de junho de 1958, permitiu-se fôssem negociadas, no mercado lívre de câmbio, as divisas resultantes da exportação de algumas mercadorias, cuja lista, ampliada em outubro seguinte, passou a incluir uma série de produtos agropecuários e artigos manufaturados em geral. Assinale-se, também, o aumento de bonificações concedido, no decurso do ano, a quase todos os demais produtos de exportação. Ainda no intuito de ampliar e conquistar mercados, eliminaram-se, dos dispositivos que regulam o pagamento de bonificações aos exportadores, as diferenciações nêles estabelecidas, segundo as áreas monetárias. Desta maneira, firmam-se as exportações brasileiras, de modo geral, em bases competitivas mais sólidas, porque isentas do artificialismo de preços que arrefecia o interêsse de determinados compradores potenciais.

No que concerne, em especial, à exportação do café, a politica governamental obedeceu às seguintes diretrizes fundamentais: entendimentos com outros países produtores, no sentido de evitar uma oferta excessiva no mercado mundial, em face da superprodução existente; flexibilidade dos contrôles de embarque, a fim de possibilitar plena capacidade competitiva ao café brasileiro no exterior; ampliação das vendas do produto a mercados aínda não explorados.

Outra providência salutar, que redundou em considerável redução do tempo e das despesas com os embarques para o exterior, foi a simplificação dos numerosos documentos anteriormente exigidos, em diferentes setores, para processamento das exportações.

CONTROLE DAS IMPORTAÇÕES

Conforme se previra, a queda da receita cambial forçou a redução, logo no inicio do ano, das ofertas nos leilões normais de câmbio. Todavia, graças a empréstimos compensatórios, esse decréscimo foi limitado a proporções que não representaram prejuízo para as atividades internas.

Restringidas a casos inadiáveis as concessões de divisas isentas de licitação, sua distribuição contemplou tão-sòmente bens da mais alta essencialidade.

Por sua vez, a nova Lei de Tarifas Aduanciras pôde constituir, no ano de 1958, instrumento de segura proteção ao trabalho nacional e de estímulo ao desenvolvimento econômico do Pais.

Tendo em vista o vulto dos compromissos externos em moedas fortes para o triênio 1959-1961, foi adotada a política de só se autorizarem registros, na SUMOC, de novos financiamentos de curto e médio prazo, na medida das liquidações havidas e com a condição de preverem período de carência mínimo de três anos, para início das amortizações.

BILATERALISMO E MULTILATERALISMO

Apesar dos seus notórios inconvenientes, o bilateralismo comercial continua a dominar as relações entre os países que ainda não alcançaram produção competitiva capaz de lhes permitir a livre conversibilidade monetária. A essa contingência também não pôde eximir-se o Brasil, que não só manteve sua política de ajustes bilaterais de comércio e pagamentos, como expandiu a área geográfica por êles abrangida.

Celebramos, em 1958. novos ajustes bilaterais de comércio e pagamento com a Rumânia, a Iugoslávia e a República Democrática Alemã; e renegociamos outros, já existentes, com o Japão, a Argentina, o Chile e o Uruguai. Dentro da orientação vigente, tanto os acôrdos novos como os renegociados prevêem a conversão, em outras moedas, dos excessos sôbre os working-balances estabelecidos, e bem assim dos saldos anuais.

Permanecem em vigor os acôrdos bilaterais com a Bolívia, a Dinamarca, a Espanha, a Finlândia, a Hungria, a Islândia, a Noruega, a Polônia, a Suécia, a Tcheco-Eslováquia, a Turquia, Israel e Portugal.

Até a entrada em vigor, em fins de dezembro, do Acôrdo Monetário Europeu — que estabelece o regime de plena conversão das moedas dos países signatários —, nossas transações com o Reino Unido, a Alemanha Ocidental, a França, a Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo, a Itália e a Austria (Clube de Haia) obedeceram aos têrmos do convênio que instituiu a área de conversibilidade limitada, ora extinta.

Em consequência daquele Acôrdo Monetário, nossas transações com os integrantes da antiga área passaram, nos primeiros dias de janciro dêste ano, a ser feitas nas mocdas dos mesmos países, sem solução de continuidade, práticamente, na ultimação das operações.

De um ponto de vista geral, o novo status propiciará maior flexibilidade ao nosso comércio com os países que integram o Acordo Europeu, deixando entrever, mesmo, a possibilidade de elevação do nível global do intercâmbio e de maior liberdade, para o Brasil, na escolha das importações, segundo as melhores condições de qualidade e preço.

Política de Capitais Estrangeiros

O ritmo de aceleração do nosso desenvolvimento econômico depende, em alto grau, da capacidade de importar: esta, por sua vez, depende do volume das exportações, dos têrmos de troca e do afluxo liquido de capitais estrangeiros.

Exportador sobretudo de bens primários, o Brasil sofre, por esse lado, os efeitos inerentes à instabilidade que preside ao comércio mundial de tais produtos. Mas não está aí a causa exclusiva dos resultados negativos que o nosso balanço internacional de contas vem apresentando. O desequilibrio se tem originado, igualmente, da inexistência de um fluxo continuo de capitais externos, a prazo longo, em volume adequado ao maior fomento da nossa economia. Este fato é agravado pelas obrigações assumidas, a prazo curto, com o levantamento dos chamados empréstimos de regularização.

Foi por isso, aliás, que o Governo se viu na contingencia de não permitir importações financiadas a médio prazo, além do nível das amortizações feitas em cumprimento de compromissos anteriores da mesma natureza.

Por outro lado, vem o Brasil atuando instantemente no sentido de obter a diluição, no tempo, dos chamados capitais compensatórios ou de regularização. Só assim suas importações, sobretudo as de procedência norte-americana, não sofrerão decréscimos capazes de perturbar a normalidade do trabalho nacional.

Continuou o Brasil a estimular as inversões diretas de capitais privados estrangeiros, acolhendo os que se destinam a colaborar na execução dos programas de desenvolvimento nacional, em particular nos empreendimentos previstos nos planos de metas setoriais. Em 1958, o ingresso dêsses capitais, em bens tangiveis de produção, montou a 88 milhões de dólares, cifra que bem reflete o interêsse despertado nos capitalistas estrangeiros.

Esse interesse tende a crescer, graças não só às enormes potencialidades da economia brasileira, mas também à estabilidade de nossas instituições políticas. Ainda assim, necessitamos de mais amplo afluxo de capitais externos. Além dos beneficios reciprocos que trouxesse, essa cooperação significaria, para o Brasil, a possibilidade de reduzir, com maior rapidez, os desníveis que o separam dos países mais desenvolvidos.

Foi êste um dos pensamentos que inspiraram ao Govêrno brasileiro a Operação Pan-Americana, objetivando, num plano continental, atender aos interêsses do Brasil e aos das demais nações americanas. Os primeiros frutos dessa iniciativa, entre os quais as providências tomadas para instalação do Banco Interamericano, justificam as esperanças na solução dos problemas estruturais que retardam a expansão econômica dos países latino-americanos e têm constituido uma das causas dos desequilibrios em seus Balanços de Pagamentos.

Balanço de Pagamentos

O Balanço de Pagamentos do Brasil, em Transações Correntes, apresentou deficit equivalente a 331 milhões de dólares, não coberto pelo saldo da Conta de Capital, que foi de 57 milhões, resultando

em um deficit de 274 milhões de dólares em transações classificadas. Adicionando-se-lhe 33 milhões de transações ainda não classificadas, tem-se o deficit global de 307 milhões de dólares.

TRANSAÇÕES CORRENTES

O resultado negativo de 331 milhões de dólares, em Transações Correntes (Mercadorias e Serviços), corresponde à soma algébrica do superavit, na balança comercial, de 12 milhões, e do deficit, em Serviços, de 343 milhões.

O saldo positivo de 12 milhões de dólares, registrado na balança comercial, em bases F.O.B., resultou do excesso de exportações, no valor de 1 199 milhões, sóbre importações, no de 1 187 milhões de dólares.

Como é do conhecimento geral, a crise do café debilitou sensivelmente a receita cambial do País. Estima-se, com efeito, que as vendas do produto propicíaram uma receita de 665 milhões de dôlares, em tôdas as moedas, ou seja, menos 180 milhões do que em 1957.

O Governo brasileiro adotou as medidas a seu alcance para, em conjunto com os principais países produtores, regularizar a oferta de café nos grandes mercados consumidores e, dessa maneira, evitar maior deterioração dos têrmos de troca do nosso comércio exterior.

A conjuntura cafeeira mundial tem-nos impôsto pesado ônus financeiro, com a estocagem do produto. Pode-se anunciar, entretanto, que em 1959 se iniciará a fase intensiva da industrialização domêstica do café, visando à produção de cafeina, óleos comestíveis, fertilizantes e tortas para alimentação animal, de fácil colocação nos mercados interno e externo. Ademais, a própria experiência industrial fará ampliar, naturalmente, a lista de produtos ou subprodutos econômicamente úteis.

Esta nova política, além de promover a redução paulatina dos estoques, com reflexos favoráveis sôbre a posição internacional do café, propiciará a elevação da renda real do Pais, pela absorção econômica dos excedentes da produção.

A reduzida safra algodoeira, a exemplo do que ocorrera em 1957, colocou a oferta do produto em níveis que, pràticamente, só

permitiam satisfazer às necessidades do consumo interno. Dessa maneira, o algodão, que já ocupou lugar de grande destaque na pauta de nossas exportações, concorreu com apenas 29 milhões de dólares para a formação da receita cambial em 1958.

Não se enfrentaram dificuldades de maior monta no escoamento da colheita do cacau, que concorreu com 73 milhões de dólares para a receita em divisas, valor quase igual ao registrado no ano precedente.

Por outro lado, em virtude principalmente da recessão norteamericana, decresceram de maneira geral as exportações de produtos primários, sobretudo as de minérios de ferro e de manganês. Em que pesem os esforços do Govêrno para elevar a capacidade extrativa e de transporte, as vendas de minérios de ferro, no valor de 38 milhões de dólares, foram inferiores em cêrca de 830 mil toneladas e 10 milhões de dólares às do ano anterior. Pelo mesmo motivo, as exportações de manganês somaram 31 milhões de dólares, quando no ano antecedente haviam atingido a 37 milhões.

As exportações dos produtos restantes totalizaram 359 milhões de dólares, contra 348 milhões no exercício anterior.

Em confronto com as de 1957, as importações, em bases F.O.B., acusaram diminuição de 98 milhões de dólares.

Satisfazendo ao aumento do consumo, sem maiores gastos de divisas, as importações de petróleo e derivados mantiveram-se no nível das realizadas nos dois anos precedentes — em tôrno de 239 milhões de dólares F.O.B. —, graças ao intenso desenvolvimento da industrialização. Saliente-se, por outro lado, a contribuição direta do petróleo para o refôrço da receita cambial, expressada no valor de 19 milhões de dólares, correspondente às exportações de óleo cru, de tipos têcnicamente insuscetíveis de processamento pelas refinarias nacionais.

As împortações de trigo alcançaram a cifra de 117,6 milhões de dólares F.O.B., isto é, mais 13,5 milhões do que em 1957. Note-se, porém, que 33 milhões se referem a importações procedentes dos Estados Unidos da América, financiadas a longo prazo.

Apesar das restrições impostas às importações em geral, mantiveram-se em níveis elevados as de equipamentos industriais, que montaram a cêrca de 450 milhões de dólares. Esse resultado se deve ao processo de seleção, orientado para atender às exigências do nosso desenvolvimento econômico, e, ainda, ao ingresso de bens tangiveis, que se concretizou, quer como inversão direta de capitais estrangeiros, sem cobertura cambial, quer em decorrência de empréstimos contraídos no exterior.

O deficit de 343 milhões de dólares registrado no item Serviços é inferior ao registrado em 1957, de 377 milhões. Continuam as despesas de transporte — frete e seguros — a onerar pesadamente o item Serviços, estimando-se que, em 1958, tenham totalizado 194 milhões de dólares. Todavia, é de esperar-se, em futuro próximo, a redução gradativa dêsse ônus, com a împlantação, em larga escala, da indústria brasileira de construção naval, ora em curso.

Como se previa, dada a concentração de encargos financeiros no período de 1956-1961, as despesas de juros com empréstimos contraídos se mantiveram elevadas, no total de 52 milhões de dólares, enquanto as remessas de lucros de inversões diretas montaram a 33 milhões, perfazendo a soma de 85 milhões, para as transferências de rendas de investimentos.

Outras despesas — royalties, assistência técnica, viagens — ascenderam a 228 milhões de dólares, donde a despesa total, no item Serviços, de 507 milhões de dólares.

A receita global, formada especialmente pelas rendas consulares e fretes, totalizou 164 milhões de dólares. Houve, assim, um saldo negativo de 343 milhões, na rubrica Invisiveis.

MOVIMENTO DE CAPITAIS

Os ingressos de capitais, excetuados os de regularização, atingiram o montante de 373 milhões de dólares, dos quais 98 em moeda, pelo mercado livre: 88, como inversões diretas, em bens tangíveis de produção: e 187, como financiamentos de importações. Dêsses, 92 milhões se referiram a projetos específicos, 60 a peças complementares para a indústria automobilística e 35 a excedentes agricolas norte-americanos, principalmente trigo.

As saídas de capitais, representadas quase exclusivamente por amortizações de empréstimos — inclusive os de regularização

ou compensatórios —, totalizaram 316 milhões de dólares, resultando a entrada líquida de 57 milhões. Tal como nas transferências de juros, o grande volume das amortizações decorreu da referida concentração de empréstimos a curto prazo.

Dado que o item Transações Correntes registrou o resultado negativo de 331 milhões de dólares, enquanto a Conta de Capital apresentou a entrada líquida de 57 milhões, tem-se que o deficit classificado no Balanço de Pagamentos, em 1958, foi de 274 milhões. A êste resultado se acrescenta o valor de 33 milhões, por transações ainda não classificadas estatisticamente, donde o deficit global de 307 milhões de dólares, em nossas contas internacionais, no ano passado.

FINANCIAMENTO DO DEFICIT

Para cobrir esse encargo final, o Brasil assumiu novos compromissos com o Fundo Monetário Internacional, no montante de 75 milhões de dólares; contraiu empréstimos compensatórios com o Export-Import Bank of Washington e com um grupo de banqueiros norte-americanos, nos totais de 100 e 58 milhões de dólares, respectivamente; assumiu obrigações a curto prazo, através da utilização de suas linhas de crédito normais, no valor de 53 milhões; e, finalmente, reduziu seus haveres em 21 milhões de dólares,

CAPITULO VI

ENERGIA

O desenvolvimento econômico de um País depende bàsitamente do uso crescente e racional das diversas formas de
energia. Sem a organização adequada dêsse serviço de infraestrutura, torna-se impossível a mobilização dos recursos potenciais,
a formação da riqueza e sua concentração em atividades industriais
de alta produtividade. Tendo em conta que a mecanização para
substituir e multiplicar o esfôrço humano depende da quantidade
e dos tipos de energia disponível, o Govêrno atribuiu prioridade
máxima à mobilização dos recursos energéticos, a fim de vencer
um dos nossos mais graves pontos de estrangulamento econômico

e criar um elemento fundamental à elevação do nível de vida do povo brasileiro. Na realização desse programa, orienta-se a ação governamental de modo objetivo, ora no sentido de estimular e suplementar a iniciativa privada — como no caso da energia elétrica e do carvão —, ora no de assegurar principios e métodos de administração industrial aos órgãos estatais encarregados da pesquisa e da produção, como acontece com o petróleo e, sob certos aspectos, com a energía nuclear.

Energia Elétrica

A produção de energia elétrica, fator essencial ao progresso industrial e ao bem-estar das coletívidades modernas, continua a ser um dos pontos críticos na luta do Pais contra o subdesenvolvimento. Nestas condições, e diante de um deficit acumulado de vários anos, o programa de expansão dos serviços de eletricidade— exigindo necessàriamente somas consideráveis para sua consecução — não podia deixar de merecer a maior atenção do Govêrno. Não só tem êste fortalecido a iniciativa privada, responsável por alguns empreendimentos de vulto, como, ao mesmo tempo, chamou a si, corajosamente, grandes projetos, reclamados pelo nosso desenvolvimento.

Sendo o País dotado de enorme potencial hidráulico, localizado em regiões próximas das áreas de maior densidade econômica, é natural que concentremos, nesses recursos energéticos de primeira ordem, as nossas principais atenções, sem contudo desdenhar as possibilidades de energia termoelétrica que, em certas regiões, se apresenta como solução mais econômica, senão a única, ou as de energia nuclear, cujo porvir em bases comerciais se prenuncia não muito distante.

O programa de obras em execução não se limita, entretanto, a satisfazer às necessidades imediatas do País. Trabalha-se para dotar o Brasil de mais 5 milhões de kW, dos quais 2 milhões deverão ser instalados até 1960, fim do atual período governamental, e os 3 milhões restantes no qüinqüênio 1961-1965. Atingida essa meta, passará o Brasil a dispor de 8 milhões de kW. De acôrdo com os orçamentos revistos, as obras a serem realizadas neste govêrno custarão cêrca de 90 bilhões de cruzeiros, mais

400 milhões de dólares, aproximadamente. Os recursos federais destinados a esse programa montam a 30 bilhões de cruzeiros.

No triênio 1956-1958, o potencial das usinas foi acrescido de 800 000 kW, prevendo-se para o biênio 1959-1960 o término de obras que representam 1 230 000 kW.

Várias usinas entraram em operação no ano que findou, em diferentes Estados, destacando-se a Usina de Cachoeira Dourada. em Goiás, de importância vital para o Oeste, pois atenderá, inclusive, a Brasilia: as de Salto Grande do Paranapanema. Limoeiro, França e Itapura, no Estado de São Paulo: as de Salto Grande de Santo Antônio (segunda etapa), Maurício (segunda unidade), Pandeiros, Brecha e São Pedro, no Estado de Minas Gerais. Registre-se, ainda, a este respeito, a aquisição, para a cidade de Manaus, de uma usina térmica flutuante, que já se encontra no local de funcionamento.

Tiveram prosseguimento os projetos já em curso, merecendo destaque, no Norte do País, a ampliação da usina termoelétrica de Belém e o início de construção da Usina do Paredão, no Amapá; no Nordeste, o prosseguimento, a cargo da Companhia Hidre-létrica do São Francisco, da segunda casa de máquinas da Usina de Paulo Afonso e da ampliação da sua rêde de transmissão, no Vale do São Francisco, e para a região do Cariri; no Leste, as obras da Usina do Funil, na Bahía, e da Usina de Correntina da Comissão do Vale do São Francisco.

Na região Centro-Sul, sobressaem as obras da CEMIG e as do plano de eletrificação do Estado de São Paulo, bem como inúmeras outras de iniciativa particular que avultam pela sua importância, notadamente as ampliações das usinas de Piratininga, Cubatão e Peixotos, a construção da Usina de Ponte Coberta e da Barragem de Santa Branca.

Na região Sul, destacam-se o início da construção da Usina Termoelétrica de Capivari, em Santa Catarina, e as obras do plano de eletrificação do Estado do Rio Grande do Sul, merecendo menção, ainda, a Usina de Paranoá, em Brasilia, destinada ao suprimento de energia da Nova Capital.

Além desse vasto conjunto, prosseguem, com intensidade, as duas obras mestras do atual Governo, no campo da energia elétrica: as Barragens de Furnas e Três Marias.

A relevância destas duas últimas não se mede apenas pela capacidade geradora de energia, fixada para a produção de 1 620 000 kW, mas também pelo impulso que, através da regularização dos cursos dos rios Grande e São Francisco, dará à economia da extensa região Centro-Sul do País. O desaparecimento dos danos causados pelas enchentes, a irrigação das lavouras, o desenvolvimento da piscícultura alinham-se entre os beneficios que êsses dois grandes lagos interiores trarão a extensas regiões.

Quanto a Furnas, é auspicioso registrar a conclusão das negociações com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, para o financiamento de despesas em moeda estrangeira, no montante de 73 milhões de dólares. Foi assinado, outrossim, o contrato com o consórcio vencedor da concorrência internacional, para inicio das obras desta usina.

Vale aqui mencionar as características da Barragem de Três Marías — quinta do mundo em movimento de terra —, cuja conclusão, prevista para 1960, interessa, particularmente, aos Estados de Minas, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O volume d'água represado é da ordem de 21 bilhões de m³ — cêrca de cinco vêzes superior ao da Baía de Guanabara — e a ação regularizadora que exercerá sôbre a descarga do rio criará condições de navegabilidade para 1 300 km do São Francisco, durante todo o ano. Some-se a isso a elevação da capacidade geradora de Paulo Afonso, de 540 000 kW para 950 000 kW e ter-se-á idéia da magnitude da obra.

Em virtude da legislação vigente, o desenvolvimento das obras a cargo da iniciativa privada tem sido embaraçado por dificuldades, sobretudo de ordem financeira, dadas as limitações à capacidade de investimento das emprêsas privadas. Tais dificuldades, porém, serão removidas com a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei que estabelece novo regime econômico-financeiro para as emprêsas de eletricidade.

No transcurso do ano, foram analisados e aprovados, pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, os planos de suprimento de eletricidade aos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba. Piaui e Santa Catarina, com vistas à aplicação das cotas do Impôsto Único sôbre Energia Elétrica. Tiveram andamento, com igual finalidade, os estudos referentes aos Estados do Ceará, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul.

Cabe ressaltar, finalmente, que o aprimoramento dos serviços federais neste campo depende de providências consubstanciadas no projeto de lei encaminhado à consideração do Congresso Nacional, com a Mensagem n.º 256, de 1957, e que dispõe sobre administração das águas públicas interiores, aproveitamento da energia hidráulica e serviço de energia elétrica.

Carvão Mineral

A produção nacional de carvão bruto aumentou em 80 mil toneladas, com relação ao ano de 1957, não obstante decréscimo da demanda para consumo ferroviário no Rio Grande do Sul e no Paraná, em consequência do processo de dieselização.

Assim, no Rio Grande do Sul, em lugar das previstas 800 mil toneladas, produzimos 700 mil, e no Paraná, 100 mil, em lugar de 130. Em Santa Catarina, entretanto, o programa de 1 milhão e 400 mil toneladas foi cumprido.

De posse dos estudos relatívos à mecanização da lavra, neste último Estado, concluídos no decurso de 1958, a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional resolverá quanto à possibilidade de sua execução.

Também se concluiram os trabalhos de levantamento aerofotogramétrico da área carbonífera do Estado.

Localiza-se no sul de Santa Catarina a única fonte de carvão metalúrgico até agora conhecida em nosso País. Sua produção impõe a extração simultânea de carvão de qualidade inferior, cujo aproveitamento representa sério problema para o fortalecimento da indústria carbonífera brasileira e para a maior participação do nosso produto na elaboração do coque metalúrgico.

Duas iniciativas em curso, ambas de largo interêsse nacional e regional, visam a promover o aproveitamento dêsse combustível

secundário: a Usina Termoelétrica de Capivari de Baixo (Lei nº 3 119, de 1957) e a Siderúrgica de Santa Catarina S/A, cujo anteprojeto o Govêrno acaba de encaminhar à consideração do Legislativo.

A expansão do nosso parque siderúrgico, com a construção de grandes usinas — Cosipa. Usiminas e Ferro e Aço de Vitória — exigirá substancial acréscimo da produção de carvão metalúrgico, sob pena de se desviarem, em pagamento do combustível importado, preciosas divisas necessárias a outros setores industriais.

Mantida a atual proporção do produto nacional na elaboração de coque metalúrgico, as nossas usinas siderúrgicas consumirão, em 1963, 850 000 toneladas de carvão metalúrgico, com a produção simultânea de 454 000 toneladas de carvão pobre, que poderá encontrar emprêgo ûnicamente em usinas térmicas situadas junto às minas.

A mesma época, a Usina Termoelétrica de Capivari de Baixo, com a capacidade de 100 000 kW consumirá 231 700 toneladas por ano, de carvão de baixa qualidade. Verificar-se-ia, por conseguinte, um saldo de 222 300 toneladas anuais que, caso não encontrasse aproveitamento econômico, seria classificado como rejeito, onerando pesadamente o custo do carvão metalúrgico e do carvão de vapor para as ferrovias. Esse excedente serã, porém, consumido, sob forma de energia, com a entrada em serviço de uma usina eletrossiderúrgica, localizada na região, planejada para atingir, em sua primeira etapa, 135 000 toneladas anuais de ferro gusa, com que se produzirão 100 000 toneladas de laminados leves de aço, restando ainda 10 000 de gusa para fundição.

Para dar curso a êsse empreendimento, o Govêrno submeteu à consideração do Congresso projeto de lei que propõe a organização de uma sociedade de economia mista, por ações, denominada Siderúrgica de Santa Catarina S/A (Sidesc). O capital social será de 1.5 bilhões de cruzeiros, a ser integralizado durante a construção, ficando desde já a União autorizada a subscrever ações até o limite de 1.3 bilhões. O Tesouro Nacional, nos têrmos do projeto, é autorizado a dar garantia a operações de financiamento externo, até o montante de 25 milhões de dólares. Os dois empreendimentos, estruturados em seguras bases técnicas e econômicas, garantirão a estabilidade da indústria carbonífera catarinense, bem como a expansão do parque siderúrgico nacional, possibilitando a manutenção ou mesmo a melhoria da cota de carvão nacional na elaboração do coque metalúrgico.

Ainda com o objetivo de assegurar melhor aproveitamento ao carvão nacional, o Govêrno da União associou-se à emprêsa Usina Termoelétrica de Figueira S/A, (Utelfa). Esta usina. com a potência de 20 mil kW atenderá boa parte das necessidades de energia elétrica da próspera região norte do Estado do Paraná. Sua conclusão está prevista para princípios de 1960.

No Rio Grande do Sul, o Plano de Eletrificação obedeceu ao mesmo propósito de estabilizar e fortalecer a indústria carbonifera pelo aproveitamento do carvão pobre, junto às minas, na produção de energia.

Três usinas termoelétricas — as de São Jerônimo, Charqueadas e Candiota — foram programadas para a produção de respectivamente 35 000, 45 000 e 20 000 kW. A de São Jerônimo teve a sua primeira etapa de 10 000 kW concluída em setembro de 1956. No inicio de 1958, as obras foram reiniciadas, prevendo-se o término em dezembro de 1960. Estuda-se a elevação de sua capacidade geradora para 45 000 kW. A Usina Charqueadas, programada inicialmente para a produção de 45 000 kW, começou a ser construida em 1956. Posteriormente, ampliou-se o projeto para atingir o nível de 54 000 kW. As obras prosseguem normalmente, esperando-se estejam concluídas em dezembro de 1959. Quanto à usina Candiota, acha-se concluída a instalação de equipamento para 20 000 kW, prevendo-se a elevação dessa capacidade para 40 000 kW em dezembro de 1961.

Petróleo

O desenvolvimento do consumo nacional de derivados de petróleo se processa em escala considerável, mercê da expansão do transporte rodoviário, da dieselização das ferrovias e das exigências da indústria. Compreende-se o pesado ônus que representa a importação dêsse crescente volume de petróleo e derivados para o nosso limitado orçamento de câmbio.

Além desse aspecto econômico-financeiro, outras importantes razões de segurança nacional impõem que se dedique esforço mâximo no sentido da descoberta de novas fontes de óleo e de sua exploração.

Nesse setor, assinalaram-se resultados altamente auspiciosos, tanto na produção, como no refino e no transporte. A meta inicial, de 40 mil barris diários, foi ultrapassada, tendo os campos do Recôncavo Baiano produzido 62 mil barris por dia em dezembro de 1958. O novo objetivo governamental, que é de 100 mil barris por dia, em 1960, representará cêrca de 37 % das necessidades internas nesse ano.

PRODUÇÃO DE ÓLEO CRU

Em 1958, a produção de óleo cru no Recôncavo Baiano atingiu a média de 51 843 barris por dia calendário, em contraposição à média de 27 689, verificada no ano anterior. Tivemos uma produção total de quase 19 milhões de barris, contra 10 milhões em 1957, o que representa uma elevação de 90 %. Até o mês de novembro, a produção de petróleo bruto já satisfazia a 24 % das necessidades nacionais, vencendo, assim, 62 % da meta programada para 1960. Este fato, e mais o desenvolvimento dos trabalhos de exploração no Recôncavo Baiano, deverão assegurar o pleno cumprimento da referida meta.

REFINO

Durante o ano de 1958 a capacidade de refinação foi ampliada de 28 500 barris por dia, proporcionando o processamento de 135 098 barris por dia calendário de petróleo bruto. As Refinarias Presidente Bernardes e Landulpho Alves processaram, em média, 84 780 BPDC, contra 73 545 em 1957.

Com o objetivo de alcançar a auto-suficiência, em 1961, desenvolveram-se os trabalhos dentro do ritmo programado. Concluiram-se os estudos técnicos relativos à elevação da capacidade da Refinaria Presidente Bernardes para 95 mil barris por dia. Com o término das obras de ampliação da Refinaria Landulpho Alves, ainda em 1959, sua capacidade nominal de refino passará a 37 mil barris por dia. Entretanto, estudos feitos permitem prever

que a capacidade real desta Refinaria poderá atingir 42 mil barris por dia. Nas obras de construção da Refinaria Duque de Caxias, realizaram-se os serviços de drenagem e terraplenagem e concluíram-se os estudos dos projetos para o abastecimento d'água, compreendendo especificamente a construção da bacia de acumulação e do canal de descarga. Prosseguem os estudos para construção de uma refinaria no Estado de Minas Gerais, com capacidade de 25 mil barris por dia.

A produção de derivados de petróleo em 1958 atingiu a 48.6 milhões de barris, ou seja, 10 % a mais sôbre a produção de 1957.

ECONOMIA DE DIVISAS

Estima-se que o conjunto das atividades de produção, refino e transporte maritimo, a cargo da PETROBRAS, tenha dado ao Pais, em 1958, uma economía de divisas estimada em cêrca de 104 milhões de dólares. A economía total de divisas decorrente das atividades ligadas à indústria nacional de petróleo é avaliada em 122 milhões de dólares.

Cabe assinalar, aqui, a exportação de 1,2 milhões de barris de óleo combustível e de 8,2 milhões de barris de óleo baiano.

CAPACIDADE DA FROTA NACIONAL DE PETROLEIROS

A capacidade de carga da Frota Nacional de Petroleiros foi ampliada com a adição de duas grandes unidades, já em processo final de incorporação à PETROBRAS no fim de 1958.

Já no corrente ano mais um superpetroleiro da PETROBRAS foi lançado ao mar, o «Presidente Getúlio» com 33 000 toneladas de carga.

RESERVAS RECUPERAVEIS

Cabe assinalar a contínua ampliação das áreas comprovadas dos campos petrolíferos baianos. Houve considerável aumento nas reservas recuperáveis, cujas estimativas passaram de 418 para 480 milhões de barris, com a extensão dos campos de Água Grande e Candeias e as recentes descobertas de Tapique e Cassaroagongo. Intensos estudos de reservatório estão sendo realizados,

o que justifica a expectativa de que a reserva conhecida ainda se ampliará de forma substancial.

PERFURAÇÕES E SONDAS

Tanto as perfurações exploratórias como as de desenvolvimento de campo apresentaram apreciável incremento. Foram trabalhados 86 poços pioneiros e estratigráficos e 81 novos poços produtores. Em têrmos percentuais, tivemos aumento de 61 % no primeiro caso, e de 62% no segundo, em relação aos indices de 1957.

O número de sondas também cresceu, passando de 45 para 53. Com o equipamento disponível foi perfurado um total de 209 mil metros, dos quais aproximadamente 134 mil em perfurações pioneiras e estratigráficas e 75 mil em perfurações de desenvolvimento de campo. Houve, portanto, incremento de 68 % em relação ao total de 1957.

PESQUISAS GEOLÓGICAS E GEOFÍSICAS

As pesquisas nas regiões sedimentares do País foram intensificadas, concentrando-se os trabalhos na Bacia Amazônica e, bem assim, no Maranhão, Sergipe, Alagoas, Recôncavo Baiano, Espirito Santo e Paraná.

O número de turmas-meses utilizadas nessas pesquisas elevou-se, entre 1957 e 1958, de 135 para 153 nas pesquisas geo-lógicas, de 165 para 181, nas sismográficas, e de 100 para 136, nas gravimétricas.

Sobreleva notar, ainda, a execução de projetos aerofotogramétricos e aeromagnetométricos.

INDÚSTRIAS PETROQUIMICAS

No setor petroquímico, dois fatos se destacaram em 1958: início da produção de fertilizantes — conforme se relata pormenorizadamente no capítulo dedicado à indústria química de base — e entrada em operação da Unidade de Recuperação de Eteno, da Refinaria Presidente Bernardes, que vem produzindo 17 toneladas diárias. Estima-se o valor dos plásticos derivados dessa quantidade de eteno em cêrca de 4 milhões de dólares.

Iniciou-se, em 1958, a execução do projeto de instalação de uma unidade de purificação de gases residuais na Refinaria Presidente Bernardes, para o fim de recuperação do propeno. A produção dessa unidade deverá atingir 1 400 toneladas anuais.

Principiaram, também, os trabalhos referentes ao projeto da Fábrica de Borracha Sintética a que se faz referência no capítulo já citado.

INDUSTRIALIZAÇÃO DO XISTO BETUMINOSO

Prosseguiram em ritmo acelerado os trabalhos relativos ao aproveitamento do xisto betuminoso, em particular das grandes reservas já conhecidas no território brasileiro: a do Vale do Paraíba e a da Formação Irati.

Os trabalhos experimentais realizados na Usina-Pilôto de Tremembé resultaram no desenvolvimento de um processo têcnicamente adequado para a obtenção de óleo do xisto do Vale do Paraiba. Os aspectos econômicos do sistema usado autorizam a passagem dos trabalhos para a fase seguinte do plano originalmente previsto. Com a construção da Usina Protótipo do Vale do Paraíba, ficará o Brasil colocado entre as nações vanguardeiras no desenvolvimento da tecnologia para o aproveitamento do xisto betuminoso.

No que respeita à exploração do xisto do Irati. efetuou-se o levantamento geológico, para a determinação de uma área de interêsse industrial. Os trabalhos experimentais de retortagem, levados a efeito em 1958, indicaram várias soluções técnicas econômicamente satisfatórias para a industrialização daquele minério.

TERMINAIS E OLEODUTOS

Concluiram-se, em 1958. os estudos referentes à construção de diversos terminais marítimos e oleodutos, entre os quais o projeto do Terminal Marítimo da Guanabara, que atenderá ao abastecimento da Refinaria Duque de Caxías. Foram tomadas igualmente as providências iniciais de levantamento do terreno e obtenção da faixa-de-domínio, na parte terrestre do empreendimento. As obras de construção e montagem terão início no primeiro trimestre de 1959.

Concluído o projeto do oleoduto de ligação do Arraial do Cabo. Município de Cabo Frio, às instalações da Companhia Nacional de Alcalis, procedeu-se à aquisição do equipamento necessário, que será montado ainda no ano em curso.

A conclusão, ainda em 1959, do Terminal Marítimo de Madre de Deus permitirá o escoamento dos derivados de petróleo produzidos pela Refinaria Landulpho Alves e, bem assim, da produção dos campos do Reconcavo Baiano destinada às refinarias nacionais.

Cumpre assinalar, finalmente. o planejamento do aumento da capacidade do oleoduto Catu-Madre de Deus, de 60 para 80 mil barris diários.

Energia Atômica

As preocupações do Govêrno Federal neste dominio se concentraram, em 1958, na formação de técnicos e cientistas, na estocagem de matérias-primas, na industrialização para aproveitamento da energia nuclear e na utilização dêsse tipo de energia, bem como no estabelecimento de relações internacionais indispensáveis ao maior progresso da ciência em nosso País.

PROSPECÇÃO

Os trabalhos de prospecção, em 1958, foram confiados, quer diretamente à Comissão Nacional de Energia Nuclear, quer a organizações estaduais subvencionadas total ou parcialmente pelo Govêrno Federal, quer a emprêsas privadas, (aerocintilometria e magnetometria de pequenas regiões). Realizaram-se conhecimentos geológicos em diversas regiões dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraiba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Percorreram-se 43 800 km e despenderam-se cêrca de 20,3 milhões de cruzeiros. Aplicaram-se, em 1958, recursos quase três vêzes superiores aos do ano anterior.

MATERIAS-PRIMAS

Em obediência à sua política de energia nuclear, a ação do Govêrno, relativamente à aquisição de matérias-primas, visou, em 1958, à compra de minérios de produção nacional, abrangendo uma

quantidade mínima indispensável à manutenção da rentabilidade das indústrias de míneração e beneficiamento. Incentivou-se, outrossim, a extração de determinados minérios, como a caldasita, de Poços de Caldas, no interêsse do programa a cargo da Comissão Nacional de Energía Atômica.

Com as aquisições feitas no curso do ano, os estoques de matérias-primas sob a guarda da referida Comissão atingiram 10 mil toneladas, em números redondos, no valor aproximado de 485 milhões de cruzeiros.

Ainda relacionados com a obtenção de matérias-primas, realizaram-se estudos sobre os meios de incentivar a prospecção e a lavra de minérios utilizáveis bem como a produção de detectores de radiação no Pais.

Foram claborados dois projetos relevantes: o de um laboratório de pesquisas para as análises de extração de urânio e tório dos minérios, complementado com uma usina-pilôto capaz de traduzir, em escala semi-industrial, os processos experimentados em laboratório, e o de uma instalação de purificação dos residuos de tório (slugdes).

INDUSTRIALIZAÇÃO DA ENERGIA NUCLEAR

Quanto a êste setor, o programa desenvolvido, em 1958, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear sofreu severas limitações, em virtude da ausência de legislação adequada às suas finalidades. Seria de tôda conveniência que o Congresso Nacional desse prioridade ao exame do substitutivo ao projeto nº 944, de 1956, já estudado pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Energia Nuclear.

As atividades da Comissão Nacional de Energia Nuclear vêm-se ressentindo da insuficiência de recursos financeiros, pois êsse órgão só dispõe de verbas concedidas através de créditos especiais, cuja tramitação pelo Congresso tem sido demorada.

Dentre as atividades de 1958, destacam-se os estudos para utilização do rejeito do beneficiamento do minério aurifero de Jacobina e do pirocloro de Araxá, além dos relativos ao enriquecimento do urânio.

Completou-se o projeto de instalação e edificação das usinas destinadas a beneficiar o minério de zircônio uranífero de Poços de Caldas.

Ultimada a instalação de três centrifugas no Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, efetuaram-se os trabalhos complementares, de montagem do espectrômetro de massa.

Baseados no acôrdo de cooperação que mantemos com os. Estados Unidos da América, efetuamos negociações para fornecimento de hexa-fluoreto de urânio necessário aos primeiros meses. de estudos.

UTILIZAÇÃO DA ENERGIA NUCLEAR

A instalação de reatores de potência, no País, apresenta dois objetivos distintos mas conciliáveis, quais sejam: fornecer elementos de estudo da operação, manutenção, tecnologia e construção desses equipamentos complexos; e resolver o problema da energia de certas regiões do País, onde a energia nuclear se apresenta senão como solução econômica por excelência, pelo menos, como solução que pode conduzir a um menor dispêndio de divisas, se se pretender, como é imperativo, a produção do combustível nacional.

Os problemas ligados à instalação de uma central nuclear são, contudo, no momento, mais complexos do que os de instalação de uma usina termoelétrica convencional. Uma central nuclear depende, entre outras coisas, de acôrdos internacionais para fornecimento do reator e garantia do suprimento do combustivel, seu processamento e recuperação — pelo menos enquanto o País não estiver em condições de produzir, reprocessar e recuperar elementos combustiveis usando matérias-primas nacionais. Além disso, a instalação de uma central nuclear obriga o Govêrno a assumir sérios compromissos relativos à segurança das instalações e ao seguro contra acidentes, particularmente no que respeita a terceiros.

Dos projetos até agora considerados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, mencionam-se os reatores da American Foreign & Power, da Companhia Paulista de Energia Nuclear, de Brasilia, e da região Centro-Sul do País. Tem sido objeto de exame o projeto de um laboratório de estudos de aplicação das radiações à conservação de alimentos.

CAPITULO VII

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Tem o Governo desenvolvido extraordinário esforço para remover, em curto prazo, os pontos de estrangulamento do nosso sistema de transportes, configurados no anacronismo, na insuficiência da infra-estrutura, no desgaste, deterioração e escassez do material rodante e flutuante, bem como na falta de entrosamento e de tráfego mútuo entre as vias terrestres e as aquavias.

Assegurado o financiamento dos programas, cuidou logo a Administração de reformar e racionalizar as entidades encarregadas do contrôle e da operação da rêde de viação, tais como ferrovias, serviços portuários e frotas marítimas e fluviais.

Os esforços, para desburocratizar e aperfeiçoar a gestão dêsse valioso patrimônio, já começaram a surtir efeitos práticos no rendimento operacional das ferrovias, em consequência da instituição da Rêde Ferroviaria Federal S. A., que veio imprimir espírito de emprêsa e cunho industrial a êsse sistema de transporte.

A cobrança ad valorem do impôsto único sôbre combustiveis e lubrificantes liquidos e gasosos de origem mineral, que assegura recursos para a expansão e o reaparelhamento das vias terrestres, já permite substanciais investimentos na construção de rodovias, na melhoria e na pavimentação de outras e no reequipamento ferroviário. Importantes recursos foram também destinados à recuperação e modernização do sistema de transporte por água, graças à criação do Fundo Portuário e do Fundo da Marinha Mercante.

Transporte Ferroviário

Ao assumir o encargo de administrar a quase totalidade do parque ferroviário brasileiro, o Governo promoveu, desde logo, os meios de reaparelhá-lo, para que pudesse operar em condições

de rendimento satisfatório e deixasse de constituir pesado ônus para os cofres públicos.

Os vultosos investimentos programados pelo Govêrno permitirão que as ferrovias federais proporcionem os transportes reclamados pela economia nacional e tenham o seu deficit reduzido, graças ao aumento da receita industrial e à contenção das despesas de custeio em níveis adequados. Promissores resultados podem ser assinalados como fruto da ação desenvolvida nos últimos três anos. Essa tarefa continua a ser enfrentada e, por certo, reclamará cuidados constantes, nos anos vindouros.

CONSTRUÇÕES FERROVIARIAS

Está prevista, dentro do quinquênio governamental, a construção de 2 610,2 km de linhas ferroviárias, assim discriminadas: linhas prioritárias, 985,0 km; linhas secundárias, 1 115,4 km, e variantes de traçado, 509,8 km.

A estimativa dos investimentos, nessa parte do programa, é superior a 13 bilhões de cruzeiros, dos quais cêrca de 11 bilhões à conta, exclusivamente, do Orçamento da União, e os restantes 2,5 bilhões distribuídos entre êsse Orçamento, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, a Cia. Paulista de Estradas de Ferro e o Govêrno do Estado do Paraná.

Tôda ênfase está sendo dada ao reaparelhamento e à modernização das estradas de ferro. Seria contraproducente desviar grande soma de recursos para novas construções ferroviárias, enquanto a rêde existente — desaparelhada, desconexa e entravada, até há bem pouco tempo — se mostrava cada vez mais incapaz de atender, em bases econômicas, ao volume crescente de tráfego que se verifica em todo o País. Em tal situação, como é óbvio, os recursos aplicados na recuperação do sistema, atualmente a cargo da Rêde Ferroviária Federal S.A., têm efeito benéfico muito maior do que se fôssem destinados a construções.

Considerou-se, contudo, necessidade inadiável a conclusão das obras iniciadas, pois sem isto as vultosas somas nelas aplicadas, anualmente, representariam, de fato, sério desperdiçio.

No triênio 1956-58, ultimou-se a construção de 818 km de linhas ferroviárias no território nacional, dos quais, 260 km cor-

respondem a trechos em construção pelos Batalhões Ferroviários do Exército, por delegação do Ministério da Viação e Obras Públicas. A êsses 818 km devem ser acrescentados 194 km da chamada Estrada do Manganês, no Território do Amapá, construida pela iniciativa privada, e 50 km do trecho construido, em 1958, pela Estrada de Ferro Sorocabana, entre Presidente Prudente e a Estação I, na direção de Dourados, em Mato Grosso. Ascende, assim, o total de linhas ferroviárias construídas no País, durante o atual Govêrno, a 1 062 km. Dêstes, cêrca de 77.2% correspondem às obras realizadas diretamente pela Administração Federal.

A fim de pôr em prática o programa de construção ferroviária, decidiu o Govêrno concentrar recursos nos trechos de alta prioridade, como os do Tronco Principal Sul e da Ferrovia do Trigo (General Luz-Passo Fundo), bem como acelerar a implantação da indústria nacional de máquinas de terraplenagem, visando a obviar o impacto cambial na importação dêsse tipo de equipamento e respectivos acessórios e sobressalentes.

REAPARELHAMENTO FERROVIARIO

Nestes três anos de govêrno, conforme levantamentos ultimados, foram investidos no programa ferroviário perto de 12 bilhões de cruzeiros, dos quais 6,2 bilhões provenientes de financiamentos do B.N.D.E. Daquele total, cêrca de 9,5 bilhões de cruzeiros destinaram-se à aquisição de material e equipamento, e 2,5 bilhões a obras de remodelação da via permanente.

Fato que demonstra o empenho do Govêrno em promover, a curto prazo, o reaparelhamento das nossas ferrovias foi a aquisição de 389 locomotivas Diesel-Elétricas para as diversas estradas, especialmente as de propriedade da União, às quais foram destinadas 289 unidades, incluindo 20 já entregues à Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul. Dessas 389 locomotivas, 195, ou cêrca da metade, foram adquiridas em 1958, à conta do empréstimo de 100 milhões de dólares concedido pelo Export-Import Bank, havendo chegado ao Brasil 124 unidades, no mesmo ano, e 30 em janeiro de 1959.

Se se atentar na circunstância de que, em 1956, trafegavam nas ferrovias federais e particulares apenas 380 locomotivas Diesel-elétricas, ver-se-á que, no espaço de três anos, o número de unidades dêsse material de tração foi mais que duplicado. Acrescente-se, a propósito, que naquele ano a tração Diesel representava 28.5% do nosso tráfego ferroviário; a tração a vapor, 45.9% e a tração elétrica, 25.6%. No segundo trimestre de 1959, a tração Diesel-elétrica se elevará para 56.2%, ao passo que a tração a vapor cairá para 18.3%, mantendo-se estável, práticamente, a tração elétrica.

A dieselização representa, do ponto de vista do tráfego comercial, economia superior a 1 bilhão de cruzeiros anuais, sòmente nas estradas supervisionadas pela Rêde Ferroviária Federal S.A., já que possibilita a eliminação das locomotivas a vapor, cuja despesa de operação é várias vêzes mais elevada. O emprêgo das locomotivas Diesel, operadas em múltiplos, já permitiu que se tornassem normais, composições de cêrca de 50 vagões.

Até o ano findo, havia o Govêrno adquirido 6 961 vagões de carga, principalmente, de fabricação nacional, 480 carros de passageiros e 283 376 toneladas de trilhos, o que corresponde, respectivamente, a 63.6%, 44,2% e 35,8% das aquisições previstas na meta de reaparelhamento. Novas quantidades de material e equipamentos serão recebidas em 1959, segundo as vultosas encomendas da Rêde Ferroviária Federal S.A.

No tocante à via permanente, importantes recursos vêm sendo destinados à reforma e ao lastramento das linhas da União. Durante o ano findo, foram substituidos trilhos em 587 quilômetros de linhas. Foi ativada, também, a substituição de dormentes em tôdas as estradas da R.F.F.S.A., empregando-se, em 1958, cêrca de 5 milhões de unidades, ou seja, aproximadamente, 70% a mais do que no ano anterior.

Acham-se em execução serviços de reforço de 111 pontes e de reforma de 50 pátios de estações e 14 oficinas. A fim de acelerar e melhorar os serviços de conservação de linha, está-se promovendo a sua mecanização, e, para êsse fim, se importarão máquinas especiais, no valor aproximado de 4,5 milhões de dólares. Deu-se prosseguimento à contratação de serviços de reforma de linhas, adjudicando-se a firmas nacionais 11 novos trechos, de extensão total superior a 1 000 quilômetros. A fim

de executar esses serviços e, principalmente, incrementar o lastramento com pedra britada, adaptaram-se, para descarga por gravidade, nas oficinas da Estrada de Ferro Santos a Jundiai, 313 vagões, que se distribuíram a diversas ferrovias federais.

Os programas postos em prática, em 1958, permitiram apreciável recuperação comercial das ferrovias federais. Destaca-se, neste particular, a colaboração que já pôde prestar a Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina no transporte de café, madeira, gêneros alimentícios e outros produtos.

Transporte Rodoviário

O crescimento da arrecadação do impôsto ad valorem sôbre combustiveis e lubrificantes de origem mineral, aliado à consignação, para o mesmo fim, de substanciais recursos no Orçamento da União, autoriza prever sejam superadas as metas de construção, melhoramentos e pavimentação de estradas de rodagem, que eram, de início, de 10 500 e 3 500 quilômetros, respectivamente. Revisto e atualizado, êsse programa já incorporou a construção de mais de 2 000 quilômetros de estradas, incluíndo as grandes vias de acesso a Brasília e as que se destinam a substituir ramais ferroviários antieconômicos, em várias partes do País.

O programa revisto, a ser atingido em 1960, é de cêrca de 13 000 quilômetros no setor de construção e melhoramentos e de quase 5 800 quilômetros no de pavimentação, incluindo-se, nestes últimos, estradas de grande importância econômica e de alta densidade de tráfego. Já foram realizados, até agora, 73%, no primeiro setor e cêrca de 35%, no segundo, podendo-se prever que a meta será atingida ao fim do quinquênio, dada a crescente intensidade que se vem imprimindo aos trabalhos.

A execução das obras consumirá, provavelmente, até o fim do quinquênio, recursos da ordem de 42 bilhões de cruzeiros — e não apenas os 26 bilhões de início estimados. Os empreendimentos em curso impuseram vultosas encomendas de máquinas e equipamentos rodoviários de construção, pavimentação e conservação. Parte dêsse material já se encontra no País, devendo

processar-se com a desejada regularidade a entrega da parte restante.

O ano de 1958 assinalou apreciável progresso, logrando-se ritmo absolutamente inédito na execução das obras. Assim, enquanto nos dois primeiros anos foram construídos e melhorados 4 680 quilômetros, em média de 2 340 quilômetros por exercício, registrou-se, em 1958, quilometragem superior, isto é, 4 874 quilômetros, equivalentes ao total do biênio anterior.

No total das construções do triênio 1956-58 incluem-se cêrca de 3 000 quilômetros implantados ou melhorados, no Nordeste, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas e pelos Batalhões Rodoviários do Exército, tendo sido o restante executado pelo D.N.E.R.

Quanto à pavimentação, observou-se, também, sensível incremento nos trabalhos, pois, em confronto com os 1 040 quilômetros concluídos nos dois primeiros anos, foram pavimentados, a mais, em 1958, cêrca de 916 quilômetros.

As obras de construção e reconstrução realizadas, em 1958, pelo D.N.E.R. abrangem 2 476 quilômetros de implantação e 698 quilômetros de melhoramentos.

Além das estradas, cuja construção, reconstrução ou pavimentação estiveram diretamente a cargo do D.N.E.R., dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem, ou, ainda, do NOVACAP, no caso da Brasilia-Anápolis, realizou-se a abertura da monumental rodovia Brasilia-Belém, na extensão de 2 189 km. dos quais 1 791 km a serem construídos pelo atual Govérno, por intermédio da S.P.V.E.A. As obras já se encontram bem adiantadas, tendo ocorrido, em janeiro dêste ano, o encontro das duas frentes de trabalho que operavam a partir do Norte e do Sul.

A rodovia Fortaleza-Brasilia, em construção pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sēcas, terá 1 709 km de extensão, atravessando os Estados do Ceará, Piauí e Bahia.

Assinalem-se, ainda, outras obras rodoviárias realizadas, no Nordeste — pelo D.N.O.C.S. e pelo 1.º Grupamento de Engenharia do Exército — que totalizam mais de 1 500 km de estradas.

Transportes Marítimos, Pluviais e Lacustres

A execução da política portuária e de marinha mercante, cujas coordenadas definitivas dependiam das disponibilidades financeiras previstas nos Fundos respectivos, só pôde ser iniciada no ano findo, a partir da criação dos mesmos. O ano de 1958 pode ser considerado marco de uma nova era para os transportes nacionais sôbre água, uma vez que importantes providências básicas foram adotadas para o aperfeiçoamento e a ampliação da Marinha Mercante e do sistema portuário.

REAPARELHAMENTO DA MARINHA MERCANTE

Enquanto prosseguem as medidas para instalação dos estaleiros nacionais destinados aos grandes reparos e à construção naval, o programa de renovação da frota de cabotagem vem sendo executado com a compra de navios no exterior. Já foram incorporados ao tráfego os 12 cargueiros do tipo CL-MAV-1, ou Río, adquiridos nos Estados Unidos, elevando-se a capacidade de nossa frota costeira em 61 200 tdw. Com os novos navios lançados pelas emprêsas privadas, êsse acréscimo ascende a mais 100 000 tdw.

As encomendas oficiais, feitas no ano findo, resultarão na próxima incorporação da tonelagem adicional de 105 200 tdw. Foi negociada a construção de 18 navios em estaleiros poloneses e finlandeses, em bases que não oneram o nosso Balanço de Pagamentos, pois a liquidação do débito será feita em moeda-convênio e está vinculada ao compromisso de aquisição de substanciais quantidades de produtos agrícolas brasileiros, por parte dos países fornecedores. Além disso, deverão ser concluidas, em breve, as negociações para a compra de 3 navios de passageiros.

A tonelagem incorporada evitou, pelo menos, que se agravasse o problema do escoamento de mercadorias, podendo-se dizer que a entrega, ao tráfego, das novas unidades: a eliminação progressiva dos congestionamentos portuários e também as medidas prontamente articuladas, em caráter de emergência — como o arrendamento e a operação a frete de embarcações estrangeiras —, resultaram no aumento da tonelagem maritima transportada

na cabotagem, que tem sido superior a 1 milhão de toneladas, anualmente, em confronto com a de 1955.

Tudo se tem feito a fim de ativar a participação do Lóide Brasileiro no transporte internacional de mercadorias. Muito já se conseguiu a êsse respeito, sobretudo na importação do trigo argentino e na exportação dos nossos principais produtos agrícolas, como o café e o cacau, o que permitiu apreciável poupança de divisas. A essa Autarquia reservou-se o transporte de parte das importações de material e equipamento pelos órgãos federais como, por exemplo, as locomotivas adquiridas para o reapare-Ihamento das ferrovias da União.

O Fundo de Marinha Mercante proporcionará, até 1960, recursos para a incorporação de apreciável tonelagem adicional à nossa frota, cuja demanda anual, em reposição e expansão, já se situa em tôrno de 150 000 tdw.

A fim de dar à Comissão de Marinha Mercante uma estrutura que lhe facilite o desempenho das novas tarefas, o Govêrno encaminhou ao Legislativo um anteprojeto de lei, cuja rapidez de tramitação muito facilitará a execução dos planos.

PORTOS E AQUAVIAS

O Govêrno empreendeu obras da maior importância, não só no que respeita à dragagem de canais e bacías de evolução, mas também à ampliação de cais, edificação de armazéns e reforma de instalações de vários portos.

Com a instituição do Fundo Portuário Nacional, esperam-se, até 1960, disponibilidades da ordem de 7 bilhões e meio de cruzeiros, destinadas a aplicação direta pelas administrações portuárias ou pelos concessionários, bem como a investimentos orientados pelo Departamento Nacional de Portos, Ríos e Canais.

O programa de reaparelhamento portuário, já em execução. conta, ainda, com o refôrço de um financiamento externo da ordem de 22,5 milhões de dólares, para aquisição de uma frota de dragas nos Estados Unidos da América e na Holanda. Desse total, 15 milhões referem-se a um empréstimo concedido pelo Export-Import Bank e 7,5 milhões a um financiamento da I.H.C. Holland, conforme contrato já assinado.

Tal programa dispõe, ainda, de um empréstimo de 10 milhões de dólares concedidos pelo Export-Import Bank, para compra de equipamentos que estão sendo incorporados às instalações de vários portos.

Para o pôrto do Rio de Janeiro, foi projetada a complementação do pier da Praça Mauá, com armazéns e nova estação de passageiros, e realizada concorrência para execução das obras. Continuou em progresso a construção do Cais de Minério e Carvão, o qual, uma vez concluído e aparelhado, permitirá o carregamento de minério na base de 2 000 t/h e a descarga de carvão na de 1 000 t/h.

Quanto ao pôrto de Santos, realizaram-se entendimentos visando à conclusão do terminal oceânico de combustiveis liquidos, com instalação que permita operar, simultâneamente, dois petroleiros de até 84 000 tdw. objetivando-se, também, estender o oleoduto Santos-Jundiai até o terminal.

No tocante à navegação fluvial e lacustre, sua intensificação se tornará possivel, a longo têrmo, à medida que forem estabelecidas, em definitivo, as necessidades específicas nesse setor. Com êste fim, preocupa-se o Govêrno, desde já, em reformular as bases de expansão dêsse sistema de alta relevância para a economia de extensas regiões do País, entrosando-as no programa geral de aplicação dos Fundos Portuário e da Marinha Mercante.

Empreendimento fundamental nesse setor é a criação de condições de navegabilidade permanente no río São Francisco, em mais de 1 300 km, uma vez ultimadas as obras da Barragem de Três Marias.

Transporte Aéreo

De acôrdo com o programa governamental, o incentivo ao desenvolvimento dos transportes aéreos se fêz por meio de auxílios diretos, em dinheiro, os quais se elevaram a 450 milhões de cruzeiros, para emprêsas de transporte aéreo regular, e a 20 milhões para as de táxi-aéreo.

A grande soma de capitais investidos na instalação de aparelhos de contrôle do tráfego aéreo se deve ao empenho do

Govêrno brasileiro em equiparar nossa navegação aérea às melhores do mundo.

Os trabalhos nos setores de instalação, operação e manutençãotêm em vista melhorar o contrôle do tráfego, estabelecer um sistema modêlo nas áreas terminais de São Paulo e Rio de Janeiro, aperfeiçoar a navegação na região de Pôrto Alegre eestender a todo o País a modernização progressiva dos seusrecursos.

Nesse propósito, está em estudos a assistência técnica aos aeroportos de Belém e Brasília. Esse projeto, cujo custo é de quase 2 milhões de dólares, compreende: fornecimento e instalação de equipamento eletrônico especial à aeronave de teste de võo: equipamento portátil de teste do solo VOR e equipamento para um laboratório de calibragem de instrumento; serviços de um corpo de técnicos da Administração de Aeronáutica Civil dos E.U.A.: despesas com o treinamento, nesse país, de técnicos brasileiros especializados nos diferentes setores da aeronáutica civil e empréstimo de uma aeronave, com aparelhagem eletrônica especial para determinar locais de instalação de equipamento, teste de võo e homologação dessas instalações.

Em 1958, realizaram-se obras de infra-estrutura em 21 aeroportos, das quais cinco já concluídas e as demais em andamento.
Também prosseguiram as obras aeroportuárias, em número de
33, distribuídas em 19 aeroportos. Destas obras, 22 se acham
concluídas. Entraram em operação novos equipamentos em algumas emprêsas de transporte aéreo, sendo que uma delas pôs em
tráfego aeronaves Viscount e outras enriqueceram suas frotas com
aviões convencionais de tipos modernos.

Comunicações

Em têrmos de receita, o movimento postal-telegráfico passou, da arrecadação de 765 milhões de cruzeiros em 1955, para cêrca de 1,5 bilhões de cruzeiros em 1956. 1,872 bilhões em 1957 e 1,9 bilhões em 1958. Todavia, logo no primeiro ano de vigência das novas tarifas, o grande crescimento da receita foi práticamente

anulado pela elevação geral dos vencimentos dos funcionários públicos, pois a despesa de pessoal subiu de 1,4 bilhões de cruzeiros para 4 bilhões. Em 1958, foram de 4 bilhões de cruzeiros os gastos com o pessoal, e tôda a receita industrial não atingiu metade dessa cifra. No orçamento de despesas do D.C.T., no total de quase 5,5 bilhões de cruzeiros, aquela receita representava menos de um têrço das despesas. A situação tende a agravar-se no corrente exercício, pelo impacto do novo abono concedido ao funcionalismo, estimado em 1,100 bilhões de cruzeiros. Não obstante, foram executadas, no ano findo, algumas obras de importância, e introduzidos melhoramentos sensíveis na operação e no tráfego.

Em relação à rêde telegráfica, que já atingiu 79 980 613 metros de extensão e 165 963 206 metros de desenvolvimento, seus serviços já atendiam, ao encerrar-se o ano findo, a 2 280 localidades do território nacional. Achando-se quase tôda no litoral, a rêde-tronco está sujeita a intensa deterioração e a principal atividade, nesse setor, tem sido a de conservação e reconstrução. No ano passado, treze linhas-tronco, em onze Unidades da Federação, se beneficiaram do programa de obras. Em 1959, a rêde telegráfica deverá ser considerávelmente aumentada, com a construção da linha Brasília-Belém, que se implantará ao longo da rodovia.

No setor de telecomunicações, foram executados melhoramentos na rêde terrestre, e projetados outros, conservando-se e construindo-se linhas, bem como instalando-se radioemissoras, transmissoras e receptoras em várias Unidades da Federação. Foram ainda elaborados estudos para complementação das instalações da receptora e transmissora de Cruzeiro, e examinados os terrenos para construção das estações-rádio de Brasilia.

A modernização e o reaparelhamento dos serviços postaistelegráficos, que têm sido dificultados pela escassez de cambiais, estão impondo ao govêrno a criação de uma indústria de material de comunicações. Os materiais de uso mais corrente no D.C.T. já se fabricam, entretanto, no Pais, e encomendas de vulto foram feitas, por aquêle órgão, no ano findo, às fábricas especializadas.

CAPITULO VIII

AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ALIMENTAÇÃO

A industrialização em bases sólidas, capaz de assegurar ao País a maioridade econômica por que anseia, depende, como é óbvio, do incremento das atividades agropecuárias e da elevação da respectiva produtividade. Fonte de alimentos e matérias-primas, a agricultura há de ser amparada e estimulada, para que o desenvolvimento industrial não se frustre.

É o que fazem as nações altamente industrializadas. O fato de empregarem, nas lides agricolas, reduzida parcela de sua população econômicamente ativa, não significa que tenham relegado a agricultura a plano secundário, e sim que o trabalho atingiu, nelas, tal grau de rendimento, que, ocupando, no campo, pequena percentagem da mão-de-obra, conseguem produzir alimento suficiente para os seus habitantes e ainda exportar excedentes agricolas. Tais resultados se devem ao fato de, nesses países, a agricultura se beneficiar, tanto quanto a indústria, dos progressos. da ciência e da tecnologia. Entre nós, o quadro é diserente, e a produtividade situa-se ainda em indices bastante baixos. O desenvolvimento da economia nacional exige que, de um lado, tenhamos uma produção agrícola sòlidamente aumentada para suportar os esforços da industrialização, e, de outro lado, possamos, através da evolução industrial, propiciar à agricultura máquinas, implementos e fertilizantes necessários à sua renovação.

Há, no entanto, vários outros aspectos em que atentar, no exame dos nossos problemas agricolas. É o Brasil um país-continente, com enormes espaços virgens a povoar. Em conseqüência da construção da Nova Capital e de seu entrosamento com diferentes pontos do território, começa a tomar forma concreta um sistema de comunicações, articulado à grande rodovia Brasilia-Belém, e consideráveis correntes de migrantes se encaminham para zonas atéhoje inexploradas.

É preciso que tão amplo e corajoso movimento se processe de maneira disciplinada, a fim de evitar a repetição, nessas zonas, do que ocorreu noutras latitudes, onde o esforço pioneiro do tra-

balhador rural não colheu frutos, fraudado pelos interêsses de poderosos grupos privados. Providências serão tomadas para assegurar o desenvolvimento dessas áreas à base de planos racionais de colonização, tendo em vista, em especial, a fixação de famílias de agricultores pobres às terras que a êsse fim forem destinadas.

Ao abrir novas fronteiras econômicas, não descurou o Govêrno das áreas de antiga ocupação, nas quais se concentra a maior parte da população nacional. Essas áreas defrontam, ainda, graves problemas de atraso e de pobreza, pela observância de técnicas agrícolas obsoletas ou de formas antieconômicas de uso da terra, incapazes de assegurar um padrão de vida satisfatório. Nestas áreas, cuja recuperação é tarefa nacional de maior urgência, osórgãos próprios da Administração incrementam as atividades agropecuárias, por meio do crédito e do fornecimento, aos produtores, a preços acessíveis, de máquinas e implementos, bem como através da ampliação da rêde de armazéns e sílos, e do combate às pragas e moléstias.

Dêsse modo, na medida de suas possibilidades, vem-se esforçando o Govêrno para valorizar e prestigiar, entre nós, a atividade agricola, nobre e tradicional ocupação do povo brasileiro.

A agropecuária ainda é nossa principal atividade econômica, porquanto fornece a maior parcela do Produto Nacional, embora apresente, em muitos casos, indices relativamente baixos de produtividade.

Agropecuária

Todavia, dados estatísticos mostram os sensíveis progressos alcançados nos últimos anos. Esse incremento decorre de medidas do Govêrno e de iniciativa particular, relativamente à difusão de conhecimentos técnicos sobre o uso do solo e ao suprimento de máquinas, implementos agricolas, fertilizantes, reprodutores, vacinas e substâncias parasiticidas. Por outro lado, o perfeito entrosamento entre a produção e o consumo — transporte, armazenagem e beneficiamento dos produtos — vem tendo prioridade destacada no programa governamental.

No ano findo, o acréscimo da produção agropecuária, embora não alcançasse a excepcional taxa de 10,8%, registrada em 1957, manteve-se em nível bastante satisfatório, pois os dados disponíveis indicam que o incremento foi de 6.2%. A principal causa dessa redução deve-se à adversidade climática, em especial no Nordeste, onde os índices de produção baixaram sensivelmente. É necessário levar em conta, ainda, um conjunto de fatôres ligados ao desenvolvimento da economia brasileira, que repercutiram de modo desfavorável no panorama rural.

Em têrmos per capita, o acréscimo, em 1958, foi de 3,7%, comparativamente a 8,4%, no ano anterior. Apesar de ganhos relativos na produção por habitante, o resultado representa menos da metade dos de 1957, fato que cresce de importância, quando se considera que o setor agrícola foi o único responsável pela queda da taxa de incremento da agropecuária.

CONTRIBUIÇÃO PARA A ECONOMIA NACIONAL

Nos últimos anos, a agropecuária tem contribuído com cêrca de 30% para a renda interna do País, ocupando o primeiro lugar em nossas atividades econômicas, e seguida imediatamente pela indústria. Cálculos feitos pelos órgãos especializados mostram que, no triênio 1953-55, foi de 29.6% o coeficiente médio de participação da produção agropecuária na renda interna global. Razões de ordem climática fizeram que essa taxa caisse a 26.6% em 1956, ascendendo a 28.1% em 1957, ano em que foram ótimas as condições climáticas para, finalmente, situar-se em 27.4%.

Em 1958, a produção agropecuária brasileira — isto é, o agregado composto da agricultura, da produção extrativa vegetal e da produção animal — participou com aproximadamente 270, 4 bilhões de cruzeiros na formação da renda interna do País, estimada em cêrca de 985,8 bilhões.

Embora ainda mantenha sua posição de principal fonte de renda, em nossas atividades econômicas, a agropecuária vem revelando ligeiras tendências para declinar, em sua participação relativa, na formação do Produto Nacional. É que o intensivo processo de desenvolvimento da economia nacional, além de fortalecer a produção, imprime ritmo acelerado às atividades industriais.

A vista das peculiaridades da produção agropecuária brasileira, quase inteiramente voltada para o mercado exterior, dela advém cêrca de 90% de nosso poder de compra externo, o que lhe confere papel relevante no financiamento das nossas aquisições no estrangeiro, para o desenvolvimento industrial do País. Além disso, atende à quase totalidade das exigências do mercado interno, constituido por uma população de 63 milhões. No conjunto das compras brasileiras no exterior, os gêneros alimentícios, inclusive bebidas, absorvem menos de 10% do total, com forte preponderância das importações de trigo, cuja produção interna ainda não supre 40% do consumo nacional.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A evolução dos diferentes ramos da produção agropecuária nacional expressa-se, em 1958, pelo incremento de 5,1% nas colheitas agricolas; pelo progresso invulgar de cêrca de 9,7% na produção de origem animal, e pelo acrescimo de 3,9%, na produção extrativa vegetal.

Das 49 culturas arroladas no plano de estimativas do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura (S.E.P.), que representaram, em 1958, mais de 70% do conjunto da produção agropecuária, somente 16 indicaram declinio, relativamente às sufras do ano de 1957, em quantidades produzidas: o arroz (— 3.9%), o feijão (— 6.2%), o milho (— 4.9%), a mamona (— 14.1%), a juta (— 23.7%) e a batata-inglêsa (— 1.9%), e outras menos expressivas.

Entre as colheitas que apresentaram resultados positivos, em número de 33, sobressaem: o café (+ 22.8%), o sisal (+ 32.1%), o cacau (+ 9.5%), o amendoim (+ 54.6%) e o algodão (+ 3.6%). Com referência ao trigo, as informações mais recentes indicam que, em virtude de irregularidades climáticas e pragas que atacaram os trigais gaúchos, não se verificará o aumento de 54.6%, previsto pelo S.E.P. As demais culturas, não obstante resultados satisfatórios, vários dêles bem expressivos, figuram em posição secundária na formação do incremento total, por se tratar de produtos de segunda e terceira importância no quadro agricola.

A produção de origem animal, que representa perto de 28% da agropecuária brasileira, também mostrou apreciáveis indices de elevação. Foi de 9.7% a taxa de crescimento, superior à de 1957 (8.4%) e muito mais elevada que a da média do decênio 1949-58, avaliada em cêrca de 6%. Admite-se que a produção de carnes de todos os tipos tenha crescido 10%, alcançando, no ano findo, a cifra de 1 507 mil toneladas, contra 1 370 mil, em 1957. Os demais produtos — lã, banha, toucinho, laticínios, couros etc. — devem ter aumentado os seus quantitativos em proporções aproximadas.

Os rebanhos brasileiros — bovino, ovino, caprino e suínc — vêm evoluindo satisfatóriamente, nos últimos anos. A taxa de crescimento dos efetivos pecuários destinados à produção de alimentos apresenta-se forte e de ritmo regular, estimando-se o rebanho bovino, em 1958, em mais de 70 milhões de cabeças. Confrontada com a da população brasileira, no mesmo ano, ou seja, cêrca de 63 milhões de habitantes, vê-se que o Brasil continua a apresentar uma proporção satisfatória, internacionalmente aceita, como índice de auto-suficiência em alimentos dessa origem. Entre nós o fato assume características otimistas, pois que os alimentos de origem bovina correspondem a mais de 85% do consumo global de produtos de origem animal. Mais animador se afigura o quadro, quando se consideram os avanços dos demais setores da produção animal.

Quanto ao último item do agregado agropecuário — produção extrativa vegetal —, que contribui com apenas 2% para a formação do Produto Rural — as cifras conhecidas para 1958 indicam, em relação a 1957, um incremento que representa o mais alto nível atingido no último decênio.

A cêra de carnaúba, o mate, a borracha, a castanha-do-pará, o pau-rosa e as madeiras, produtos extrativos de grande procura no exterior — e empregados, alguns dêles, em finalidades para as quais não se tem encontrado sucedâneo — revelam tendência ascendente em seus níveis de produção. A demanda externa dêsses produtos tem passado por flutuações nem sempre benéficas ao Pais.

A expansão da agropecuária brasileira, em 1958, não mostrou comportamento regular, nas diversas regiões do País. De acôrdo

com o critério estabelecido pelos órgãos técnicos da Fundação Getúlio Vargas, foi o território nacional dividido em 3 grandes regiões, segundo suas características sócio-econômicas: Norte-Oeste, Nordeste e Sul. Nas duas primeiras, a produção agrícola indicou sensiveis declinios das colheitas, notadamente no Nordeste, que detém pouco mais de 16% das safras nacionais e onde ocorreu o flagelo da sêca. Na região Sul — que participa, aproximadamente, com 77% da agricultura nacional —, o aumento da produção foi de cêrca de 11,7%. O acréscimo global das colheitas, no último ano, resultou da produção desta área, de vez que as demais tiveram reduzidas as suas safras globais.

Em virtude das diferenças nas condições naturais e nas disponibilidades de recursos técnicos e financeiros, o desenvolvimento da produção agrícola varia de maneira considerável nas diversas regiões do País, não só em volume, como em predominância de cultura e niveis de produtividade.

Do ponto de vista do indice per capita, a nossa produção agropecuária assinala progressos razoáveis. No último decênio, a economia rural brasileira superou, com vantagem, o ritmo de crescimento da população, primando, sob êste aspecto, a produção agrícola e de origem animal. O setor extrativo vegetal registra evolução práticamente inversa, se bem que nos três últimos anos se tenha esboçado ligeira tendência de recuperação.

Relativamente a 1957, o agregado agropecuário registrou elevação de perto de 3,7% no índice per capita. Este acréscimo foi influenciado principalmente pelas colheitas agrícolas que, em têrmos per capita, cresceram apenas 2,6%, enquanto a produção de origem animal aumentava quase 7% e a extrativa vegetal, apenas 1,5%.

DESTINO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA

No último decênio, enquanto os produtos de consumo interno aumentaram em 47.4%, os destinados à exportação cresceram apenas em 40.3%. Graças à abundância das duas últimas colheitas cafeeiras, a produção rural orientada para os mercados externos cresceu 22.5%, em 1957 e 15.2%, em 1958. No tocante aos pro-

₹

dutos destinados ao mercado interno, a taxa de crescimento foi de apenas 3,1%, em confronto com a de 9,1%, em 1957.

A análise estatistica comprova que a produção agropecuária destinada, principalmente, ao mercado exterior, acusa ritmo mais lento de evolução, exceto nos anos em que a colheita do café proporciona volumes anormais. Enquanto isso, a produção para consumo interno se desenvolve satisfatóriamente, em ritmo regular, permitindo atender ao forte incremento demográfico e à procura, cada vez mais intensa, nos centros urbanos. No ano findo, contudo, modificou-se um pouco o panorama, ante o relativo recuo ocorrido.

AREA CULTIVADA

Segundo os números divulgados pelo S.E.P., ainda sujeitos a revisão, a área cultivada com os 49 produtos acusou, em 1958. redução de 1.7%, correspondente, em têrmos absolutos, a 22 939 mil hectares, contra 23 336 mil, em 1957. Em face do aumento que se verificou na produção, essa redução na área de plantio significa, evidentemente, progresso da produtividade rural, fato que se deve ao aumento da colheita de café (+ 22.8%).

As estimativas revelam que, em 1958, dentre as 49 culturas computadas pelo S.E.P., 30 acusaram aumentos de área que, englobadamente, perfazem o total de 435 mil hectares, em relação aos resultados dos mesmos produtos, em 1957. Por outro lado, reduziu-se em 832 mil hectares a área ocupada com os 19 produtos restantes. O confronto destas duas cifras — aumento de 435 mil hectares e redução de 832 mil hectares — evidencia apreciável diminuição global da superfície plantada, expressa na referida percentagem de 1.7%.

Entre as culturas que acusaram aumento de área, ressalta a cafeeira, que ampliou a sua superfície de plantio em cêrca de 156 mil hectares e a do trigo, com o aumento de 138 mil hectares. Outros produtos — amendoim, arroz e cacau, para citar os mais favorecidos — também tiveram acrescidas as respectivas áreas. Dentre os que sofreram redução de área, sobressaem, de maneira excepcional: o milho (— 322 mil hectares), o feijão (— 352 mil), o

algodão (-139 mil), e a mandioca (- 50 mil). Outras 15 culturas tiveram suas áreas diminuídas em proporção bastante inferior.

Melhor Aproveitamento dos Fatôres de Produção

Os serviços de pesquisa, experimentação, extensão agrícola, conservação do solo, distribuição de sementes e beneficiamento dos produtos agropecuários estão contribuindo sensivelmente para a melhoria das safras e o progresso da produtividade rural. Todavia, importantes colheitas ainda acusam baixos rendimentos, quando comparados aos de outros centros de produção.

No último decênio, a melhoria do rendimento por hectare cultivado, no conjunto da agricultura brasileira, foi de apenas 7.7%. Em 1958, 32 culturas das investigadas pelo S.E.P. registraram progresso em seu rendimento, destacando-se o café, a cana-de-açucar, a batata-inglêsa, o sisal, o feijão e o amendoim. Entre as que acusaram menores rendimentos, por hectare, está o arroz, já que as demais pouco pesam no conjunto da produção agrícola.

Embora a melhoria no índice de rendimento, por hectare, não seja das mais animadoras, o rendimento agrícola por pessoa ativa — índice mais expressivo — apresenta progresso satisfatório. No último decênio, êsse progresso se expressa em pouco mais de 45%, o que permite inferir, de modo geral, um crescimento médio anual de 4,5%.

Excetuadas as irregularidades climáticas já referidas, quase todos os demais fatôres que influenciaram diretamente as colheitas contribuiram de maneira positiva para a obtenção de melhores niveis de produtividade. A mecanização das lavouras se vem processando em rítmo mais intenso, e é mais amplo o emprêgo de métodos corretivos da perda de fertilidade do solo, graças à forte ajuda que a indústria nacional vem proporcionando no que se refere a implementos agricolas, adubos, fertilizantes e inseticidas.

Armazéns e Silos

Empenha-se o Governo na instalação de uma rêde de armazens e silos, em todo o País, para proteger a produção de

gêneros de subsistência, eliminando perdas que atualmente oscilam entre 20 e 30% do volume físico das safras colhidas. Mercê das facilidades de financiamento, concedidas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, dez Estados — Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná. Santa Catarina e Rio Grande do Sul — organizaram companhias de economia mista para instalação de rêdes locais.

O aumento da produção tritícola brasileira depende, fundamentalmente, de condições favoráveis de armazenamento e conservação. Resolveu o Govêrno, através do Ministério da Agricultura, instalar uma rêde de armazéns e silos, destinada particularmente ao trigo nacional, mas em condições de receber, beneficiar, expurgar, conservar e distribuir outros cereais e grãos leguminosos. No decorrer de 1958, foram construidos silos, armazéns ou unidades conjugadas em 60 municípios — 45 do Rio Grande do Sul, 11 de Santa Catarina, 3 do Paraná e 1 de Minas Gerais.

Como a exploração comercial dessa rêde foge às atribuições normais do Estado, decidiu-se que, terminada a instalação de uma unidade armazenadora, fôsse a sua operação entregue à cooperativa local de triticultores, mediante contrato, pelo preço de custo. A cooperativa beneficiada gozará de condições extremamente favoráveis — 2% ao ano sôbre o capital empregado, a prazo longo para resgate integral —, nos têrmos da lei que regula a aplicação dos recursos provenientes do Fundo dos Ágios, à conta dos quais se custeou a instalação da rêde de silos.

Essa politica oferece múltiplas vantagens: assegura o bom funcionamento da rêde, já que o próprio triticultor cuida do seu produto; disciplina o comércio e o escoamento das safras; garante o preço mínimo fixado, que vinha sendo burlado pelos compradores intermediários; anula as várias modalidades de fraude; finalmente, dá aplicação prática aos dispositivos da lei que criou o Fundo dos Agios, em benefício da lavoura.

As unidades armazenadoras já instaladas foram entregues a 40 cooperativas, que congregam 30 000 triticultores, com o capital realizado de 300 milhões de cruzeiros.

Crédito Rural

Não obstante as dificuldades que defrontou a rêde bancária nacional, foi apreciável o estímulo dado à produção agropecuária, no campo do crédito. Considerado o total dos empréstimos distribuídos à lavoura e à pecuária, em 1958, no período janeiro-setembro, verifica-se um incremento de saldo da ordem de 9 bilhões de cruzeiros, enquanto, no mesmo período de 1957, o acréscimo foi de 8 bilhões.

Cabe à Carteira de Crédito Agricola e Industrial do Banco do Brasil o grosso dos financiamentos especializados às atividades rurais. De janeiro a setembro de 1958, a CREAI concedeu-lhes 66 mil empréstimos, no total de perto de 17 bilhões de cruzeiros, contra 63 mil empréstimos, no valor de quase 14 bilhões de cruzeiros, em igual período de 1957. Continuou a prevalecer, no ano findo, o critério que vinha sendo adotado quanto à distribuição entre as diversas atividades rurais. Além da pecuária, o café, a cana-de-açúcar, o trigo e o arroz continuaram como itens mais beneficiados.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo, entidade especializada em operações rurais, concedeu financiamentos no total de 996 milhões de cruzeiros, até 31 de outubro de 1958, estimando-se em 1 200 milhões o montante dos empréstimos concedidos até o final do exercício. No ano anterior o movimento ascendera a 1 049 milhões de cruzeiros, cifra que representava um recorde de operações.

As atividades previstas nos programas de extensão rural e difusão do crédito rural supervisionado, desenvolvidas através do sistema de órgãos autônomos coordenados pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (A.B.C.A.R.), apresentaram resultados auspiciosos, em vasta área do País. No exercício de 1958, somaram 1 957 as operações de financiamento encaminhadas e realizadas, num montante superior a 62 milhões de cruzeiros, ou seja, em média. Cr\$ 31 730,00 por empréstimo. O indice de recuperação dos empréstimos, que atinge 99.1%— vale dizer, práticamente 100% — veio demonstrar o acêrto da política adotada pelo sistema A.B.C.A.R. e a excelente acolhida que tem encontrado nos meios rurais brasileiros.

Como nos dois anos anteriores, manteve-se a política de fixação de preços mínimos que assegura, ao produtor, compensadora remuneração de sua atividade. Quanto à produção para o mercado interno, poucas vêzes o lavrador se tem servido de garantia de preços mínimos, porquanto o mercado nacional geralmente lhe é favorâvel.

Abastecimento

Não se registraram perturbações criticas no suprimento de gêneros de subsistência aos principais centros consumidores do País. Nem mesmo a redução acidental do volume da safra de trigo, em decorrência de fortes geadas e da incidência do mal da ferrugem — que diminuiram para 798 mil a esperada safra de mais de 1 milhão de toneladas —, chegou a produzir colapso no abastecimento. Providências oficiais imediatas, para a importação de 1,5 milhões de toneladas do produto, acudiram à emergência. Essa importação, embora elevada, é bastante inferior à que tivemos de realizar em 1957.

Nas regiões triticolas do interior, a capacidade disponível em silos e armazéns, destinados, especialmente, à estocagem daquele cereal, registrou o expressivo aumento de 500 mil toneladas, facilitando o processo da distribuição.

Quanto ao abastecimento do milho, verificou-se ligeiro desequilibrio, com o decréscimo de 10 % na produção do ano, em virtude de fatôres adversos, tais como o veranico observado no Vale do rio Uruguai e a sêca do Nordeste, a qual veio agravar o problema, por exigir o envio de substanciais suprimentos para o Poligono das Sêcas, que de produtor de milho se converteu momentâneamente em área de consumo.

Viu-se o Govêrno na contingência de autorizar a importação do produto, para normalizar o abastecimento. A suspensão dessa medida excepcional depende das próximas safras que, até agora, se anunciam promissoras nas regiões Sul e Centro-Oeste.

O abastecimento dos demais produtos de origem vegetal, de permanente consumo no País — arroz, batata, mandioca, banana, laranja, e outros — manteve-se em níveis satisfatórios.

The second section of the second seco

O Governo enfrenta, com decisão, o problema do abastecimento de gêneros alimentícios. Nos campos onde ainda persistem dificuldades que só podem ser resolvidas a longo prazo, o Governo estêve sempre presente, distribuindo auxílios, incrementando estudos, ativando planejamentos, determinando providências, com a energia exigida pela conjuntura.

CAPITULO IX

INDUSTRIA

No setor da indústria, o Programa de Metas — o primeiro de caráter global estabelecido no Pais — procurou dinamizar e fortalecer o processo de mudança estrutural da economia brasileira, patente nos índices de expansão e diversificação das indústrias básicas que, desde vários anos, ultrapassaram, em larga margem. as taxas de crescimento dos setores manufatureiros de bens de consumo.

Enunciando objetivos de produção, fixando uma segura política de incentivos, concedendo financiamento, agindo diretamente em caráter supletivo, o Govêrno tem canalizado importantes investimentos públicos e particulares para as tarefas mais urgentes e de mais largo alcance no combate ao subdesenvolvimento nacional.

Como se verá nos diferentes tópicos dêste capítulo, expressivos dados estatisticos assinalam o êxito dessas diretrizes. Desenvolve-se e diversifica-se o parque siderúrgico, através da expansão das emprêsas existentes e da construção acelerada de novas usinas: no referente à metalurgia dos não-ferrosos—onde era mais patente a nossa inferioridade—, registram-se iniciativas que garantem a execução das metas do alumínio, do cobre, do níquel e do zinco; prossegue o esfôrço estatal no sentido da implantação, em bases amplas, da indústria de álcalis, tão importante e de tão larga aplicação. A indústria automobilistica talvez possa ser apontada como o exemplo mais eloquente dessa política de incentivo à iniciativa privada. Partindo da estaca zero em 1955, projeta-se, hoje, o Brasil entre os dez maiores produtores mundiais de veículos, numa rara afirmação da capacidade de

adaptação dos nossos técnicos e operários e das amplas possibilidades do nosso mercado.

Outro exemplo grato ao nosso patriotismo — porque diz respeito ao restabelecimento de tradição há muito interrompida — dá-nos a implantação da moderna indústria de construção naval, que, jã em 1960, deverá fornecer as primeiras unidades à nossa Marinha Mercante.

Idêntico impulso se observa na produção de cimento, na indústria química básica, na indústria de celulose e de papel, e no ramo do material elétrico pesado e da mecânica pesada, a que o plano de desenvolvimento nacional vem oferecendo condições propicias de expansão.

Mineração

Intensificaram-se, em 1958, os esforços em prol do melhor aproveitamento dos recursos minerais do País, sobretudo nos setores petróleo, carvão e minérios de ferro, os dois primeiros já analisados no capítulo referente a Energia.

No que respeita aos minérios de ferro, objetiva-se expandir as exportações, em duas fases: a primeira, a curto prazo, que colima uma exportação da ordem de 8 milhões de toneladas, em 1960; a segunda, a prazo longo, que visa a elevar essa exportação a cêrca de 30 milhões de toneladas, por volta de 1975, quando o consumo mundial do produto, segundo se estima, será da ordem de 450 milhões de toneladas. A capacidade extrativa do Brasil atingiu, em 1958, a 5 milhões t/a.

De modo geral, o programa a curto prazo não sofreu solução de continuidade no exercício de 1958. Os investimentos programados tiveram, contudo, de ser reformulados, em face da recessão norte-americana, que acarretou a diminuição das nossas exportações de minérios de ferro e produtos primários em geral.

Em têrmos físicos, nossos embarques totalizaram 2 720 000 toneladas, sofrendo redução de, aproximadamente, 830 mil toneladas, em confronto com 3 550 000 exportadas em 1957. Superada que foi a recessão norte-americana, retomam ritmo ascendente as exportações do produto, inclusive com a execução de novos inves-

timentos programados. A propósito, saliente-se a concessão de novo empréstimo do EXIMBANK à Cia. Vale do Rio Doce, no montante de 12,5 milhões de dólares, destinados à aquisição de equipamentos para mineração e transporte, entre os quais 25 locomotivas Diesel-elétricas.

As exportações de manganês, pelo mesmo motivo, sofreram diminuição de 144 mil toneladas no período considerado. De 798 milhares, em 1957, passaram a 654, em 1958. As vendas externas dêsse produto deverão ficar limitadas aos minérios procedentes do Amapá e de Mato Grosso, reservando-se os de Minas Gerais e Estados contíguos ao suprimento da indústria metalúrgica nacional.

A indústria extrativa dos demais minérios proporcionou receito cambial da ordem de 6 milhões de dólares, contra 8 milhões em 1957. As exportações de baritina cresceram animadoramente, registrando a expressiva cifra de 400 mil dólares, contra apenas 90 mil no ano precedente.

Os esforços do Governo pelo desenvolvimento da mineração não se limitam à orientação e incentivo das empresas privadas, mos também se assinalam pela intensa pesquisa de jazidos dos minerais reclamados pelo progresso do País.

No Maranhão e no Piaui, prosseguiram os trabalhos de sondagem do carvão: no Nordeste, ampliaram-se as pesquisas de novas jazidas de fosfato: na Bahia, aprofundaram-se os estudos relativos aos depósitos de minerais não-ferrosos, especialmente chumbo, cobre, enxôfre e amianto; no Espírito Santo, foram efetuados estudos de monazita; em Minas, além de estudos do chamado quadrilátero ferrifero, efetuaram-se pesquisas em tôrno dos minerais não-ferrosos, sobretudo os minérios destinados à produção de energia nuclear; em São Paulo, continuaram os estudos das jazidas dos não-ferrosos, como igualmente no Rio Grande do Sul, onde maiores atenções foram dadas ao cobre.

Efetuaram-se levantamentos aerofotogramétricos de diversas regiões do País, e o consequente mapeamento das zonas em que a ocorrência de minerais ficou positivada. Por outro lado, continuaram a ser feitas em ritmo acelerado, sobretudo no Nordeste, as sondagens para localização de água subterrânea.

Siderurgia

Elemento básico de todo desenvolvimento industrial, a produção siderúrgica é das que mais têm convocado os esforços do Govêrno a fim de que não soíra descontinuidade a expansão econômica do Brasil.

A produção de lingotes de aço, em 1958, superou o nível de 1.5 milhões de toneladas, ou seja, apresentou aumento da ordem de 100 mil toneladas, em relação a 1957. O programa do Govêrno visa à elevação da capacidade instalada no Brasil, de 1 162 mil toneladas, em 1955, para 2 300 mil, em 1960, e 3 500 mil, em 1965, cifras que serão alcançadas com a implantação, já planificada, de novas usinas e a ampliação das existentes.

Entre os projetos mais importantes da meta siderúrgica, destacam-se o aumento da produção, na Companhia Siderúrgica Nacional, de um milhão de toneladas de aço em lingotes, em 1960; na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, de 556 mil, em 1961; na Companhia Siderúrgica S. L. Aliperti, de 160 mil; e na Acesita, de 120 mil. Ampliações menores são previstas em diversas outras usinas particulares.

Asora essas obras de ampliação, mencionem-se os projetos de novas usinas, como a Cosipa, a Usiminas e a Companhia Ferro e Aço de Vitória. A primeira terá a capacidade inicial de 383 mil t/ano de aço em lingotes, em 1961: as duas últimas têm a instalação programada em duas etapas, em 1961 e 1964, partindo das capacidades de, respectivamente, 460 mil e 30 mil t/ano, na primeira fase, para atingir os níveis de, na mesma ordem. 504 mil e 220 mil, na segunda fase.

Ainda em planejamento, alinham-se uma usina eletrossiderúrgica em Santa Catarina, para a produção de 130 mil t/ano de aço em lingotes, e outra, do mesmo tipo, em Pernambuco, com a capacidade de 35 a 40 mil toneladas.

Metalurgia dos Não-Ferrosos

O nível em que se encontram no Brasil a mineração e a metalurgia dos metais não-ferrosos é incompatível com o desenvolvimento material do País. O apoio governamental, sob forma de créditos, financiamentos, ampliação das atividades de prospeçção e facilidade para treinamento de geólogos, favoreceu sobremodo a expansão da iniciativa privada, nesse setor.

No processamento industrial dos vários metais não-ferrosos, destaque-se o progresso registrado na produção de alumínio em lingotes, que passou da capacidade nominal de 2 200 t/ano, em 1955, para a de 16 800, em fins de 1958. Em relação a 1957, o aumento foi de 7 400 t/ano de capacidade instalada e corresponde inteiramente à ampliação fixada no Programa de Metas.

Acha-se em curso a construção de uma nova fábrica de alumínio, com a capacidade prevista de 10 mil t/ano, envolvendo um segundo aproveitamento do rio Juquiá, no local denominado Cachoeira da Fumaça, onde será instalada uma usina hidrelétrica de 35 mil kW. Essa fábrica deverá entrar em operação em 1962. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico apoiou a realização dêsse projeto, através da concessão de financiamento de 450 milhões de cruzeiros, cabendo 70% à usina hidrelétrica e o restante à fábrica de alumínio. No decurso do corrente ano, a capacidade de uma das emprêsas produtoras será acrescida de 2 mil toneladas, prevendo-se, assim, que, até fins de 1959, a capacidade total do Brasil se elevará a 18 800 t/ano.

O Governo não quantificou objetivos de produção, quanto aos demais não-ferrosos. Mas vem-se empenhando por que essa indústria acompanhe o progresso geral do Brasil no campo metalúrgico.

Quanto ao cobre, empreendimentos em curso permitem esperar uma produção da ordem de 4 mil toneladas, em 1960, quando, em 1955, produzimos apenas 730. O maior projeto é de uma usina em Viçosa, Ceará, com capacidade para produzir 3 mil t/ano de cobre metálico, mediante o aproveitamento de recursos naturais da região.

A produção de chumbo, que, em 1955, foi ligeiramente inferior a 6 mil toneladas, subiu, em 1958, a 7 mil toneladas. Pelo andamento dos projetos existentes, prevê-se que, em 1959, já estará instalada na Bahia uma unidade fabril com capacidade para produzir 14 400 t/ano, mediante utilização de minério da região: também estará ultimada a ampliação de outra fábrica, no Parana, para atingir 5 500 toneladas em 1960. Nessa época, a produção nacional de chumbo metálico deverá exceder 20 mil toneladas.

Como atividade recente no Brasil, a produção de zinco se processa em caráter experimental, no Estado do Rio de Janeiro, em uma unidade-pilôto de 60 t/ano, destinada a ensaiar nova técnica no aproveitamento de jazidas de minérios nacionais. Em segunda etapa, objetiva-se a produção de 7 200 toneladas anuais.

Cabe, aqui, assinalar um fato auspicioso para essa indústria: abandonando o processo convencional da produção de zinco pelo tratamento da blenda-minério — de que não temos reservas conhecidas —, o novo método permitirá a extração do metal a partir do silicato de zinco, de que possuimos amplas jazidas.

Em relação à produção de ferro-niquel — que foi de 214 toneladas, em 1955, correspondentes a 39 toneladas de niquel puro contido, isto é, a uma participação de 18% —, já se conseguiu elevar o nivel de aproveitamento no processamento industrial, uma vez que o teor de niquel puro passou a 20%, em 1956, a 22%, em 1957, e a 25%, em 1958. Apenas uma emprêsa se dedica a essa atividade, estando em seus planos não só aumentar a produção de ferro-niquel para 350 toneladas, em 1960, como também elevar o teor de niquel puro a uma média de 42%, mediante o emprêgo de novas unidades eletromagnéticas. Dessa maneira, espera-se que, em 1960, a produção efetiva de niquel puro se aproxime de 150 toneladas.

Com a inauguração, em 1958, de obras de ampliação da unidade fabril existente, está o Brasil em condições de cobrir têda a demanda nacional de estanho metálico. A capacidade nominal instalada já assegura uma produção de 7 000 t/ano, que permite atender, inclusive, à expansão da procura nos próximos anos.

Cimento

Os planos governamentais de expansão econômica, com a execução de obras de vulto — especialmente no setor rodoviário e no de energia — estimularam a iniciativa particular no ramo da indústria de cimento, que, em 1955, tinha a capacidade nominal de produção de 3,6 milhões de t/ano. Avançando para a meta que determina a elevação dessa capacidade para 5 milhões de toneladas, até 1960, acham-se em fase de intensiva execução vários projetos não só de usinas novas como de ampliação de outras.

Desde 1956, inicio do atual Governo, o crescimento dessa indústria se expressa, em números absolutos, pela adição da capacidade nominal de 610 mil t/ano, o que corresponde a 44% do aumento previsto para 1960.

Espera-se que, no ano em curso, outros projetos venham a ser terminados com um incremento de 400 mil t/ano na capacidade. Em 1960, pelo menos mais 200 mil toneladas de aumento já estão asseguradas. Ultimam-se estudos para outros empreendimentos, cuja concretização concorrerá para que seja ultrapassada a meta estabelecida, de 5 milhões de toneladas.

Química Básica

É desnecessário acentuar a importância da produção quimica de base em um país que reclama quantidades crescentes de matérias-primas essenciais ao funcionamento de uma série de indústrias. Alguns dos itens que compõem êsse ramo de produção não acompanharam o desenvolvimento verificado em relação às indústrias que dêle dependem.

Ao mesmo tempo que incentivou a iniciativa privada neste setor, o Govêrno dedicou-se, com especial atenção, aos setores de álcalis, fertilizantes e borracha, que integram o Programa de Metris.

A propósito de álcalis, objetiva-se expandir a capacidade de produção até o nível de 212 mil toneladas, em 1960, contando-se para isso com empreendimentos particulares e, sobretudo, com a Cia. Nacional de Alcalis, sociedade de economia mista.

No campo da iniciativa privada, continuaram, em 1958, os trabalhos de ampliação de fábricas existentes, tendo nesse período entrado em funcionamento uma nova unidade, a da Fongra Produtos Químicos S.A., com uma produção diária programada para 10 toneladas de soda cáustica.

Quanto à ação governamental, o ano de 1958 assinalou considerável avanço na construção dos grupos que compõem o conjunto industrial localizado em Cabo Frio: foi totalmente concluida a construção do Grupo da Cal — já em funcionamento — e o Grupo da Barrilha, a mais importante unidade da fábrica, ao fim de 1958, tinha 85% de seus equipamentos já montados. Prevê-se

para julho de 1959 o início dos testes parciais de funcionamento dêsse Grupo. Em 1959, o Grupo da Soda Cáustica terá sua construção iniciada, devendo entrar em funcionamento ainda neste ano, com uma produção anual de 20 000 toneladas.

A relevância das atividades da Cia. Nacional de Alcalis pode ser medida pelo seu programa de produção — cinco linhas principais, cada uma funcionando com um conjunto industrial à parte, a saber: cal e gás carbônico, barrilha leve e densa, soda cáustica, subprodutos do sal e diversos outros do processamento industrial. Na primeira fase, que ora se inicia, a Cia. Nacional de Alcalis produzirá anualmente: 57 mil toneladas de carbonato de sódio denso, 15 mil de carbonato de sódio leve, 20 mil de soda cáustica, 22 mil de gêsso. 8 mil de carbureto de cálcio e 80 mil de cal viva e extinta.

Relativamente a fertilizantes, a produção nacional limita-se aos nitrogenados e fosfatados. A dos primeiros é integrada pelo sulfato de amônio procedente das coquerías da Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e pelo calnitro, produzido pela fábrica de fertilizantes da Petrobrás, em Cubatão. As quantidades oferecidas ao mercado, em 1958, corresponderam a 3 150 toneladas de nitrogênio.

As matérias-primas para fertilizantes fosfatados procedem principalmente de três fontes nacionais: a Fosforita, em Pernambuco, a Serrana e a Socal, em São Paulo. Em fase experimental de funcionamento encontra-se a Fertisa, em Minas Gerais.

O progresso na produção de fertilizantes, em 1958, é altamente auspicioso, pois se expressa pelo aumento de produção da ordem de 170%, relativamente a 1957.

As perspectivas para o futuro próximo são igualmente lisonjeiras, destacando-se os aumentos já programados pela Petrobrás,
pela Fosforita e pela Serrana. Por outro lado, está prevista a
instalação da Nitrogênio S.A., na Bahía, para a produção de
nitrogenados, e a Fertisa planeja melhor aproveitamento das
suas instalações.

Ressaltem-se, por fim, os estudos que se fazem para a produção de sais de potássio, mediante utilização de águas-mães das salinas. Cogita-se, a propósito, de instalar em Mossoró, no Rio Grande do Norte, uma usina de produção experimental.

Quanto à borracha, foi determinada a construção de uma fábrica do produto sintético, agregada à Refinaria Duque de Caxias, da Petrobrás, com o objetivo de completar, a curto prazo, a produção interna da hévea. Essa fábrica, que terá a capacidade de produção de 40 mil t/ano, deverá entrar em funcionamento no primeiro semestre de 1960.

Papel e Celulose

Em seu esforço para incentivar os investimentos privados mais úteis à nossa economia, não descurou o Govêrno esse importante setor industrial, que continuou a expandir-se em 1958. Teve andamento satisfatório a construção das novas unidades fabris programadas, cuja conclusão está prevista para 1959 e 1960.

Estima-se que a capacidade dessa indústria tenha atingido, em 1958, os níveis de 137 mil t/ano de celulose, 65 mil de papel para jornal e 410 mil de papéis para outros fins, contra, respectivamente, 67, 40 e 346 mil, em fins de 1955. Pelos empreendimentos em fase de instalação, calcula-se que, já no corrente ano, a capacidade estará ampliada para 238 mil t/ano de celulose, das quais 147 mil de fibra curta e 91 mil de fibra longa, 70 mil de papel para jornal e 488 mil de papéis para outros fins, inclusive 87 mil para impressão.

Seja através da proteção alfandegária, seja da subvenção para nivelamento de preços, no caso do papel de jornal — cuja importação ainda goza de favores cambiais —, o Govêrno estimulou a expansão da indústria nacional de papel e celulose. O interêsse despertado na iniciativa privada, por êsse ramo, faz prever que dentro em pouco o Brasil será menos dependente dos fornecimentos externos e consiga, mesmo, atingir a auto-suficiência, em alguns tipos de produção.

Material Elétrico Pesado e Mecânica Pesada

O Programa de Metas governamental foi a força dinamizadora da expansão da indústria pesada, pois ensejou, pela segurança do crescimento da procura de bens de produção, as condições básicas para o funcionamento regular e econômico dêsse setor.

Há três anos, a indústria pesada no Brasil ainda não oferecia, sobretudo no que concerne ao material elétrico, desenvolvimento compatível com os dos outros setores da economia nacional, e constituia, mesmo, ponto de estrangulamento dos mais críticos para o conjunto brasileiro.

Hoje, entretanto, o setor de material elétrico já está capacitado a produzir considerável parcela do equipamento exigido pela expansão da nossa indústria de energia, e em especial, transformadores de fôrça e geradores de tamanhos unitários até 100 000 kVA e 34 000 kVA, respectivamente. No subsetor de fabricação de motores elétricos até unidades de 500 H.P., o Brasil já é auto-suficiente.

Na fabricação de máquinas operatrizes, o progresso também foi notável. A capacidade anual de produção de tornos pesados, por exemplo, evoluiu de 2 330 unidades, em 1955, para 2 900, em 1958.

Outro ramo em que a indústria avançou satisfatôriamente foi o de prensas mecânicas e hidráulicas, plainas de mesa e limadoras, furadeiras e máquinas para fundição. Igual êxito se registrou na produção de calderaria pesada e equipamentos diversos de movimentação.

A produção de equipamentos completos para as indústrias de papel, de celulose e têxtíl já atingiu, pràticamente, condições técnicas que lhe permitem atender às necessidades gerais do mercado, uma vez que apenas não abrange alguns itens reclamados por certas indústrias especializadas.

A indústria de máquinas e implementos agricolas, por sua vez, capacitou-se a produzir cultivadores, arados, grades de discos, terraceadores, subsoladores, roçadeiras, distribuidores de fertilizantes, polvilhadeiras, pulverizadores, bombas de irrigação e outros equipamentos menores.

Indústria Automobilistica

Realização de suma importância, neste Govêrno, foi a implantação da indústria automobilistica no País. Pela primeira vez em nossa história começa o Brasil a produzir, em escala industrial, os veículos de que necessita para impulsionar o seu progresso.

O êxito da indústria automobilística, por outro lado, abre ao País a perspectiva de se iniciar, em 1959, sob os auspícios do Govêrno, outra indústria não menos importante, que em todo o mundo surge como decorrência da primeira. Trata-se da indústria de tratores e máquinas agrícolas em geral, cuja demanda em nosso mercado está ultrapassando a cifra anual de 40 milhões de dólares. Assim, em conseqüência do progresso do País, no setor da fabricação de veículos, ser-nos-á permitido cogitar dêste novo ramo, de enorme repercussão para a agricultura brasileira.

Os planos aprovados pelo Govêrno, relativamente à indústria automobilistica, autorizavam prever-se uma produção de 493 000 veículos, no quadriênio 1957-60. Em face, porém, de algumas limitações de ordem interna, e, em especial, do contingenciamento cambial, que dificulta o suprimento de matérias-primas, preferiu o Govêrno ater-se à estimativa mais prudente: 370 000 unidades.

Acham-se em funcionamento ou em processo de instalação 14 fábricas de veiculos-automóveis e cêrca de 1 200, de auto-peças. O programa de implantação da indústria exigirá um esforço financeiro que se estima em 38 bilhões de cruzeiros, incluído, nesta cifra, o equivalente a 263 milhões de dólares, para equipamentos.

Durante 1957, a produção de veículos elevou-se a 29 679 unidades, das quais 17 826 caminhões, 9 291 jipes e 2 562 utilitários, a que se deve acrescentar a montagem de 1 021 caminhões, perfazendo o total de 30 700 veículos entregues ao mercado, pelas fábricas nacionais.

No ano passado, a produção atingiu 61 129 unidades, das quais 30 926 caminhões, 14 322 jipes, 13 692 utilitários e 2 189 automóveis de passageiros, êstes últimos figurando pela primeira vez em nossas estatisticas.

Não só na quantidade se registrou progresso nessa indústria. O índice de nacionalização, em pêso, com base no licenciamento de peças e partes complementares, mantém-se dentro da programação estabelecida no Plano Nacional da Indústria Automobilistica, objeto de legislação específica. Nota-se, em certos casos — como o da Fábrica Nacional de Motores, que atingiu o índice de 78,7%,

e o da Mercedes-Benz do Brasil, alcançando o de 76,2%, em vez do de 65% fixado para as viaturas de carga — larga superação dos indices obrigatórios.

Relativamente a automóveis de passageiros. não se atingiu o quantitativo de 8 000 unidades previsto para 1958, em virtude de retardamento na concretização de vários projetos aprovados. Esse atraso decorreu da expectativa gerada pela entrada em vigor de nova legislação (art. 59 da Lei nº 3 244, de 1957) facultando o menor esfôrço inicial de fabricação.

Pelo mesmo motivo, o índice de nacionalização dos veículos desse tipo apresentará, inicialmente, nivel inferior ao do estabelecido no Plano, embora permaneça a exigência de que, em fins de 1960, se alcance o mínimo de 95% de componentes nacionais.

Fato relevante, no setor industrial, foi a conclusão, em 1958, das fábricas de motores de duas emprêsas. Assim, eleva-se a três o número dessas unidades fabris já definitivamente instaladas no País.

Além disso, é de ressaltar o lançamento, no mercado, dos ônibus elétricos nacionais, que irão contribuir eficazmente para a solução do problema de transporte coletivo nos grandes centros urbanos.

Construção Naval

A implantação da indústria de construção naval dará consistência à política de marinha mercante do Govêrno, favorecendo a reposição e ampliação da frota oficial, bem como o renascimento das emprêsas de navegação de iniciativa privada.

Decidido a retomar a tradição de grande potência naval, firmada no Império, o País se apresta para ver seus estaleiros ressurgirem e novamente flutuarem, nas linhas costeiras e internacionais, os navios de fabricação nacional. Durante o ano findo, foram definitivamente assentados os planos para êsse fim. Era imperativo executá-los com urgência, tendo em vista, além de outros motivos ponderáveis, a necessidade de estancar, a curto prazo, a sangria anual de perto de 200 milhões de dólares, causada pelos vultosos encargos com os fretes das importações e exportações em navios estrangeiros.

Com o desenvolvimento do parque industrial e com a criação de um mercado brasileiro de navios — mediante programação regular e sistemática de inversões na frota nacional, através dos recursos providos pelo Fundo da Marinha Mercante —, pôde-se abreviar o advento da construção naval do País. O Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval (GEICON) recebeu, no decorrer de 1958, 32 projetos contendo proposições de construção ou ampliação de estaleiros e de instalação de oficinas, destinadas a grandes reparos de embarcações. Ao findar-se o exercício, achavam-se aprovados dois dêsses projetos, um da Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A e outro do Estaleiro Naval Lahmeyer. As obras de construção dêsses estaleiros foram iniciadas nos últimos diás de 1958, sendo ambos localizados dentro da Baía de Guanabara e com capacidade de construção, respectivamente, de 60 mil e 25 mil towa nuais.

Outros projetos de pequena, média e grande envergadura fazem parte dos planos cuja seleção está sendo ultimada pelo GEICON. A fim de assegurar à construção naval melhores condições de desenvolvimento, esse organismo cuidará, a seguir, de implantar ou ampliar indústrias complementares daquela, de modo que se atinja a nacionalização progressiva dos materiais usados, fixada, para 1963, em 90 % do pêso, e se alcance os indices estabelecidos para a meta de construção.

Como estimulo à montagem das indústrias complementares, o Executivo submeteu ao Congresso Nacional projeto de lei que isenta de direitos alfandegários e de consumo os equipamentos importados para produção de motores marítimos Diesel, turbinas e engrenagens redutoras de uso naval.

Durante o corrente ano, o GEICON elaborará, projetospadrões de navios, formulará planos para formação e adestramento de engenheiros, técnicos diversos e operários e estabelecerá normas técnicas para materiais e equipamentos navais.

Quanto à pequena indústria de construção naval já existente no País, foram ultimados estudos e projetos que visam a incentivá-la, mediante a construção de navios de pequeno porte.

Não há dúvida que 1959 será o ano da indústria de construção naval brasileira, como 1958 foi o da indústria automobilistica.

Ingressará, assim, o País na categoria das grandes nações marítimas, mercê de uma indústria naval moderna, que, além de possuir condições para competir internacionalmente, atenderá à demanda do mercado interno.

CAPITULO X

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

País de dimensões continentais, desigualmente povoado e extremamente diversificado, o Brasil possui numerosas áreas de fisionomia peculiar, pelo relêvo geográfico, pelo clima, pelos recursos do solo e do subsolo e pelo estádio econômico. Tais regiões transcendem às divisões administrativas e oferecem problemas complexos, cuja solução requer obras de grande envergadura, que demandam recursos financeiros e técnicos não acessíveis às entidades públicas locais.

Em relação ao Nordeste, à Amazônia e ao São Francisco já o constituinte de 1946 reconhecia a necessidade de estabelecer planos especiais de desenvolvimento, a ser executados pela União, dentro de determinados prazos, mediante recursos previstos no próprio texto constitucional.

A idéia de planejamento regional ampliou as bases de convivência e de cooperação, entre a União e os Estados e Municípios compreendidos nas áreas selecionadas, sem o mínimo inconveniente, antes com reais vantagens para o auto-govêrno dessas unidades políticas. Contudo, a inexperiência acêrca dos métodos de trabalho em regiões subdesenvolvidas, a falta de visão abrangente dos problemas, a pobreza do acervo disponível de pesquisas, o não estabelecimento de escala de prioridade na aplicação dos limitados recursos públicos, a par de outros fatôres, impediram, até agora, o completo êxito dêsses programas de desenvolvimento regional.

A base da experiência adquirida e de estudos mais aprofundados da realidade nacional e regional, o Governo empenha-se, agora, decididamente, em mudar a estrutura econômica dessas regiões, através de um planejamento global e da mobilização de recursos financeiros adequados.

Nordeste

Como se disse, o ritmo diverso em que progridem as diferentes regiões do País vem criando graves problemas para a economia brasileira. O caso do Nordeste é típico: sua renda per capita, há vários anos, tem correspondido a apenas um têrço da alcançada no Centro-Sul. A esta circunstância, acresce outra de inegável importância: a disparidade entre os níveis de renda dêsses dois grupamentos tem aumentado nos últimos decênios. Assim, a participação do Nordeste, na renda total do País, caiu de 15.5 %, em 1948, para 13.4 %, em 1956.

A causa fundamental desse desnível entre as rendas médias por habitante, nas duas regiões brasileiras, está, principalmente, na pobreza relativa da base física, isto é, dos recursos naturais do grande complexo que se estende do Piauí à Bahia. Mas não se pode omítir que a migração de capitais nordestinos para a região Centro-Sul, em franca expansão industrial, teve reflexos desfavoráveis no progresso econômico do Nordeste, e que o saldo positivo do comércio desta região, com o exterior, tem sido aplicado na compra de produtos fabricados pelo Centro-Sul, a preços relativamente mais caros. Registra-se, assim, uma perda de renda real semelhante à que ocorre quando se deterioram as relações de troca do País como um todo.

Estas causas primeiras resultam em reduzida dotação de capital, por unidade de terra e de trabalho, fato que, por sua vez, contribui para a explicação da baixa produtividade de tais fatôres, quando comparados com os da região mais avançada do País.

Assim, não se pode enquadrar a solução dos problemas econômicos do Nordeste numa política limitada de combate às sêcas. Só através de um programa integral de desenvolvimento, será possível promover o afluxo adicional de recursos que permita a expansão dos investimentos. Esses recursos serão governamentais e privados, atraidos, êstes últimos, pela melhoria da rentabilidade dos negócios, a que a política oficial dará ensejo.

O Plano de Ação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste sugeriu os lineamentos básicos dessa política, que leva em consideração a distinta natureza mesológica da hinterlândia sêca e da faixa litorânea úmida. Quanto à primeira dessas zonas, o programa de trabalho preconiza a reorganização de sua economia, com vistas a torná-la resistente ao impacto das sêcas — o que implica especializá-la na cultura das xerófilas e na pecuária, reduzindo-se o setor da agricultura de subsistência. Desdobra-se êsse programa em três pontos: revisão da política federal de inversões em obras contra as sêcas, mediante indicação de prioridades básicas, para a construção de açudes e estradas que atendam ao objetivo de reorganização econômica do interior; estudo das emprêsas agrícolas típicas da zona semi-árida, sugerindo esquemas de reorganização, que lhes permitam aumentar a resistência aos efeitos das sêcas e elevar a rentabilidade, mediante adequada assistência financeira; abertura de frentes de colonização, seja nos vales úmidos da região, seja na periferia do poligono ou em outras áreas do País, com o duplo objetivo de absorver o excedente de população da região semi-árida e de produzir alimentos para abastecê-la, parcialmente.

Em razão da alta densidade demográfica e da escassez dos recursos de terra, na faixa litorânea, é imprescindível, para lhe elevar a produtividade do trabalho, aumentar-se a densidade de capital por pessoa ocupada, o que envolve, necessàriamente, a industrialização. O primeiro passo consiste em determinar quais as indústrias que apresentam maior viabilidade econômica na região. tendo em vista o mercado local e as possibilidades de concorrência com as indústrias do Sul, seja nos próprios mercados nordestinos, seja nos mercados de outras zonas do País. O objetivo desses estudos é demonstrar aos nossos homens de emprêsa que a instalação de determinadas indústrias no Nordeste encontra sólida justificação econômica. Os seguintes setores poderiam, desde já, ser apontados como interessantes: um núcleo de siderurgia básica, que possibilitaria a expansão de algumas indústrias mecânicas já existentes, em forma embrionária, cabendo observar que o avanço tecnológico ocorrido na siderurgia, no último decênio, reduziu, substancialmente, as dimensões da unidade econômica mínima e tornou perfeitamente viável a produção de ferro de primeira fusão em unidades de 40 000 toneladas; indústrias apoiadas em matériasprimas locais, com possibilidades de rápida penetração nos mercados em expansão no Sul do País, como é o caso do cimento e dos adubos fosfatados: indústrias tradicionais - entre elas a

têxtil algodoeira — já instaladas na região, graças à existência de mercado local, disponibilidades de matéria-prima e de mão-de-obra barata.

O exito desse tipo de combate ao subdesenvolvimento regional significará a sua ampliação a outras regiões, permitindo que, através do crescimento harmônico do Pais, se preserve a sua unidade política.

OBRAS CONTRA AS SECAS

No que concerne especificamente às obras contra as sécas, os resultados da ação governamental expressam-se pelo considerável aumento do volume de água represado, nos últimos três anos, nos reservatórios construidos no Nordeste.

Assim é que, tomando para o ano de 1955 o îndice 100 como representativo do total de água acumulada até então, verifica-se a seguinte escala de acréscimos: 139, em 1956; 158, em 1957 e 220, em 1958. Vê-se, pois, que a acumulação de água na área do Poligono das Sêcas, sofreu forte incremento, superando em 120 %, em apenas três anos, o total da capacidade repletiva dos reservatórios ali construidos desde o Império até 1955.

No ano passado, em virtude da sêca, viu-se a Administração obrigada a reduzir suas atividades no setor da açudagem, a fim de incrementá-las em outros, que, por absorverem maiores quantidades de mão-de-obra, atendem melhor aos objetivos do programa de assistência às vitimas do flagelo. Por êsse motivo, em 1958, apenas três açudes foram concluidos, nos Estados do Ceará e de Pernambuco, embora, no conjunto, representem a apreciável capacidade de acumulação de 1 832 milhões de metros cúbicos. Dêsses, o mais importante é o Araras, no Ceará, de 1 bilhão de metros cúbicos, atualmente o maior reservatório do Nordeste.

Prosseguiram, entretanto, obras do maior significado para a região, sendo de mencionar-se as dos açudes Banabuiú e Orôs, no Estado do Ceará, cuja capacidade repletiva será de 1,5 e 4 bilhões de metros cúbicos de água, respectivamente. Este último reservatório, velha aspiração do povo cearense, virá regularizar o regime do rio Jaguaríbe, que se tornará perene na maior parte do seu curso. Permitirá, ainda, pela irrigação, o aproveita-

mento de extensas áreas de terras férteis, que poderão atingir o total de 100 000 hectares: o estabelecimento da indústria do pescado, para melhoria da dieta das populações sertanejas: o contrôle das enchentes e, finalmente, a criação de apreciável potencial hidrelétrico, capaz de propiciar a industrialização das zonas circunvizinhas.

Os açudes públicos em construção elevam-se a 53, com a capacidade de acumulação de 8 bilhões de metros cúbicos, aproximadamente. Dêsses açudes, 3 se localizam no Estado do Piauí, 6 no Ceará, 9 no Rio Grande do Norte, 3 na Paraíba, 10 em Pernambuco, 3 em Alagoas, 4 em Sergipe, 9 na Bahía e 6 em Mínas Geraís. A maior parte dêsses reservatórios deverá concluir-se até 1960, quando estará quadruplicada, prâticamente, a acumulação de água encontrada no Polígono das Sêcas pelo atual Govêrno.

Tomou forte impulso a pequena açudagem em cooperação, tendo passado de 408 açudes, com a capacidade de 847 milhões de metros cúbicos, em 1955, para 464, com a capacidade de 963 milhões de metros cúbicos, em 1958. Neste último ano foram concluídos 30 açudes, com o total de acumulação de 59 milhões de metros cúbicos. Outros 152 açudes em cooperação, destinados a armazenar cêrca de 412 milhões de metros cúbicos de água, nos diversos Estados do Polígono, estão com as suas obras em andamento e mais 116, com capacidade para 71 milhões de metros cúbicos, terão a sua construção empreendida a partir do corrente ano.

Outra iniciativa de relêvo foi a realização, pelo Govêrno, em importantes núcleos urbanos do Polígono das Sêcas, de serviços de abastecimento público de água. Em 1958, ficaram concluídos tais serviços em 10 cidades, quer diretamente executados pelo D.N.O.C.S., quer sob a sua imediata fiscalização. Estão em andamento obras destinadas a prover mais 125 cidades com aquêle melhoramento.

Na parte própria desta Mensagem, já nos referimos à quilometragem de rodovias construídas no ano findo, no Nordeste, pela ação conjunta do D.N.O.C.S., dos Batalhões Rodoviários do Exército e do D.N.E.R., com o duplo objetivo de dar emprego ao homem deslocado pela sêca e de fixá-lo, tanto quanto possível, na própria região.

Desde os primeiros dias em que se verificou a sêca, alistaramse, nas diversas frentes de trabalho, cêrca de 180 000 flagelados, número que cresceu incessantemente, à medida que se agravavam os efeitos da calamidade climática, até alcançar, em pouco tempo, mais de meio milhão de pessoas. Só de auxílio, a título de salário assistencial, o Govêrno despendia a importância diária de 20 milhões de cruzeiros, ou seja, 600 milhões, mensalmente. Com os seus dependentes, os flagelados formavam um contingente de 2,5 milhões de pessoas que, sem o amparo do Govêrno, estariam condenadas à retirada ou ao aniquilamento.

Não se limitou a êsse setor, entretanto, a assistência governamental às vitimas da sêca. O abastecimento de gêneros alimentícios às populações flageladas foi confiado à COFAP, que, utilizando créditos rotativos, pôde promover a remessa continua de víveres para o Nordeste. Destaquem-se ainda as seguintes providências: a liberação da pesca nos açudes públicos e particulares; o aproveitamento de tôdas as terras de vazante, deslocando-se os necessitados para êsses locais: a autorização para o acesso de qualquer pessoa a todos os meios de abastecimento, principalmente de água; distribuição de vacinas a tôdas as frentes de serviço, a fim de evitar a ocorrência de surtos de tifo e variola.

Providenciou-se, além disso, a distribuição em massa de medicamentos diversos, leite em pó e farinhas alimentícias, e prestouse assistência médico-odontológica nos locais onde era requerida.

Para esse conjunto de providencias foi necessário mobilizar recursos, no montante de 11 bilhões de cruzeiros, entre dotações orçamentárias, créditos de emergência, extraordinários e rotativos. Graças a isso, e à presteza das medidas adotadas, foi possível assistir e amparar as populações nordestinas vitimadas pelas secas.

CREDITO ESPECIALIZADO

Quanto às atividades desenvolvidas na região, pelo Banco do Nordeste S/A., também pôde o Govêrno registrar expressivos resultados.

Os novos empréstimos, contratados com agricultores e criadores, elevaram-se, até outubro de 1958, a 315 milhões de cruzeiros, sendo 237 milhões por financiamentos diretos e 78 milhões através de cooperativas.

Prosseguiu a execução do programa de crédito rural supervisionado, em articulação com a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (A.N.C.A.R.), trabalho de natureza educacional que conjuga os esforços dos agrônomos, supervisores domésticos e especialistas em crédito, através de 32 escritórios situados nos mais diversos pontos da região.

Os grupos de trabalho, constituídos em decorrência do Decreto n.º 39 295, de 1956, sob a coordenação do Banco do Nordeste, estão desenvolvendo o programa de crédito rural, conjugado à assistência técnica, nas regiões dos Cariris Velhos, na Paraíba, e de Batalha, Jacaré dos Homens e outros Municípios, em Alagoas, com a finalidade de ali desenvolver a criação de gado e a indústria leiteira.

O Banco vem-se esforçando por aperfeiçoar suas normas de operação, tendo baixado instruções que tornam mais favoráveis os financiamentos de inversões rurais, particularmente a construção de açudes e obras de irrigação. Até outubro de 1958, foram autorizados 98 financiamentos, no valor de 350 milhões de cruzeiros, encontrando-se, em fase final de estudo, 12 projetos, no montante de 280 milhões de cruzeiros. Os empréstimos concedidos destinaram-se a assistir a indústria de mineração, a têxtil, a moageira, a de produtos alimentares, as metalúrgicas e outras, tôdas de real importância para o desenvolvimento econômico do Nordeste.

Amazônia

A superação da economia meramente extrativista, a nucleação dos escassos e dispersos habitantes e o conveniente aproveitamento da imensa rêde fluvial da região, constituem os problemas fundamentais da valorização econômica da Amazônia. Para seu completo êxito, êsse programa de largo alcance, que se impõe como preceito constitucional, devia ser forçosamente associado ao es-

forço de interiorização civilizadora, que possui, em Brasilia, sua trincheira avançada.

A construção da estrada Belém-Brasilia, obra do mais autêntico pioneirismo, quebrou o isolamento fisico em que permanecia a imensa planície, em relação ao resto do País. Estabelecendo um eixo rodoviário Norte-Sul, essa estrada constituirá forte centro de atração demográfica, numa zona até agora inteiramente despovoada em sua quase totalidade e a vinculará às regiões mais desenvolvidas, no Centro-Sul e no extremo Norte.

A produção agrícola representa um dos esteios dessa política de fortalecimento regional. Os núcleos coloniais do Guamá, no Pará, e o Núcleo-Colonial de Bela Vista, no Amazonas, centros abastecedores das cidades de Belém e Manaus, desenvolvem ação ampla, nesse setor, adotando novas práticas rurais destinadas a servir de padrão a atividades similares, em outros pontos da Amazônia.

Sabe-se quanto o problema da borracha afeta a economia não só da região amazônica, mas de todo o País. O núcleo de trabalho, encarregado do Projeto-Borracha, constitui ponto de partida da execução do novo acôrdo intergovernamental — o Projeto 54 —, que resultou de um convênio estabelecido entre o Ministério da Agricultura, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o Instituto Agronômico do Norte, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e o Escritório Técnico de Agricultura. Esse órgão iniciou, em janeiro de 1959, as suas atividades, objetivando, em primeira etapa, o plantio de 10 milhões de seringueiras.

Realiza-se, através de entidades especializadas, o levantamento dos recursos potenciais da região. Assim, acha-se a cargo do Grupo Florestal da F.A.O.-U.N.E.S.C.O. o inventário florestal da área compreendida entre os rios Xingu e Tapajós, abrangendo uma superfície aproximada de 15 000 km². Em 1959, deverá estar completamente inventariada a faixa que acompanha a margem sul do Amazonas, a partir do Purus, e prossegue até o Maranhão, no trecho de transição da floresta para as terras do Nordeste. O levantamento fotogeológico Tocantins-Araguaia-Xingu, cobrindo cêrca de 400 000 km², representa contribuição

significativa à elaboração da Carta Geológica do Brasil. Concluem-se outros estudos em diversas áreas, podendo citar-se os relativos às jazidas de calcário de Capanema, Itaituba e Monte Alegre, no Estado do Pará. Em face dos recursos cubados em Capanema, já se realizaram ali inversões de capitais locais na montagem de uma fábrica de cimento.

A calha fluvial do Amazonas constitui um eixo natural de penetração. A fim de utilizá-lo mais eficientemente, incrementaram-se os trabalhos de construção e instalação portuária em Rio Branco, Macapá, Itaceatiara, Paríntins, Caracaraí, na foz do Rio Branco, Pôrto Velho e Guajará-Mirim.

Quanto à melhoria dos transportes aéreos, atividade exercida em cooperação, pela S.P.V.E.A. e pelo Ministério da Aeronáutica, concluiram-se as obras dos aeroportos de Manaus, Itacoatíara, Belém e São Luís.

No estímulo à iniciativa privada, foram aplicados cêrca de 125 milhões de cruzeiros, em financiamento a pequenos produtores e a empreendimentos previamente selecionados, nos setores da indústria e do comércio.

CREDITO ESPECIALIZADO

De acôrdo com as suas finalidades, o Banco de Crédito da Amazônia vem estimulando a produção regional — agricultura de subsistência, produtos exportáveis e matérias-primas, notadamente a borracha.

No período de janeiro a setembro de 1958, o Banco realizou 31 973 operações de vários tipos, que totalizaram cêrca de 3 851 milhões de cruzeiros, merecendo destaque os empréstimos às atívidades rurais e a assistência efetiva à produção gomífera. Comparado com igual período de 1957, verificou-se o acréscimo de 3 062 operações correspondentes, aproximadamente, a 471 milhões de cruzeiros.

O Capital e Reservas do B.C.A. alcançaram, a 30 de junho de 1958, Cr\$ 2 267 607 968.00, o que, em confronto com o balanço anterior, assinala aumento superior a 484 milhões de cruzeiros. Os recursos com que contou o estabelecimento, no primeiro semestre de 1958, totalizaram 4 708 milhões de cruzeiros.

Ao término do terceiro trimestre de 1958, as compras de borracha realizadas pelo Banco montaram a 22 000 toneladas — pêso bruto, no valor de 982 811 mil cruzeiros, evidenciando declínio de 8,56% em comparação com igual período de 1957. Para êsse retraimento concorreram diversos fatóres entre os quais podem-se enumerar o alto custo da produção, a existência, na região, de outras atividades menos árduas e de proventos mais certos e convidativos, a não abertura dos seringais nativos e o desinterêsse geral pela héveacultura. No momento, empenha-se o Banco em elevar a produtividade dos seringais nativos e em intensificar a formação dos de cultura, em áreas ecológica e socialmente consideradas convenientes.

Vale do São Francisco

O desenvolvimento coordenado do Vale do São Francisco pressupõe o domínio das águas do grande rio, de modo que se evitem os transbordamentos periódicos, com as suas conseqüências catastróficas, e as estiagens que tornam o caudal incompatível com a navegação. Essa regularização permitirá, igualmente, o adequado aproveitamento do potencial hidrelétrico. O domínio das águas é, ainda, essencial ao incremento das atividades agrícolas nas áreas irrigâveis da região.

A barragem de Três Marias constituí a chave desse plano de reerguimento do Vale do São Francisco. Obra de múltiplas finalidades, destina-se a exercer influência decisiva sobre toda a extensa região, seja regularizando o regime fluvial, seja criando uma fonte abundante e econômica de energia elétrica ou possibilitando a irrigação de vastas extensões de terras próprias à agricultura.

Informações sobre essa grande obra, bem como sobre outros empreendimentos menores, como as usinas de Pandeiros e Correntina, são prestadas no capítulo desta Mensagem, dedicado à Energia.

A mecanização agrícola permitiu satisfatório desenvolvimento da produção no Vale do São Francisco, notadamente de arroz, cebola, algodão e alho, além de outras culturas como a vinha e as frutas. Releva notar que, na parte mais árida da região, se

está promovendo a diversificação das culturas, à base de irrigação mecânica. Destarte, essa área que pouco produzia, tornou-se hoje apreciável fonte de recursos. No Baixo São Francisco, o fomento da cultura do arroz oferece magnificos resultados, traduzidos no rápido aumento da produção.

No que tange à pecuária, tornou-se mais efetiva a defesa dos rebanhos, mediante a vacinação sistemática.

Dentro dos planos de melhoría das condições de navegabilidade do médio São Francisco, tiveram ativo prosseguimento as obras empreendidas, especialmente a dragagem de oito passagens difíceis, num total de 88 000 m³, o balizamento de outras treze, numa extensão de 1 000 km (desde Lajes até Remansilho) e o derrocamento de 15 000 m³ de pedras submersas no canal navegável de Curralinho.

No setor do transporte, foram concluídos 200 quilômetros de novas rodovías, e dez novos aeroportos e campos de pouso vieram ampliar as facilidades do tráfego aéreo no Vale.

No domínio da saúde, prosseguiram os trabalhos de cooperação técnica e financeira, relativos à instalação ou melhoria de abastecimento d'água e perfuração de poços. Foram aplicados 75 milhões de cruzeiros no funcionamento da rêde de hospitais e unidades sanitárias, e 31 milhões, no combate às doenças transmissiveis, mediante convênio com o Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Quanto às atividades da Cia. Hidrelétrica do São Francisco, o seu programa de expansão — iniciado pelas áreas mais povoadas e progressistas do Nordeste, onde é maior a carência de energia — vai-se ampliando às zonas menos populosas e desenvolvidas, conforme se verá em outra parte desta Mensagem.

Vale do Rio Doce

Além das regiões em que o Govêrno da República desenvolve planos econômicos, por fôrça de mandamento constitucional, existem outras áreas que vêm sendo objeto de tratamento específico, impôsto pela natureza e importância de seus problemas.

Está neste caso o Vale do Rio Doce. Com vários dos seus formadores em pleno Quadrilátero Ferrífero, a bacia do Rio Doce

Os problemas fundamentais da valorização dessa rica área vinculam-se, principalmente, ao adequado aproveitamento das suas riquezas minerais, à mobilização dos seus recursos hidráulicos e ao estabelecimento, em bases racionais, da sua economia agropecuária. A Companhia Vale do Rio Doce, nossa principal emprêsa de exportação de minério de ferro, desempenha relevante papel, como propulsora da economia regional, pois determinada parte dos seus lucros, por fôrça de lei, é aplicada em obras especificas, relacionadas com o melhoramento e o desenvolvimento, da zona. Em 1958, cêrca de 75 milhões de cruzeiros foram investidos por essa Companhia, em projetos de abastecimento d'água e rêde de esgotos e na subscrição de capital para construção de usinas hidrelétricas, bem como em outros empreendimentos do interêsse de Municípios da região.

Por iniciativa do Senado, foi incluída, no Orçamento para 1959, a dotação de 50 milhões de cruzeiros destinada a estudos e projetos relativos ao aproveitamento do rio Doce como canal navegável, nos Estados de Minas e Espírito Santo, dentro de um plano orgânico de valorização regional. Essa louvável iniciativa corresponde aos propósitos do Govêrno, que considera o rio Doce como a via natural de escoamento para a produção de grandes áreas daqueles Estados. Com os estudos e projetos recomendados pelo Senado, dar-se-á comêço à execução de trabalhos básicos para maior aproveitamento das riquezas regionais.

Territórios Federais

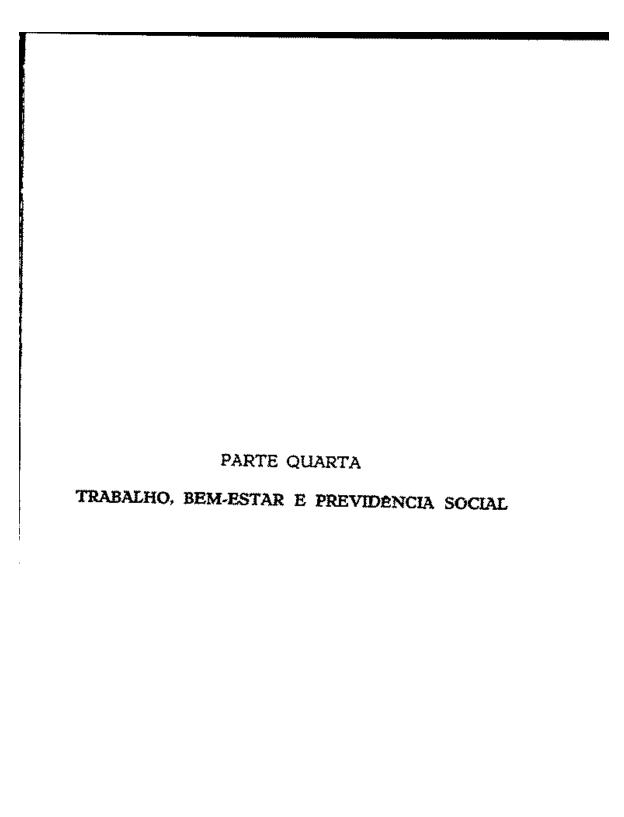
Enquadra-se no conceito de valorização de áreas a ação do Govêrno nos Territórios Federais, que tem como principal escopo acelerar-lhes a ocupação demográfica e aproveitar-lhes os recursos potenciais. Com o fim de imprimir continuidade e ordenação às atividades administrativas dessas Unidades, foi instituída, em 1958, diretamente subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a Comissão de Assuntos Territoriais. Do funcionamento dêsse novo órgão resultará, certamente, efetiva melhoria nos padrões administrativos dos Territórios, concorrendo para que alcancem máximo rendimento, dentro dos recursos postos à sua disposição.

No Amapá, a exploração do manganês tem representado importante fator de progresso. A receita, a ser auferida pelo Governo Territorial com a exportação desse produto, até o ano de 1980, destina-se, por força de lei, à construção do Sistema Hidrelétrico da Cachoeira do Paredão. Para tal fim, organizou-se a Companhía de Eletricidade do Amapá, que já vem executando uma série de obras preparatórias. As culturas alimentares já oferecem resultados promissores naquela Unidade. Produtos de subsistência que eram, na sua totalidade, recebidos de outros centros, passaram a ser ali cultivados e tendem a figurar, prôximamente, no quadro das mercadorías exportáveis.

No Território do Acre, concluiu-se a construção da Usina de Fôrça e Luz de Rio Branco, iniciada em 1957: prosseguiram os trabalhos de construção de quatro rodovias que, partindo da Capital, dirigem-se a Bôca do Acre, Pôrto Acre, Vila Plácido de Castro e Sena Madureira, além dos de abertura de estradas vícinais ligadas às linhas-tronco, indispensáveis ao fomento da produção.

No Território do Rio Branco, esforça-se o Govêrno no estimulo às atividades agropecuárias, que constituem o alicerce da economia regional. As colônias agrícolas de Fernando Costa, Braz de Aguiar e C.el Mota apresentaram, no exercício, considerável indice de rendimento, suplantando, em alguns casos, de cem por cento, a produção de 1957.

No Território de Rondônia, além das obras de rotina administrativa, realizou-se o levantamento aerofotogramétrico e o reconhecimento geológico aerovisual da Região do Jamari-Jací Paranã.



CAPITULO I

TRABALHO

A situação atual do Brasil, caracterizada por um esforço inédito em nossa história para a dinamização das possibilidades nacionais em vários domínios, torna inevitáveis certos problemas, suscitados pela adaptação de trabalhadores de procedência rural à atividade industrial e aos serviços que se desenvolvem em tôrno dela. Obedecendo a causas complexas, entre as quais a dinâmica da oferta e da procura nos mercados de trabalho, o deslocamento de massas humanas na direção rural-urbana implica sérias dificuldades, tanto no que respeita ao alojamento dos migrantes, nos centros citadinos, como no que se prende à sua imaturidade técnicoprofissional, responsável pela fraca produtividade e, conseqüentemente, pelos baixos niveis de remuneração.

Todavía, mercê dos dotes naturais do homem brasileiro, reconhecidos e louvados por quantos o observam de perto, e de sua extraordinária capacidade de assimilação de técnicas de trabalho. êsse último inconveniente depressa se atenua, pelo menos no que concerne a atividades menos complexas.

Há que distinguir, nos movimentos espaciais de população que se processam no Brasil, o puramente rural-urbano, do de tras-ladação de populações de uma região para outra. Este último, como é o caso dos nordestinos que emigram para o Sul, deverá conter-se à medida que se consiga maior equilíbrio nos ritmos de desenvolvimento das diversas regiões do País. Enquanto prevalecer o primarismo tecnológico em determinadas áreas, será inevitável que seus contingentes humanos se desloquem para outras, onde possam alcançar melhores condições de vida. Como se verá noutra parte desta Mensagem, o Govêrno não tem poupado esforços para atenuar as causas do desequilibrio econômico que há longos anos se vem estabelecendo entre o Norte e o Sul:

Quanto ao êxodo rural-urbano propriamente dito, força é encará-lo como consequência inevitável do desenvolvimento econômico, que se opera através da industrialização e da urbanização. Tem sido êste o tributo pago pelos países plenamente desenvolvidos.

Devemos contar, pois, com o incremento dessa espécie de movimentos espaciais de população, e o que se impõe ao Govêrno é estar atento ao fenômeno, promovendo meios para absorção dessas massas em áreas e atividades onde possam produzir melhor e alcançar nível de vida mais alto. O esfôrço nacional de industrialização, que proverá a agricultura dos implementos e fertilizantes necessários à sua mecanização e racionalização, compensará a transferência da mão-de-obra agricola para os setores secundário e terciário da produção, eliminando alguns dos aspectos negativos do êxodo rural.

È-nos grato assinalar que, dia a dia, se apura a nossa mão-deobra industrial, apesar das dificuldades inerentes à completa formação, em grande escala, de trabalhadores qualificados. Larga atividade vêm desenvolvendo, com esse objetivo, não só os órgãos governamentais, como entidades ligadas às classes produtoras. A projetada reforma da educação virá completar esses esforços, vinculando estreitamente o ensino, sobretudo o técnico-profissional, ao desenvolvimento econômico do País, como se verá na parte desta Mensagem relativa à Educação.

Finalmente, a abertura de novas frentes de atividade, no terreno industrial — de que é expressivo exemplo o lançamento, em bases sólidas, da produção nacional de automóveis — concorre, a seu turno, para a melhoria qualitativa da nossa mão-de-obra, ao mesmo tempo que lhe propicia melhores padrões salariais.

Cumpre ressaltar, como perspectiva benéfica para o esfôrço em que a Nação se acha empenhada, o espírito de compreensão que reina entre empregados e empregadores, no equacionamento e solução das questões trabalhistas, reduzindo ao mínimo a área de atritos entre ambas as partes. Na quase generalidade dos casos, evidencia-se a tendência para solucionar reivindicações em ambiente de entendimento mútuo, mediante acôrdos e dissídios processados

sob a égide da Justiça do Trabalho, cujas decisões finais sempre recebem o acatamento e o respeito geral.

Este fato, sobre estar em consonância com a boa tradição brasileira, é, sem dúvida, elemento decisivo na mobilização dos fatôres aptos a acelerar o desenvolvimento econômico do País.

Relações entre empregadores e empregados

Continuaram a desenvolver-se favorávelmente as relações entre empregadores e empregados, e as questões do Trabalho se vem solucionando em têrmos de compreensão recíproca. Este comportamento salutar traduz-se pelo considerável número de acôrdos levados a bom têrmo.

No decorrer de 1958, elevaram-se a oitenta os acôrdos homologados pelo Departamento Nacional do Trabalho, e a cinquenta-eum os processados nas Delegacias Regionais. De outra parte, para solucionar divergências de vária espécie, relativas sobretudo ao processo eleitoral sindical e a condições de trabalho, promoveramse, com êxito, vinte-e-sete mesas redondas.

Algumas greves, que não foi possível evitar, tais como as dos motoristas de ônibus, no Distrito Federal, dos transportes marítimos entre a Capital Federal e Niterói e dos trabalhadores na indústria do açúcar, tiveram curta duração e concluíram-se com acôrdos proveitosos à paz social. Impôs-se a adoção de medidas especiais no caso do lock-out das padarias, que igualmente não teve repercussão. Atuou, também, com felicidade, a fiscalização do Ministério do Trabalho em diversas situações de desajustes momentâneos, no âmbito de emprêsas, dirimindo-os de modo satisfatório para os litigantes.

Higiene e Segurança do Trabalho

Desenvolveram-se com eficiência as atividades dêsse importante setor de proteção ao trabalho, quer no tocante à parte assistencial, quer no concernente à preventiva e coercitiva. Consultórios, salas de exame, de alfabetização, expedição de carteiras de trabalho, exames biológicos, radiográficos e químicos, ação direta e específica de Assistentes Sociais, visitas aos locais de trabalho por parte de inspetores, médicos e engenheiros do Trabalho, formam o conjunto básico da assistência geral e especializada nesse setor.

No curso do exercício, registraram-se 1 649 intimações em matéria de higiene, 4 447 autos de infração, 32 365 exames médicos, havendo as multas impostas atingido cêrca de 8,5 milhões de cruzeiros.

O segundo curso de Higiene e Segurança do Trabalho obteve afluência imprevista, que obrigou a seleção de turmas. A XI Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho, realizada em todo o País, registrou, também, êxito invulgar.

Um dissídio entre operadores cinematográficos e proprietários de cinemas determinou a expedição de regulamento específico sobre trabalhos dessa natureza, a fim de combater a insalubridade das cabinas de cinemas.

Atividades de diferentes órgãos

Atingiu 28 175 unidades a expedição de Carteiras de Trabalho do Menor. Simultâneamente com a obrigatoriedade da Carteira. instituiu-se o Cartão de Identidade Profissional do Menor, a fim de servir como documento permanente, possibilitando, assim, a prova de identidade, em especial nos casos de contrôle das autoridades policiais.

Mereceu desvelada atenção a fiscalização do salário do menor aprendiz, para que este não seja fraudado em seus direitos. Cumpre assinalar, a propósito, a colaboração do SENAC e do SENAI para que venha a ser bem definido o conceito de aprendizagem.

Quanto à ação fiscal do Ministério do Trabalho, orientou-se principalmente no sentido do esclarecimento e da mediação. Todavia, em alguns casos, impôs-se a utilização de meios coercitivos, lavrando-se I1 372 autos de infração e aplicando-se multas no montante de Cr\$ 12 875 300,00.

No que respeita ao movimento sindical, registrou-se, em 1958, promissor incremento das entidades sindicais, quer do primeiro, quer do segundo grau, verificando-se o aumento de 158 unidades, em relação a 1957. Por intermédio dessas entidades, processaram-se

os entendimentos entre as classes e solucionaram-se os dissídios e reivindicações em geral, traduzindo-se essa atuação no crescente prestigio dos órgãos legais de representação das categorias econômicas e profissionais.

O problema da proteção ao trabalhador rural continuou a merecer a atenção do Govêrno. A Comissão Especial, constituída no Ministério do Trabalho para êsse fim, apresentou longo e aturado estudo preliminar, focalizando, sob todos os aspectos, as dificuldades e as possíveis soluções nesse terreno. As indicações ai feitas permitirão elaborar-se anteprojeto de lei específica, a ser próximamente submetido à apreciação do Legislativo.

Relações Internacionais do Trabalho

Encaminhou o Govêrno ao Congresso Nacional as diversas Convenções recentemente aprovadas pelas Conferências Internacionais do Trabalho, dando, assim, cumprimento às obrigações decorrentes das disposições estatutárias da Organização Internacional do Trabalho.

Ao ensejo da última dessas Conferências, em Genebra, foi o Brasil convidado a adotar, no que toca à Proteção à Maternidade, o sistema preconizado pela Convenção Ratificada, nº 3. Esclareça-se que vigora, em nossa legislação, a obrigatoriedade, para o empregador, de pagar os salários devidos à gestante, ao passe que o texto da Convenção atribui êsse pagamento ao sistema de seguro social.

Não obstante o esfôrço de nossos Delegados para demonstrar que o sistema brasileiro é mais benéfico à trabalhadora casada, do que o estabelecido na Convenção, assim não entendeu a Conferência, dada a possibilidade de discriminação no emprêgo, sômente evitável pela distribuição geral do ônus por intermédio das instituições de previdência.

Convém lembrar que o primitivo Projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, em curso na Câmara dos Deputados, contém precisamente dispositivo destinado a solucionar a matéria no sentido que lhe deu a Conferência. Contudo, no último substitutivo aprovado e remetido ao Senado Federal, tal dispositivo foi omitido.

O exame atento da matéria leva à conclusão de que será preferível restabelecer-se, no Senado, o texto primitivo, a fim de cumprir a Convenção Ratificada, de acôrdo com a orientação que lhe foi dada pela Organização Internacional do Trabalho e que parece melhor atender à realidade. Se, entretanto, diversamente o entender o Congresso, sómente pela denúncia da Convenção será o caso solucionado, o que pela primeira vez ocorrerá na história de nossas relações com aquêle organismo internacional.

Participou o Brasil, em Genebra, como de costume, das duas Conferências Internacionais do Trabalho que se realizaram em 1958 : uma, a 41.º. no mês de abril, especialmente sôbre assuntos marítimos; outra, a 42.º, em junho, na qual se debateram pontos do temário normal. Adotaram-se os seguintes instrumentos internacionais: Convenções sóbre documentos nacionais de identidade dos marítimos e sóbre os salários, horas de trabalho a bordo e lotação das embarcações, bem como algumas Recomendações e Resoluções a respeito dos tripulantes dos navios mercantes; Convenções e Recomendações sóbre as condições de trabalho rural e sôbre a não discriminação por motivos de raça, sexo, religião, etc., em matéria de emprêgo e ocupação; e Resoluções diversas sobre direitos humanos, campanha de higiene e segurança do trabalho, subemprego e desemprego na agricultura, relações entre empregadores e empregados e outras matérias de interêsse econômico-social.

Salário-Mínimo

Para atender às justas reivindicações dos trabalhadores, reconhecidas pela própria classe patronal, foi necessário rever, em caráter de excepcionalidade, antes do decurso integral de três anos, os níveis do salário-minimo em todo o País.

O Decreto n.º 45 106-A, de 24 de dezembro de 1958, instituiu as novas Tabelas, com vigência a partir de 1.º de janeiro de 1959, fixando o valor máximo de Cr\$ 6 000,00 para o Distrito Federal e o mínimo de Cr\$ 2 100,00 para a 2.* Sub-Região do Estado do Piaui.

Elaboração Legislativa

Transitam no Congresso Nacional projetos de importância, como os de ns. 1 471, de 1949, da Câmara dos Deputados, e 24, de 1958, do Senado Federal, versando sôbre o direito de greve, e ainda o de n.º 3 287, de 1957, da Câmara, atribuindo à Confederação Nacional dos Transportes Terrestres o encargo de criar, organizar e dirigir o Serviço Social do Transporte (SEST), à semelhança dos que já existem para a indústria e o comércio.

E' oportuno renovar, aqui, o apelo, feito em Mensagem anterior, no sentido de ser ultimado o estudo do Código do Trabalho,
ora em exame na Comissão Mista do Congresso Nacional. Tal
providência impõe-se pela necessidade inadiável de sistematização
e atualização do regime legal vigente, no que concerne às relações
de trabalho, e do mesmo passo, pela conveniência de limitar-se
a proliferação de leis parciais que se destinem a alterar êste ou
aquêle aspecto particular da matéria.

Dentre os decretos de natureza regulamentar, de competência do Poder Executivo, baixados em 1958, destacam-se o de nº 43 279, que autorizou a Confederação Nacional dos Trabalhadores a filiar-se a uma organização internacional; o de n.º 44 508, que dispôs sôbre a profissão de arrumador; e o de n.º 44 044, que expediu normas sôbre a situação dos empregados brasileiros dispensados da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

CAPITULO II

PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

Considerações Gerais

Em breve análise de aspectos econômico-financeiros do nosso sistema de Previdência Social, manifestamos, na derradeira Mensagem, as preocupações que a situação desta nos trazia. O estado de coisas, então descrito, não tem melhorado, e antes se agravou em mais de um ponto.

Sem solução efetiva — que seria a consignada no projeto governamental de reforma da estrutura administrativa da Previdência — cada vez mais se agrava o problema da contribuição

da União, seja quanto à liquidação dos débitos passados, seja quanto aos recolhimentos atuais e futuros. De outra parte, permanecem elevados os débitos de emprêsas partículares a algumas instituições, notadamente a Caixa de Aposentadoria e Pensões e o Instituto dos Industriários.

Enquanto isto, crescem, dia a dia, as despesas com os beneficios regulamentares, agravadas, agora, pelos novos níveis de salário-mínimo. O aumento salarial importa no reajustamento automático de todos os beneficios, e assim pode prever-se o acréscimo de mais de 50% nas verbas gerais de aposentadorias, pensões, auxilio-doença, auxilio-maternidade e auxilio para funeral, diretamente influenciadas pela elevação em causa. As despesas administrativas, por sua vez, terão de acompanhar, de algum modo, tal ritmo de crescimento.

Conforme acentuamos em Mensagem anterior, os deficits de nosso sistema previdenciario decorrem, principalmente, do desequilibrio da relação contribuição-beneficios, na qual o primeiro têrmo se reduz pelas imperfeições da arrecadação, enquanto o segundo, inversamente, se amplia peia concessão de novas modalidades de assistência.

Esta foi uma das razões por que não pôde o Govêrno sancionar o reajustamento geral das aposentadorias e pensões, em vigor, conforme tivemos oportunidade de expor, quando do veto a alguns artigos do Projeto convertido na Lei nº 3 385-A. de 1958.

Esperamos que o Congresso, com sua clarividência e zêlo, terá em conta esta situação, ao discutir o Projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, não só evitando novos encargos que venham agravar a presente conjuntura, como propiciando meios para restabelecer-se o equilibrio do sistema previdenciário.

Outro ponto que deverá merecer do Congresso especial consideração, no debate do referido Projeto, é o que concerne à unificação dos serviços de assistência médica dos Institutos e da Caixa. Trata-se de remover uma das causas de descontentamento das massas seguradas, que constitui fator de perturbação na vida dos institutos de aposentadorias e pensões. Neste sentido, a unificação, isto é, a concentração dos recursos destinados à assistência médica, por tôdas as instituições, se afigura como a solução

mais pronta para desde logo abranger o maior número de segurados.

Crê o Governo ser este o caminho mais indicado para a melhoria do nível da assistência médica e de sua extensão em profundidade, por intermédio de serviços especializados que só o concurso de todos os meios disponíveis possibilitará.

Conjuntura Econômico-Financeira da Previdência Social

Os dados relativos aos últimos balanços de 1958, dos diversos Institutos e da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, revelam arrecadação global contabilizada da ordem de 44 bilhões de cruzeiros, computada a parte da União. Desta, apenas se recolheram 3 bilhões, oriundos das diversas «cotas de previdência». Deixaram de ser arrecadados cêrca de 3 bilhões de cruzeiros de empresas particulares. Assim, a arrecadação real foi da ordem de 28 bilhões de cruzeiros.

Foi de cêrca de 23 bilhões de cruzeiros a despesa global com beneficios pecuniários, o que representa 4.5 bilhões a mais em relação à de 1957. Com assistência médica e assistência alimentar, despenderam-se, respectivamente, importâncias aproximadas de 4.5 bilhões e 1.4 bilhões de cruzeiros. Destacam-se, entre as despesas com beneficios pecuniários, as que se realizaram com diversas formas de aposentadorias (ordinária, invalidez, velhice, compulsória, especial), cujo montante se elevou a mais de 11 bilhões de cruzeiros, correspondendo, sômente à invalidez. 8 bilhões de cruzeiros. A pensões e a auxilio-doença acham-se atribuídas as despesas respectivas de 3,5 bilhões e 2,9 bilhões. As despesas com administração geral atingiram 4,2 bilhões, registrando-se o aumento de 500 milhões de cruzeiros relativamente a 1957.

Verifica-se, assim, que das despesas globais básicas — beneficios mais administração-geral —, no total de 27 bilhões de cruzeiros, 85% corresponderam ao primeiro item e 15% ao segundo. Por outro lado, de 1957 a 1958, a despesa com beneficios pecuniários aumentou em 4,5 bilhões, ou seja, cêrca de 25%. A despesa com administração geral cresceu, de sua parte, em 500 milhões de cruzeiros, isto é, 13%, aproximadamente. Somadas as despesas com benefícios pecuniários às relativas a assistência médica e assistência alimentar, ter-se-á importância da ordem de 29 bilhões de cruzeiros. Se se juntar à arrecadação real das contribuições — 28 bilhões de cruzeiros — a especifica, referente à assistência médica de alguns institutos, em tôrno de 2 bilhões, verifica-se que mais de 95% da receita efetivamente percebida foram aplicados em benefícios pecuniários e assistenciais aos segurados. Somadas a essas despesas as realizadas com a administração-geral, fica indicado o deficit do exercício, sômente coberto pelas eventuais entradas dos exercícios anteriores.

Alguns Dados Estatísticos

Para melhor aquilatar a relevância do nosso problema previdenciário, convém se examinem, além dos elementos econômicofinanceiros que expusemos, alguns dos mais recentes dados estatísticos, relativos à extensão e ao volume das atividades da Previdência Social, no ano de 1958.

O número global de pessoas amparadas pelos cinco Institutos e pela C.A.P.F.E.S.P., que constituem o sistema previdenciário básico, é de, aproximadamente, 13 500 000, sendo 3 600 000 os segurados — empregados, trabalhadores autônomos e alguns empregadores — e 9 900 000 os seus dependentes — mulheres, filhos, pais e irmãos ou pessoa designada.

A quantidade de benefícios pecuniários em vigor, a longo prazo — aposentadorias e pensões por morte — ou a curto prazo — auxílio-doença —, no fim de 1958, assim se discrimina: Aposentadorias, 452 650; pensões globais, 242 780; auxílio-doença, 207 152. O total das aposentadorias — 452 650 — assim se distribui: aposentadoria ordinária, 13 516; por invalidez, 339 117; compulsória, 3 231; por velhice, 65 353; especial, 31 433.

Quanto aos beneficios de prestação única, concedidos no exercício, são os seguintes os dados numéricos: auxílios para funeral, 21 185; auxílios-maternidade, 297 892; auxílios-reclusão, 5.

No campo da assistência médica, prestaram-se aos segurados e a seus dependentes mais de 26 bilhões de serviços de natureza diversa, tais como consultas, injeções, exames de laboratório, radiografias, curativos, transfusões de sangue e anestesias.

Estiveram à disposição de segurados e dependentes, em 1958. para assistência cirúrgica, 32 791 leitos de hospital: 3 276, em sanatórios, para tratamento de tuberculose; e 1 903, em casas de saúde, para doenças mentais.

No setor habitacional, adquiriram-se ou construiram-se, no mesmo período, 12 153 casas isoladas e 935 em conjuntos residenciais, bem como 816 apartamentos; achavam-se em construção, ao fim do exercício, 160 casas isoladas, 22 em conjuntos e 23 apartamentos; 53 terrenos foram adquiridos, para fins imobiliários.

O Problema do Débito da União

A insuficiência da receita proveniente das diversas e cotas de previdência» não permitiu ao Govêrno recolher, senão em parte, a sua contribuição relativa ao exercício de 1958, circunstância que já vinha ocorrendo em Governos anteriores.

Essa contribuição, no referido ano, subiu a 14 bilhões de cruzeiros. Dela se recolheram às instituições de previdência 3 bilhões, por intermédio do D.N.P.S., e quase 1 bilhão, por intermédio do Tesouro.

Temos reiteradamente assinalado a inexequibilidade do sistema de custeio vigente, uma vez que não existem fontes de receita capazes de satisfazer à obrigação da União, nem seria viável, no momento, elevar as existentes ou criar novas, em proporção que garantisse a cobertura. Assim, a solução cabível seria a do Projeto encaminhado com Mensagem, em fins de 1956, e que recebeu na Câmara dos Deputados o n.º 2 119, de 1956.

A fórmula que aí se propõe visa a quebrar a igualdade das três contribuições, reduzindo a da União ao suficiente para cobrir as despesas de administração geral das instituições de previdência. Isto feito, a cota da União poderia perfazer-se fácilmente com um pequeno aumento nas percentagens das cotas de previdência já existentes. Ocorre, porém, que teve preferência o Substitutivo que resultou no atual Projeto nº 10, de 1958, em curso no Senado Federal, e pelo qual se mantém a fórmula da igualdade de contribuições.

Mais uma vez, vemo-nos na obrigação de solicitar ao Congresso o reexame da matéria, a fim de lhe ser dada a solução conveniente. No referido Projeto, o Governo também propôs a consolidação do débito até a promulgação da lei, mediante a emissão de apólices inalienáveis, a juros de 5%, pagáveis anualmente por verba orçamentária. Isto representaria uma inversão definitiva do capital assim apurado, concorrendo, de modo decisivo, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do sistema.

Leis Promulgadas

Destaca-se, dentre as leis promulgadas em 1958, a de nº 3 385-A, de 13 de maio, que estendeu a aposentadoria ordinária a todos os segurados dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, nos moldes da já outorgada aos bancários. Representando insistente reivindicação das classes interessadas, antecipou-se, como lei especial, à disposição contida no Projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, em curso no Congresso. Foi regulamentada pelo Decreto nº 44 172, de 26 de julho de 1958.

Outra Lei, a de inº 3 501, de 21 de dezembro de 1958, atendeu às necessidades específicas da categoria dos aeronautas, outorgando-lhes aposentadoria de caráter especial, à vista das peculiaridades da profissão.

Ação dos Institutos de Previdência e Assistência

Progrediram satisfatòriamente as atividades desenvolvidas poz essas, instituições, em 1958.

A criação, no I.A.P.I., dos Serviços de Reabilitação Profissional, para os segurados e pensionistas inválidos, virá permitir que o inativo seja convenientemente readaptado ou reeducado, voltando a prover o seu próprio sustento. A Comissão Executiva de Reabilitação Profissional e Serviço Social, criada pelo Decreto n.º 44 770, de 1958, atuará, de início, no I.A.P.I., prevendo-se, posteriormente, sua extensão às demais instituições de previdência social.

No setor da Assistência Médica, a medida de maior alcance foi a aquisição de um conjunto sanatorial, em Belo Horizonte, em regime de acôrdo entre o I.A.P.I., o I.A.P.C., o I.A.P.E.T.C.

o I.P.A.S.E. e a C.A.P.F.E.S.P. Será, assim. a primeira unidade sanatorial de serviços em comum da Previdência Social. Convenientemente dotado de pessoal e equipamento, iniciará o seu funcionamento no decorrer de 1959.

De um modo geral, prosseguiram os Institutos nos seus planos de expansão dos serviços médicos, assinalando-se a inauguração, pelo I.A.P.C., do Hospital Presidente Dutra, em São Luis do Maranhão, e a instalação de 12 ambulatórios, dos quais 2 no Distrito Federal, e os restantes no interior. O I.P.A.S.E., o I.A.P.E.T.C., o I.A.P.M. e o I.A.P.B. reequiparam os seus hospitais e ambulatórios, ao tempo que aumentaram o número de unidades de serviços, notadamente no interior.

A liquidação das dividas das emprêsas de mineração possibilitou, à instituição de previdência a que se acham vinculadas, um programa de construção de casas para os trabalhadores dessa indústria, a criação de ambulatórios e também o aparelhamento de hospitais já construídos.

Teve desenvolvimento considerável o Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (S.A.M.D.U.), que conta, atualmente, 15 Delegacias Regionais, 99 Postos e 3 Hospitais, havendo instalado 1 Delegacia e 32 Postos, em 1958.

Quanto às realizações no setor da Aplicação de Reservas, além das construções em Brasília, que vão referidas em capítulo especial, assinalam-se 2 novos conjuntos residenciais do I.A.P.C., em Curitiba e Teresina; 100 casas do I.A.P.E.T.C. em Recife; expansão, em 180 cidades, das atividades imobiliárias do I.A.P.B. por meio de financiamentos individuais, no que é seguido pelo I.P.A.S.E. Este último prossegue, além disso, na construção de vários blocos de apartamentos nos Estados. Quanto, ainda, a êsse Instituto, observe-se que a sua Carteira de Seguros Privados emitiu 24 239 novas apólices, elevando o capital segurado para 2,7 bilhões de cruzeiros, aproximadamente. Destacaremos, ainda, as operações de empréstimos a curto prazo, que atingiram cêrca de 200 milhões de cruzeiros, em todo o Território Nacional.

Releva notar, no setor administrativo, o movimento de descentralização dos serviços, com maior penetração ho interior do País, em especial por parte do I.A.P.C., que criou 5 agências e inaugurou 4 edificios-sede: do I.A.P.I., que instalou algumas dezenas de órgãos locais em municípios mais distantes: do I.P.A.S.E., com novos edificios-sede em Fortaleza e Curitiba: do I.A.P.E.T.C., com planejamento e o início da execução de um plano econômico de pagamento de beneficios.

Ao contrário dos anos anteriores, em que se verificou atraso na contribuição de algumas grandes emprêsas, o I.A.P.M. apresentou acentuada melhoria na sua arrecadação, circunstância que lhe permitiu maior desalôgo e ampliação dos serviços.

Cumpre salientar, finalmente, as obras realizadas, no transcurso do ano, para o fim de dotar o subsolo das minas de carvão de melhores condições de ventilação, esgotamento, transporte e iluminação.

Fundação da Casa Popular

Prosseguiu a Fundação da Casa Popular na execução dos planos já traçados e iniciados, com êxito, em 1956.

De março de 1956 até o final de 1958, pôde a Fundação construir 12 mil unidades residenciais, em 19 Estados, contra 9 mil, construídas nos primeiros dez anos da instituição. Em Brasília, prossegue a execução do plano de obras da F.C.P., conforme referência especial que fazemos no capítulo dedicado à transferência da Capital do País.

Serviço Social Rural

Criado, por lei, em 1955, o Serviço Social Rural começou a estruturar-se e entrou em funcionamento no atual Govêrno, com o objetivo de introduzir mudanças culturais e tecnológicas no meio rural e, do mesmo passo, iniciar um vasto plano de assistência ao homem do campo.

O S.S.R. tem como base a «comunidade rural», as famílias rurícolas em seu meio natural, e não os trabalhadores rurais considerados individualmente. Seu trabalho é de caráter eminentemente educativo, procurando preparar a população rural para que possa agir por si própria, em seus diversos núcleos, sempre com o objetivo de ser estimulada a formação de uma sólida estrutura econômico-social, nas diversas comunidades.

O treinamento de pessoal técnico para as diversas atividades desse Serviço impôs a realização de programas de estágios e cursos, em plena expansão, destacando-se o de treinamento de parteiras e cacauicultores, no Espírito Santo, e os projetos-pilôto de organização de comunidades, em áreas tipicas.

Por meio de convênios, vem o S.S.R. buscando a cooperação de várias entidades regionais. Participa, ainda, de projetos de desenvolvimento econômico-social nos vales secos do Baixo Piranhas e do Apodi, no Rio Grande do Norte, por meio de cursos de economia doméstica e atividades de natureza social.

Abono às Famílias Numerosas

Foi de 220 milhões de cruzeiros o montante dos recursos financeiros destinados a atender, em 1958, ao pagamento dos beneficiários dêsse abono, a cargo do Serviço de Estatistica da Previdência e do Trabalho, de acôrdo com o disposto no Decretolei nº 3 200, de 1941. A Região Nordeste continua a receber a maior parte dos abonos, cabendo-lhe 120 milhões de cruzeiros, na verba global. Seguem-se-lhe as Regiões Leste, com cêrca de 56 milhões de cruzeiros, e Sul, com 37 milhões de cruzeiros. Conforme salientamos em Mensagem anterior, impõe-se a revisão do quantum dêsse abono, já insuficiente, em face dos niveis atuais do custo de vida. No Congresso Nacional transitam projetos que atenderiam a essa conveniência.

PARTE QUINTA DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

CAPITULO I

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Ensino Elementar

Não mais se acredita, hoje, que basta abrir escolas para semear progresso e desenvolvimento. Tão pouco se admite que o desenvolvimento, por si só, espontâneamente, faça surgir o sistema educacional que o sustente e consolide. A idéia dominante, entre os educadores do nosso tempo, é de que cumpre criar escolas adequadas, capazes de transmitir as experiências, atitudes e habilidades, requeridas em cada estádio do desenvolvimento.

Considerada a situação do ensino no Brasil, em ampla perspectiva, a educação ministrada pela escola primária apresenta-se como a tarefa precipua do Govêrno, o problema, por excelência, a ser equacionado e resolvido. Se não lhe imprimirmos a amplitude e eficâcia necessárias, o nosso homem comum não poderá alcançar o grau de produtividade que a sociedade industrial de nossos dias exige, nem será possível descobrir-se, estimular-se e cultivar-se, devidamente, o elemento mais apto, destinado a compor as elites nacionais.

Ampliar o sistema educacional do País e colocá-lo a serviço do desenvolvimento tem sido preocupação constante dêste Governo. Todavia, dificuldades consideráveis não permitem, de imediato, que se leve a têrmo um programa integral de educação, capaz de, em tempo breve, assegurar, a cada brasileiro, oportunidades educacionais que efetivamente lhe permitam contribuir para o progresso social, econômico e cultural da Nação. Para que se atinja plenamente êsse objetivo, hão-de ser somados os esforços de administrações sucessivas. Em Mensagens anteriores, temos alertado a Nação para a gravidade do problema e para a necessi-

dade ingente de superarmos as condições de atraso que comprometem o nosso desenvolvimento.

Mais da metade da nossa população adulta compõe-se de analfabetos, e o número absoluto dêstes cresce continuamente, com o aumento da população. Agrava-se, pois, o problema do analfabetismo, numa época em que a mera alfabetização já não besta para garantir a participação ativa e consciente do indivíduo, na vida nacional. De 1900 a 1950, o índice de analfabetos—na população brasileira de mais de 15 anos de idade—caiu, apenas, de 65 para 51 %. Como a taxa de incremento demográfico é muito superior ao índice de ampliação e aprimoramento da rêde escolar, o que se verificou foi, em números absolutos, um aumento de analfabetos: de 6 milhões de 1900 passaram a 15 milhões, em 1950. O recenseamento de 1960, provàvelmente, não revelará quadro melhor.

No ano findo, de 8 200 000 crianças, entre 7 e 11 anos, estiveram ausentes dos bancos escolares 2 500 000, isto é, 30%. Se se ampliar a faixa da idade escolar para abranger também as crianças de 12 a 14 anos, a população em idade escolar se elevará de 8 200 000 para 12 700 000, e o deficit de escolarização atingirá 5 800 000 — descontados cêrca de meio milhão de menores de 11 a 14 anos, matriculados nas escolas de nível médio e mais 150 000 que, terminado o curso primário, cessaram os seus estudos.

Observe-se, além disto, que a maioria dos matriculados abandona a escola antes de dominar as técnicas elementares da leitura, da escrita e da contagem. Em 1958, concluiram a quarta série primária apenas 18,2 % dos matriculados quatro anos antes. E. fato igualmente sombrio: para 2,9 milhões de matriculados, em 1957, na primeira série, compareceram à segunda, em 1958, apenas 1,2 milhões, inclusíve os repetentes, ou seja, sômente 44 %. Mais da metade dos alunos, portanto, abandona os estudos no decurso do primeiro ano e só um quinto dos que ingressam no curso primário chega à quarta série.

Mesmo êsse índice, tão baixo, só se alcança por serem toleradas, na escola pública, formas de funcionamento que lhe retiram quase tôda a eficácia. Referimo-nos ao regime de turnos múltiplos, que nas metrópoles chegam a cinco e seis, diários, por escola; ao despreparo do professor improvisado: às deficiências de equipamento; e à proliferação de escolas alojadas em galpões de emergência, cuja utilização se eterniza.

Em sua quase generalidade, as escolas primárias municipais ressentem-se da insuficiência dos recursos que lhes reserva a distribuição da receita pública nacional. Se o problema é agudo nas áreas rurais, talvez mais gravemente se apresente nas áreas urbanizadas, sob o impacto da profunda transformação decorrente do processo de desenvolvimento.

A todas estas deficiências, soma-se, ainda, a vigência de critérios de promoção já obsoletos, que conduzem a reprovações e repetências em massa; o grupamento heterogêneo das idades de matrícula, a tumultuar o funcionamento da escola; por fim, o conceito, entre nós tão arraigado, de que a escola primária é uma instituição sem finalidade propria, mero estágio introdutório ao curso secundário.

Tais são as condições em que vimos cumprindo a obrigação fundamental do Estado democrático republicano, de ministrar educação pública, obrigatória e gratuita.

A análise demonstra quão insuficiente e ineficaz é o nosso sistema escolar primário, que, entretanto, absorve ponderável percentagem da renda nacional, em nada inferior ao que despendem outros países do mesmo grau de desenvolvimento. A situação se explica, em parte, pela característica que, sendo a nossa maior fôrça, representa, ao mesmo tempo, nossa maior debilidade: a elevada taxa de incremento demográfico, que situa a população brasileira entre as que mais crescem no mundo. Vale dizer, metade da nossa população é constituida de menores de 18 anos, em idade escolar, portanto.

A luz dessas considerações, pode-se ter idéia de quanto se impõe a adoção de critérios mais realisticos, ao estabelecer as prioridades de investimentos em iniciativas educacionais, e quanto importa racionalizar as despesas, para que os escassos recursos disponíveis não se percam em inversões inoperantes. Daí o interêsse do Govêrno pela pesquisa e pelo planejamento, caminho seguro para sobrepor, ao empirismo e à improvisação, uma ação sistemática, experimental e cientificamente fundamentada.

Embora, na educação elementar, o papel da União seja apenas supletivo da ação dos Estados e Municípios — ressalvadas

as prerrogativas de autonomia local—vem o Govêrno Federal participando, cada vez mais, na solução do problema. A esta colaboração se vê obrigado pela desproporção entre a procura sempre crescente, de matrículas, nas escolas primárias, e os modestos recursos que os orçamentos estaduais e municipais podem reservar ao ensino desse grau. Procurando suprir essa deficiência, o Govêrno Federal, já em 1958, pôde destinar à educação os 10 % da renda dos impostos assegurados pela Constituição.

Quanto ao ensino elementar, obteve-se substancial elevação dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário que, da média de 7% dos gastos totais do Ministério da Educação e Cultura, passaram a 20%, no último exercício.

A presença da União, neste terreno, se faz notada principalmente através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, incumbido da aplicação do Fundo Nacional do Ensino Primário. Promove-se, em todo o Pais, a ampliação do parque escolar; a extensão da escolaridade para 6 anos, nas cidades, e 4 no campo: o aperfeiçoamento do magistério; a renovação da literatura pedagógica e a instituição de escolas-pilôto, para demonstração e experimentação de métodos e processos.

Na última década, importância superior a 1.5 bilhões de cruzeiros foi empregada na edificação de 11 322 salas de aula, o que representa capacidade de matrícula para cêrca de 900 000 crianças, em dois turnos, e constitui quase 20 % do total da matrícula disponível. No mesmo período, foram construídas 752 salas de aula, destinadas ao ensino normal. Sómente em 1958, as contribuições da União totalizaram mais de 150 milhões de cruzeiros, para obras e melhoramentos nas escolas normais, e mais de 200 milhões foram destinados à construção de 860 salas de aula em escolas primárias.

Os recursos que o Programa de Metas destinou ao ensino elementar estão sendo aplicados com o objetivo de favorecer a ampliação da rêde escolar do País, em escala que permita matricular tôda a população de 7 a 11 anos, em classes elementares comuns, e a população urbana, de 12 a 14 anos, em classes complementares. Simultâneamente, deverá adotar-se o dia escolar de seis horas, bem como a ordenação das matrículas pela idade cro-

10

nológica e o estabelecimento de critérios de promoção mais flexíveis.

A fim de determinar os métodos mais adequados àqueles objetivos, e de lhes avaliar o custo, vem o Govêrno realizando experimentos em duas regiões do País. A execução de programa tão amplo está a exigir o levantamento de recursos consideráveis, tanto técnicos como financeiros, por meio de empréstimos resgatáveis a longo prazo.

O Govêrno lançará, em breve, um plano que permitirá aos Estados contrair empréstimos bancários para construção de prédios escolares, por conta dos recursos vinculados ao Fundo Nacional do Ensino Primário. Entendimentos com vários Estados já se acham em fase final, devendo firmar-se, ainda nos primeiros meses dêste ano, o convênio relativo a São Paulo.

A assistência da União se vem fazendo, também, no aperfeiçoamento do magistério, pela ampliação das escolas normais, bem como por meio de convênios com os governos estaduais, para instalação de cursos primários complementares.

Em suma, o estabelecimento de um sistema escolar público primário, universal, por sua gratuidade e obrigatoriedade; nacional por sua amplitude; e plenamente eficaz, por sua organização funcional, será obra da conjugação de esforços dos Podêres Públicos em sua órbita municipal, estadual e federal. A êste empenho não poderá faltar, porém, a colaboração da iniciativa privada, numa sociedade democrática e plural, como a nossa. Poderá ela desempenhar papel relevante na criação de escolas primárias particulares, que estendam e completem o sistema público e se orientem para servir a setores especiais da população, como o dos cidadãos que dispõem de recursos para custear o estudo de seus filhos.

Erradicação do Analfabetismo

Na fixação das tarefas educacionais, a serem incorporadas ao Programa de Metas, considerou-se a possibilidade de se promover uma campanha de erradicação do analfabetismo. Verificou-se, porém, que se impunha, preliminarmente, a intensiva formação de técnicos de grau médio e superior, cuja carência era de molde a pôr em risco a execução do Programa. Apurou-se, ainda, que os

recursos necessários à execução da campanha, a curto prazo, ultrapassariam em muito as disponibilidades nacionais. Finalmente, averiguou-se que não havia métodos, de eficácia experimentalmente comprovada, para o lançamento de uma iniciativa de tamanha envergadura. Preferiu o Governo encetar uma experimentação, com o objetivo de determinar a forma e custo de um reajustamento, no sistema educacional brasileiro, que o capacitasse a escolarizar tôdas as crianças de 7 a 14 anos, na cidade e no campo, estancando o incremento de analfabetos adultos. E, simultâneamente, permitisse estabelecer os métodos mais adequados, não só para clevar o nível do ensino, como para ajustá-lo às condições locais e aos imperativos do desenvolvimento nacional.

Em 1958 essa experimentação foi iniciada em três municípios representativos de regiões brasileiras, devendo estender-se, em 1959, a mais 7 municípios de áreas cujas características sejam bastante diversificadas. O empreendimento está a cargo da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo que, em seus estudos sócio-culturais, trabalha em cooperação com o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Dessas pesquisas resultará não só uma análise científica do situação do ensino elementar no interior do Brasil, como também a fixação de métodos objetivos e práticos. De posse dêsses documentos será possível elaborar, então, o plano nacional de erradicação do analfabetismo e de reajustamento do sistema educacional elementar do País.

Ensino Médio

A escola média brasileira vem experimentando alto indice de expansão. Grande parte de seus problemas decorre mesmo dêsse crescimento excepcional, acelerado a partir de 1930, quando era apenas de 60 000 o número de alunos, hoje elevado a quase um milhão. É êste o único setor em que prepondera a iniciativa particular, representada por quase 70% dos educandários, com percentagem pouco mais baixa de alunos pagos.

Apesar dêsse crescimento, o ensino médio ainda não alcança um índice satisfatório: menos de 10 % da juventude brasileira. de 12 a 18 anos, tem acesso às suas classes, e apenas 7 % dos matriculados terminam os cursos. Os efeitos desta evasão se mostrarão mais graves, se considerarmos que mais de 700 000 alunos — ou seja 75 % — se matriculam no ensino secundário de caráter acadêmico, preparatório para as escolas superiores. Não conseguindo concluir os estudos, a imensa maioria dos estudantes ingressa na vida prática despreparada para o exercício de qualquer profissão.

Os cursos profissionais, mantidos quase exclusivamente pelos Podéres Públicos, não têm tido capacidade equivalente de expansão, nem têm atraído candidatos para as vagas disponíveis em certos setores. No momento, como técnicos de nível médio para a indústria, preparam-se apenas 20 000 jovens, ou seja, cêrca de 2% dos estudantes do ensino médio. Menos atrativo, ainda, se tem revelado o ensino agricola médio, cujas matrículas não chegam a 5 000. O exame das estatísticas dos últimos dez anos mostra que se está acentuando, dia-a-dia, a preferência pela escola secundária e a comercial, em detrimento dos demais ramos.

Não é, pois, de prever que se alcance, nos próximos anos, uma distribuição mais equilibrada das matriculas entre os vários niveis do ensino médio. Nestas circunstâncias, e por força da decidida preferência da juventude brasileira pela escola secundária, o que se impõe é dar a essa escola objetivos próprios e não apenas propedêuticos, com curriculos adaptados às exigências da vida moderna. A isto visa, essencialmente, o substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, encaminhado ao Poder Legislativo, bem como a instituição de classes secundárias experimentais. Por meio destas, será possível proceder a ensaios de diversificação curricular da nossa escola secundária, cuja estrutura uniforme, rigida e estreita, colide com a crescente variedade de interêsses a que deve servir.

É vultoso o auxílio do Governo Federal para a manutenção do ensino médio. Além do que gasta com as escolas industriais e agricolas — dispendiosas pela própria natureza do ensino não verbalista que ministram — há a considerar a sua contribuição ao preparo dos quadros de magistério, através das Faculdades de Filosofia, com ginásio de aplicação em funcionamento e mantidas total ou parcialmente pelo Governo Federal. Mencione-se, também.

a constante ampliação do Colégio Pedro II, tradicional estabelecimento-padrão que, no ano findo, abrigou 6 165 alunos.

Merece registro, ainda, a ação do Fundo Nacional do Ensino Médio, que consagra apreciável soma à expansão e à melhoria da escola média — 1.2 bilhões de cruzeiros, em 1958. No que concerne à aplicação dêste, impõe-se preservar a orientação vigente, ou seja conceder prioridade absoluta à concessão de bôlsas aos estudantes que delas necessitem e a elas façam jus, e bem assim condicionar os auxilios, a instituições privadas, a compromissos específicos, por parte dos colégios, de aprimorarem o ensino que ministram.

Ensino Superior

Apesar da expansão ocorrida nos últimos anos e do aprimoramento de alguns setores, o ensino superior brasileiro ainda apresenta não só insuficiência quantitativa, quanto à oferta de oportunidades de formação superior, como deficiências qualitativas, em virtude do modesto nivel que ainda prevalece em muitas escolas.

Essa afirmativa se aplica a quase todos os ramos de ensino. Mostram-se, de fato, incipientes a pesquisa científica e os altos estudos humanísticos; precária é a preparação de especialistas técnico-científicos; reclamam imperativa melhoria os cursos que habilitam ao exercício das profissões liberais, ao magistério e às carreiras técnico-administrativas.

Universidades e escolas se têm multiplicado por todo o País, atendendo à conveniência de melhor distribuir, entre as várias regiões, as oportunidades de formação superior. Todavia, esta expansão não se processa equilibradamente pelos vários ramos, em relação ao mercado de trabalho, nem as novas escolas são dotadas de meios, quer quanto a pessoal, quer quanto a material, que as habilitem a ministrar um ensino de alto padrão. Observa-se flagrante desproporção entre os investimentos destinados à expansão da rêde escolar e os que se aplicam no aperfeiçoamento do pessoal docente e na elevação do nível de ensino. Tal amplitude já alcançou êsse desequilíbrio, que se estão a impor medidas disciplinadoras, subordinando a concessão de fundos públicos à garantia de um mínimo de eficiência. Só assim será possível suprimir o

risco de se multiplicar o número de diplomados, legalmente habilitados, mas sem real capacidade para o exercício das respectivas profissões.

Outro forte desequilibrio, na expansão do ensino superior brasileiro, é a proliferação de escolas destinadas a determinados tipos de formação, sem o paralelo desenvolvimento de outras em que são maiores as carências nacionais. Embora em algumas carreiras já se note certo grau de diversificação, que permite preparar maior variedade de especialistas, a maioria das novas oportunidades de formação tem surgido nas carreiras em que menos prementes são as demandas.

O ensino do Direito continua sendo o mais procurado e o que oferece maior número de vagas. Engloba 27% dos estudantes de nível superior e teve suas matriculas mais que duplicadas nos últimos dez anos. Foi superado em ritmo de expansão apenas pelos Cursos de Filosofia e de Ciências Econômicas, que hoje acolhem, respectivamente, 19.5% e 7.6% dos estudantes de ensino superior. Em oposição, as matriculas do ensino médico cresceram apenas 28 % na última década, passando de 8 050 para 10 300 o número de estudantes.

Outro aspecto desfavorável desta expansão deformada, e deficiente, em relação às crescentes necessidades nacionais, é que a quase totalidade das novas vagas oferecidas se concentra em escolas recém-inauguradas. Os estabelecimentos tradicionais, mais aptos a oferecer ensino de alto padrão, tiveram as matrículas estagnadas, quando não reduzidas substancialmente, embora crescessem suas despesas de manutenção, onerando grandemente o custo unitário de preparação dos profisionais nêles graduados.

O ensino de engenharia, entretanto, oferece melhor quadro. Suas matriculas ultrapassaram as de medicina, elevando-se em 63 %, de 1949 a 1958, periodo em que o número de alunos cresceu de 7 093 para 11 557. Assinale-se, contudo, que grande parte da expansão experimentada pelo ensino de engenharia se canalizou para os ramos tradicionais dessa especialidade, porquanto, em 1957, mais de 80% dos graduados ainda eram engenheiros civis e arquitetos.

A demanda de técnicos, particularmente de engenheiros-metalúrgicos, eletrotécnicos, hidráulicos, eletrônicos, mecânicos, de aviação, de minas, de produção, químicos e geólogos, para os misteres da indústria e para o levantamento e aproveitamento das reservas do subsolo, está a exigir maior rapidez na expansão e diversificação do ensino tecnológico superior, bem como seu maior aprimoramento e eficácia.

Tal situação levou o Govêrno a adotar um conjunto de medidas destinadas a suscitar aumento substancial das matrículas nas escolas de engenharia, bem como a promover a criação de cursos especiais de formação de geólogos, petrógrafos, engenheiros eletrônicos e aeronáuticos. Aos docentes das escolas politécnicas asseguraram-se condições de especialização e de trabalho, em regime de dedicação exclusiva.

Os cursos de geologia funcionaram, em 1958, em cinco Unidades da Federação, com 254 alunos e. dentro de alguns anos, o Brasil não dependerá de técnicos estrangeiros, em campo de tamanha importância para o desenvolvimento nacional.

A fim de promover a renovação estrutural das Universidades e escolas de tecnologia, possibilitando-lhes superar o ensino meramente livresco e verbalistico que ainda subsiste em algumas delas, foi criada, no Ministério da Educação e Cultura, a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos, que já celebrou 19 convênios para instalação de 8 institutos, em 1958, e tomou medidas para o funcionamento de mais 6, em 1959. Além disso, prosseguiu em entendimentos para a prestação de auxílio a Escolas de Engenharia e a outras, a fim de que atinjam melhor padrão de ensino nas especialidades mais necessárias ao desenvolvimento do País.

O plano dos institutos, destinado a promover a renovação do ensino de ciências no Brasil, mediante novos métodos, abrange campos vitais do conhecimento e da tecnologia: Matemática, Fisica, Química, Eletrotécnica, Geologia, Mineração e Metalurgia, Mecânica, Economía e Administração.

Atendendo ao imperativo de levar o mesmo espírito renovador à agricultura, como contraparte indispensável ao programa de industrialização, dedica-se o Govêrno à criação de institutos consagrados à Tecnologia Rural, à Mecanização Agrícola, à Economia Rural e à Genética.

Por outro lado, através de órgãos de cooperação, como a Campanha Nacional de Aperleiçoamento de Pessoal de Nível Superior, vem o Govêrno, com processos mais flexíveis, complementando a ação das universidades e contribuindo para que nelas se ensaiem novos métodos e procedimentos.

No cumprimento de um programa a longo prazo, objetivando a melhoria das condições de ensino e de pesquisa no País, colaborou a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior com as universidades e instituições científicas mediante o contrato de professôres estrangeiros, a promoção dos cursos pós-graduados e o estímulo ao desenvolvimento dos Centros Nacionais de Aperfeiçoamento e Especialização. Criou, ainda, condições para que o pessoal docente universitário tivesce novas oportunidades de aperfeiçoamento e participasse de reuniões científicas. Uma breve enumeração pode dar idéia das atividades desenvolvidas: 78 professôres, de 17 Estados obtiveram bôlsas de longa duração: 74, de 10 Estados, obtiveram bôlsas no estrangeiro; funcionaram 16 cursos pós-graduados e concederam-se 199 bôlsas para estudos no País e 164 bôlsas e auxílios para estágios no estrangeiro.

O orçamento de 1958 consignou para o ensino superior, mantido pelo Govêrno Federal, a importância de 5.8 bilhões de cruzeiros, dos quais 1.3 bilhões para os estabelecimentos administrados pela União e 4.5 bilhões para as universidades federais. A esta importância somaram-se, ainda, os recursos consignados a diversas outras instituições de ensino superior. Dêsse modo, a União, além de manter, diretamente, mais de metade das matrículas do ensino superior, custeou, em larga medida, as de responsabilidade de estabelecimentos particulares.

Como se vê, é ponderável o investimento de fundos públicos na manutenção do sistema educacional superior do Pais.
Boa parte dessas dotações vem sendo empregada, até agora, em
edificações e equipamento. É conveniente que se mude de orientação, destinando, doravante, parcelas mais ponderáveis à melhoria do padrão de ensino, pelo aperfeiçoamento do pessoal docente,
e à criação de novos cursos para os tipos de formação superior
mais requeridos pelo desenvolvimento do País. Nesse sentido, os
ôrgãos técnicos do Govêrno estão agindo junto às Universidades.

Do mesmo modo, só deverão ser criadas tovas escolas superiores, quando possam oferecer plena garantia do padrão de ensino a ser ministrado e quando atendam efetivamente às necessidades da produção e do desenvolvimento social e cultural.

Diretrizes e Bases da Educação

Conforme já se assinalou, o Govêrno, no propósito de ajustar o sistema de ensino às condições atuais de evolução e de desenvolvimento nacionais, apresentou ao Congresso um substitutivo ao Anteprojeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Respeitando o principio constitucional, que estabelece os deveres básicos do Estado brasileiro em relação à educação, defendeu, todavia, esse substitutivo, em seus justos têrmos, o espírito de descentralização, liberdade, flexibilidade e autonomia das instituições educativas, públicas e privadas, de cuja sadia concorrência e emulação, só benefícios podem advir à sociedade brasileira.

O Poder Legislativo é chamado a dar ao País, com esta lei complementar, a estrutura básica do nosso sistema educacional, designando-lhe os órgãos de execução e estabelecendo critérios para aplicação dos recursos destinados a custear os serviços educacionais.

Essencialmente, deverá a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional delimitar o que compete ao Poder Público e à iniciativa privada, no esforço para assegurar a cada indivíduo o mínimo de educação necessária à sua participação na vida nacional e para facultar, aos melhor dotados, oportunidades educacionais que os capacitem a contribuir, na medida de suas aptidõespara o desenvolvimento do País.

Para isto seria preciso que, acima de tudo, essa lei complementar à Constituição delimitasse a esfera de competência da União, dos Estados e dos Municípios, no campo da educação, de modo que cada nível de governo pudesse agir com plena autonomia, dentro de suas atribuições, e coordenar os seus esforços com o dos demais Podêres, em regime de cooperação.

Além disto, conviria que apontasse, em linhas gerais, os objetivos da educação formal adequada a um País em franco-processo de desenvolvimento.

Realizações em 1958

いきんという。 ていかいかいから 学師の情報の情報の情報の情報の情報を開発を表するのできない。

Estudados, em linhas gerais, os problemas da educação brasileira, passamos a expor as realizações do Govêrno, durante o ano de 1958, nesse campo de ação.

Além de manter e de administrar o aparelho federal de ensino — constituído de universidades, escolas superiores, escolas técnicas e industriais, agrícolas, escolas especiais de ensino emendativo e escolas-padrão e de demonstração em nível elementar e secundário — o Govêrno prestou ativa assistência técnica e financeira, aos Estados e aos Municípios, para ampliação e melhoria de sua rêde escolar e auxiliou, do mesmo modo, a numerosas instituições privadas. Atuou, assim, esforçadamente, no desempenho de sua função de coordenador e estimulador da educação nacional, assegurando integração e unidade aos vários sistemas educacionais vigentes no País.

EDUCAÇÃO ELEMENTAR E FORMAÇÃO DE PESSOAL

Nesse setor, a ação do Govêrno se exerceu através do financiamento à construção de 317 escolas primárias com 860 salas, pelo Fundo Nacional do Ensino Primário. Construíram-se, à conta de outros recursos, 6 escolas normais com 149 salas de aula. Despenderam-se 17,5 milhões de cruzeiros, com mobiliário destinado a 776 salas de escolas primárias.

Os cursos de aperfeiçoamento, ministrados ao magistério das escolas normais e primárias e ao pessoal técnico, por iniciativa do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, beneficiaram a 1880 professõres, em todo o País.

A fim de proceder a experiências, no que concerne à escola elementar, nos grandes centros urbanos, mantém o Govêrno Federal, através de convênios com órgão locais, a Escola Guatemala, no Distrito Federal, e duas escolas experimentais na Bahia que funcionam sob a orientação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Ainda atravês de convênios com os Estados, estarão construídos, até julho de 1959, em 17 Unidades federativas, 75 Centros de Educação Primária Complementar, todos dotados de pavilhões de oficinas.

Mencionem-se, igualmente, as atividades da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, que, durante o ano de 1958, instalou 12 251 cursos primários supletivos, nos quais se aplicaram aproximadamente 58 milhões de cruzeiros. Esse mesmo serviço criou, ainda, em 1958, 130 Centros de Iniciação Profissional em que se despenderam 7.8 milhões de cruzeiros, e distribuíu mais de 5 milhões de publicações diversas, em seu esfôrço para dotar o País de material didático de melhor qualidade.

EDUCAÇÃO DE NÍVEL MEDIO

Assinale-se, nesse campo, a iniciativa, que teve o Governo, de oferecer ao Congresso um substitutivo ao Anteprojeto de Lei Orgânica do Ensino Secundário, visando a assegurar descentralização e flexibilidade às escolas dêsse grau.

Na esfera administrativa, promoveu o Govêrno melhor distribuição dos seus serviços, criando inspetorias, cursos e estágios regionais. Além disto, concedeu apoio material e financeiro a numerosos estabelecimentos de ensino.

Promovendo a renovação da nossa escola secundária, ultimaram-se providências para que entrassem em funcionamento, a partir dêste ano, 35 classes secundárias experimentais.

Por fim, registre-se a expansão dos cursos de aperfeiçoamento do magistério secundário.

Com referência ao Ensino Industrial, merecem destaque o incremento que tiveram as construções escolares e as vultosas dotações empregadas em equipamentos. Algumas das iniciativas em curso são de considerável porte, bastando ressaltar que as Escolas Técnicas de São Bernardo do Campo e Novo Hamburgo, destinadas, inicialmente, a 600 alunos internos, contarão com áreas construídas de 170 000 e de 200 000 m², no valor de 400 milhões de cruzeiros cada uma, a cargo dos cofres federais.

Ao lado disso, despenderam-se, aproximadamente, 80 milhões de cruzeiros, com obras empreendidas em várias Escolas Técnicas Federais da União, e cêrca de 30 milhões de cruzeiros, com equipamentos de laboratório, gabinetes técnicos, oficinas e outros materiais de ensino.

Por intermédio da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial foram empregados 12,8 milhões de cruzeiros e 58 200 dólares, em equipamentos e obras, e ainda no treinamento de professõres, beneficiando escolas técnicas de quatro Unidades da Federação. Celebraram-se acôrdos para funcionamento de cursos artesanais em todos os Estados. Prosseguiram os esforços para o aperfeiçoamento de professõres, mediante cursos ministrados por especialistas brasileiros e norte-americanos, no Centro de Pesquisas e Treinamento, instalado em colaboração com a Escola de Curitiba; para o mesmo fim, foram concedidos auxílios às viagens de estudo e aos estágios nos Estados Unidos. Criou-se o Curso Técnico de nivel médio de Eletrônica, em Santa Rita do Sapucaí. Minas Gerais.

O anteprojeto de Lei que reorganiza o ensino técnico-industrial, recentemente aprovado, possibilitará a sua reestruturação, em conformidade com as exigências atuais.

The second statement of the second second

O ensino comercial, porque corresponde a efetivas necessidades de nossa estrutura social, vem mantendo contínuo indice de crescimento, seja em unidades escolares, seja em número de matriculas. Especialmente no segundo ciclo, onde é ministrada a preparação profissional de técnicos de comércio de nível médio. a matrícula só é superada pela dos cursos científicos do ciclo colegial. Ramo do ensino médio, que até hoje tem recebido a menor cota de investimentos públicos, merece, por isso mesmo, atenções especiais, no que concerne ao seu aprimoramento, a fim de se lhe dar nivel qualitativo correspondente ao seu crescimento quantitativo. Com esse fim, promoveram-se cursos específicos. nas seis capitais onde êsse tipo de ensino apresenta maior número de matrículas, constantes de seminários de estudos para diretores. professores, inspetores e secretários. Cêrca de vinte escolas técnicas vêm adotando o ensino funcional ou de classes-emprêsas, dinamizando e tornando prática a transmissão de conhecimentos e técnicas.

O ensino agricola tem recebido considerável atenção. Planos já aprovados para sua expansão, beneficiam 16 escolas agrotécnicas, permitindo-lhes a construção de 34 alojamentos e 5 pavilhões de indústrias rurais. Já se aplicaram 200 milhões de cruzeiros, do total de 2 bilhões destinado a aumentar, de 6 000

para 30 000, as oportunidades educativas nesse setor de óbvia importância para as metas do desenvolvimento econômico.

Mediante convênios com entidades públicas e privadas, destinou o Fundo Nacional do Ensino Médio a substancial parcela de 500 milhões de cruzeiros — metade de sua dotação global — a obras e instalações de escolas técnicas e industriais. Para atendimento de bôlsas, reservaram-se 240 milhões de cruzeiros. Os auxílios, de várias modalidades, aos diversos ramos do ensino médio, totalizaram cêrca de 260 milhões.

Ensino Militar

Deve-se mencionar, nesta parte da Mensagem, o ensino ministrado pelas instituições militares, uma vez que não se limita à formação profissional especifica, mas inclui atividades educacionais de nivel médio, superior e de pós-graduação, quer destinadas à formação geral e humanística, quer à formação especializada. Acresce, ainda, que muitos desses cursos dão ponderável contribuição ao desenvolvimento científico e técnico do País.

Nas Escolas Preparatórias do Exército e da Aeronáutica, nos Colégios Militares e no Colégio Naval, as atividades não se restringem ao cumprimento dos regulamentos e programas já estabelecidos. Tem havido crescente diligência na revisão dos curriculos e métodos, de modo a tornar o ensino mais objetivo e eficiente, e a libertá-lo dos efeitos do nosso tradicional academicismo. Procura-se dar formação cada vez mais rica aos alunos, em consonância com o moderno desenvolvimento técnico-científico. apurando-lhes o preparo para os cursos de nível superior.

Na esfera da especialização técnico-cientifica, salientem-se a atuação vanguardeira do modelar Centro Técnico de Aeronáutica, de São José dos Campos, bem como os auspiciosos resultados que vêm obtendo a Escola Técnica do Exército e os cursos que a Marinha mantém, em colaboração com a Universidade de São Paulo.

Em seu interêsse pelo aperfeiçoamento do ensino sob sua responsabilidade, o pessoal técnico e docente das Fôrças Armadas tem mantido constante aproximação com os especialistas e educadores civis, que frequentemente são chamados a cooperar em

seminários e outras iniciativas destinadas ao estudo de programas e métodos.

Na esfera do aprimoramento profissional, os cursos de especialização, as escolas de aperfeiçoamento e de Estado-Maior têm, como órgão de cúpula, a Escola Superior de Guerra, em que militares e civis estudam e debatem problemas nacionais da maior atualidade.

Tanto os cursos para oficiais como os destinados a subalternos vêm concorrendo de modo ponderável para a formação dos quadros técnicos do País, e seus diplomados encontram imediata colocação nos setores de produção para os quais se capacitam.

Pormação de Servidores Públicos

Com a criação da Escola de Serviço Público, que funciona em regime de acordo entre o Departamento Administrativo do Serviço Público e o Ministério da Educação e Cultura, ganha o País mais uma instituição educacional específica.

A importância nacional do problema de formação e aperfeiçoamento de servidores públicos, para todos os ramos da administração, pode ser avaliado pelos seguintes números: 30 000, dos 280 000 servidores federais, já se submeteram a provas seletivas que pressupunham um mínimo de treinamento. Esse trabalho, realizado, até então, de forma dispersiva e por vêzes improvisada, estará, doravante, a cargo da Escola de Serviço Público, que unificará as atividades do ensino, anteriormente a cargo de vários órgãos. Ainda no campo do aperfeiçoamento, pode citar-se a instituição do Curso Técnico de Administração, para formar pessoal qualificado de nível médio.

Intensa foi a atividade desenvolvida, em 1958, no setor dos cursos avulsos, realizados através da Escola de Serviço Público. Esses cursos funcionaram, ora sob a iniciativa direta do D.A.S.P., ora em regime de colaboração entre esse Departamento e outros órgãos da administração federal, direta ou indireta. Quanto aos Cursos de Especialização, destinados a preparar pessoal de alto nível, funcionaram os de Técnico de Educação, de Orçamento, Organização e Pessoal. Ainda neste domínio, organizou-se um

Programa Unificado de Administração Pública, a ser executado com a assistência técnica do Ponto IV, mobilizando numerosas entidades administrativas e culturais.

Ciência e Tecnologia

Vive a sociedade brasileira uma época de rápidas e profundas transformações, cujo ritmo tende a acentuar-se, à medida que avançam os processos de industrialização e urbanização. Tôdas as regiões do País, sobretudo aquelas em que tais processos operam mais profundamente, experimentaram, nos últimos anos, modificações sensíveis, não só na distribuição demográfica pelas áreas urbanas e rurais, como nos modos de vida e nos costumes.

O cotejo, entre a situação presente e a de dez ou vinte anos atrás, evidencia o progresso alcançado: as cidades cresceram; a produção e a riqueza nacional aumentaram; mais amplas e melhores oportunidades de trabalho se oferecem à população; os serviços sociais desenvolveram-se; novas e melhores escolas se abriram. Por isto mesmo, nunca foi tão aguda, como agora, a consciência dos nossos problemas. Situações de penúria, tipicas do subdesenvolvimento, — que, noutros tempos, passavam quase despercebidas, pelo hábito de as vermos e sentirmos — tornaram-se, de súbito, objeto de debate, para um público vigilante e reivindicador, impaciente pela extirpação do atraso e da pobreza, onde quer que êles se apresentem.

Essa tomada de consciência e esta reação constituem o traço mais característico da passagem do estado de subdesenvolvimento — a pobreza e a ignorância, inconscientes, conformadas e passivas — para o de desenvolvimento, que vamos alcançando, à medida que despertamos para os problemas do País, e os definimos, dispondo-nos a lhes dar solução. Quanto mais progredimos, tanto mais conscientes nos tornamos da gravidade das nossas deficiências. E cada etapa de desenvolvimento vencida, se por um lado descortina novas tarefas, que impõem esforços redobrados, por outro lado provê o País de motivações e recursos para defrontá-las.

O mesmo se passa com os problemas do desenvolvimento cultural. Jamais as escolas, em todos os niveis, cresceram tanto como nos últimos anos e, entretanto, nunca a Nação estêve tão

cônscia de suas carências, nesse domínio: a massa de analfabetos a lhe embaraçar os passos para o progresso: a insuficiência da formação elementar que se oferece à juventude; a carência de operários especializados e de técnicos de grau médio: a falta de cientistas e tecnólogos capazes de encontrar soluções específicas para os nossos problemas.

Até agora, tem o Brasil dependido quase completamente da colaboração de técnicos estrangeiros, que aqui vēm implantar e operar processos tecnológicos desenvolvidos em países mais adiantados. As despesas, com a importação desses especialistas e com os pagamentos de patentes e outros produtos da tecnologia alienígena, sobem a cifras consideráveis, que, aplicadas no País, nos permitiriam criar e manter um corpo de tecnólogos e cientístas brasileiros à altura de nossas necessidades.

Por outro lado, a não perfeita adequação dos procedimentos industriais importados à matéria-prima nacional, e às nossas condições ambienciais e culturais, nos condena a uma produtividade necessàriamente menor. Considerando estas desvantagens e aquelas despesas, teremos o quanto está custando, ao País, o atraso científico e tecnológico. Cumpre assinalar, ainda, que se torna cada vez mais dificil obter o concurso de especialistas estrangeiros de alto nível. De um lado, há que enfrentar a competição de outros mercados de trabalho, de outro, há que vencer as dificuldades opostas à migração dêsses técnicos, pelos países de onde procedem; tendo feito grandes investimentos na educação e treinamento dos mesmos, não lhes interessa facilitar a sua evasão.

Nos primeiros passos da industrialização, era inevitável a nossa dependência. Persistindo agora, ela nos seria fatal: o atraso da implantação, no Brasil, de uma ciência apta a realizar pesquisas criadoras, em todos os campos do conhecimento e da tecnologia, significará funesto retardamento no ritmo do progresso econômico e social do País.

Não se pode esperar que uma ciência e uma tecnologia de alto padrão surjam, no Brasil, como produto natural e espontâneo do desenvolvimento econômico. Ao contrário, para que êste se processe sem deformações que o comprometam, é indispensável se instalem, entre nós, serviços de capacitação e aperfeiçoamento de especialistas, altamente qualificados em todos os ramos do saber, e ao

mesmo tempo se assegurem a esses especialistas condições e estímulos indispensáveis à atividade científica e tecnológica.

O Governo Federal realiza vigoroso esforço neste sentido, através da ampliação, do aparelhamento e da diversificação do sistema do ensino superior. Embora ainda não se observe a desejável correlação entre a ampliação da rêde escolar e a melhoria da qualidade do ensino, sensiveis progressos têm sido alcançados através da atuação de órgãos como a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior e a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos.

É sabido, porém, que o pesquisador só se forma através da atividade cientifica, e que êle constitui, mesmo, o produto mais nobre da pesquisa. É das equipes de cientistas adequadamente instaladas, fruindo condições convenientes de trabalho e de estimulo, que se deve esperar a formação das novas gerações de especialistas, capacitados para dar continuidade ao labor científico e ampliá-lo, segundo as necessidades nacionais. Sem êsses núcleos básicos, permanecerá o País na dependência de especialistas estrangeiros. E os brasileiros qualificados para as tarefas da ciência procurarão, em outros países, como já o vêm fazendo, condições de trabalho que aqui não encontrem.

Já foi proposta ao Legislativo a providência imediata, capaz de melhor contribuir para se organizar a atividade cientifica no Brasil — isto é, a instituição do regime de tempo integral, para cientistas e técnicos qualificados. Muitos de nossos especialistas mais capazes são compelidos, para perfazer um salário satisfatório, a realizar o trabalho científico em condições quase amadoristicas, dedicando o melhor do tempo a outros encargos, em prejuízo das tarefas da ciência.

Além do mais, pela sua natureza, o labor científico exige regime e condições especiais de trabalho. Em geral, nossas instituições científicas vêem a sua atividade tolhida, em parte, por terem de obedecer a normas instauradas para outros setores do serviço público.

É principalmente através do Conselho Nacional de Pesquisas que se desenvolve a ação do Governo Federal, com o fim de amparar e estimular as atividades científicas, bem como encaminhá-las aos campos da produção que maior assistência requerem.

Em 1958, foram concedidas, por esse órgão, 443 bôlsas no País e 76 no estrangeiro, para formação e aperfeiçoamento de pesquisadores no campo da matemática, da física, da química, da geologia, da biología, da agronomia e, ainda, de vários setores da tecnologia.

Através dos institutos subordinados ao C.N.Pq. foram atendidos, em 1958, diversos campos de atividade científica. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação prosseguiu no levantamento dos recursos bibliográficos do País, para a elaboração do Catálogo Nacional de Livros e Periódicos, bem como de bibliografias especializadas que visam a assegurar, a estudiosos e pesquisadores, os instrumentos essenciais de trabalho. O Instituto de Energia Atômica, com a instalação e o funcionamento do reator atômico. junto à Universidade de São Paulo, pôde intensificar suas atividades. O Instituto de Matemática Pura e Aplicada promoveu uma série de conferências e seminários, com a participação de especialistas estrangeiros de renome mundial. Está empenhado, também. em dar assistência a diversas universidades, para a realização de cursos avançados, de formação de matemáticos. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, atuando em vastíssima área, com enorme diversidade de problemas, tem-se devotado a pesquisas botânicas, geológicas e antropológicas e de patologia tropical, através do seu centro, em Manaus, e do Museu Emílio Goeldi, em Belém do Pará. O Instituto de Pesquisas Rodoviárias empenhou-se num programa de estudos e experimentação, visando ao aperfeiçoamento das técnicas de construção rodoviária e sua adaptação às condições do País.

O Conselho Nacional de Pesquisas dedicou especial atenção ao aprimoramento dos processos de cultivo do trigo, do cacau, da cana-de-açúcar e à melhoria das pastagens, tendo em vista elevar o nível de produtividade de nossa agricultura.

Programas particulares de pesquisa tecnológica foram elaborados e estão sendo postos em execução, tais como os relatívos à de fertilizantes potássicos para as organizações salineiras; à tecnologia do couro para a respectiva indústria; à biologia marinha com vistas à racionalização da pesca; a de química básica, para formar os especialistas reclamados pelo advento da petroquímica no Brasil; e, ainda, ao aproveitamento da energia solar, na metalurgia. Procurou o Govêrno, ao mesmo tempo, incentivar a formaçãode técnicos das várias especialidades ligadas ao desenvolvimento econômico, seja por meio de convênios com outros países, seja pela assistência, no âmbito nacional. Esta última traduziu-se, de modoamplo, no auxílio financeiro a entidades de ensino e pesquisa, para instalações, aparelhamento e ampliação dos seus cursos, e, maisestritamente, na concessão de bôlsas de estudo a profissionais e estudantes.

Foram, também, incrementados os estudos referentes à energia nuclear, havendo o Govêrno proporcionado, às instituições de ensino superior e de pesquisa, auxilios no valor de 31,5 milhões de cruzeiros, não só para a manutenção de cursos de engenharia nuclear e de metodologia de rádio-isótopos, como para a realização de estudos e a aquisição de aparelhamento e instalações. Para avaliar-se o esfôrço feito, basta mencionar que, com o mesmo fim, foram despendidos, em 1957, apenas 1.5 milhões de cruzeiros.

Ainda em 1958, inaugurou-se o reator de pesquisa do Institutode Energia Atômica, na Cidade Universitária de São Paulo, o primeiro a entrar em funcionamento na América Latina. Com umapotência de 5 000 kW classificava-se, na época, entre os 13 maiores dêsse tipo, no mundo. Vem sendo utilizado por professôrese alunos de vários cursos, bem como por pesquisadores particulares, e possívelmente será pôsto também à disposição de pesquisadoresestagiários de países latino-americanos.

Foi, também, contratada a aquisição de dois reatores, tipo universitário, um destinado ao Instituto de Pesquisas Radioativas de Minas Gerais, e outro, à Universidade do Brasil. Para atender às necessidades dêsses novos reatores, obteve-se o aumento, de 6 para 15 quilos, da quantidade de urânio-235, de que o País dispunha, nos têrmos do Acôrdo firmado a 3 de agôsto de 1955, com os Estados Unidos.

Relativamente a novos entendimentos internacionais, no campo da energia nuclear, mencionem-se, com destaque, a assinatura de um acôrdo de colaboração, entre o Brasil e a Itália, a 6 de setembro de 1958, e a ultimação das negociações para ajuste a ser firmado em breve, com o Reino Unido e com a França.

A intensificação das atividades da PETROBRÁS depende, em relação estreita, da quantidade de técnicos qualificados que se possa proporcionar àquela emprêsa. Para atender a êsse objetivo, elaborou-se um programa de formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico de nível superior e médio e de pessoal administrativo. As atividades programadas compreendem cursos e seminários sob a direção da PETROBRÁS, ou em convênio com universidades e instituições de ensino: estágios em organizações industriais do País e do exterior: incentivo e ajuda a escolas integrantes da rêde nacional de ensino.

O aperfeiçoamento de especialistas se vem fazendo através de vários cursos: o de Refinação de Petróleo, em colaboração com a Universidade do Brasil; o de Geologia de Petróleo e de Perfuração e Produção, em convênio com a Universidade da Bahia; o de Manutenção de Equipamentos de Petróleo, em cooperação com o Centro Técnico de Aeronáutica. Além dêsse esfôrço, indispensável à ampliação das atividades da Petrobrás, foram propiciados recursos técnicos e financeiros a vários cursos de Geologia da Campanha de Formação de Geólogos, do Ministério da Educação e Cultura, e se concederam bôlsas, em universidades estrangeiras, a estudantes dos cursos técnico-científicos de petróleo. Realizou-se, ainda, o Curso de Técnica de Utilização de Materiais Betumínosos em Pavimentos Rodoviários, no Instituto de Pesquisas Rodoviárias, em colaboração com a PETROBRÁS.

Ainda no que respeita à formação de geólogos, promoveu-se, sob os auspicios do Ponto IV, a vinda, ao País, de professôres nor-te-americanos, para colaborar com a Campanha de Aperfeiçoamento de Geólogos. Espera-se que, ao terminarem êles a sua missão, haja pelo menos 600 brasileiros formados em geologia, quando atualmente possuimos apenas 100. Esses professôres deverão lecionar nas Universidades de Recife, São Paulo e Pôrto Alegre.

Os programas do setor de Agricultura estiveram a cargo do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos. Acham-se em execução perto de 50 projetos, relativos a trabalhos de educação, pesquisa, conservação de recursos naturais, conservação e irrigação do solo, fomento da produção de leite e derivados, aves e economia doméstica. Destacam-se, entre êsses projetos, o do pla-

nejamento da produção agrícola de Brasilia, o da recuperação do Vale do Paraíba, o da assistência à cultura do cacau na Bahia e o da formação de granjeiros no Río Grande do Sul. Importante ¿, também, o projeto de criação, na Universidade Rural de Viçosa, de uma Escola-Pilôto de Agricultura, que será o centro de treinamento intensivo de professores das Escolas Superiores de Agronomia e Veterinária de todo o País.

Com os recursos do Ponto IV, ficou assegurada a necessária assistência ao setor aeronáutico e a matérias relacionadas com a engenharia. Em 1959 — além da assistência técnica à educação brasileira e à organização de uma universidade-modêlo de engenharia, no Brasil — planeja o Ponto IV trazer maior número de professõres norte-americanos, para aperfeiçoamento dos estudos relativos a desenhos aeronáuticos, casas de fôrça, inclusive turbinas e foguetes, energia nuclear, técnicos de produção e desenhos de fábrica.

Outras Atividades Culturais

O desenvolvimento científico, humanístico, artistico e literário impõe ao Govérno obrigações específicas, que êste vem procurando cumprir, dentro de suas possibilidades, seja através da assistência às instituições culturais, seja pelo estímulo à difusão das ciências e das artes, ou ainda pelo amparo à atividade criadora nos seus diferentes campos.

Livros e Periódicos — O número e a variedade de livros e periódicos, editados no País, tem crescido de forma assinalável nos últimos anos, graças, sobretudo, à iniciativa privada, mas com ponderável contribuição, também, dos órgãos governamentais, especialmente dos serviços de documentação de diversos Ministérios e do Departamento de Imprensa Nacional.

Contudo, vão muito além as nossas necessidades neste campo, e cumpre redobrar esforços para que se tornem efetivamente acessíveis ao povo os instrumentos fundamentais de progresso, que são o livro e o periódico. Através de facilidades na importação de papel e de equipamento gráfico, tem a Administração procurado incentivar a expansão da imprensa e do parque editorial do País. Para tornar livre de entraves burocráticos e menos onerosa a

importação de publicações estrangeiras, o Govêrno determinou que um Grupo de Trabalho, no Ministério da Fazenda, estudasse e propusesse medidas que sem demora deverão ser postas em prática, em todos os órgãos federais que atuam nesse setor.

A rêde nacional de bibliotecas públicas, ainda deficiente. tanto em unidades, quanto pelo valor de seu acervo, vem-se desenvolvendo, com as contribuições do Instituto Nacional do Livro e, no campo da educação, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Muitas das nossas cidades, porém, e a maioria das nossas escolas de todos os niveis não dispõem, ainda, de bibliotecas ou só as têm deficientes e de reduzido proveito, para as necessidades de uma cultura moderna. A tiragem das edições comuns de livros didáticos, técnicos, literários e científicos, tanto das editôras particulares quanto das oficiais, só agora começa a crescer, e longe está de suprir as demandas nacionais.

Medidas de amparo e financiamento, equivalentes àquelas que se asseguraram aos demais setores da produção, deverão ser planejadas e postas em prática para possibilitar à indústria livreira, à imprensa e à rêde nacional de bibliotecas públicas e escolares um ritmo de crescimento compativel com o do progresso material do País.

Cinema e Teatro — O cinema e o teatro nacionais, tanto em sua feição artística e recreativa, como em suas potencialidades educacionais, começam a colocar-se à altura da platéia de milhões de espectadores de que desfrutam.

O incentivo de tão amplo mercado não tem sido suficiente para determinar a expansão do cinema nacional, e por isto se justificam o estimulo e a ajuda, que o Govêrno vem assegurando a essa forma de atividade.

O teatro, sobretudo no plano artistico, vem experimentando uma ascensão que exprime auspiciosamente o amadurecimento cultural do nosso povo. Defronta, porêm, com dificuldades que reclamam a atenção dos Podêres Públicos, dentre as quais se mencionará a escassez de casas de espetáculos. O Serviço Nacional de Teatro tem-se devotado ao estudo dêsse problema, no propósito de indicar as soluções mais aconselháveis.

Radiodifusão — O rádio e a televisão constituem instrumentos de divulgação cultural de valor inestimável, em país, como o nosso, de grande extensão territorial e de desenvolvimento tão heterogêneo.

Dedicada, em sua quase totalidade, à exploração comercial, a radiodifusão registrou um progresso considerável em nosso País e constitui hoje o mais importante elemento de comunicação. Entretanto, por fórça de imposições inerentes à sua forma de atividade, não tem podido utilizar devidamente suas potencialidades culturais e educacionais. Para atender às necessidades do público, nesse campo, certas freqüências foram reservadas a órgãos estatais, que mantém estações de rádio destinadas à difusão cultural e à educação. Seu funcionamento, entrosado com os programas educacionais do Govêrno, vem permitindo levar a todo o território nacional e a tôdas as camadas da população um serviço informativo cuidadosamente elaborado, e, também, programas de divulgação científica, cultural e artística, que atuam como verdadeiras extensões do sistema escolar.

As iniciativas oficiais mais recentes neste campo foram a criação da Rádio Rural, junto ao Ministério da Agricultura, e a organização dos programas da Rádio Ministério da Educação, com vistas a alcançar um público mais amplo e a imprimir maior eficácia à sua atuação educacional no nível elementar.

Património Histórico e Artístico — Museus — Nesta época de profundas transformações sociais, quando a fisionomia tradicional das cidades brasileiras se modifica profundamente, o Govêrno se vê chamado a uma atuação enérgica, para preservar os monumentos históricos e as criações artísticas de nossos antepassados, pois, relegado ao abandono, êsse valioso patrimônio se perderia ràpidamente. Contam-se, às centenas, as obras e monumentos que o Poder Público colocou sob o seu amparo, através de tombamento, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Entre elas se encontram cidades inteiras, como Ouro Prêto, que, graças à ação de sucessivos governos, poderá comemorar êste ano seu 250° aniversário de fundação, sem haver perdido a fisionomia dos dias em que foi palco de acontecimentos

decisivos na vida nacional, nem ver mutiladas as obras do genial criador do barroco brasileiro.

A cargo do mesmo Serviço, são mantidos sete museus nas regiões de mais rica tradição histórica e artistica do País, bem como diversos monumentos que continuam todos franqueados à visitação pública.

A rêde nacional de museus federais e aos museus particulares, o Govêrno prestou todo o apoio, facilitando-lhes o cumprimento dos programas de pesquisa e de divulgação. Através de uma articulação melhor com as entidades educacionais e de mais eficientes serviços de atendimento, ampliaram os museus federais as oportunidades oferecidas, ao público, de conhecer as características da natureza brasileira, a formação histórica da nacionalidade, as criações artisticas e os progressos da ciência.

CAPITULO II

SAODE POBLICA

Se a defesa e a valorização do nosso patrimônio humano constituem o fim último de todo o programa de desenvolvimento econômico, não pode o Governo deixar de prestar especial atenção aos problemas sanitários e de dar aos serviços de saúde pública estrutura adequada à realidade nacional.

As recentes descobertas nos dominios da química, da terapêutica e da profilaxía armaram o sanitarista de processos mais simples, amplos, eficazes de combate às doenças de massa, ao mesmo tempo que lhes diminuíam considerávelmente o custo, possibilitándo, assim, erradicá-las ou reduzir-lhes as áreas de incidência, com resultados imediatos sobre os indices de morbidade e mortalidade.

A base desse grande avanço científico e técnico e de um conhecimento mais aprofundado das condições de vida das populações rurais, pôde o Governo coordenar um amplo programa de saúde pública e entrosá-lo às atividades que se desenvolvem no âmbito dos Estados e Municípios, no objetivo de reduzir as taxas de mortalidade infantil, elevar o índice médio de vida e aumentar a eficiência física e mental dos brasileiros.

O Governo está atento também aos problemas sanitários decorrentes do intenso processo de industrialização que atravessa
o País. Entre outras medidas adotadas no trato dessas questões
figura a criação de um laboratório de higiene industrial já instalado e a prestar serviços, em regime de convênio com o Estado
do Rio de Janeiro. Médicos, engenheiros e químicos especializados associam as suas pesquisas, no que concerne ao contrôle
das condições de trabalho, com o fim de estabelecer melhores
padrões de segurança e confôrto. Reconhecendo os beneficios
dessa orientação, vários estabelecimentos e organizações industriais, entre os quais a PETROBRÁS e a Cia. Siderúrgica Nacional,
têm solicitado diretrizes técnicas para instalar serviços da mesma
natureza.

A fim de incentivar a melhoria das habitações rurais e corrigir as deficiências de moradia, especialmente nas pequenas cidades, acha-se em desenvolvimento um plano de construção experimental de residências de baixo custo, à base de terra estabilizada ou solo-cimento. A experiência se processa em municipio de características essencialmente agricolas, de modo que se possam avaliar as possibilidades de aplicação do plano a outras áreas.

No campo internacional, o Govêrno tem honrado os seus compromissos. Com as contribuições financeiras em dia, presta o Brasil cooperação técnica às organizações internacionais de saúde, seja pela cessão de pessoal, seja pela participação de seus representantes em reuniões internacionais. Atualmente o nosso País tem assento no Conselho Executivo da Organização Mundial de Saúde e no Comitê Executivo da Repartição Pan-americana de Saúde. Ambas as organizações cooperam no aprimoramento das condições sanitárias, não só nas Américas, como em outras partes do mundo.

Seguramente, a Operação Pan-Americana também há de ter influência decisiva na melhoria da saúde dos povos americanos, como decorrência natural de um intercâmbio mais ativo e da assistência mútua entre as nações dêste continente.

Doenças transmissíveis

Ainda por alguns anos, estaremos empenhados na luta contra as doenças transmissíveis, que, acometendo grande número de indivíduos, assumem caráter de problema nacional. Para combatê-las, o Govêrno tem empregado eficazes recursos técnicocientíficos, atuando com a maior energía.

No combate à malária, o ano de 1958 assinala a transição do programa de contrôle, para o da erradicação, já anunciado como uma das metas sanitárias dêste Governo. Sob a presidência do Ministro da Saúde, criou-se o Grupo de Trabalho para a Erradicação da Malária, constituído de técnicos nacionais e representantes das entidades internacionais, que participam da campanha, em consequência de acôrdos específicos. O Plano Técnico de Erradicação, a ser executado no biênio 1958-1959, compreende, inicialmente, a fase preparatória e a de cobertura da área malarigena. Para sua execução está previsto o auxílio financeiro internacional de quatro milhões de dólares, além das dotações incluídas, especialmente para êsse fim, no orçamento da União. Ao atingir, porém, a sua terceira fase, de consolidação, os dispêndios se irão reduzindo gradativamente. Em 1958, desenvolveu-se a fase preparatória, programando-se, para o ano em curso. o início da fase de cobertura, que abrangerá extensas áreas do País, com a população aproximada de 11 600 000 habitantes. distribuídos pelas regiões Norte, Nordeste e Sul. Enquanto o programa de erradicação não estiver em plena execução, devem ser mantidas as atividades de contrôle nas regiões nêle não abrangidas inicialmente. Por êsse critério, foram dedetizadas, no decorrer de 1958, cêrca de 30 000 localidades pertencentes a 830 Municípios.

Quanto à tuberculose, a análise epidemiológica de dados veio invalidar os prognósticos acêrca do desaparecimento da doença em futuro imediato. Com efeito, as estatísticas relativas aos últimos anos demonstram que perdeu a intensidade inicial o notável declinio da mortalidade que anteriormente se vinha verificando. O censo torácico, realizado em núcleos fixos ou transportáveis, revelou que a doença está presente, mesmo em regiões muito afastadas dos centros populosos.

O Serviço Nacional de Tuberculose, o Serviço Especial de Saúde Pública, o Departamento de Saúde do Estado do Espírito Santo e a Cátedra de Tisiologia da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte entrosaram-se para a formulação de esquemas simples de tratamento, em base estritamente dispensarial, de dochtes e contatos. Desse modo, procura-se aplicar a nova conceituação do problema, segundo a qual o eixo da luta antituberculosa deve ser deslocado do sanatório para o dispensário. Sem dúvida, o sanatório é peça da maior importância no combate à doença, mas a sua dispendiosa manutenção aconselha reserva-lo para os casos em que seja indispensável. Já neste ano se iniciará o combate à tuberculose na zona rural, de onde vêm, para os sanatórios e dispensários das cidades, mais de 50% dos doentes. O trabalho iniciado no Estado do Espírito Santo, com despistamento e quimioterapia de doentes e comunicantes, apresentando a vantagem do baixo custo e do reduzido emprego de pessoal técnico, poderá ser ampliado a vários Estados da Federação. Outro ponto que mereceu a atenção do Govêrno foi a liofilização do BCG, que será levada a efeito com a participação do Instituto Oswaldo Cruz.

A forma silvestre da febre amarcla, encontrada somente na zona rural, é controlada com tôda a eficiência pela vacinação regular e metódica dos suscetiveis. Conseguimos erradicar do Pais o Aedes Aegypti, transmissor da febre amarela urbana, conforme comunicação feita oficialmente à XV Conferência Pan-americana de Saúde, pela Delegação brasileira.

A campanha para extinção da bouba, doença que também se inclui entre as erradicáveis, estendeu-se à região amazônica: em Minas Gerais e outros Estados, já haviamos chegado à fase de vigilância, com duas inspeções periódicas das áreas tratadas. O desenvolvimento da campanha prevê trabalho em cêrca de 400 Municípios de 15 Estados e 3 Territórios, com um cadastro de, aproximadamente, 2 milhões de prédios e o exame de mais de 11 milhões de indivíduos. Em menos de três anos, cêrca de 9 milhões de pessoas foram examinadas e mais de 900 000 medicadas: destas, mais de 500 mil eram doentes e as demais, comunicantes.

No que concerne ao combate à lepra, além das 16 unidades federadas já ligadas pela campanha, mais 3 foram incorporadas, esperando-se o acréscimo de mais 2, no corrente ano. No primeiro semestre de 1958, ficharam-se 1 546 casos novos, dos quais 41.2% eram contagiantes. Este volume de trabalho torna-se mais significativo se notarmos que, aos 3 e 6 meses, após o diagnóstico, doentes e comunicantes são reexaminados.

Relativamente à leishmaniose, doença difundida entre animais silvestres e caes domésticos e que, esporadicamente, se transmite no homem, realizaram-se, nas zonas endêmicas do Ceará, 48 000 exames de caes, com a positividade de 0.9 %, e dedetizaram-se 60 000 prédios.

Várias outras doenças transmissíveis vêm merecendo cuidadoso trabalho profilático da parte do Govêrno. Entre elas destaca-se a variola, a ser erradicada em futuro próximo pela vacinação intensiva e sistemática, já agora com o emprêgo de antigeno liofilizado.

Já se nota diminuição na incidência do tracoma, como resultado do combate levado a efeito contra essa doença. Cêrca de 500 000 doentes foram tratados de 1956 a 1958, equivalendo a 50% da prevalência dos casos contagiantes.

A luta contra a doença de Chagas concentra-se, sobretudo, no combate sistemático ao seu agente transmissor. A profilaxia baseada na destruição dos triatomídeos vetores constitui uma das atividades da campanha e, até agora, mais de 1 500 000 aplicações de BHC foram efetuadas em milhares de localidades. Com êste fim, se deu inicio ao programa de revestimento das habitações rurais, usando-se argamassa de baixo custo e fácil utilização. Em 1958, mais de 260 000 habitações foram trabalhadas e expurgadas. Em 1959, serão trabalhadas e expurgadas, em dois ciclos, 600 000 habitações, nos Estados onde se verifica maior prevalência da doença. Com o impulso dado à campanha, a incidência da doença de Chagas deverá cair a nivel que não mais represente problema de saúde.

Tem havido progresso no combate à esquistossomose, no que se relaciona ao tratamento de doentes, consignando-se já o indice 70% de cura sem acidentes fatais. Atualmente, desenvol-

vem-se trabalhos de contrôle da transmissão, em cêrca de 1 500 localidades.

Na luta contra a ancilostomose, foram trabalhadas, em 1958, mais de 4 000 localidades, de 423 Municípios, distribuídos por 21 Unidades da Federação, tendo sido feitas cêrca de 460 000 medicações, sem prejuízo de outras medidas complementares, entre as quais se destacam o saneamento e a educação sanitária.

Formação de Pessoal

O treinamento do pessoal destinado a orientar e executar os serviços de Saúde Pública vinha sendo realizado em cursos mantidos nos diversos órgãos do Ministério da Saúde. Era indispensável dar a esses cursos uma unidade de doutrina e de trabalho, para que os problemas básicos de higiene e saúde pública viessem a ser interpretados e equacionados na sua mais ampla conceituação social e econômica.

Criou-se então a Escola Nacional de Saúde Pública, pela Lei nº 2 312, de 1954, que o Decreto nº 43 926, de 26 de junho de 1958, complementou, adaptando-a definitivamente às suas finalidades. Deve a Escola, ainda neste ano, iniciar as atividades que lhe competem, proporcionando formação especializada a médicos, engenheiros e enfermeiras, bem como ao pessoal auxiliar. Cursos básicos, de aperfeiçoamento e de especialização, serão ministrados a pessoal de nível universitário, e cursos técnicos, ao pessoal auxiliar.

Essencialmente prática e com base na experiência dos órgãos especializados, a Escola Nacional de Saúde Pública contribuirá para elevar o padrão técnico-administrativo dos nossos serviços de saúde.

Finalmente, cabe referência às bôlsas de estudo concedidas a médicos, enfermeiras, dentistas e engenheiros, tanto no Brasil, quanto no exterior, estas últimas com o apoio do Ponto IV.

Produção de Medicamentos e Inseticidas

Reduziram-se consideràvelmente as despesas com importação de produtos profiláticos e medicamentosos de larga utilização. desde que o Ministério da Saúde passou a produzi-los, em parte.

Em maio de 1958, começou a funcionar o Laboratório de Produção de Medicamentos, do D.N.E.Ru., destinado exclusivamente à fabricação dos produtos quimioterápicos necessários ao combate às endemias rurais.

No que respeita aos antibióticos, a indústria nacional já satisfaz o consumo, dado o incremento que apresenta a produção farmacêutica.

O Instituto Oswaldo Cruz ativa a produção de substâncias preventivas e curativas. O valor dos soros e vacinas produzidos atingiu a 180 milhões de cruzeiros, quantia ponderável e que tende a aumentar, com a nova orientação técnico-administrativa, já implantada.

Saneamento

O suprimento de água de boa qualidade é medida básica de saneamento. Persiste, pois, o empenho do Govêrno em abastecer maior número de comunidades. Foi apreciável o esfôrço, nesse sentido, em 1958.

O crescimento, muitas vêzes surpreendente, das comunidades brasileiras vem concorrendo para a agravação do problema, de vez que, poucos anos após a cenclusão das obras, muitos sistemas de abastecimento se tornam insuficientes para atender à população, ainda que planejados com a devida margem de segurança. Em busca de solução para essa dificuldade, o Govêrno está construindo, na zona de Ilhéus e Itabuna, a título de experiência, pequenos sistemas locais e autônomos, fora da área servida pela rêde geral, com aproveitamento de água do subsolo.

Assistência Médico-Sanitária

Com o objetivo de prestar, à população, assistência médica mais ampla, o Govêrno prosseguiu no plano de radicar profissionais nos Municipios em que não haja médicos, concedendo-lhes o pagamento de um salário mensal fixo e inteira liberdade para o exercício da profissão.

Muitos municípios há, entretanto, nas vastas áreas da hinterlândia, que, ainda recebendo essa espécie de auxilio, não oferecem condições para a manutenção de um consultório médico. A fim de suprir essa deficiência, o Govêrno vem adotando várias soluções. Em vez de médicos residentes, há médicos visitadores. Ao pessoal auxiliar — enfermeiras, auxiliares de enfermagem, visitadoras sanitárias, auxiliares de saneamento etc. — ficam entregues atividades sanitárias ao nível de sua formação profissional, como imunização, distribuição de leite, orientação dietética de infantes, assistência ao parto normal, ministração de determinados medicamentos e, também, a triagem dos pacientes a serem atendidos na próxima visita do médico. Este método assistencial já está sendo utilizado em diversas cidades do Estado do Amazonas, com pleno êxito, e é pensamento do Govêrno estendê-lo a outras áreas do País.

Ao mesmo tempo, vem-se procurando melhorar o padrão da assistência médica prestada segundo os moldes clássicos. Neste sentido, merece referência a criação gradual de pequenos bancos de sangue nas unidades sanitárias e hospitalares do interior do País.

Continuando na política de fortalecer a rêde sanitária dos Estados, o Govêrno Federal assinou novos convênios com os mesmos, criando Serviços Cooperativos de Saúde — para os quais passaram a contribuir outras entidades, como o Serviço Social Rural — destinados a prestar assistência médico-sanitária no seu mais amplo sentido e dotados de flexibilidade administrativa capaz de lhes permitir a execução dos modernos e complexos programas de saúde.

Graças à cooperação da F.A.B., os Serviços de Unidades Sanitárias Aéreas puderam ampliar a área de ação e continuar prestando eficaz e pronta assistência a pontos de difícil acesso do Território Nacional.

Quanto à assistência hospitalar, assinale-se que foram concedidos, pelo Fundo próprio, auxilios financeiros a 798 instituições, que mantém 55 365 leitos. No campo da assistência à maternidade e à infância, continuou o Governo a expandir seu programa de assistência alimentar, contando com a cooperação do Fundo Internacional de Socorro à Infância. A carência proteica, causadora de debilidade e deficiências nos indivíduos menos favorecidos econômicamente, levou o Governo, com o auxílio do F.I.S.I., a promover a instalação de duas fábricas de leite em pó, com sede em Pelotas, no Rio Grande do Sul, e Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo. No mesmo sentido, firmou convênio com a Legião Brasileira de Assistência, e 25 novos lactários, à base de soja, se instalam em diversos Estados.

Entre as novas iniciativas no setor da assistência maternoinfantil, entrou em execução o chamado Plano Integrado de
Saúde, já em desenvolvimento nos Vales do Apodi e do Açu,
no Rio Grande do Norte. Este Plano baseia-se na cooperação
de todos os órgãos que se ocupam do problema da saúde: entidades governamentais da esfera federal, estadual e municipal,
o Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Organização
Mundial de Saúde. Evitam-se, dêsse modo, as falhas decorrentes
da execução simultânea de atividades idênticas por dois ou mais
órgãos insuficientemente dotados de recursos.

Problema que continua a preocupar vivamente a Administração é o das doenças degenerativas, sobretudo o câncer, que, nos últimos anos, passou a figurar entre as mais importantes causas de morte, em várias capitais. Para enfrentar esta situação, o Governo vem ampliando, a todo o País, a Campanha Nacional contra o Câncer, que conjuga e coordena os esforços desenvolvidos pela União, pelos Estados e pela iniciativa partícular. A Campanha Nacional contra o Câncer já possui em funcionamento 1 440 leitos, exclusivamente para cancerosos e, com as obras em andamento, esse número será acrescido de mais 1 750 leitos. A rêde assistencial, estruturada pela Campanha, dispõe de 66 aparelhos de radioterapia, 43 aparelhos de radiodiagnóstico, 20 gramas de radium e 3 bombas de cobalto.

No setor da assistência aos psicopatas, vem-se realizando intenso trabalho de ampliação das unidades de psiquiatria do Distrito Federal e dos Estados, além de se proporcionarem recursos materiais e técnicos para construção de novos pavilhões ou melhoria dos serviços existentes.

Cerca de 100 000 doentes em todo o País foram tratados, em 1958, nos hospitais psiquiátricos e, através de 16 ambulatórios, que o Governo mantém em diversos Estados, desenvolve-se a profilaxia das doenças mentais.

O combate ao bócio endêmico continuou a merecer do Governo especiais cuidados. Com esse objetivo, no decorrer de 1958, grande parte da indústria salineira associou iôdo ao sal destinado ao consumo alimentar. Estima-se em 400 000 t/ano a produção do sal iodatado, o que representa 80% do total de sal beneficiado no País.

Além das atividades de rotina a seu cargo, teve o Ministério da Saúde de enfrentar, em 1958, tarefas de urgência, decorrentes da terrível sêca que assolou os Estados do Piaui, Cearâ, Rio Grande do Norte, Paraiba, Pernambuco e Alagoas. Foi mister assegurar a essas unidades federativas pronta assistência médica, enquanto se intensificavam os trabalhos de imunização contra a variola e a febre tifóide, em tôda a região.

INDICE

INTRODUÇÃO	Págs 9
PARTE PRIMEIRA	
SITUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA	
CAPITULO I	
POLITICA INTERNA	
Reforma Constitucional Legislação Eleitoral Funcionamento do Sistema Constitucional Relações da União com os Estados e Municípios Transferência da Capital Federal Plano de Obras de Brasilia Plano de Trabalho para 1959 Transferência de Serviços Administrativos para Brasilia	35 36 36 38 41 42 48
CAPITULO II	
POLITICA ADMINISTRATIVA	
Medidas Gerais Abono Provisório Orçamento Recenseamento de 1960	49 51 51 53
CAPITULO III	
POLITICA EXTERIOR	
Atuação nas Nações Linidas	55 56

	Págs.
Discriminação Racial	57
Assistência Técnica	57
Territórios Não-Autônomos	57
Participação na U.N.E.F.	58
Relações com os Países Afro-Asiáticos	58
Proteção dos interesses portuguêses na India	59
Relações com os Paises da Europa	59
Politica Continental	60
Operação Pan-Americana	60
Relações com a Bolivia	68
Relações com o Paraguai	69
Visitantes Ilustres	69
Intercâmbio Cultural com o Exterior	70
PARTE SEGUNDA	
SEGURANÇA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS	
24 4 manus sp 24 4	
CAPITULO I	
SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA MILITAR	
Segurança Nacional	75
Estado-Maior das Forças Armadas	77
CAPITULO II	
ATIVIDADES DAS FORÇAS ARMADAS	
Exercito	78
Reaparelhamento	78
Desenvolvimento da Indústria de Material Bélico	79
Obras Militares	80
Obras e Serviços Civis	81
Zonas de Fronteira	81
Instrução e Aperfeiçoamento Técnico da Tropa	82
Marinha	82
Reaparelhamento	82
Desenvolvimento da Indústria de Material Bélico	83
Obras Militares	83
Hidrografia	84

	253
	Págs.
Transportes	84
Vigilância do Litoral	£4
Instrução e Aperfeiçoamento Técnico do Pessoal	65
Aeronáutica	85
Reaparelhamento	56
Obras Militares	88
Obras e Serviços Civis	88
Operações com Aeronaves a jato	23
Tarifes	89
Formação de Pessoal	63
Aeroclubes	59
	~,
CAPITULO III	
ORDEM POBLICA	
Consider Conference Management of the Conference	
Segunda Conferência Nacional de Policia	91
Sistema Penitenciário	91
Assistência a Menorea	52
PARTE TERCEIRA	
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	
CAPITULO I	
POLITICA ECONOMICA: ASPECTOS GERAIS	
Desenvolvimento Econômico	97
Levantamento de Recursos em Moeda Nacional	93
Levantamento de Recursos em Moeda Estrangeira	160
Combate à Inflação	103
	167
CAPITULO II	
EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL EM 1938	
Wasakinga da Dandista Dant	
Evolução do Produto Real	105
Investimentos	105
Distribuição da Renda Nacional por Tipos de Pagamento	105
Custo de Vida	105

CAPITULO III

MORDA	-	-	http://
AMI IM LIA		1 2/1/	! 1K & £ 1

MODDA D WARMING	
	Páge.
Politica Monetária e Bancária	108
Evolução da Situação Monetária e Bancária	110
Operações Financeiras entre as Autoridades Monetárias e os	
Bancos	110
Expansão de Crédito	111
Meios de Pagamento	112
CAPITULO IV	
FINANÇAS POBLICAS	
Desequilibrio previsto para 1958	113
Medidas de correção adotadas	115
Resultados Financeiros de 1958	116
Deficit do Tesouro Nacional	116
Despesa	117
Receita	118
Deficit das Autarquias	119
Divida Pública	119
Divida Interna Flutuante	119
Divida Consolidada Interna	120
Divida Consolidada Externa	121
Programa Financeiro para 1959	123
F	
CAPITULO V	
RELAÇÕES ECONÔMICAS COM O EXTERIOR	
Politica de Comércio Exterior e Câmbio	125
Estimulos às Exportações	126
Contrôle das Importações	127
Bilateralismo e Multilateralismo	127
Politica de Capitais Estrangeiros	128
Balanço de Pagamentos	129
Transações Correntes	130
Movimento de Capitals	132
Financiamento do Deficit	133

CAPITULO VI

ENERGIA

Di-Di-Out	
	Page.
Energia Elétrica	13 4
Carvão Mineral	137
Petrólea	139
Produção de Óleo Cru	140
Refino	140
Economia de Divisas	141
Capacidade da Frota Nacional de Petroleiros	141
Reservas Recuperáveis ,	141
Perfurações e Sondas	142
Pesquisas Geológicas e Geofisicas	142
Indústrias Petroquímicas	142
Industrialização do Xisto Betuminoso	143
Terminais e Oleodutos	143
Energia Atômica	144
Prospecção	144
Matérias-Primas	144
Industrialização da Energia Nuclear	145
Litilização da Energia Nuclear	146
mentant from mer misers Bree a second second second	
CAPITULO VII	
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	
Transporte Ferroviário	147
Construções Ferroviárias	148
Reaparelhamento Ferroviário	149
Transporte Rodoviário	151
Transportes Maritimos, Fluviais e Lucustres	153
Reaparelbamento da Marinha Mercante	153
Portos e Aquavias	15-4
Transporte Aéreo	155
Comunicações	156
Commission	
CAPITULO VIII	
AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ALIMENTAÇÃO	
Agropecuária	159
Contribuição para a Economia Nacional	160
Produção Agropecuária	161
Destino da Produção Agropecuária	163
Area Cultivada	1 64

	Pág
Melhor Aproveitamento dos Fatóres de Produção	16
Armazens e Silos	16
Credito Rural	16
Abastecimento	16.
CAPITULO IX	
INDústria	
Mineração	170
Siderurgia	172
Metalurgia dos Não-Ferrosos	172
Cimento,	174
Química Básica	175
Papel e Celulose	177
Material Elétrico Pesado e Mecânica Pesada	177
Indústria Automobilistica	178
Construção Naval	180
CAPITULO X	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Nordeste	4 E 4
Obras contra us Sceus	153
Crédito Especializado	185
Amazónia	187
Crédito Especializado	188
Vale do São Francisco	190
Vale do Rio Doce	191
Territórios Federais	192
	193
PARTE QUARTA	
TRABALHO, BEM-ESTAR E PREVIDENCIA SOCIA	L
CAPITULO I	
TRABALHO	
Celações entre empregadores e empregados	100
figienc e Segurança do Trabalho	199
Atividades de diferentes órgãos	199
	200

	257
	277
	Págs.
Relações Internacionais do Trabalho	201
Salário-Mínimo	202
Elaboração Legislativa	203
CAPITULO II	
PREVIDÊNCIA E ASSISTENCIA SOCIAL	
Considerações Gerais	203
Conjuntura Econômico-Financeira da Previdência Social	205
Alguns Dados Estatísticos	206
O Problema do Débito da União	207
Leis Promulgadas	208
Ação dos Institutos de Previdência e Assistência	208
Fundação da Casa Popular	210
Serviço Social Rural	210
Abono às Familias Numerosas	211
PARTE QUINTA	
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL	
CAPITULO I	
EDUCAÇÃO, CIENCIA E CULTURA	
Ensino Elementar	215
Erradicação do Analfabetismo	219
Ensino Médio	220
Ensino Superior	222
Diretrizes e Bases da Educação	226
Realizações em 1958	227
Educação Elementar e Formação de Pessoal	227
Educação de Nivel Médio	228
Ensino Militar	230
Formação de Servidores Públicos	231
Ciència e Tecnologia	232
Outras Atividades Culturais	238

CAPITULO II

SAUDE PUBLICA

Deserted Town 1 1 1	Page
Doenças Transmissiveis	24:
rormação de Pessoai	246
Produção de Medicamentos e Inseticidas	246
Saneamento	247
Assistência Médico-Sanîtária	247